



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1159/2017/SGM/P

Brasília, 22 de setembro de 2017.

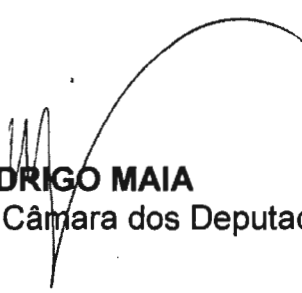
A Sua Excelência o Senhor
Senador MAGNO MALTA
Presidente da CPI dos Maus Tratos
Ala Sen. Alexandre Costa, Sala 15, Subsolo
Senado Federal

Assunto: **Ofício n. 13/2017-CPIMT. Pedido de envio de todo o material das audiências públicas realizadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados para discussão do tema “suicídio e automutilação”, conforme aprovado pelo colegiado no dia 17 de agosto de 2017, na forma do Requerimento n. 57/2017-CPIMT.**

Senhor Presidente,

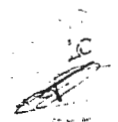
Encaminho a Vossa Excelência cópia da documentação solicitada por meio do expediente referenciado em epígrafe.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 75770 - 1



55ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

RESULTADO DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 09/05/2017

LOCAL: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados

HORÁRIO: 10h

TEMA:

"Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul"

(Requerimento nº 203, de 2017, dos deputados Sandro Alex, Margarida Salomão e Roberto Alves; Requerimento nº 207, de 2017, do deputado Sandro Alex; e Requerimento nº 208, de 2017, da deputada Luiza Erundina)

Convidados:

- BRUNO MAGRANI
Diretor de Relações Governamentais do Facebook no Brasil
AUSENTE
- FÁBIO COELHO
Presidente do Google no Brasil
Representante:
- MARCELO LACERDA
Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google no Brasil
- LEANDRO DAIELLO COIMBRA
Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF)
AUSENTE
- GARY STAHL
Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil
AUSENTE
- ROGÉRIO GIANNINI
Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- ROBERT GELLERT PARIS JÚNIOR
Presidente do Centro de Valorização da Vida (CVV)
Representante:
- LEILA HERÉDIA
Porta-voz do Centro de Valorização da Vida (CVV)
- FELIPE NETO
Blogueiro
AUSENTE
- RENATO OPICE BLUM
Advogado
- THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Presidente da ONG SaferNet Brasil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 09/05/2017**

LOCAL: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados

HORÁRIO: 10h

A - Audiência Pública:

"Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul"

Apresentação de *Slides*:

FÁBIO COELHO
Presidente do Google no Brasil

Representado por:

MARCELO LACERDA
Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil

Google

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Comunicação e Informática

Audiência Pública - 09 de Maio
Marcelo Lacerda

Segurança na Internet

- Esforços para que o Google não faça parte da cadeia de distribuição de conteúdo prejudicial ou perigoso
- Colaboração com organizações sociais

Segurança na Internet



Políticas do YouTube

- Conteúdo Prejudicial ou Perigoso
- Conteúdo Violento ou Explícito
- Ameaças
- Conteúdo de incitação ao ódio

13

Ferramentas de Segurança

- Ferramentas de denúncia
- Modo restrito do YouTube
- Usuário supervisionado (Chrome e Android)
- Central de Segurança
- One-Boxes

Ferramentas - YouTube

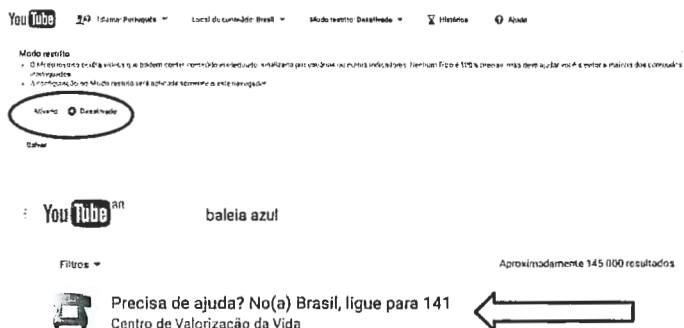


Assinalar este vídeo

Qual é o problema?

- Conteúdo sexual
- Conteúdo violento ou repulsivo
- Conteúdo abominável ou abusivo
- Atos perigosos
 - ✓ Seleccione um
 - Uso de drogas ou medicamentos
 - Uso abusivo de fogo ou explosivos
 - Suicídio ou automutilação
 - Outros atos perigosos
- Infringe meus direitos
- Problema com as legendas

Ferramentas - YouTube



Programas:
para uma Internet mais
Segura

- Expedição Google de Segurança na Internet
- #GeraçãoDigital
- Parcerias com YouTubers
- Cartilhas para professores e família
- Trusted Flagger



Expedição de Segurança na Internet

10 Estados
+ de 4000 alunos

Campanhas no YouTube

+ de 15 vídeos
+ de 11 milhões de visualizações

Obrigado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

15
[Assinatura]

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 09/05/2017**

LOCAL: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados

HORÁRIO: 10h

A - Audiência Pública:

"Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul"

Apresentação de *Slides*:

ROBERT GELLERT PARIS JÚNIOR

Presidente do Centro de Valorização da Vida (CVV)

Representado por:

LEILA HERÉDIA

Representante do Centro de Valorização da Vida - CVV

CVV – Centro de Valorização da Vida



COMOVAIVOCE?

www.cvv.org.br

www.facebook.com/cvv141



O CVV é um trabalho humanitário, filantrópico e gratuito de Prevenção ao Suicídio.

Existe desde 1962. Foi fundado em SP. Hoje conta com cerca de 70 postos e mais de 2.000 voluntários.



COMOVAIVOCE?

É um serviço reconhecido desde 1973 como de utilidade pública em todas as esferas (municipal, estadual e federal).

É associado ao Befrienders Worldwide Befrienders Worldwide volunteers action to prevent suicide (www.befrienders.org).

entidade que congrega as instituições congêneres de todo o mundo e foi reconhecido pelo Ministério da Saúde como a melhor iniciativa não governamental de prevenção ao suicídio no Brasil.

- Trabalho feito por voluntários (serviço não profissional);
- Pessoas comuns, de qualquer formação profissional ou religiosa, acima de 18 anos, que se disponibilizam a ouvir quem procura o serviço;
- Trabalho tem como base o sigilo e o anonimato;
- Voluntários passam por treinamento, que dura cerca de 12 semanas.

• Pautado nos princípios da escuta não diretiva de Carl Rogers



"Quando percebem que foram profundamente ouvidas, as pessoas quase sempre ficam com os olhos marejados. Acho que na verdade trata-se de chorar de alegria. É como se estivessem dizendo: 'Graças a Deus, alguém me ouviu. Há alguém que sabe o que significa estar na minha própria pele'"

Carl Rogers



O trabalho do CVV não é terapia. É feito por pessoas comuns que se dispõem voluntariamente a ouvir outras pessoas em momentos de crise.

"Um dos aspectos mais interessantes das idéias de Rogers é que o autor não restringe sua teoria à prática da psicoterapia. Suas idéias dizem respeito às relações humanas de uma forma geral. Segundo ele, qualquer relação interpessoal carrega consigo aspectos que podem favorecer a saúde ou adoecimento das pessoas que estão nela envolvidas. A consequência lógica deste fato é que todos nós contribuimos para a saúde ou para o adoecimento psicológico daqueles com quem convivemos"

Luis Maciel - Psicólogo

• 1 suicídio a cada 40 segundos no mundo.

• 32 suicídios por dia (Brasil).

• Cerca de 800.000 por ano (mundo).

• Segundo pesquisa da Unicamp, 17% dos brasileiros pensaram seriamente em cometer suicídio no decorrer de suas vidas.

• 9 em cada 10 suicídios poderiam ser evitados (OMS).

• O CVV realiza cerca de 1.000.000 de atendimentos por ano. Estes contatos podem ser realizados pelo telefone 141 (24 horas), pessoalmente (nos postos de atendimento) ou pelo site www.cvv.org.br via chat, VoIP (Skype) e e-mail.



Números

15 e 29 anos: 2ª. Principal causa de morte no mundo

1ª. Acidente de trânsito
Mata + q HIV

15 e 19 anos, meninas: 1ª. causa de morte

1 tentativa a cada 15 segundos



O que você sente?

- Comunicação sofrimento
- Não vê como se livrar dor
- Dor psíquica insuportável
- Saúde mental → especialistas

Necessidade rede de atenção e tratamento
+ 90% decorrente algum transtorno mental

CVV → pronto socorro emocional
alívio para aquele momento

1 milhão atendimentos/ano



Automutilação

12 a 13 até 30 anos

Especialistas (motivação)

- Dor emocional, angústia insuportável e intolerável
- Paradoxo
- Autopunição
- Busca sensações
- Contágio: 18% dos que se automutilaram o fizeram em grupo



CVV WEB

70% jovens até 30 anos

30% manifestam desejo de morrer

Falar abertamente → desarme
Instinto de vida → conflito interno

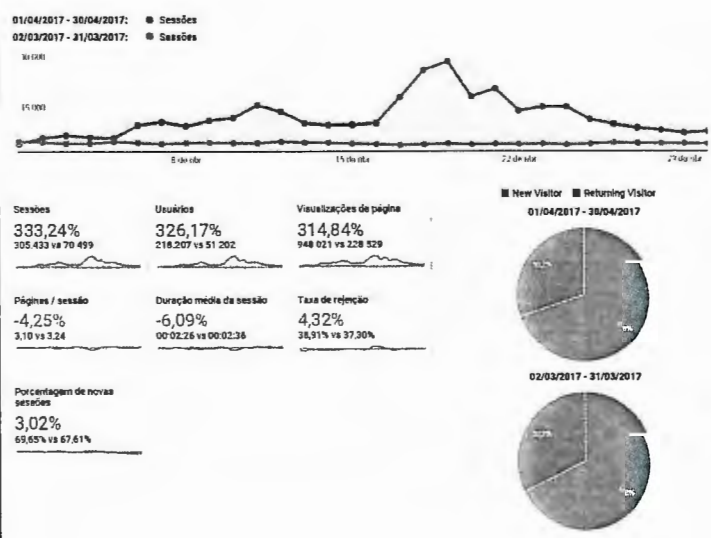
Conversar, conversar e conversar



Como você se sente?

Desenvolvimento habilidades emocionais desde a infância

Lidar com frustrações,
decepções, ter limites, lidar
com as dificuldades do mundo



188

- Experiência piloto RS
(Parceria com Ministério da Saúde para tornar ligações gratuitas)
- Set/15 a Abril/17: 350.183 chamadas
- Média chamadas/mês 20.781
(Antes: média no RS: 3.638 chamadas/mês)
- Abril (pico): 61.594 atendidas



188

- Antes do 188: 70% de telefones fixos
- Últimos 3 meses: 90% de celulares...
- Até 2020: serviço será universalizado
- Hoje Rio Grande do Sul
- Até outubro: Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Piauí
40 milhões de brasileiros



Apesar da seriedade do assunto, o suicídio ainda é um tabu na sociedade brasileira, o que dificulta a sua prevenção.

O CVV acredita que uma forma importante de se evitar novos casos é conversar sobre o assunto para derrubar mitos e quebrar tabus.

"O que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos. Sem que digam: 'Se eu fosse você'". A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito. A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina. Não aprendi isso nos livros. Aprendi prestando atenção"

Rubem Alves

Compartilhe com o CVV

Aquilo que você não divide com ninguém

YouTube www.youtube.com/watch?v=x6UekTKxTQY

As formas de comunicação mudaram, porém a necessidade das pessoas se abrirem e serem ouvidas continua igual.

Voluntários do CVV distribuídos em postos por todo Brasil estão preparados para oferecer apoio emocional a todos que precisarem!

Ligue 141
www.cvv.org.br

www.facebook.com/cvv141



Tipos de intervenção

141

(e para chamados originados no RS, o 188)

Chat

Skype

email

Cvv.org.br

Pessoalmente

Atendimento vítimas tragédia

Grupos apoio a sobreviventes

Campanhas de esclarecimento

Convênios com entidades



cvv.org.br

<http://cvv141.blogspot.com.br/>

@cvv141



Obrigada!





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 09/05/2017**

LOCAL: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados

HORÁRIO: 10h

A - Audiência Pública:

"Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul"

Apresentação de Slides:

RENATO OPICE BLUM
Advogado

Nova vítima da Baleia Azul recebia instruções de madrugada pelo telemóvel

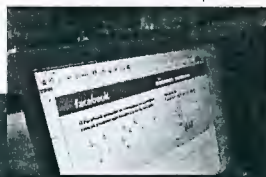
A adolescente de Matosinhos internada na terça-feira com indícios de ser mais uma vítima do jogo Baleia Azul recebia as instruções de madrugada e através de telemóvel, avança hoje o Jornal de Notícias. A vizinhança que alertou as autoridades contou a esta publicação as confissões que a adolescente lhe fez quando a alertou para aquilo em que poderia estar envolvida.

Internada no hospital de S. João na terça-feira, a adolescente foi entretanto transferida para a pediopsiquiatria do Centro Hospitalar da Porto, conta o JN, segundo o qual, além desta adolescente, houve a outra vítima do jogo Baleia Azul, a galega. Será, segundo a mesma fonte, uma adolescente de Gondomar, já em tratamento, depois do alerta de colega por causa das marcas no corpo.

Além destes casos, o Ministério Público, abriu três inquéritos relacionados com o jogo online Baleia Azul, que tem como objetivo levar os participantes a cometerem suicídio. As investigações foram iniciadas nas comarcas de Setúbal, Portalegre e Faro.

Na semana passada foi revelado que dois adolescentes — uma rapariga de 18 anos e um rapaz de 15 anos — estão internados no hospital por ferimentos relacionados com o jogo.

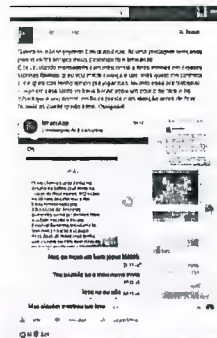
Os dois jovens apresentavam cortes autoinfligidos que indicam que podiam estar a cumprir os desafios do jogo que tem atraído vários. A rapariga, que se atirou de um viaduto para a linha férrea em Albufeira tinha a palavra "sim" cravada na coxa direita e "não" na mão esquerda quando foi encontrada pelas autoridades. O rapaz, de Setúbal, tinha uma baleia desenhada no braço com um objeto cortante.



<http://www.dn.pt/sociedade/interior/nova-vitima-da-baleia-azul-recebia-instrucoes-de-madrugada-pelo-telefone-7204496.html>

Ameaça de envenenamento de crianças ligada ao Baleia Azul causa pânico entre pais

PM diz que caso em MG era boato e o suposto autor diz que se tratava de uma brincadeira. Ameaça é apontada como 10º desafio do jogo, mas 'lista original' cita crimes contra terceiros.



Mensagens com ameaças de envenenamento de alunos em diversas cidades do país estão sendo divulgadas em grupos de WhatsApp e causando preocupação entre pais. O texto diz que o crime seria uma das tarefas associadas ao "Jogo da Baleia Azul", que ficou conhecido como sequência de 50 desafios que envolvem isolamento social, automutilação e incentivo ao suicídio de adolescentes e jovens.

Cometer crimes contra terceiros não é uma tarefa que consta, ao menos, na lista aberta e conhecida dos 50 desafios atribuídos ao Baleia Azul.

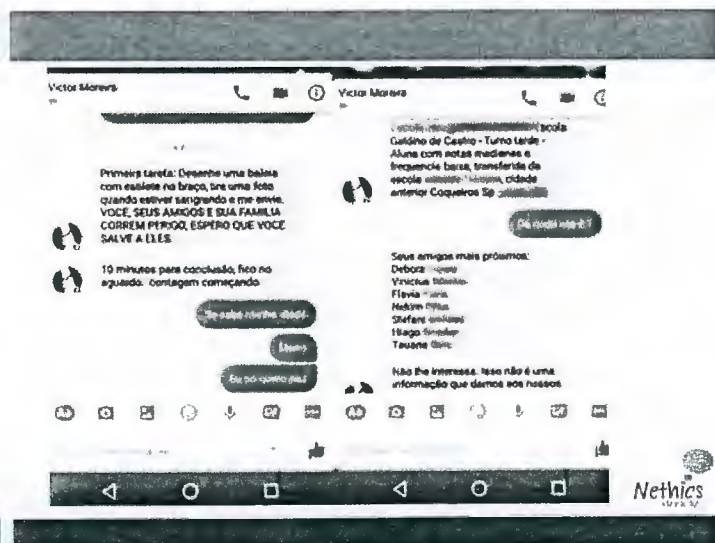
Em Ipanema, Minas Gerais, a Polícia Militar disse que se tratava de um boato a mensagem que citava escolas da cidade. No mesmo caso, um jovem apontado como suposto autor negou qualquer ameaça e disse que seu nome passou a ser associado ao texto após ter feito uma brincadeira no Facebook dizendo que estava jogando o Baleia Azul.

NetHics

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/ameaca-de-envenenamento-de-criancas-ligada-ao-baleia-azul-causa-panico-entre-pais.ghtml>



NetHics



NetHics

Alerta: cibercriminosos obrigam crianças a participar do jogo 'Baleia Azul'

O **TecMundo** recebeu a informação de que crianças e adolescentes estão sendo coagidas a participar do jogo "Baleia Azul" no Facebook. No caso, cibercriminosos brasileiros com provável acesso ao banco de dados do Serasa e Cadastro Nacional assustam as vítimas menores de idade na rede social ao mostrar dados pessoais e fazer ameaças.

Iniciado na Rússia entre 2015 e 2016, o "jogo da Baleia Azul" (Blue Whale) está supostamente ligado a uma série de suicídios em todo o mundo. Isso porque o jogo busca causar danos emocionais aos participantes. No caso, as vítimas são coagidas a seguir instruções feitas por "curador", como é chamado o criminoso que entrega os desafios. De acordo com relatos, o jogo dura cerca de 50 dias com desafios que vão desde "assistir filmes de terror durante madrugada", "rasgar a própria pele com a faca até X hora do dia", chegando até o desafio final, que seria o suicídio.

Normalmente, os alvos dos criminosos são crianças e adolescentes, já que são facilmente impressionáveis. No Brasil, como você poderá ver nas imagens obtidas pelo **TecMundo**, o cibercriminoso confronta uma criança com dados pessoais como nome completo, escola em que estuda, média de notas escolares, cidade, endereço, IP e nome de amigos próximos.

O jogo Baleia Azul preda nos mais vulneráveis, utilizando-se da inocência, paranóia e neurose de suas vítimas para fazê-las acreditar que estão à mercê dos administradores, ou seja, utilizam-se de engenharia social, ameaças genéricas e dados publicamente disponíveis na rede dos usuários para criar uma ilusão de poder e controle.

https://www.tecmundo.com.br/crimina-virtual/115715-alerta-cibercriminosos-obrigam-criancas-participar-jogo-baleia-azul.htm?utm_source=tecmundo.com.br&utm_medium=home&utm_campaign=ultimas-noticias

Jogo de asfixia: não é brincadeira

A morte de um adolescente paulista lançou luz sobre os jogos de desmaio, praticados por quatro em cada dez jovens brasileiros

O TAMANHO DO PROBLEMA

Dados preliminares de um levantamento feito com 1.396 crianças francesas e brasileiras, de 9 a 12 anos

40%
JÁ BRINCARAM DE ASFIXIA

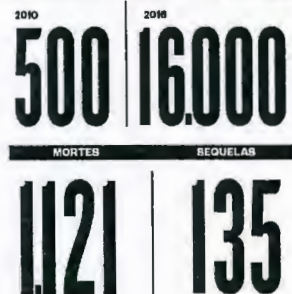
10%
JÁ CHEGARAM A DESMAIAR

ONDE APRENDEM

FRANÇA
No período integral da escola

BRASIL
Em casa ou com amigos

VIDEOS SOBRE O JOGO NO YOUTUBE NO BRASIL



EP&CA
Nethics

<http://data.globe.com/datos/mc2016-11-jogo-de-asfixia-na-brasil-1.htm>

Criança tem 40% do corpo queimado após imitar brincadeira da internet

Uso de álcool em gel em casa e a criança pegou o material para imitar a brincadeira vista em um vídeo na internet. O acidente aconteceu na tarde do último sábado (28), no Bairro Montese, em Fortaleza. O menino sofreu queimaduras de 2º e 3º grau, e segue internado

Uma criança de 11 anos teve 40% do corpo queimado após brincar com álcool em gel em Fortaleza. Ele relatou aos pais que imitou uma brincadeira vista em um vídeo na internet. O acidente aconteceu na tarde do último sábado (28), no Bairro Montese, em Fortaleza. O menino sofreu queimaduras de 2º e 3º grau em 40% do corpo, passou por cirurgia e segue sendo observado no hospital.

O menino contou que viu na internet outras crianças brincando com álcool em gel. Segundo Cleiton, a família possui o produto em casa e a criança pegou o material para imitar a brincadeira. Ele tentou colocar o produto em uma garrafa e acendeu. Houve a explosão e acabou atingindo o jovem na metade do rosto, nas costas e em parte das pernas. "O irmão dele nada sofreu. Teve só um pequeno ferimento no pé, mas nada de grave", disse o pai.



Nethics

<http://g1.globo.com/for/fortaleza/2016/11/28/crianca-tem-40-do-corpo-queimado-apos-imitar-brincadeira-da-internet-129/>

Adolescente morre nos EUA tentando imitar brincadeira que viu no YouTube



Um adolescente de 15 anos da cidade de Chula Vista, na Califórnia, morreu nesta semana em uma brincadeira perigosa que está fazendo sucesso na internet. David Nuno estava em casa com dois amigos, e resolveu reproduzir um dos vídeos que estão se multiplicando no YouTube, de adolescentes induzindo desmaios.

Nethics

<http://veja.abril.com.br/noticia/adolescente-morre-usc-imitando-morte-brincadeira-viu-youtube-6224204.html>

Jovem morre depois de inalar gás de buzina em festa em Rio Preto

Este é o 2º caso de morte por causa do gás no noroeste paulista nesta noite. Segundo a polícia, ela teve parada cardíaca após inalar gás de buzina.



Uma estudante de 18 anos morreu na madrugada deste sábado (26) depois de inalar gás de buzina em um condomínio residencial em São José do Rio Preto (SP).

Ainda de acordo com o boletim de ocorrência, a vítima chegou a ser atendida por uma equipe de resgate, mas morreu antes que pudesse ser levada a uma unidade de saúde mais próxima. Segundo a polícia, ela teve uma parada cardíaca depois de ter inalado gás de buzina. O gás propano, usado na buzina, pode causar asfixia e efeito alucinógeno.

Nethics

Duct Tape Challenge FT. @pkillaah

1 n34 110 visualizações



Everton Zolito
Alma é do sexo masculino - 34A - 10/10/1990
NETHICS CHALLENGE: O BAYANO CUIDADO MENTE: VIDE O DE PLACAR EM
CANAL: NETHICS 4.12.12



10 Duct Tape Challenge Free Posted Online
Thumbnail: 10 Duct Tape Challenge
10 Duct Tape Challenge Free Posted Online
10 Duct Tape Challenge Free Posted Online
10 Duct Tape Challenge Free Posted Online



Thumbnail: 10 Duct Tape Challenge
Thumbnail: 10 Duct Tape Challenge
Thumbnail: 10 Duct Tape Challenge
Thumbnail: 10 Duct Tape Challenge



The Cinnamon Challenge . . by GloZell and her Big Behind Earrings

GloZell Green
5 views after 31 000 000 views
THANKS A LOT FOR ALL THE LOVE! Check out more of my videos on YouTube Channel

Nethics

Código Penal

MC - Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Nethics

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Nethics

25

Estatuto Da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)

- ✓ **Criança:** até completar 12 anos.
- ✓ **Adolescente:** entre 12 e 18 anos.
- ✓ **Responsabilidade Civil** = enquanto menores de idade (18 anos, sob autoridade dos pais).
- ✓ **Responsabilidade Criminal** = Atos Infracionais
 - Criança:** Medidas de Proteção
 - Adolescente:** Medidas Socioeducativas / Intern

Nethics

CC - Art. 1.634 - Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

I - dirigir-lhes a criação e educação;

V - representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;

VII - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.



Nethics

RENATO OPICE BLUM

Mestre pela Florida Christian University, advogado e economista; Professor coordenador do curso de Direito Digital do INSPER e do MBA em Direito Eletrônico da Escola Paulista de Direito, foi coordenador do 1º curso de Direito Digital da FGV/CPJ Law em 2011 e do curso de extensão em Direito Digital da Escola Paulista da Magistratura em 2014. Professor da USP, Membro do Conselho Executivo do Estado Técnico da Internet das Coisas - IoT. Foi Vice-Chair do comitê de Privacidade, Comércio Eletrônico e Segurança de Dados da American Bar Association, e da Comissão de Associados da América do Sul da International Technology Law Association; Membro Convidado do Grupo de Cybercrimes do Conselho da Europa; Membro da Associação Europeia de Privacidade - ETPA; Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do IASP, Co-ordenador da Comissão de Estudos de Direito Digital do Conselho Superior de Direito - IECOMERCIO/SP, 1º Vice Presidente da Comissão Especial de Direito Digital e Compliance da OAB/SP; Palestrante Convidado para as Conferências Internacionais LegalTech; Technology Policy Institute; Council of Europe; SEDONA; American Bar Association; International Technology Law Association; High Technology Crime Investigation Association; Information Systems Security Association; International Association of Privacy Professionals; Georgetown Law CLE and Inter-American Bar Association; Profissional indicado na 44ª posição da lista Top 100 Lawyers to follow on Twitter - 2015 - evancarmichael.com; Profissional reconhecido por 04 anos consecutivos em publicações internacionais como Chambers & Partners, Who's who, e Best Lawyers. Autor do livro "Direito Eletrônico - A Internet e os Tribunais", Coordenador e co-autor do livro "Manual de Direito Eletrônico e Internet".



Renato Opice Blum

renato@opiceblum.com.br



Renato Opice Blum



@RenatoOpiceBlum



@renatoopiceblum



CÂMARA DOS DEPUTADOS

26

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 09/05/2017**

LOCAL: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados

HORÁRIO: 10h

A - Audiência Pública:

"Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul"

Apresentação de Slides:

THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Presidente da ONG SaferNet Brasil



**Safer
net**

A SAFERNET DEFENDE
DIREITOS HUMANOS
E LIBERDADES
NA INTERNET HÁ 11 ANOS

**NOSSO COMPROMISSO
É CONSCIENTIZAR.**

**TRABALHAR COM EDUCAÇÃO
PARA BOAS ESCOLHAS ONLINE.**

Educação



A educação promove o conhecimento.
O conhecimento proporciona escolhas.
Quem tem escolhas tem liberdade para optar.
Navegar com segurança é navegar com liberdades.
É fazer boas escolhas online.



Baleia Azul:

- 1) O que sabemos?
- 2) O que fizemos?
- 3) Recomendações ao Congresso

R7 TV NOTÍCIAS ENTERTENIMENTO ESPORTES RECORD TV HORA 7 SERVIÇOS

O PROGRAMA APRESENTADORAS MATÉRIAS VÍDEOS FOTOS MANDE SUA SUGESTÃO

14/02/2017 às 11h18

Desafio da Baleia Azul: o jogo que já matou três pessoas

Facebook Twitter YouTube WhatsApp

R7 Desafio da Baleia Azul: o jogo que já matou três pes...
 País Brasil | 472.370 visualizações

O jogo criado na Rússia chamada Desafio da Baleia Azul está fazendo sucesso na Internet, principalmente na Europa. A "torturadora" inclui tarefas como pular do alto de um prédio e desembrar uma baleia no braço com uma faca. O jogo mortal já levou três meninos a cometerem suicídio na Rússia, sendo que a primeira vítima que se tem registro aconteceu no ano passado. Ao todo são 50 desafios, sendo que o último é tirar a própria vida. Segundo uma psicóloga, o jogo é um galho para jovens com problemas emocionais ou mentais.

Google Trends Explora

Interesse por sub-região

Sub-região

- 1 Anapá
- 2 Roraima
- 3 Acre
- 4 Tocantins
- 5 Rondônia

Tópicos relacionados

- 1 Suicídio - Tópico
- 2 O Jogo - Jomel
- 3 Rússia - País
- 4 VK - Rede social
- 5 Jogo - Tópico

Em ascensão

Consultas relacionadas

- 1 desafio baleia azul
- 2 baleia azul jogo
- 3 desafio da baleia azul
- 4 jogo da baleia azul

Em ascensão



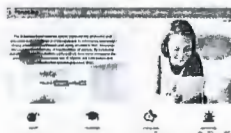
NetFamilyNews.org
Tech Intelligence for Parents

Home • Youth • Parenting • Literacy • Safety • Policy • Research

'Blue Whale' game: 'Fake news' about teens spread internationally

by Anna on March 13, 2017

It has been reported as real news here in the U.S. in recent weeks, just as it was earlier in eastern Europe, and what a dark, disrespectful message it sends about young people in any country. I'm talking about coverage of the so-called "Blue Whale suicide game" that started in Russia. And while even the term "fake news" seems to be morphing into something else now, this is the real, original version that's misleading and scaring parents.



©2017 by, Bulgaria's Safer Internet Centre works to

It's truly fake – a textbook example of how misinformation about online harm can itself be harmful. Georgi Apostolov of Bulgaria's Safer Internet Centre told me this was a "manipulation" that "can really affect parents and vulnerable children." He wrote me that his organization is very



UK Safer Internet Centre



It is through research and consultation with other colleagues it has come to our attention that the 'Blue Whale Game' is an example of a sensationalised fake news story.

Snopes, online fact checking website, have found that although there have been reports of young people committing suicide in Russia over the last six months, of these reported cases none have been found to have a conclusive tie to the game.

30

Snapes

Fact Check + What's Happening

'Blue Whale' Game Responsible for Dozens of Suicides in Russia?

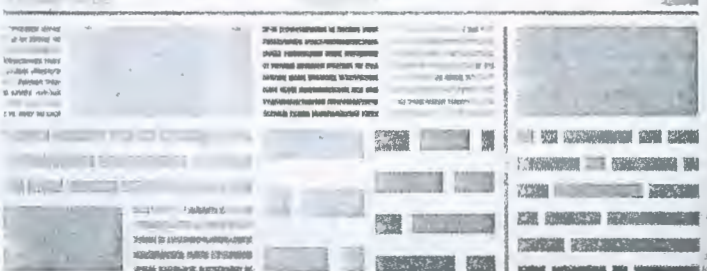
Although certain game groups on social media have been accused of promoting suicide, they have not been found to have directly caused an uptick in young people taking their own lives.



Left sidebar menu:

- What's New
- Hot 50
- Fact Check
- News
- Video
- Archive
- About
- FAQ
- Contact
- Random

FAKE NEWS

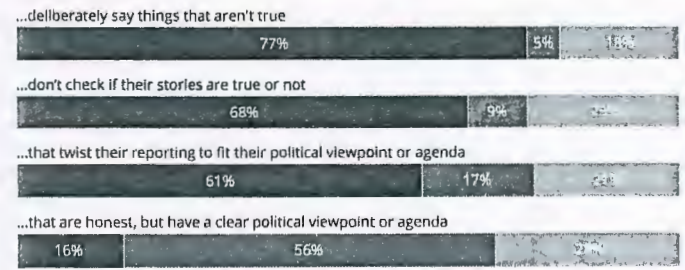



Views on 'fake news'

What counts as 'fake news' being spread by news organisations?

☒ Counts ☒ Doesn't count ☐ Don't know

News organisations that...



Survey of 1,598 British adults in March 2017

Q: In recent months people have often talked about 'fake news'.

Do you think each of the following count or do not count as 'fake news'?

Source: YouGov

© i i
StatistaCharts

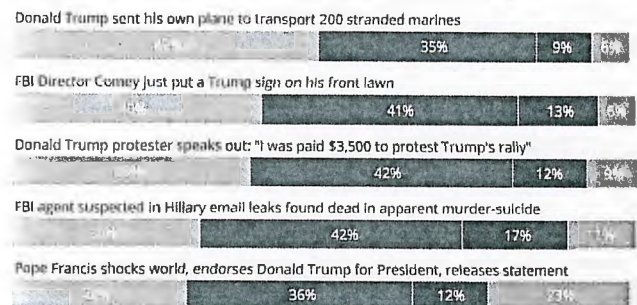
FIPP statista

31

Fake news & how it's perceived

Perceived accuracy of fake news headlines in the United States as of December 2016

Very accurate Somewhat accurate Not very accurate Not at all accurate



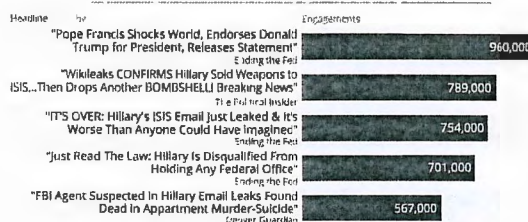
2 015 respondents, 18 years and older
Sources: Ipsos, BuzzFeed

FIPP statista

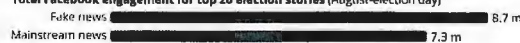
Tech Chart of the Day

Fake News Is A Real Problem

Facebook engagement of the top five fake election stories*



Total Facebook engagement for top 20 election stories (August-election day)



* Engagement is measured on total number of shares, reactions and comments

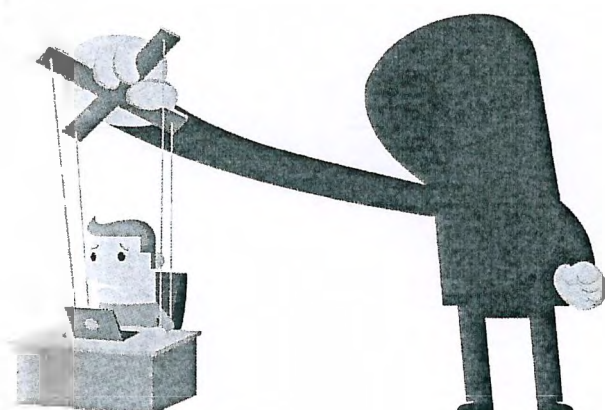
BUSINESS INSIDER

SOURCE: BUZZFEED

statista

1. O que sabemos:

- Desde o surgimento das primeiras notícias sobre a chegada do hoax (boato) "Baleia Azul" no país, a SaferNet tem coletado evidências e trocado informações com linhas de denúncia (hotlines) e de ajuda (helplines) no Brasil e no exterior;
- Não encontramos evidências que comprovem a existência de uma ação coordenada, tampouco uma estrutura centralizada de comando e controle, no Brasil ou no exterior, que supostamente seria responsável por criar grupos em aplicativos de troca de mensagens e fóruns em redes sociais com o objetivo de recrutar, reunir ou agrupar adolescentes e jovens e induzi-los a cometer suicídio;
- As evidências coletadas pela SaferNet no Brasil e por vários Safer Internet Centers no exterior indicam a existência de grupos descentralizados criados por indivíduos, em sua grande maioria adolescentes e jovens, com o objetivo de fazer trolagem, praticar cyberbullying e, em alguns poucos casos isolados, incitar ou induzir outros adolescentes e jovens vulneráveis a cometer suicídio;
- A criação de fóruns na web com conteúdos de incitação ou auxílio ao suicídio é um fenômeno conhecido há décadas, tendo os primeiros caos no Brasil sido reportados pela SaferNet Brasil em 2006; esse fenômeno, portanto, não surgiu com o "jogo" Baleia Azul;
- A superexposição dos casos concretos de suicídio na mídia e nas redes sociais tem gerado um ciclo perverso que se retroalimenta: alarmismo que produz pânico na população, que aumenta o medo e a preocupação de pais e educadores e que pouco contribui para ajudar aqueles em situação de sofrimento emocional, sobretudo de pessoas vulneráveis e suscetíveis ao efeito contágio.



PATTERN OF DEATH: COPYCAT SUICIDES AMONG YOUTHS

By DANIEL GUCKENHEIM
Published March 18, 1997

The suicide attempt yesterday morning by two young people in Bergenfield, N.J., which closely copied the death of four teen-agers last week, fits a pattern of imitation that often comes after well-publicized suicides, according to experts.

"Hearing about a suicide moves those teen-agers at risk closer to doing it themselves," said David Shaffer, a professor of child psychiatry at Columbia University and the head of the Suicide Research Unit at the New York State Psychiatric Institute.

"The news coverage of teen-age suicides can portray the victims as martyrs of sorts," Dr. Shaffer said in an interview. "The more sentimentalized it is, the more legitimate - even heroic - it may seem to some teen-agers."

The tendency of disturbed young people to imitate highly publicized suicides is called the "Werther Syndrome," after the protagonist in Goethe's novel, "The Sorrows of Young Werther." Impressionable Teen-Agers

The novel, in which the hero kills himself, was banned in some European countries after its publication nearly 200 years ago because of a rash of suicides by young men who had

- FACEBOOK
- TWITTER
- GOOGLE+
- EMAIL
- SHARE
- PRINT
- REPRINTS

2. O que fizemos?

<http://www.nytimes.com/1987/03/18/nyregion/pattern-of-death-copycat-suicides-among-youths.html>

SaleNet Brasil

Publicado em 11 de Maio de 2015 às 10:10 (atualizado 10:10)

"Jogo" do Suicídio: novas recomendações para a imprensa e alerta aos pais
A SaleNet Brasil vem acompanhando com grande preocupação as notícias sobre o suposto "jogo" que incentiva auto-mutilação, suicídio e outras situações de risco entre adolescentes na internet. Nos últimos dias, relatos sobre a proliferação de grupos no WhatsApp e nas redes sociais tiveram grande repercussão com a cobertura da imprensa e tem causado pânico e alerta entre pais e a comunidade em geral.

Até o momento, não há relatos de casos de suicídio.

Entre em contato com a SaleNet Brasil para mais informações. O atendimento é gratuito.

HELPLINE: COMO FUNCIONA

Canal de Ajuda

No atendimento por e-mail, iniciamos através deste formulário. Você preenche os campos com o e-mail que gostaria que utilizássemos em contato e qual é a sua questão principal. Clicar em enviar e nós damos início ao atendimento via e-mail.

1. Como funciona o atendimento?

2. Como funciona o atendimento?

3. Como funciona o atendimento?

4. Como funciona o atendimento?

151.166 pessoas se inscreveram

5.748 Respostas, comentários e compartilhamentos

3.228 Correção	989 Respostas	2.237 Compartilhamentos
102 Agradecimento	60 Respostas	83 Compartilhamentos
1 Ajuda	0 Respostas	1 Compartilhamentos
28 Dúvida	13 Respostas	13 Compartilhamentos
9 Informação	1 Respostas	8 Compartilhamentos
2 Outro	0 Respostas	2 Compartilhamentos
443 Compartilhamento	203 Respostas	240 Compartilhamentos
1.840 Compartilhamento	1.808 Respostas	135 Compartilhamentos

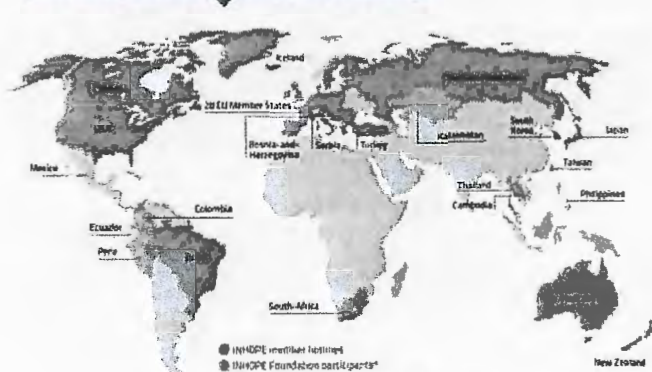
6.932 Respostas em publicações

138 Respostas em publicações	873 Respostas em publicações	8.821 Respostas em publicações
---------------------------------	---------------------------------	-----------------------------------

11.000 publicações

INHOPE, the global network of reporting hotlines fighting child sexual abuse material on the Internet

INHOPE



INHOPE member hotlines

INHOPE Foundation participants

Focus countries in development cooperation

The INHOPE Foundation is a non-profit organization. It is a member of the INHOPE network.

[illegible]

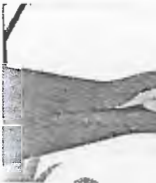


SaferNet Brasil

Publicado por SaferNet Brasil - 16 de abril às 15:01 [vê](#)

A SaferNet Brasil, o Centro de Valorização da Vida (CVV) e o Facebook acabam de lançar um Guia com dicas sobre como identificar sinais de que um amigo pode estar enfrentando um quadro de sofrimento emocional, e o que você pode fazer para ajudá-lo em situações como essa.

Especialistas afirmam que a primeira ação a ser feita é conversar com a pessoa, colocando-se à disposição para dar suporte e mencionar há serviços gratuitos de assistência e orientação como os oferecidos p... Ver mais



147.951 pessoas alcançadas

☐ Não Impulsionada

 Curte
  Comente
  Compartilhe

 24 mil
 O mais recente

134 comentários

"Percebi que vocal andi não diferente nos últimos tempos. Está tudo bem?"

COMO AJUDAR UM AMIGO EM NECESSIDADE

Se você conhece alguém que esteja em uma situação financeira difícil e que não saiba lidar com as contas, talvez queira ajudá-lo. Contudo, antes mesmo de se oferecer para ajudar, é preciso avaliar a situação do amigo e a possibilidade de ele realmente precisar de ajuda. É importante lembrar que, ao ajudar alguém, você também pode estar se colocando em uma situação de risco. Portanto, é essencial avaliar a situação do amigo e a possibilidade de ele realmente precisar de ajuda.

Antes de ajudar, é importante avaliar a situação do amigo e a possibilidade de ele realmente precisar de ajuda. É importante lembrar que, ao ajudar alguém, você também pode estar se colocando em uma situação de risco. Portanto, é essencial avaliar a situação do amigo e a possibilidade de ele realmente precisar de ajuda.

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

"... e não há nada mais do que a... e não há nada mais do que a..."

Se no futuro embora, ninguém se importa

SINAIS DE QUE ALGUÉM PODE PRECISAR DE AJUDA URGENTE OU ESTÁ SOFRENDO DE SUICÍDIO

Existem alguns sinais que podem indicar que alguém está precisando de ajuda urgente ou que está sofrendo de suicídio. É importante lembrar que, ao ajudar alguém, você também pode estar se colocando em uma situação de risco. Portanto, é essencial avaliar a situação do amigo e a possibilidade de ele realmente precisar de ajuda.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, existem alguns sinais que podem indicar que alguém está precisando de ajuda urgente ou que está sofrendo de suicídio.

Entre os sinais mais comuns, podemos citar: mudanças de humor, alterações no comportamento, isolamento social, perda de interesse por atividades que antes eram prazerosas, entre outros.

É importante lembrar que, ao ajudar alguém, você também pode estar se colocando em uma situação de risco. Portanto, é essencial avaliar a situação do amigo e a possibilidade de ele realmente precisar de ajuda.

Se você suspeita que alguém esteja precisando de ajuda urgente ou que esteja sofrendo de suicídio, é importante procurar ajuda imediatamente.

3. Conclusões e recomendações ao Congresso Nacional:

- I. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o oitavo país do mundo em número de suicídios. Em 2012, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.623 mulheres. O número de tentativas é pelo menos 10 vezes maior, chegando a 120 mil ao ano;
- II. Segundo o Mapa da Violência 2017, entre 1980 e 2014 a taxa de suicídio entre jovens de 15 a 29 anos aumentou 27,2% no Brasil, sendo a segunda maior causa de óbitos entre pessoas de 15 a 29 anos (em primeiro lugar estão as mortes decorrentes de acidentes de trânsito);
- III. É especulação afirmar, antes de conclusas as investigações conduzidas com discrição pelo MPF e pela PF, que o "jogo" Balaia Azul é o responsável pelo aumento no número de casos de suicídio entre adolescentes e jovens no Brasil;
- IV. De modo similar ao que aconteceu na Rússia, o fenômeno "Balaia Azul" também chegou ao parlamento brasileiro e tem provocado a reação emocional e indignada de muitos deputados e senadores, que se apressaram em propor novos projetos de lei e outras iniciativas legislativas na tentativa de responder a onda de pânico criada na sociedade pela propagação das notícias que associam casos de suicídio no Brasil ao "jogo";
- V. Dentre as iniciativas legislativas, existem vários Projetos de Lei propondo alterações substanciais em artigos do Marco Civil da Internet (MCI), uma lei modelo, fruto de 7 anos de discussão com a sociedade brasileira e hoje copiada por países como França e Itália, e que define princípios, direitos e deveres para os usuários de Internet no Brasil;

2. O que fizemos nos últimos 30 dias:

- Lançamos uma campanha nas redes sociais que atingiu 4 milhões de usuários, e registramos um aumento de 228,05% no número de denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida e de 384,31% no número de casos atendidos pelo Helpline;
- Lançamos, em parceria com o Centro de Valorização da Vida (CVV) e o Facebook, um Guia com dicas sobre como identificar sinais de que um amigo pode estar enfrentando um quadro de sofrimento emocional, e o que você pode fazer para ajudá-lo em situações como essa;
- Realizamos uma reunião virtual com representantes de 35 países, membros da rede INHOPE, para trocar informações e compartilhar experiências sobre a disseminação global e o impacto local do fenômeno Baleia Azul em vários países do mundo;
- Trabalhamos em regime de força tarefa, incluindo finais de semana e feriados prolongados, para monitorar os desdobramentos do fenômeno no Brasil e informar adequadamente a população e a imprensa, e subsidiar o trabalho das autoridades;

3. Conclusões e recomendações ao Congresso Nacional:

V - É errado afirmar que o Marco Civil da Internet atrapalha a remoção de páginas que fazem apologia ou incitação ao suicídio. Nos últimos 3 anos, período de vigência do MCI, os provedores removeram voluntariamente, sem a necessidade de ordem judicial, um total de 4.807 páginas que foram reportadas à SaferNet Brasil por supostamente conterem indícios do crime definido no art. 122 do Código Penal (Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça, e cuja pena é de reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave);

VI - Não se deve legislar movido pelo pânico. A boa regulação sobre temas complexos como o suicídio exige conhecimento profundo de suas causas, motivações e consequências; o que só pode ser alcançado se houver um amplo debate com os múltiplos setores da sociedade, sobretudo com os especialistas em políticas públicas de saúde mental;

VII - Nestes momentos de ampla mobilização nacional é vital valorizar os esforços em educação e prevenção, e dar efetividade e materialidade aos marcos normativos já existentes, sobretudo aos artigos 26 e 29 do Marco Civil da Internet, aos objetivos da Lei Federal Nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) e às Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, estabelecidas na Portaria Nº 1.876, de 14 de Agosto de 2006, do Ministério da Saúde;

VIII - Mais importante do que novas leis, o Brasil precisa implementar e consolidar políticas públicas que ofereçam orientações e serviços de qualidade às populações mais vulneráveis e aos profissionais de saúde e educação;

A "Baleia Azul" já produziu danos irreparáveis no Brasil. Violar o Marco Civil da Internet, contudo, é um dano que os deputados e senadores podem evitar.

OBRIGADO!

thiagotavares@safernet.org.br





DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0419/17	DATA: 09/05/2017	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 13h17min	PÁGINAS: 60

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCELO LACERDA - Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google no Brasil. ROGÉRIO GIANNINI - Presidente do Conselho Federal de Psicologia — CFP. LEILA HERÉDIA - Representante do Centro de Valorização da Vida — CVV. RENATO OPICE BLUM - Advogado. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Presidente da ONG SaferNet Brasil.

SUMÁRIO
Debate sobre o jogo virtual Baleia Azul.
OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Declaro aberta a presente audiência pública, fruto do Requerimento nº 203, de 2017, deste Parlamentar, juntamente com os Deputados Roberto Alves e Margarida Salomão; do Requerimento nº 207, de 2017, também de minha autoria; e do Requerimento nº 208, de 2017, da Deputada Luiza Erundina; todos com o objetivo de debater o jogo Baleia Azul.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, amplamente divulgados por esta Comissão.

Peço que componha a Mesa o Sr. Marcelo Lacerda, representante do Google; o Sr. Rogério Giannini, Presidente do Conselho Federal de Psicologia — CFP; a Sra. Leila Herédia, do Centro de Valorização da Vida — CVV; o Sr. Renato Opice Blum, advogado; e o Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil. *(Pausa.)*

Justificaram as ausências os Srs. Fábio Coelho, Presidente do Google, que terá como representante o Sr. Marcelo Lacerda; o Sr. Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF; o Sr. Robert Gellert, que será representado pela Sra. Leila; o Sr. Felipe Neto; o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor do Departamento de Polícia Federal; e o Sr. Bruno Magrani, Gerente de Relações Governamentais do Facebook no Brasil.

Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de ler as duas justificativas de ausência. A primeira, Deputado Izalci Lucas, é da Polícia Federal:

Conforme contato com a Secretaria dessa respeitável Comissão, informo que não há atribuição da Polícia Federal para investigação da prática do jogo virtual. Por este motivo, deixaremos de indicar representante para participar da audiência pública abaixo referida.

A Polícia Federal comunicou que eles não estão investigando esse jogo. O Ministério da Justiça, através do Ministro Osmar Serraglio, deu uma declaração pública à imprensa de que solicitou a investigação da Polícia Federal, que diz agora não fazer essa investigação. Então, nós vamos pedir à Comissão que encaminhe um documento ao Ministério da Justiça fazendo esse questionamento, em virtude da



declaração dada pelo Ministro da Justiça de que a Polícia Federal estaria nesse caso. A Delegada Mariana Paranhos nos dá a informação de que eles não estão fazendo qualquer investigação sobre esse assunto. É importante que o Ministério da Justiça esclareça a imprensa a respeito desse fato.

O outro documento encaminhado a esta Comissão é do Facebook, que agradece o convite para debater esse jogo. Mas que, infelizmente, em virtude de compromisso internacional já assumido com vários meses de antecedência, eles encontram-se impossibilitados de comparecer à audiência hoje. Segundo o Facebook, nesta semana, toda a equipe de políticas públicas do Facebook encontra-se reunida num evento da empresa. Por isso eles declinam do convite para esta audiência. Ontem, um representante do Facebook na Califórnia me ligou dizendo que eles estavam todos na Califórnia e que não poderiam dispor de nenhuma pessoa do Facebook nesta reunião.

O interessante é que, no mesmo documento do Facebook, eles colocam o seguinte tópico:

O Facebook tem uma equipe dedicada em investigar denúncias de grupos ou páginas que estimulem o suicídio ou a automutilação. Essa equipe tem trabalhado 24 horas por dia, 7 dias na semana, para investigar e remover tais conteúdos.

O Facebook coloca que não há ninguém da sua equipe de políticas públicas que possa estar aqui, mas diz que tem uma equipe que trabalha nesse assunto 24 horas por dia, 7 dias por semana. Uma das duas informações não é verdadeira, porque eles não se fazem presentes. Se eles têm alguém no País, poderiam indicar a pessoa para vir a esta audiência, que — nós vamos ouvir os convidados — diz muito respeito ao Facebook, e infelizmente eles não estão presentes. Nós voltaremos a esse assunto ao final da fala dos nossos debatedores.

Informo que cada palestrante terá o tempo de 15 minutos para sua apresentação. A audiência está sendo transmitida ao vivo. Para acompanhá-la, é só acessar o *site* principal da Câmara, na página da nossa Comissão. Todas as exposições e o uso de Power Point estarão disponibilizados na nossa página.



Feitos os esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Marcelo Lacerda para sua apresentação.

O SR. MARCELO LACERDA - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, meu nome é Marcelo Lacerda, eu sou Diretor de Relações Governamentais do Google no Brasil.

Quero agradecer o convite feito ao Google, ao nosso Presidente, quem eu represento nesta audiência.

Minha apresentação será dedicada basicamente a mostrar dois aspectos sobre o Google e a segurança na Internet: um aspecto mais amplo, como tratamos isso; e de uma maneira mais específica, como tratamos questões de segurança de conteúdo prejudicial e perigoso, inclusive aqueles relacionados ao suicídio.

Antes de começar a minha apresentação, Deputado Sandro Alex, eu gostaria de deixar claras algumas premissas em relação ao Google e à segurança na Internet.

O Google faz o possível para garantir segurança às pessoas na Internet e também para que nós não façamos parte dessa cadeia de distribuição de conteúdo prejudicial ou perigoso, principalmente aqueles relacionados ao suicídio. Eu vou mostrar isso ao longo da minha apresentação.

Além disso, nós buscamos colaborar sempre com as organizações sociais que trabalham para endereçar essas questões, como, por exemplo, duas dessas associações que estão compondo esta Mesa: o Centro de Valorização da Vida — CVV, representado pela Dra. Leila; e a SaferNet, representada pelo Dr. Thiago.

Especificamente sobre a questão do suicídio, nós temos políticas e ferramentas a respeito desse conteúdo que, muito antes do aparecimento do jogo da Baleia Azul, já estavam em prática.

(Segue-se exibição de imagens.)

E quais são essas práticas? Como nós abordamos segurança no Google? Basicamente em três aspectos: políticas dos produtos, ferramentas dos produtos e programas de educação para esses usuários.

Em relação às políticas, eu vou apresentar o caso mais específico do Youtube relacionado aos vídeos. Nós temos várias políticas que proíbem conteúdos como o prejudicial ou perigoso, que de alguma forma incentive as pessoas a adotarem



alguma iniciativa em que elas possam se machucar gravemente; o conteúdo explícito ou violento, que é aquele voltado para chocar, impressionar ou desrespeitar as pessoas; o conteúdo de ameaça, que de alguma forma represente um comportamento predatório, de perseguição, de ameaça, assédio, intimidação ou invasão de privacidade dos usuários; e, o último, de incitação ao ódio, que seria a promoção de violência ou ódio contra uma pessoa ou um grupo determinado, baseado em religião, raça, cor ou orientação sexual. Todo esse tipo de conteúdo não é aprovado pelas nossas políticas e não deve estar presente na plataforma.

Passarei ao segundo pilar, que trata das ferramentas de segurança. Apresento algumas ferramentas, não estou listando todas, é uma questão de exemplificação.

Nós temos ferramentas de denúncia, que estão presentes em todos os nossos produtos. Todo usuário que se sentir de alguma maneira ofendido com algum tipo de conteúdo ou achar que alguns desses conteúdos violam uma daquelas políticas que eu elenquei, ele tem ferramentas nas plataformas para fazer essa denúncia, e esse conteúdo será averiguado. Eu vou explicar isso um pouco mais na frente.

Nós também temos o modo restrito, por exemplo, no Youtube. Se, durante a navegação em uma das nossas plataformas, alguém quiser que determinado tipo de conteúdo inadequado, de linguagem adulta, não apareça nos resultados, ele também pode acionar essa ferramenta e navegar no modo restrito.

Em nosso *browser*, nós temos o usuário supervisionado. O que é o usuário supervisionado? Cria-se uma conta em que se tem total supervisão. Por exemplo, se seu filho é adolescente e vai fazer uma pesquisa usando o Chrome, você pode criar uma conta supervisionada para ele, e, como responsável pela conta, você consegue restringir tipos de conteúdo, restringir o acesso a alguns *sites* e saber todo o histórico de navegação desse usuário supervisionado.

Nós também temos a central de segurança, uma espécie de *hub*, em que todas as informações sobre segurança nas nossas plataformas estão listadas.

E por último, entre algumas ferramentas que eu quero destacar, há o que nós chamamos de *one-boxes*. São caixas em que, para determinado tipo de busca, o primeiro resultado que se vai ter é um *one-box* — eu vou mostrar isso aqui também,



algo que nós temos em conjunto com o CVV —, que dá uma informação apurada sobre aquele conteúdo.

Vamos dar alguns exemplos dessas ferramentas. A primeira ferramenta é a denúncia, da qual falamos. Vocês podem notar que em todo vídeo no Youtube é possível abrir uma aba e fazer uma denúncia. Ele abre o segundo menu e pergunta: “Qual é o problema?” E há uma série de problemas listados. Todos esses problemas são linkados com as nossas políticas de conteúdo, entre elas, como destacamos, a questão do suicídio ou da automutilação. Se, por um acaso, o usuário sentir que o conteúdo está violando a política de automutilação e suicídio, ele tem como fazer a denúncia desse conteúdo.

Feita a denúncia desse conteúdo, o que ocorre? Nós temos uma equipe que trabalha 24 horas por dia, 7 dias por semana. Esse conteúdo é revisado por uma pessoa nativa na língua, não por um estrangeiro, é uma pessoa que conhece a língua, e ela analisa se realmente esse conteúdo está violando ou se não está violando as nossas políticas.

Em 2016, quase 3 milhões de canais do Youtube foram banidos por conta de violação de algum tipo dessas políticas.

Outra ferramenta que nós temos é o modo restrito, que também é fácil de acessar. No final, ao pé da página de todo canal no Youtube, abre-se aquela aba e pode-se escolher navegar no modo restrito ou não. Nós sabemos que esse filtro não é 100% eficiente — é lógico.

Só para os senhores terem ideia, por minuto, os usuários sobem 400 horas de vídeo no Youtube. Então, seria humanamente impossível nós conseguirmos ver esses vídeos antes de eles irem para o ar. Por isso mesmo contamos com os usuários, e há ferramentas de denúncia que são supereficientes.

Além da ferramenta do modo seguro, nós temos o que eu chamei de *one-boxes*. No caso da Baleia Azul e do suicídio, existe a parceria com o CVV. Na hora em que o usuário faz algum tipo de pergunta relacionada a esse assunto, a primeira coisa que aparece na página é esse *box* dizendo: “Precisa de ajuda? No Brasil, ligue para 141, Centro de Valorização da Vida”.

O terceiro pilar, Deputado Sandro Alex, que nós achamos muito importante é o pilar da educação. Aqui estão alguns exemplos de projetos que temos no Brasil,



38

como o Expedição Google de Segurança, que é uma palestra que damos em escolas públicas para adolescentes, com a duração de mais ou menos 45 minutos. Essa palestra tem que ser uma coisa leve, porque são adolescentes. O conteúdo foi desenvolvido em conjunto com a UNICEF e com a SaferNet. No último eslaide, eu tenho alguns dados sobre quantos alunos no Brasil já participaram dessas palestras.

Além disso, nós também temos outra competição para adolescentes que se chama Geração Brasil, que é para os alunos desenvolverem campanhas de segurança na Internet. A ideia é qual? Incentivar os alunos a desenvolverem campanhas e, a partir do desenvolvimento dessas campanhas, eles serem embaixadores da segurança na Internet.

Outra campanha de educação que nós temos bastante forte é a parceria com os *youtubers*. Os *youtubers* são muito populares entre os adolescentes e os jovens. Então, escolhemos os *youtubers* mais famosos e os incentivamos a produzirem vídeos sobre navegação segura na Internet.

Outra iniciativa nossa são as cartilhas de segurança. Eu trouxe algumas para deixar com a Comissão, a fim de que ela distribua entre os membros, entre os convidados. São cartilhas de segurança na Internet que distribuimos para as famílias e também para os professores. Uma parte muito importante de toda a educação são os professores. E eles precisam ter acesso ao material sobre segurança na Internet.

E, por último, há o que chamamos de *trusted flagger*, que, na verdade, são entidades sociais autorizadas pelo Google a terem acesso a uma plataforma para fazerem denúncias de conteúdo, de forma mais rápida e numa quantidade maior. Aqui no Brasil já estamos em via de assinar com o nosso primeiro parceiro.

Trazemos ainda alguns números sobre essas campanhas educacionais. Sobre aquela primeira iniciativa da qual falei, Expedição de Segurança na Internet, nos últimos 2 anos, nós já fomos a mais de 10 Estados e já atingimos mais de 4 mil alunos. Fizemos a campanha no Youtube, para os senhores terem uma ideia, com a postagem de 15 vídeos, em que houve mais de 11 milhões de visualizações.

Eu queria terminar esta minha breve exposição, Deputados, reafirmando o nosso compromisso com a segurança do usuário, com o desenvolvimento de ferramentas, de políticas e de programas que garantam essa segurança.



De novo, no caso do Youtube, nós sabemos que é humanamente impossível automatizarmos tudo isso, porque uma quantidade de conteúdo muito grande é levada para a plataforma. Mas, por isso mesmo, mantemos e desenvolvemos constantemente todas essas ferramentas, todas essas políticas e programas, a fim de que isso seja cada vez mais eficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Agradeço a Marcelo Lacerda, representante do Google, pela presença.

Nós passamos agora a palavra ao Sr. Rogério Giannini, para a sua apresentação.

V.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI - Quero agradecer o convite e cumprimentar a Mesa, na figura do Deputado Sandro Alex. Saúdo todas as mulheres do plenário, na pessoa da Sra. Leila Herédia, do Centro de Valorização da Vida — CVV.

Eu não poderia, no começo desta conversa, deixar de dizer da minha tristeza por não estar cheia a plenária. Houve, evidentemente, um clima repressivo na entrada. Tive, inclusive, muita dificuldade de entrar com os meus assessores. Queria agradecer o empenho do Deputado e da assessoria para que isso ocorresse, porque era a condição mínima de estarmos presentes aqui.

Certamente, pelo tema, nós teríamos esta galeria cheia, precisando até controlar a entrada no sentido de garantir a segurança das pessoas, mas não foi o que aconteceu hoje, infelizmente. Mas estamos aqui. Mantivemos a nossa presença nesta audiência em virtude da grande relevância, da importância do tema. Por estar sendo filmada a reunião, nós temos outras possibilidades pela transmissão.

A nossa presença como Conselho Federal de Psicologia se deve ao fato de ser um tema muito afeto à Psicologia. Inclusive, nós temos aqui uma publicação que vamos distribuir ao conjunto: *Suicídio e os desafios para a Psicologia*. Trata-se de uma publicação de 2013, mas que, certamente, está muito atualizada, é recente, até porque é um tema que, há muito tempo, vem sendo acompanhado pela sociedade e particularmente pela Psicologia — cito ainda o CVV, nas emergências —, que é aonde a demanda acaba chegando, por meio dos nossos profissionais. Então.



39

também faz parte do nosso trabalho a orientação dos profissionais, o fomento do debate, enfim.

Em relação ao tema em si, eu quero colocar duas premissas. A primeira é de que não é exatamente um tema novo. Muita gente há de concordar comigo. E não é um tema novo em relação à ideia de que as práticas do suicídio, da autoviolência, das mutilações ou da heteroviolência são um componente identitário de certas populações. Em alguns momentos na história do Brasil, vemos recorrentemente isso na juventude. Há um aspecto da juventude, historicamente se instituiu, algum tempo atrás, a ideia de que o suicídio e a automutilação passam.

Eu queria só lembrar outros renomes que ocorreram antes na Internet, como a roleta-russa; as práticas de dirigir automóveis em altíssimas velocidades, com a meta de passar faróis no vermelho; enfim. Então, há certo componente, e a sociedade de alguma forma vem lidando com esse fenômeno há muito tempo.

Eu acho que há uma diferença neste momento. O jogo Baleia Azul traz uma marca muito forte: a ideia do suicídio entra no vocabulário, entra no léxico, entra nas possibilidades como uma trivialidade, como uma banalização. Esse é um aspecto importante para o nosso debate.

A ideia dos grupos identitários, de se juntar, é um conceito importante na Psicologia. Nós dizemos que há uma transição dos grupos identitários ligados ao que nós chamamos de narcisismo das pequenas diferenças: *"Como eu me agrupo?"* *"Eu me agrupo não porque todo mundo seja igual, nós temos algumas diferenças, mas posso me agrupar em relação a isso"*. Por exemplo, se estou num clube, numa torcida organizada, eu não sou igual ao outro, mas tenho pequenas diferenças que podem ser compostas lá.

Mais recentemente, isso tem migrado para uma ideia do chamado narcisismo das grandes igualdades. São grupos identitários em que as diferenças desaparecem. O objetivo de se estar naquele grupo é de se submeter ao grupo — existe a ideia de que a pessoa se dissolve no grupo social —, e isso passa uma ideia de que alguém estará no controle, que não mais a pessoa. Eu acho que é esse o fenômeno que cerca muito essas coisas que estão colocadas hoje e essas chamadas ferramentas.



Nós tentamos discutir isso como um sintoma social. Portanto, recusamos a ideia de que esse é um problema da Internet simplesmente, de que o caminho seria simplesmente a repressão. Eu não quero entrar no mérito, mas sempre que foi identificado algum crime no mundo virtual, nas redes sociais, seja lá onde for, esse crime teve que ser combatido. Esse é um problema do Estado brasileiro, da Justiça brasileira, mas não se toma isso como regra. Não é com mais repressão na Internet que vamos resolver esse problema, até porque não é um problema que acontece exclusivamente na Internet.

Esse é um problema grave, que precisa de medidas e, à proporção que é identificado como crime, tem que ser tratado como crime, ser combatido como crime. O que nos preocupa é uma generalização das regras, como se isso fosse resolver a questão. E nos preocupa mais ainda porque achamos que a Internet é um espaço de liberdade, é um espaço de auto-organização e há o marco civil que nos contenta. É importante colocar isso.

Eu estava dizendo que essa coisa da trivialização, da banalização, encontra outro componente, no caso do *site*, que é a ideia da gamificação. E aí há um dado de perversidade enorme que é o seguinte: para se permanecer inserido naquele grupo social, são propostas tarefas, como se fosse um jogo mesmo. Mas o curioso é que, de alguma forma, a vida e a morte, nesse contexto, são apresentadas como um novo produto, como mais um produto para o consumo. Então, consumimos isso e aquilo, e também consumimos essa possibilidade de viver ou de morrer, essa possibilidade de nos integrarmos da maneira como eu falei, de nos dissolvermos nesse grupo, que chamo de grupo identitário.

Eu estava dando uma entrevista à *TV Câmara* logo antes, e veio a pergunta: *"O que vocês estão falando, de onde estão falando"*. A preocupação é que nós vivemos numa sociedade. E há dois componentes: o primeiro é que existe a promessa de sucesso — e vou falar do drama da juventude —, se o jovem estudar, se empreender, ele vai ter uma ascensão. Só que, ao mesmo tempo, o mundo não oferece futuro.

Hoje, quando lemos jornais e vemos a Internet, voltamos ao momento da guerra fria, a guerra está cada vez mais quente, não temos certeza nem se o mundo dura mais uma geração.



40
[assinatura]

Do ponto de vista econômico, nós vemos o fenômeno das migrações forçadas, o fenômeno das crises sociais, das crises econômicas — vivemos no Brasil particularmente isso.

Portanto, há uma promessa de futuro que não se realiza e a possibilidade de leitura do mundo que é de desesperança. Ao mesmo tempo, dizemos a esse jovem: *“Seja forte, seja empreendedor, seja qualquer coisa, e o mundo vai te dar esse retorno”*. E nós sabemos que trabalhamos para o gozo de 1% da população. Hoje, num mundo cada vez mais neoliberal, em que há cada vez mais competição sem limites entre países, entre empresas, entre grupos, entre tudo, é oferecida ao sujeito a possibilidade de trabalhar para o gozo de uma pequena elite. Está cada vez mais longe a ideia de políticas distributivas, de paz social, de igualdade social. Isso contribui fortemente para esse processo de desesperança.

Por outro lado, há uma ideia que eu acho muito interessante e que tem a ver com o Baleia Azul diretamente de que as pessoas não podem sofrer, de que todo sofrimento é um mal em si. Há a promessa de que é possível viver sem sofrimento, é possível passar sem sofrimento.

Nós vivemos numa sociedade ocidental que tem como ícone religioso, por exemplo, alguém que levou o seu sofrimento até o último estágio, não buscou em relação ao seu destino um atalho. Esse é o mito de um dos heróis fundadores do pensamento ocidental. Todo mundo entendeu o que eu falei? (*Riso.*) Estou falando do cristianismo.

Curiosamente toda a possibilidade de sofrimento é vista como negativa. É a ideia de que há solução; é a ideia de que eu não vou sofrer. Isso é incompatível com a realidade. As pessoas acabam sofrendo. Isso coloca uma quantidade de gente — estou falando da criança e do adolescente, praticamente do adolescente — numa situação de fracasso social. Não consigo viver sem esse sofrimento. Não consigo superar esse sofrimento.

Aí, seja pelas drogas lícitas, seja pelas drogas ilícitas, seja por uma série de outros modos de viver, seja por um excesso de oferecimento de milhares de terapias possíveis, fica todo mundo correndo atrás de uma ilusão, que não é a ilusão de ser feliz, o que perseguimos, mas a ilusão de não sofrer. Esses grupos identitários trabalham, organizam muito essa ideia.



Há uma questão muito interessante no Baleia Azul e em outros casos. De alguma forma crio a ideia de que sou muito poderoso, porque passo a subjugar o outro através do hetero sofrimento, da heteroviolência. Vemos no Youtube a questão do suicídio, mas há vídeos de pessoas que ficam zoando o outro — coma pimenta com geleia, belisque o corpo, espete não sei o quê — como brincadeiras. Vira brincadeira infringir sofrimento ao outro.

Há também o sofrimento que se autocoloca no sentido de que você sofre, mas na denúncia do seu sofrimento, ou até do seu suicídio, você também infringe sofrimento ao outro. Eu lembrei aquela série da menina que se suicida, etc., que é bem interessante. Visualizando, olhando aquela série, você diz assim: *"Ela está contando, ela está simbolizando"*. Então, sob o contexto analítico, entendemos que ela vai conseguir sair disso, porque está conseguindo contar sua história, simbolizar. Mas, não, ela se mata. E o suicídio dela fica nesse lugar de infringir sofrimento ao outro. O curioso na série é que, em nenhum momento, há um processo de responsabilização do seu próprio destino. *"Eu sofro por causa dos outros."* Então, nesse sentido, está autorizado o meu suicídio, mas indicando a culpa dos outros, passando o sofrimento ao outro também, infringindo ao outro um sofrimento.

Eu quis dar uma contribuição menos formal, menos normativa. É claro que o Conselho tem a obrigação social de debater esse tema, de colocar esse tema. Acho importante... Uns repórteres me fizeram uma pergunta hoje: *"Tem que ser debatido ou não? O suicídio aumentou ou não? Aumentou porque foi debatido ou porque não foi debatido?"* Eu acho que isso é fundamental.

Primeiro, a questão do suicídio está sendo tratada pelas políticas públicas no Brasil. Eu faço uma sugestão a todos, inclusive a você, Marcelo. Existem bons e excelentes programas de prevenção ao suicídio ligados ao Ministério da Saúde. Existe uma rede pública de equipamentos e cursos de formação para profissionais da saúde.

Então, eu acho que também seria interessante, além dessa contribuição da sociedade, que é sempre bem-vinda, essa preocupação com o que está acontecendo nas políticas públicas, que, de uma maneira responsável, têm feito o debate e têm dado contribuições, inclusive para os profissionais de saúde e de outras áreas poderem atuar preventivamente em relação a isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Mais 1 minuto para o senhor concluir.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI - A campainha foi por causa do meu tempo? É isso? Eu não estou muito acostumado a essa coisa, mas imaginei que fosse. Eu queria, novamente, ressaltar as três principais questões. Em primeiro lugar, essa não é uma situação nova. Por que eu falo que não é uma situação nova? Para nós não entrarmos num pânico social. Prevenir e denunciar não significa criar um clima de que tudo está perdido, de que tudo está acontecendo. Eu acho que isso é importante também. Inclusive, esse clima ajuda os nossos inimigos nessa área. Em segundo lugar, nada justifica mais repressão, nem a que houve hoje nem na Internet. Há o Marco Civil, e temos uma discussão. Tem que haver mecanismos que nos defendam não só do Baleia Azul, mas de um conjunto de conteúdos. O Marcelo colocou umas coisas. Temos que debater inclusive sobre isso. Em terceiro lugar, nós estamos falando de uma juventude que não está sendo atacada pelo Baleia Azul. Ela está sendo atacada pelas condições de vida, sociais; pela falta de esperança; por uma crise de futuro, de identidade de futuro. Isso não acontece só no Brasil, é um fenômeno mundial. Cada vez mais, não se tem esperança no futuro, não se tem paciência.

Ainda no terceiro item, mas que poderia ser um quarto item, há uma coisa sobre a qual o debate é muito caro. Trata-se da ideia de uma “terapeutização” da sociedade, como se tudo dependesse de remédios e de terapias — eu não estou falando só de remédio físico —, de que as pessoas são incapazes de se cuidar, de que as famílias são incapazes de educar. Acho que isso é fundamental para o nosso debate, e a Psicologia vem se insurgindo contra isso.

Muito obrigado pela participação, pela oportunidade. Ficamos à disposição

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado ao Sr. Rogério.

Eu passo a palavra agora à Sra. Leila Herédia, para a sua apresentação.

A SRA. LEILA HERÉDIA - Bom dia, Presidente. Em nome do Centro de Valorização da Vida — CVV, eu agradeço o convite da Comissão de Ciência e Tecnologia. Bom a dia a todos os Deputados, aos demais integrantes da Mesa, a todos os que assistem a este debate tão importante, que o acompanham.



Eu vou falar bem rapidamente sobre o que é o CVV, como funciona o nosso trabalho, para aqueles que não sabem, mas, antes de qualquer coisa, entendemos que o Baleia Azul não é um jogo, é um desafio. Por quê? Porque o jogo implica algo lúdico, implica a brincadeira, implica o prazer, o que não acontece com esse desafio.

O CVV é uma entidade formada exclusivamente por voluntários. Somos cerca de 2 mil voluntários em todo o País, com 70 postos que atendem à população. E o que nós fazemos? Basicamente, o CVV ouve as pessoas. Nós funcionamos como um pronto-socorro emocional. Não somos ajuda médica, muito menos ajuda psicológica, especializada, mas estamos lá quando a pessoa precisa conversar, desabafar, falar sobre aquilo que está doendo, sobre as suas angústias, os seus medos, os seus temores. Estamos à disposição 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, nos 365 dias do ano, muitas vezes, durante a madrugada, quando bate aquela solidão, e, às vezes, a pessoa não tem sequer com quem conversar.

Nós já existimos no Brasil há 55 anos. Somos uma das entidades mais antigas.

Como eu falei, o serviço não é profissional. Qualquer pessoa pode ser voluntária, desde que passe por um treinamento específico. E a base do nosso serviço é o sigilo e o anonimato. A pessoa vai poder ligar para lá, conversar de forma totalmente sigilosa e falar o que ela não falaria com outra pessoa, o que ela não desabafaria com outra pessoa. Nós conversamos com essa pessoa, sem qualquer problema, sem julgamento, garantindo o anonimato.

O nosso trabalho é baseado na abordagem centrada na pessoa. Essa terapia foi criada por Carl Rogers. E o que nós fazemos? Ouvimos, com aceitação, com respeito, o que o outro tem a dizer.

Neste eslaide, eu passo alguns dos números. Atualmente, no Brasil, nós temos 32 suicídios por dia. No mundo, há 1 suicídio a cada 40 segundos. Enquanto estamos falando aqui, várias pessoas estão se matando o tempo todo.

Por isso, nós entendemos que isso é uma questão de saúde pública em que devemos atuar. Hoje, uma das principais barreiras à prevenção é o tabu. Por exemplo, se você vira e fala para alguém assim: *"Ah, eu estou mal hoje. Eu não estou bem"*. A pessoa já sai de perto, olha meio enviesado. É meio que um espanta



42
[assinatura]

bolinho. As pessoas têm muito pudor de falar. Na maioria das vezes, você coloca aquele sorriso social e vai viver a sua vida.

Temos cerca de 800 mil mortes por ano no mundo. Várias pessoas são impactadas por essas mortes. A estimativa dos especialistas é de que entre 10 e 20 pessoas sejam impactadas por morte, por suicídio.

Um dado muito interessante da Organização Mundial de Saúde é que 90% dessas mortes podem ser evitadas, porque, no momento em que elas ocorrem, a pessoa está passando por algum transtorno, alguma questão de saúde mental ou alguma dificuldade, com a qual ela não está sabendo lidar, e, às vezes, ela não vai buscar a ajuda necessária.

No CVV hoje, nós fazemos 1 milhão de atendimentos por ano nos diversos canais, principalmente por telefone, que é o principal meio. Nós atendemos pelo número 141 na maior parte das capitais, mas também atendemos por *chat*, *Skype* e *e-mail*. Atualmente, também estamos implantando o número 188, que é fruto de uma cooperação técnica com o Ministério da Saúde e, até 2020, estará em todo o Brasil. Esse número torna as ligações gratuitas. Hoje o serviço é gratuito, mas a pessoa paga o pulso do celular. A partir daí, ela não vai precisar pagar.

Eu trouxe alguns números só para vocês terem uma ideia. Atualmente, na população entre 15 e 29 anos, o suicídio já é a segunda principal causa de mortes no mundo. A primeira é acidente de trânsito. Então, o suicídio mata mais do que o HIV. Em relação a meninas entre 15 e 19 anos, essa já é a primeira causa de morte. Ficamos assustados ao perceber esses números.

Nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a Cássia Kis foi à televisão falar do câncer de mama, mostrar como se apalpava as mamas. Na época, um grande tabu foi quebrado também. Não se fazia isso em rede nacional. A partir dali, conseguiu se reverter os números. Da mesma forma, entendemos que, a partir do momento em que isso acontecer com a questão do suicídio, também teremos melhores resultados, menos pessoas se matando, menos pessoas em estados graves de depressão.

No caso do suicídio, na realidade, a pessoa não quer se matar. Ela está comunicando um sofrimento com o qual ela não consegue lidar; tem dificuldades de dar conta daquilo; não vê como se livrar daquela dor naquele momento; não sabe



como deixar de sentir aquela angústia, que, para ela, é insuportável. E o CVV vai atuar, nesse momento, como um pronto-socorro emocional.

Eu também trouxe outros números aqui referentes à automutilação. Trata-se de um estudo americano com dados de especialistas. Dizem que a automutilação, em geral, vai acontecer a partir dos 12 anos, 13 anos, até mais ou menos os 30 anos. Essas são, mais ou menos, as faixas etárias em que os especialistas percebem. Eles apontam como motivadores essa dor emocional sobre a qual falei, essa angústia insuportável.

Muitas vezes, o jovem, por conta de tudo o que está passando e vivenciando naquela mudança de vida, não dá conta; e, às vezes, ocorre a autopunição e uma busca por sensações.

E um dado dessa pesquisa que é muito interessante é o efeito de contágio: 18% das pessoas que se automutilaram estavam em grupo. Então, existe essa questão do grupo. Isso foi apontado aqui pelo Dr. Rogério.

No CVV Web, que é um dos nossos canais de atendimento, percebemos que mais de 70% das pessoas que procuram ajuda e vão teclar conosco têm mais de 30 anos. E praticamente metade dessas pessoas, cerca de 40%, manifestam abertamente a vontade de morrer. Podemos imaginar que isso acontece como numa panela de pressão. A pessoa está com aquela dificuldade. Às vezes, quando ela consegue falar, quando consegue desabafar e dizer que quer morrer, que quer se suicidar, isso funciona como uma válvula de escape. A pessoa se sente avaliada pelo simples fato de poder falar aquilo com outros.

O que nós vemos como necessário? Conversar, conversar, conversar. Conversar sempre! E essa não é uma atribuição do CVV, dos médicos, dos psicólogos, mas essa é uma tarefa de toda a sociedade. Quando vemos um amigo, um parente ou um familiar nessa situação, podemos oferecer ajuda, perguntar o que a pessoa está sentindo, como ela está. Temos que estar preparados para ouvir, de fato, o que se está passando dentro dela.

Outra questão que é importante destacar é a necessidade de desenvolver essas habilidades emocionais desde a infância. Hoje, quando a criança cai, dizemos para ela: "Não doeu, não doeu". Então, já estamos fazendo com que ela pare de falar sobre os seus próprios sentimentos, sobre as suas emoções. E as crianças têm



que aprender, desde cedo, a lidar com as frustrações, com as dificuldades, com os limites. Isso faz parte do nosso crescimento mesmo.

Eu trouxe este gráfico para vocês verem como o mês de abril foi bastante atípico para nós, como houve um salto em todos os nossos canais de atendimento. A linha azul ali corresponde às visitas à nossa página. O número de visitantes únicos ao nosso *site*, em abril, subiu de 75 mil para 305 mil. E a maioria, cerca de 70%, são novos visitantes. As pessoas, nesse período, puderam falar mais abertamente. Elas não só tomaram conhecimento do serviço, mas também puderam falar mais abertamente sobre o que estava se passando. Elas encontraram um canal com esse sentido no CVV.

E, aqui, falando rapidamente sobre a questão do número 188, que é uma experiência-piloto que já está funcionando no Rio Grande do Sul, também podemos fazer um paralelo. Lá, o número de ligações aumentou cinco ou seis vezes em relação ao nosso patamar antes de o pulso ser gratuito. Tínhamos trezentas e poucas ligações. Hoje, temos mais ou menos 1.500. Chegamos a ter o pico de 2.300 ligações por dia. No mês de abril, nós também saltamos do patamar de, mais ou menos, 20 mil ligações/mês para 60 mil.

Então, percebemos também que as pessoas passaram a usar o serviço. Fizemos campanha na televisão, com o apoio da RBS, mas também houve o fato de o assunto ter estado tão em voga durante todo o mês de abril.

Nesse projeto-piloto, como eu estava falando, em pouco mais de 1 ano de funcionamento, já recebemos 350 mil chamadas, e o pico foi em abril, como eu já disse.

Outro dado interessante é que antes do número 188 no Rio Grande do Sul, 70% das nossas chamadas eram de telefones fixos. Atualmente, temos 90% das ligações de celulares. Vimos que a população carecia, de fato, desse tipo de serviço. Agora, ela tem acesso.

Até outubro deste ano, mais quatro Estados também terão esse tipo de ligação gratuita — Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Piauí —, com um público médio estimado de 40 milhões de pessoas, que poderão ligar para nós.

Isso aqui é um trecho do Rubem Alves, que eu deixei registrado.



Essa é uma das nossas campanhas. Há a necessidade de compartilharmos sempre o que estamos sentindo e os nossos tipos de intervenção e atendimento. Então, além dos telefones nºs 141 e 188, para chamadas originadas no Rio Grande do Sul, há o *chat*, o Skype e o *e-mail*. Todos eles estão disponíveis pelo nosso *site* cvv.org.br.

No nosso *site*, todos podem encontrar o endereço dos nossos postos. Nós também atendemos pessoalmente, se a pessoa quiser. Além disso, fazemos atendimento a vítimas de tragédias. Há grupos de apoio a sobreviventes. Há cerca de 20 grupos em funcionamento hoje, ou seja, atendemos presencialmente as pessoas que tentaram suicídio e sobreviveram e aquelas que perderam algum familiar pelo suicídio. Esses grupos de apoio funcionam, e as pessoas podem participar. Ainda contribuimos com campanhas de esclarecimento e com convênios com entidade. Estamos em todas as mídias sociais também, no Facebook, no Youtube, no Twitter, no Instagram, pelo perfil @cvv141.

Era isso basicamente o que eu queria destacar para os senhores. Desculpem-me se eu fui bem sucinta. Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigada, mais uma vez, Deputado, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sra. Leila, pela sua apresentação.

Eu passo a palavra ao Dr. Renato Opice Blum, para a sua apresentação.

O SR. RENATO OPICE BLUM - Obrigado, Deputado Sandro Alex. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa e pela liderança desse tema. Bom dia a todos!

Eu conversava agora com o Thiago Tavares, aqui ao lado, e confesso que fiquei extremamente mais preocupado do que eu já estava — a minha plaquinha até foi para o chão.

Eu vou fazer uma apresentação, mas eu quero, inicialmente, expor dois temas, que, de acordo com meu entendimento, são os principais, os mais delicados e os mais sensíveis.

Primeiro ponto: educação digital ou falta da educação digital — não necessariamente para os adolescentes em si, considerando a explicação técnica que estou ouvindo aqui, do ponto de vista psicológico, mas para a sociedade como um todo — e os riscos relacionados ao uso das novas tecnologias, ao uso das redes



sociais, ao excesso de informação que nós recebemos hoje. E quero pontuar a questão do excesso de informação *versus* a falta de educação digital que nós temos.

O que falta neste momento? Um estímulo mais direto, mais efetivo, mais objetivo. Eu entendo que isso deva vir do Estado, talvez até por força de lei ordinária específica, obrigando e implementando políticas, cadeiras, matérias, em todo o tipo de instituição onde for possível fazer essa divulgação ou esta, entre aspas, "educação". Este é o primeiro ponto que eu quero estimular e destacar aqui.

O segundo ponto é mais complexo, mais delicado — é difícil até falar que é mais complexo, quando falamos da falta de educação digital —, mas é algo que envolve uma mistura disso tudo: a tecnologia *versus* a questão da legislação, *versus* a questão técnica.

Eu sempre digo que hoje, infelizmente, nós temos uma dificuldade e um grande inimigo, que é o tempo. E a nossa dificuldade, como pessoas físicas, é acompanhar minimamente a evolução tecnológica. Temos dificuldades corporativas e dificuldades legais.

Como a legislação, minimamente, pode acompanhar e como os Tribunais estão entendendo e compreendendo os reflexos oriundos de certas questões envolvendo o uso, talvez, irresponsável da Internet?

Dentro desse foco, o mundo neste momento debate um ponto muito complexo: a questão das notícias falsas ou *fake news*. Isso ocorre em virtude da possibilidade que existe hoje, muito intensa, muito real, de você conseguir induzir comportamentos, de você conseguir fazer com que algo que não é verdade, uma mentira, pareça verdade, novamente em função do tempo. Hoje tudo é muito imediato.

Conversando aqui rapidamente com o Thiago, com relação a essa questão das *fake News*, eu comentei: "*Thiago, há algumas notícias que demonstram que talvez não exista o jogo Baleia Azul*". E o Thiago me confirma: "*Não existe mesmo o Baleia Azul*". O Baleia Azul é um boato, um boato que foi amplamente disseminado a partir da notícia, da liberdade da informação, que existe e deve continuar existindo. Por sua vez — vejam que curioso —, esse boato acabou estimulando diretamente aqueles que procuram a obtenção da dor, a obtenção do sofrimento, a irresponsabilidade. Esse é o problema que eu acho mais complicado. Muitos



acabaram, sim, criando algumas versões do tal Baleia Azul. Infelizmente, essas versões acabam, conforme explicações técnicas dadas aqui, por seduzirem adolescentes, pessoas em geral, inclusive adultos. Talvez consigamos combater um pouquinho essas ocorrências com a educação digital, com os estímulos à educação digital.

Por outro lado, surge a questão: O que nós podemos fazer com relação à tal ou às tais *fake news* ou notícias falsas? Hoje nós tivemos esse estímulo pelas eleições e temos agora o exemplo clássico, específico, direto, real, do suicídio ou da mutilação envolvendo os ou as Baleias Azuis. Será que existe alguma forma de controlar? Se existe alguma forma de controlar esse tipo de ação que induza o indivíduo ao suicídio ou à automutilação, nós devemos adotá-lo, sem dúvida nenhuma, para evitar morte, para evitar sofrimento, para evitar um mal maior.

Então, eu estou tentando aqui conjugar educação digital, questão tecnológica e a legislação, porque a legislação deve, sim, ser atualizada quando o Estado, quando a sociedade se torna incapaz de gerenciar determinada situação.

Nós estamos falando neste momento de suicídios, de mortes, de automutilação, e o Thiago vai trazer alguns números aqui, confesso, impressionantes.

Dentro do ponto de vista legal hoje, vamos utilizar um pouquinho do Direito Comparado. A Europa, que está liderando esse debate, especialmente com relação à questão *fake news*, traz dois pontos. Vamos, então, primeiro, estudar o que a legislação pode fazer e o que nós podemos evoluir nesse ponto.

Segundo, vamos estudar o que as aplicações podem fazer. Então, vamos ver quais são as ações efetivas que o Facebook, que o Google, que todos esses serviços, que todas essas redes sociais podem fazer para diminuir a intensidade disso. Eu não diria eliminar isso, porque eu acho complexo, mas ações para diminuir. Talvez eles usem até questões envolvendo a própria inteligência artificial, a questão cognitiva, o sistema Watson, para que se consiga evitar a disseminação dessas informações ou desses estímulos a esse tipo de comportamento. Esses esforços devem ser estimulados e adotados na medida do possível: a evolução, o aprimoramento, o aperfeiçoamento de termos de uso.



45
[Assinatura]

Por que termos de uso? Porque nós tínhamos aqui. Foi citado inclusive o Marco Civil da Internet. E eu tenho alguns elogios e algumas críticas ao Marco Civil. Como eu disse, um dos nossos grandes inimigos, talvez o principal deles, seja o tempo. O Marco Civil da Internet hoje, para conteúdos ilegais, traz uma certa dificuldade quando a aplicação não prevê aquela situação nos seus termos de uso.

Essas circunstâncias relacionadas a esse tipo de jogo, a esse tipo de notícia, se não estiver previsto, pode trazer um atraso, considerando que, quando se identifica esse comportamento ilegal, essas ações ilegais, essa identificação já acontece atrasada. Então, no menor tempo possível, essas ações, inclusive a atualização de termos de uso, devem ser adotadas.

Finalizando, vou passar aqui alguns eslaides pontuais.

A minha preocupação está na falta de educação digital. A solução seria um estímulo direto por parte do Estado e da legislação. O segundo ponto se refere à exacerbada e descontrolada proliferação dessas notícias falsas, que acabam propiciando comportamentos altamente nocivos, estimulando, vamos dizer, criminosos a praticarem atos contra pessoas vulneráveis. A consequência que nós temos é essa: milhares de pessoas se automutilando e se suicidando.

Citei aqui três possibilidades para se trabalhar. Não tenho resposta efetiva, mas entendo que a legislação deva ser atualizada, sem dúvida. Esse debate é permanente. Citei a questão da implementação de novas tecnologias e a colaboração efetiva das aplicações como um todo. Houve aqui a demonstração de algumas ações importantes, e isso deve ser, sem dúvida alguma, estimulado.

Vou passar aqui alguns eslaides. Permita-me, Deputado, fazer isso de pé, porque fico um pouco mais à vontade.

Deixo minhas redes sociais à disposição dos senhores e o convite para que todos participem desse debate junto comigo.

(Segue-se exibição de imagens.)

"Nova vítima da Baleia Azul recebia instruções de madrugada pelo telemóvel."

Telemóvel é como nós chamamos o telefone celular em Portugal. Então, notem: essa questão é global. Vamos reforçar também esse ponto. Não é uma prerrogativa, uma consequência só do Brasil. Trata-se de um esforço que tem que ser feito globalmente. Eu citei aqui a União Europeia, mas os Estados Unidos



também têm algumas ações nesse sentido. Inclusive, por que não, talvez seja esse o caso, dada a dificuldade do segundo ponto que eu citei, termos um esforço internacional, capitaneado pela ONU ou por qualquer outra organização, talvez até pelo Conselho da Europa.

Quero citar outro ponto aqui. Notem: *"Nova vítima da Baleia Azul recebia instruções pelo telemóvel"* — instruções complementares. Então, às vezes, o primeiro contato pode acontecer numa aplicação, numa rede social.

Hoje tudo é muito dinâmico. Nós temos vários canais de comunicação. Daí essa complexidade. Quando se fala em educação digital, até pelas explicações técnicas que foram dadas, do ponto de vista psicológico, às vezes, é difícil conseguir entender por que alguém se automutila ou mesmo se suicida, parecendo, muitas vezes, ilógico. A educação digital acaba trazendo esse despertar para as pessoas que estão perto das vítimas.

Quem seriam essas pessoas? Os pais, acima de tudo, a família. Eu acho que a educação digital tem que ser centrada notadamente na família como um todo. Eu digo que todos, sem exceção, estamos envolvidos nesse desafio tão importante e tão delicado.

"Ameaça de envenenamento de crianças ligada ao Baleia Azul causa pânico entre pais". Aqui é uma questão que envolve uma notícia não confirmada, mas é o boato que se propaga muito rapidamente e gera esse tipo de consequência.

A matéria diz que mensagens com ameaça de envenenamento de alunos em diversas cidades do País estariam sendo divulgadas em grupos de WhatsApp. As aplicações também incluem a questão do WhatsApp, do SMS e de todas as formas de comunicação.

Nós temos hoje uma dinâmica muito grande, uma diversidade muito grande e uma dificuldade muito grande do estudo e da compreensão de todas essas questões.

Trago uma comunicação real. Estou usando aqui alguns eslaides da NET que fomentam essas ações de educação digital. Aqui o sujeito está conversando com alguém e fala: *"Jogo sem volta. Já rastreamos o seu IP"*.



Isso é muito fácil! Quando se está conversando com uma pessoa, é possível se identificar o IP. Mas a pessoa que está do outro lado acaba ficando com medo. Eu o encobri, obviamente, mas está lá: *"São Paulo"*.

E continuam: *"A partir de agora estaremos lhe rastreando"*. *"Vão chamar a polícia"*. Vejam aqui que há um indicativo de medo: *"Vão te rastrear"*. Ele escreve assim: *"Nossos IPs são camuflados com tecnologia do Tor Browser"*.

Esta é mais uma dificuldade que é importante trazermos aqui. Existem métodos hoje de navegação anônima extremamente poderosos, como o Tor, que talvez seja o grande exemplo. É muito difícil se conseguir investigar ou quebrar o sigilo, ainda que com ordem judicial, quando há utilização do Tor, infelizmente.

"Ok. A escolha é sua. Logo estarei pedindo para um ADM do jogo fazer o seu trabalho por você. Polícia? Quem são eles perto do grupo Baleia Azul?"

Esse é outro alerta que eu quero fazer. Será que nós temos uma estrutura — quando digo "nós", refiro-me ao mundo inteiro — mínima capaz de gerenciar isso? E já ouso responder que não, em função dessa nossa dificuldade de acompanhar a evolução tecnológica.

E aqui a conversa segue de outro jeito, de uma outra forma ainda mais drástica. Aí nós falamos um pouco da proteção de dados. Temos um debate muito intenso nesta Casa. Ao que tudo indica, nós deveremos aprovar a Lei de Proteção de Dados. Esperamos que isso aconteça da melhor forma possível até o final do ano.

O que o sujeito faz aqui? Ele diz: *"Olha, eu conheço seus amigos, conheço sua família"*. Ele cita nomes inclusive: *"Seus amigos são: Débora, Vinícius, Flávia..."*, etc. Essa é outra forma de coação. Como eles sabem esses dados? Pode ser que ele tenha invadido um sistema, pode ser que ele tenha interceptado, pode ser que, voluntariamente, a pessoa — nós fazemos isso reiteradamente — tenha fornecido esses dados, pode ter havido uma brecha de segurança também.

Há um exemplo que sempre dou: dentro dessa evolução tecnológica, Deputado, nós usamos vários aplicativos. Todos nós, sem exceção. Nós lemos termos de uso? Eu citei aqui os temos de uso das aplicações: Facebook, Google etc. Mas nós temos esse hábito de ler essas informações? Ali estão direitos, deveres e garantias, etc. Não temos esse hábito, mas deveríamos ter. Notem: nós estamos



com um *gap*. Existe algo que não está fechando e temos que consertar isso. Na minha visão, a ação principal é a educação digital.

"Alerta: cibercriminosos obrigam crianças a participar do jogo 'Baleia Azul'". Diz a matéria: "Iniciado na Rússia entre 2015 e 2016, o 'jogo da Baleia Azul' (Blue Whale) está supostamente ligado a uma série de suicídios".

Eu conversava também com o Eduardo, que tem eslaides muito mais interessantes que os meus aqui, e eu coloquei aquela questão: Será que existe o tal do jogo? Fiz isso na minha abertura. Hoje, infelizmente, nós temos várias versões. Não tínhamos ao que tudo indica. Hoje nós temos. E não adianta nós pensarmos que a Internet é muito bonita, etc. Não. A Internet tem muita coisa perigosa. Tem muita gente que quer o mal da outra pessoa, que quer causar o mal, que quer ver sofrimento. E nós temos que educar e estar preparados minimamente para isso, sem dúvida.

Há também o jogo de asfixia. Vamos sair um pouco do Baleia Azul. O jogo da asfixia é aquele jogo em que uma pessoa fica numa parede e outras pessoas pressionam o peito dela até ela desfalecer, apagar, desmaiar. Por mais curioso que possa ser, isso acontece de uma forma muito intensa. Dados preliminares de um levantamento feito com 1.395 crianças francesas e brasileiras, de 9 a 12 anos, mostraram que 40% dessas crianças já participaram desse jogo. Desses 40%, 10% já chegaram a desmaiar. Nós temos aqui vários vídeos, tivemos a apresentação, tivemos a demonstração de esforço do Google. Há vários vídeos sobre o jogo no Youtube: em 2010, havia 500 vídeos; em 2016, 16 mil vídeos. Novamente há o questionamento: Por que fazem isso? É ilógico. Mas estão registradas 1.121 mortes e 135 sequelas. Esse eslaide tem mais ou menos 1 ano, se não me engano.

Outra matéria: *"Criança tem 40% do corpo queimado após imitar brincadeira da Internet"*. Nós voltamos de novo àquela questão: Será que os pais estão acompanhando? Porque não adianta só colocar bloqueio, isso e aquilo. Hoje, pode-se ter acesso através de dispositivos de amigos, até mesmo amigos de escola; através de um *cyber* café, etc. É preciso estar o mais próximo possível, principalmente das crianças, que não têm o seu discernimento aperfeiçoado ou minimamente capaz.



Cito ainda: *“Adolescente morre nos Estados Unidos tentando imitar brincadeira que viu no Youtube”*. Isso é a mesma coisa.

Eu citei aqui a quantidade de vídeos que nós temos, e o Google está se esforçando, tentando tirar, etc. É briga de gato e rato. Por isso, eu disse no início: se existir uma tecnologia capaz de minimamente fazer essa inteligência e conseguir distinguir o ilícito, o nocivo do não nocivo, isso tem que ser adotado.

“Jovem morre depois de inalar gás de buzina em Rio Preto”. Eu pergunto: Quem aqui iria, sabendo o que é um gás de buzina, inalar esse gás de buzina? A chance de morrer é enorme. Não iríamos. Mas essa questão ilógica é novamente real. E as explicações técnicas foram dadas aqui.

Aqui há outras situações: o desafio da canela; o álcool no corpo; aquela em que a bexiga com água vem e tampa a respiração. E daí por diante, só para ilustrar que isso é real, infelizmente.

Eu já fiz as considerações iniciais com relação ao Marco Civil, critiquei um pouco e digo que discordo do art. 18 e seguintes do Marco Civil. E aqui pontuo, Deputado, tecnicamente: antes do Marco Civil — vou fazer o *disclaimer* aqui —, para a remoção do conteúdo ilegal identificado, e estamos falando de condutas efetivamente ilegais contra crianças e adolescentes, avisava-se a aplicação, o provedor de conteúdo, como nós chamávamos, porque ele que tem a chave de ligar ou desligar, de tirar ou colocar. Essa é uma nova realidade. Essa é uma função das aplicações.

O que a aplicação fazia? Tomei conhecimento: segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para se remover era de 24 horas. Isso ainda se aplica hoje com ordem judicial, mas com ordem judicial. E, mesmo assim, 24 horas, na minha visão, praticamente aniquilam qualquer chance de se evitar uma proliferação mais desenfreada. Teria que ser quase em tempo real.

Então, antes do Marco Civil, avisava-se, a aplicação tomava conhecimento, até porque não teria obrigação de monitorar, e se removia o conteúdo ilegal. Não sei também se daria para monitorar 100%. Acho que isso não daria, mas 90% talvez desse. Não tenho essa resposta direta.

O Marco Civil vem e diz: *“Olha, o provedor pode até fazer isso, a aplicação pode até fazer isso”*. Por isso que eu mencionei a atualização dos termos de uso. Eu



acho que isso deve constar nos termos de uso. E por que deveria ser feito nesse menor tempo possível e não com uma ordem judicial? Porque, quando nós descobrimos algo ilegal, a vítima, os pais, a família, os policiais, enfim, os órgãos de investigação, isso já acontece de uma forma atrasada. Nós estamos falando da Internet. A proliferação acontece em 2 segundos. Então, quanto menor for o tempo, mais efetividade nós teremos, a sociedade terá, em evitar esse tipo de comportamento.

O Marco Civil vem e cria certa limitação. Ele restringe esse tipo de remoção em relação a conteúdos sexuais. Minha posição particular, técnica, é de que essa limitação é inconstitucional. Há quatro precedentes já nos tribunais sobre isso, mas é apenas uma consideração técnica.

Para encerrar, o que se considera hoje conduta ilegal, já que estamos falando de conteúdos ilegais? O Código Penal cita a instigação ao suicídio, no art. 122; a lesão corporal e a exposição ao perigo. Há legislação para isso. O que falta, novamente, é a adequação e a equalização com a educação digital e a eficácia, o que é chamado de *enforcement* no Direito norte-americano. Tem que haver efetividade.

A criança até 12 anos, só para pontuarmos, e o adolescente de 12 a 18 também tem o seu grau de responsabilidade. Vou deixar claro aqui. Há aquela visão equivocada de que o sujeito é menor e não terá responsabilidade. Mas, tem, sim. O ECA traz essa responsabilidade. O adolescente de 12 a 18 anos pode responder por um ato infracional e sofrer uma medida socioeducativa. Se ele tem até 12 anos, ele recebe medidas de proteção. Isso está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aliás, há uma lei fresquinha, se não me engano de ontem inclusive, que prevê agora infiltrações de policiais para investigação de pornografia infantil. É uma lei muito atualizada. Eu estava vendo hoje de manhã, junto com o Thiago.

Falei tanto de educação digital, aplicações, termos de uso, um pouco de Marco Civil, esta dificuldade toda, mas, para encerrar essa explanação, quero "linkar" um pouco a questão da educação, que eu disse que tem que ser para todo mundo. Os pais, em especial, nós hoje temos uma obrigação a mais. Visto isso tudo que está acontecendo com o uso da Internet, menciono aqui o art. 1.634 do Código



48

Civil. Nós temos a obrigação de dirigir a criação de nossos filhos de uma forma adequada, com a devida educação.

Vou até ampliar um pouco aqui. Os pais dão essa educação mais próxima, mais familiar. A escola traz a educação mais técnica. Hoje as coisas se intercalam. Hoje, até em função do nosso dia a dia, é muito comum os filhos ficarem quase o dia inteiro nas escolas. Então, a escola hoje tem um papel muito importante. E, conforme eu estimei e citei aqui, eu acho que deve ter até mais, por força de uma futura legislação que pode vir.

Essas são, Deputado, as minhas considerações. As minhas redes sociais estão informadas aqui. Contem sempre comigo, no que eu puder ajudar, colaborar, nessa tarefa tão difícil, que é tentar minimamente dar um pouco de conforto não só às crianças e aos adolescentes, mas aos pais e à sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Renato Opice Blum, pela sua apresentação.

Eu passo a palavra a Thiago Tavares.

V.Sa. tem 15 minutos.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Sandro Alex. Eu quero saudá-lo, bem como a todos os colegas de Mesa e nobres Deputados e Deputadas presentes, e o distinto público que nos acompanha presencialmente nesta audiência pública e também pela TV Câmara.

Eu vou usar do precedente do meu amigo Renato e pedir permissão para falar de pé, porque assim consigo acompanhar os meus eslaides. Com licença.

Agradeço mais uma vez o convite. Vou passar alguns eslaides de contexto.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SaferNet Brasil atua há 11 anos no Brasil, defendendo os direitos humanos e as liberdades na rede. Nosso compromisso é conscientizar, ou seja, trabalhar com educação para promover boas escolhas *on-line*. Nós acreditamos, portanto, que a educação promove o conhecimento, que proporciona escolhas. Quem tem escolhas tem liberdade para optar. Navegar com segurança é navegar com liberdades, é fazer boas escolhas *on-line*. Então, acreditamos muito neste binômio, liberdade mais



conhecimento, que gera oportunidades e capacidades para se fazerem boas escolhas *on-line*.

Muito bem, indo direto ao ponto, falo em relação ao caso Baleia Azul. Eu dividi a minha apresentação, Deputado, em três tópicos: o que nós sabemos; o que nós fizemos, especialmente nos últimos 30 dias; e algumas recomendações que nós trouxemos ao Congresso.

O que sabemos? A história da Baleia Azul, o *hoax*, ou seja, o boato da Baleia Azul, chega ao Brasil, com força, no dia 1º de abril deste ano, dia também conhecido como dia da mentira. No dia 1º de abril, uma grande rede de TV veiculou, em seu jornal em horário nobre, uma matéria baseada em informações que circularam anteriormente na Rússia, em 15 de março de 2016, ou seja, a história tinha mais de 1 ano quando chegou ao Brasil. A notícia original foi veiculada na Rússia em 15 de março de 2016. Então, 1 ano e 15 dias depois, ela chega com força ao Brasil por meio dessa matéria televisiva.

E chega por meio de uma abordagem muito equivocada, porque a imprensa, ao tratar de casos de suicídio, deve seguir uma série de protocolos, exatamente em razão do efeito contágio, que foi já mencionado aqui pelo Dr. Rogério e pela Dra. Leila. E a matéria não segue as recomendações mínimas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Existe um manual, desde 2000, editado pela OMS, com recomendações para a imprensa tratar desse assunto. O manual é quase um tutorial e explica quais são os desafios, como participar desses desafios, as consequências, as fotos, as imagens, etc.

Qual foi a consequência disso? A consequência disso está aqui. Este é um serviço público do Google, o Google Trends, que mostra as tendências de busca. Então, se a pessoa acessar o Google Trends, poderá verificar o comportamento das buscas por determinado assunto. Logo depois da veiculação dessa matéria, no dia 1º de abril, aconteceu isto aqui: uma explosão, um aumento de 1.150% nas buscas feitas no Brasil, no Google — e a ferramenta traz a evolução por Estado da Federação —, por informações sobre o desafio da Baleia Azul, o jogo da Baleia Azul, os tópicos relacionados, suicídio, jornal. Enfim, a ferramenta mostra as pessoas procurando informações sobre a matéria.



Vejam esse gráfico. Essa é a curva de evolução das buscas feitas no Brasil. Vejam que o ponto de inflexão é exatamente o dia 1º de abril, quando a matéria é veiculada nessa grande rede de TV. A linha sobe imediatamente no dia da matéria e no dia seguinte; depois, ela cai e, em seguida, assume uma curva extremamente ascendente. Por quê? Porque a matéria que repercutiu a *fake news*, a notícia falsa veiculada na Rússia em 15 de março de 2016, e que chegou ao Brasil de forma sensacionalista e alarmista, acabou servindo de gatilho para esse efeito contágio já mencionado.

São 120 mil casos de tentativas de suicídio por ano no País, são 12 mil mortes por ano, ou seja, como já foi dito aqui, 1 morte por hora. Mais de 1 morte por hora é causada por suicídio. E, sempre que sai uma matéria explicando o *modus operandi*, como aconteceu, como a pessoa conseguiu se matar, etc., aqueles que já tentaram o suicídio acabam copiando, tentam reproduzir o mesmo ritual.

Voltamos à discussão. O que lemos, inclusive na imprensa, é real ou falso? O Safer Internet Centre da Bulgária, em 13 de março de 2017, ou seja, antes da veiculação da matéria pela *Record*, já tinha se posicionado e dito claramente: “*O Blue Whale*” — a Baleia Azul — “*é uma fake news*”. E na Bulgária eles investigaram isso a fundo, porque a notícia surgiu na Rússia, mas começou a se espalhar pelos países do Leste Europeu, e depois ela chegou aos Estados Unidos e aos outros países da Europa pela via dos tabloides. Quem veiculou essa informação na Inglaterra? Os tabloides ingleses, que ganham em cima disso e não tem muito compromisso com a qualidade da informação que veiculam.

Então, no dia 13 de março, o Safer Internet Centre da Bulgária já tinha desmentido essa informação. Posteriormente, o Safer Internet Centre do Reino Unido também se posicionou formalmente, dizendo: “*O jogo da Baleia Azul é um exemplo de matéria falsa e sensacionalista*”.

O Snopes, que é uma agência de *fact-checking*, ou seja, de checagem de informação, produziu um longo levantamento. Há um longo *post* no *site* deles que explica por que essa notícia é falsa. E não há nenhuma evidência que comprove que as 130 pessoas que morreram na Rússia têm relação com esse jogo.

Então, discutir o impacto das *fake news* é importante nesse contexto. As *fake news* têm esses *modus operandi*: elas podem surgir a partir de uma sátira ou



paródia — ou seja, aparentemente, elas não têm a intenção de causar alarme, mas elas têm o potencial de gerar alarme; elas podem usar a técnica de produzir conteúdo equivocado, conteúdo falsamente atribuído a outras pessoas; elas podem usar fontes genuínas e mudar o contexto das declarações, o contexto das manifestações, para tentar legitimar outras informações; elas podem usar conteúdos que são 100% falsos, que têm como objetivo único e exclusivo espalhar o alarde e, muitas vezes, monetizar o retorno desses conteúdos falsos; elas podem usar conexões falsas, contextos falsos e conteúdo manipulado. Então, existem várias técnicas de produção de *fake news*.

Essa pesquisa foi feita em março deste ano na Inglaterra, ou seja, é muito recente, e tem produzido bastante conhecimento sobre o assunto. O Brexit foi bastante influenciado pelas *fake news*, assim como a eleição de Donald Trump e, agora, a eleição de Emmanuel Macron, na França. Qual é a percepção da própria imprensa em relação às *fake news*? Na Inglaterra, 77% das empresas de mídia tradicional, deliberadamente, detectam o que é notícia falsa e afirmam: “Isso é boato, isso é notícia”; 68% não checam se a história é verdadeira ou falsa.

Aqui no Brasil, algum jornalista tentou fazer aquilo que qualquer jornalista investigativo faria, que é tentar jogar o jogo e ver se ele de fato existe, infiltrar-se num grupo de WhatsApp, de Telegram, o que seja, e interagir com a suposta organização criminosa que está comandando essa célula de controle que espalha o jogo pelo País? Não. Eu não conheço nenhum jornalista que tenha se dado ao trabalho de começar a jogar o jogo e depois nos contar a história. Desconheço.

Na Inglaterra, 61% dos veículos de imprensa usaram a *fake news* e a moldaram à sua visão e à sua agenda política e regulatória; outros 56% se posicionaram e deixaram clara a sua visão política ou a sua agenda regulatória, que pode ser oculta ou pode ser explícita. Isso na Inglaterra.

Como a *fake news* é percebida pela população? Esses dados são dos Estados Unidos, onde há uma grande produção de notícias falsas. Aqui vemos alguns exemplos, entre eles o da notícia falsa de que Donald Trump usou seu próprio avião para transportar 200 *marines*. Essa foi uma *fake news* veiculada. Quarenta e nove por cento da população americana entendeu que essa notícia era muito acurada, que fazia sentido, ou seja, acreditou, foi influenciada pela *fake news*.



Há outros casos. Por exemplo, "*Papa Francisco choca o mundo e endossa a campanha de Donald Trump para Presidente*". Vinte e oito por cento da população americana achou que isso era verdadeiro, que o Papa Francisco realmente tinha feito isso. Ou seja, as *fake news* são um problema real. Esse aqui também é um dado recente. A fonte dessa pesquisa é a Ipsos, uma empresa de pesquisa reconhecida no mundo inteiro. Quando você olha os números de compartilhamento dessas notícias, você vê que elas conseguem se propagar e alcançar uma quantidade muito grande de pessoas. A notícia, a *fake news* de que o Papa Francisco teria endossado a campanha de Trump gerou 960 mil engajamentos no Facebook. Isso significa, Deputado, que quase 1 milhão de pessoas compartilharam, curtiram e ajudaram a espalhar a *fake news*.

E qual é o objetivo das *fake news*? Existem vários. Um deles é o de manipular a opinião pública. Esse é um dos principais. Isso é muito usado no contexto político.

Em relação ao Baleia Azul, o que nós da SaferNet sabemos? Desde o surgimento das primeiras notícias sobre a chegada desse *hoax*, desse boato, o Baleia Azul, ao País, a SaferNet tem coletado evidências e trocado informações com linhas de denúncia (*hotlines*) e linhas de ajuda (*helplines*) no Brasil e no exterior. Nós, no Brasil, operamos as duas linhas, tanto a linha de denúncia quanto a linha de ajuda, no caso, a *helpline*. Temos o Centro de Valorização da Vida — CVV e também o *helpline.org.br*, um portal de ajuda também operado por psicólogos.

Não encontramos nenhuma evidência que comprove a existência de uma ação coordenada, tampouco uma estrutura centralizada de comando e controle, no Brasil ou no exterior, que supostamente seria responsável por criar grupos em aplicativos de troca de mensagens e fóruns em redes sociais com o objetivo de recrutar, reunir ou agrupar adolescentes e jovens e induzi-los a cometer suicídio.

Eu ouvi a campanha tocar, mas vou contar com a generosidade do Deputado Sandro Alex. (*Riso.*)

As evidências coletadas pela SaferNet no Brasil e por vários Safer Internet Centers no exterior indicam a existência de grupos descentralizados criados por indivíduos — ou seja, não são organizações criminosas, mas indivíduos —, em sua maioria adolescentes e jovens, muitos deles em situação de vulnerabilidade, que estão passando por sofrimento psicológico grave, que estão vulneráveis e acabam



criando grupos para tentar reunir outros na mesma condição, com o objetivo de fazer “trollagem” — muitos grupos são de “trollagem” —, praticar *cyberbullying* — o objetivo claro de vários grupos é a prática de *cyberbullying* —, e, em alguns poucos casos isolados, incitar ou induzir outros adolescentes e jovens vulneráveis a cometer suicídio.

A criação de fóruns na *web* com conteúdos de incitação ou auxílio ao suicídio é um fenômeno conhecido há décadas, tendo os primeiros casos no Brasil sido reportados pela SaferNet em 2006, 11 anos atrás. Esse fenômeno, portanto, não surgiu com o Baleia Azul.

A superexposição dos casos concretos de suicídio na mídia e nas redes sociais tem gerado um ciclo perverso que se retroalimenta: o alarmismo produz pânico na população, que aumenta o medo e a preocupação de pais e educadores e que pouco contribui para ajudar aqueles em situação de sofrimento emocional, sobretudo de pessoas vulneráveis e suscetíveis ao efeito contágio.

Eu trouxe, Deputado, uma matéria do *The New York Times* de 1987, ou seja, de muito antes do surgimento da Internet comercial no mundo. Essa matéria de 1987 já chamava a atenção para o efeito contágio provocado pela divulgação de notícias que detalham casos de suicídio.

É por isso que vigora na maioria das redações uma espécie de autocensura ou uma cautela diferenciada, quando da cobertura de casos envolvendo suicídio. Por quê? Porque está comprovado cientificamente, há mais de 30 anos, que, quando você divulga detalhes de como um caso de suicídio se consumou, aqueles que já tentaram o suicídio tendem a copiar.

Essa matéria retrata exatamente isso, que jovens e adolescentes dos Estados Unidos copiaram o *modus operandi* usado por outros jovens para cometerem suicídio.

Muito bem. O que fizemos? Acompanhamos isso muito de perto, percebemos que a cobertura da imprensa estava completamente equivocada e, uma semana depois, publicamos uma nota no perfil institucional da SaferNet no Facebook. Essa nota é um verdadeiro textão e acabou se espalhando, acabou viralizando, atingiu mais de 150 mil pessoas em *propagação orgânica*, ou seja, isso não foi impulsionado, foram os próprios usuários que compartilharam a nota. Foram mais de



51

1.800 compartilhamentos. E a nota chegou à redação de muitos veículos importantes. O jornalista André Trigueiro, ex-âncora da *Globo News*, publicou em seu *blog* e nas suas contas nas redes sociais a própria nota e pediu aos colegas jornalistas que lessem e levassem o teor da nota em consideração.

Fizemos uma reunião virtual com representantes das linhas de ajuda e de denúncia filiadas à Inhope. A Inhope tem 51 linhas de denúncia em 48 países. Nessa reunião estavam presentes representantes de 35 países. Conversamos, durante mais de 3 horas, sobre os reflexos, as implicações, a propagação e os impactos dessa notícia falsa em cada um desses países.

Ontem mesmo eu conversei com colegas na França, na Alemanha e em Portugal. A todos eles perguntei: *"Alguma novidade por aí? Vocês conseguiram encontrar alguma célula de comando e controle?"* Eles falaram: *"Nada. Até agora, a propagação feita por veículos sensacionalistas é que acaba dando tração a mais e mais repercussão, é que acaba gerando mais e mais repercussão sobre um jogo"*.

Na verdade, não é um jogo, porque não é um aplicativo que você baixa, não é uma plataforma que você acessa para jogar, não é uma página na Internet que você possa pedir para remover, é uma técnica de engenharia social. O Baleia Azul é uma técnica de engenharia social pela qual se disseminam mensagens, por aplicativos de mensagem, por fóruns da Internet que usam técnicas de engenharia social, e que também usa a lógica da gamificação para se propagar e conseguir chegar aos jovens.

Acho que o Dr. Rogério mencionou a lógica da gamificação. Quando se criam personagens e se começa a hierarquizá-los a partir de uma lógica de gamificação, aquilo vai envolvendo as pessoas que já tinham algum pensamento suicida.

Muito bem. Já caminho para a conclusão. Nós lançamos um *call for support*, uma campanha para chegar a essas pessoas. Essa campanha atingiu diretamente mais de 3 milhões de usuários. Em parceria com o CVV e o Facebook, lançamos um guia com dicas para orientar esses usuários sobre o que eles podem fazer, usando a própria rede social, para ajudar pessoas, para ajudar amigos que estejam vivenciando alguma situação de risco de suicídio ou que estejam passando por alguma situação de sofrimento e vulnerabilidade. Isso gerou aumento de 228% no número de denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida, lá na SaferNet,



e aumento de 384% no número de casos atendidos pela *helpline*. Trabalhamos nesse período em regime de força-tarefa, em feriados prolongados e finais de semana.

Faço aqui algumas conclusões. E vou encerrar, Deputado.

Segundo a OMS — Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o oitavo país do mundo em número de suicídios. Em 2012, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.263 mulheres. O número de tentativas é pelo menos dez vezes maior, chegando a 120 mil ao ano.

Segundo o *Mapa da Violência 2017*, entre 1980 e 2014, a taxa de suicídio entre jovens de 15 anos a 29 anos de idade aumentou 27% no Brasil, sendo a segunda maior causa de óbitos de pessoas entre 15 anos e 29 anos de idade — só perde para as mortes provocadas por acidentes de trânsito.

É especulação afirmar, antes de concluídas as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, que esse jogo é o responsável pelo aumento no número de casos de suicídio de jovens no Brasil. Eu tenho a informação de que a Polícia Federal tem, sim, alguma investigação em curso. Talvez a informação do Deputado esteja desatualizada. O que foi descoberto até agora é que grupos foram criados pelos próprios jovens vulneráveis. Então, quando você vai investigar, você chega a uma escola, na qual há um adolescente de 15 anos de idade, de 16 anos de idade, de 17 anos de idade em depressão, que viu no jogo um gatilho e procurou juntar outros adolescentes na mesma situação de vulnerabilidade para tentar ritualizar um ato de sofrimento, um ato que tem como objetivo final chegar ao cometimento do suicídio.

De modo similar ao que aconteceu na Rússia, o fenômeno Baleia Azul também chegou aqui ao Parlamento brasileiro. Existem vários projetos de lei tramitando nesta Casa, uma CPI foi instalada no Senado, e existem várias propostas legislativas em andamento. É natural que esse tipo de notícia falsa provoque um sentimento de revolta em cada um de V.Exas., é natural que a reação imediata seja esta: *"Precisamos responder a esse fenômeno"*. Mas a resposta precisa ser, Deputado Sandro Alex, muito bem pensada, porque nós já vimos que esse é um fenômeno extremamente complexo. A causa do suicídio é multifatorial, não é passível de simplificação. Mudar a legislação em momentos de pânico, não só na



52

sociedade, mas também nas próprias famílias... Cada um de nós tem família e fica em pânico quando vê a propagação de casos de suicídio, quando vê casos de suicídio se repetindo e sendo associados a um jogo que supostamente está circulando na Internet. Nós queremos fazer algo, mas agir motivados pelo pânico nos afasta muitas vezes da razão e nos leva a tomar decisões que gerarão consequências e até mesmo colisões com outros direitos humanos fundamentais.

Tive a oportunidade de conversar com o Deputado Odorico pelo celular, rapidamente, e me comprometi inclusive em ir ao seu gabinete para conversar com ele. Conversei rapidamente com ele na audiência, e ele me disse: *"Olha, eu sou médico. Apresentei um projeto de lei muito antes do Baleia Azul. Não é um projeto de lei do Baleia Azul. Eu quero adotar uma medida que seja efetiva no combate ao suicídio"*. Comentei com ele que o programa nacional de enfrentamento ao suicídio é uma diretriz que foi aprovada em 2006, Deputado Sandro Alex, e nunca saiu do papel. Existe uma portaria do Ministério da Saúde que institui esse programa nacional de enfrentamento ao suicídio. Aprovaram a diretriz em 2006, e ela está lá, nunca saiu do papel. Então, seria importante retomar as discussões sobre essa portaria, sobre essa diretriz, procurar entender, do ponto de vista das políticas públicas, o que tem sido feito e o que não tem sido feito em relação à prevenção ao suicídio no País. Seria importante também conversar com a OMS, a Organização Mundial da Saúde, que tem relatórios periódicos sobre a situação do suicídio no País. O Brasil é o oitavo país do mundo em número de casos de suicídio, e a OMS tem feito uma série de recomendações sobre as políticas públicas do País.

Esse é o debate que precisa ser feito, e V.Exas. são as lideranças, são as pessoas mais indicadas para liderar esse debate. De modo que é fundamental discutir este assunto a partir das políticas públicas e com foco na saúde mental, porque essa é a verdadeira causa.

Também expliquei ao Deputado Odorico que o Marco Civil, ao contrário do que algumas pessoas imaginam, não tem atrapalhado nem impedido a remoção de páginas que fazem apologia ou incitação ao suicídio. Nos últimos 3 anos, exatamente o período de vigência do Marco Civil da Internet, os provedores removeram, voluntariamente, ou seja, sem a necessidade de ordem judicial, o total de 4.807 páginas que foram reportadas à SaferNet Brasil por supostamente



conterem indícios do crime definido no art. 122 do Código Penal, que é o crime de induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça, cuja pena é a de reclusão, de 2 anos a 6 anos, se o suicídio se consuma, ou de 1 ano a 3 anos, se a tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Do ponto de vista legislativo, eu diria que alterar o Marco Civil não terá consequência alguma para a contenção dos casos de suicídio no País — consequência alguma. Terá consequência, sim, na liberdade de expressão e nos direitos garantidos aos 140 milhões de usuários brasileiros que usam a Internet e que encontram no Marco Civil a sua constituição, porque estabelece direitos, deveres e responsabilidades.

Se nós quisermos legislar sobre esse assunto, a minha sugestão, Deputado Sandro Alex, seria a de incluir um inciso no art. 122 do Código Penal, que trata do crime de incitação, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio e traz as hipóteses para aumento de pena. Hoje existem duas hipóteses para aumento de pena: se o crime é praticado por motivo egoístico — inciso I; se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência — inciso II. Poderia ser incluído o inciso III nesse art. 122, para aumentar a pena nos casos em que esse crime — qual crime? O de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio — for cometido com o auxílio de tecnologias de informação e comunicação. Ponto. Incluir esse inciso, sobre o aumento da pena quando o crime for praticado com o auxílio do uso de tecnologias, a meu ver, seria uma resposta adequada, coerente e consistente desta Casa a um fenômeno que tem preocupado tantas famílias e tantas pessoas no País.

O item VII é particularmente relevante. Eu não o desenvolvi porque o Renato já o desenvolveu. Ele trata do papel da educação. É preciso valorizar os esforços em educação e prevenção e dar efetividade e materialidade aos marcos normativos já existentes, sobretudo aos arts. 26 e 29 do Marco Civil, aos objetivos da lei federal que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, a Lei do *Bullying*, e às Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, estabelecidas em portaria do Ministério da Saúde. Precisamos implementar essas políticas, que, volto a dizer, são intersetoriais — o Estado tem o seu papel, a sociedade civil tem o seu papel, as empresas têm o seu papel.



53

O Marcelo comentou a parceria que temos com o Google. O Google é nosso parceiro há 10 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Conclua, por favor.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Vou concluir.

Estamos trabalhando junto com as empresas na prevenção desses casos de suicídio e também estamos nas tratativas finais de novo projeto que, ao que tudo indica, será paradigmático na questão da segurança da Internet.

Eu concluo com esta frase: o Baleia Azul já produziu danos irreparáveis no Brasil. Violar o Marco Civil da Internet, contudo, é um dano que V.Exas. podem evitar.

Eram essas as contribuições que queria dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Thiago Tavares.

Ele foi o nosso último orador a fazer esclarecimentos. Nós temos aqui as inscrições do Deputado Adelmo Carneiro Leão, do Deputado Odorico Monteiro e do Deputado Gilberto Nascimento.

Como autor do requerimento, eu teria direito a 10 minutos, mas vou fazer só uma abordagem rápida sobre o que foi dito e passar a palavra a V.Exas., para ouvi-los. Vamos falar um pouco sobre o que ouvimos aqui.

Primeiramente, a preocupação com o tema é real. Como foi dito pela Sra. Leila, do CVV, há um público-alvo: jovens de 15 anos a 29 anos de idade; meninas de 15 anos a 19 anos de idade. O fator nº 1 de mortes no Brasil é exatamente o suicídio de meninas.

Nós ouvimos aqui o representante do Google. E quero agradecer à empresa, Marcelo, por estar representada nesta discussão, nesta abordagem, inclusive na distribuição da segurança *on-line*, da forma como vocês abordam. Estamos aqui num debate aberto com a sociedade e queremos ouvi-la.

Mesmo com todas as ferramentas que o Google disponibiliza, nós temos a informação de que milhares de vídeos de mutilação decorrentes deste fato que estamos abordando hoje foram disponibilizados no Youtube. Sei que a empresa tem procurado retirá-los, mas, como nós vimos, a proliferação no mês de abril foi muito



grande e também aconteceu no Youtube. Até os dias de hoje ainda, vídeos de mutilação praticada por jovens estão presentes no Youtube. Então, as ferramentas que o Google tem colocado à disposição da sociedade ainda não conseguem bloquear totalmente os vídeos de jovens praticando esse ato.

Quero agradecer ao Rogério, que falou da banalização. E é verdade.

Quero agradecer ao Dr. Renato Opice Blum, que já trabalhou conosco na formatação do Marco Civil, um especialista, que está correto quando aborda a importância da educação digital.

Este tema certamente estará na Comissão de Educação e em outras Comissões, pelos motivos abordados, mas hoje estamos abordando o tema da comunicação. Como esse fato se dá na Internet? Este é o tema que estamos abordando. Os outros temas, como o relacionamento entre pais e escolas, a educação, a saúde, os números, serão tratados por outras Comissões. Hoje eu tenho uma abordagem maior, Dr. Renato, ligada à área da comunicação, que é o tema que atinge esta Comissão.

Quero agradecer também ao Thiago pelos números. Ele aborda o fato de que estamos tratando de uma *fake news*, de uma notícia falsa. O Baleia Azul é um boato? Sim, do ponto de vista de uma organização criminosa que atua através de um *site* denominado Baleia Azul. Essa organização que estaria atuando é uma notícia falsa, mas os números são reais, os casos são reais, as abordagens são reais, Dr. Renato. Tanto é que o próprio CVV informa que no mês de abril quase que quintuplicou o volume de pessoas em busca de informações.

Qual é a percepção que eu tenho, Thiago e Renato? Que grupos de morte utilizam-se da denominação Baleia Azul para a prática de incitamentos ao suicídio, a mutilações, autodenominando-se Baleia Azul, mas não são. São grupos de morte, sim, que abordam crianças, jovens, ou seja, vulneráveis, na Internet. Isso é real, isso não é falso. Acredito que o R7, da Record, pode ter dado uma notícia falsa, baseado em algo que aconteceu na Rússia em 2016, mas as demais investigações ocorridas no País mostram que jovens foram induzidos à mutilação e ao suicídio por grupos de morte. Por exemplo, em Curitiba, segundo as investigações, determinadas regiões eram alvo. Ou seja, nós tínhamos aqui criminosos atrás de um teclado.



Eu discutia com o Dr. Renato sobre se são robôs que foram programados por alguém ou se são pessoas que estão atrás desses teclados. Como o senhor colocou na exposição, há essa forma de incitação. Eles aterrorizam quem está do outro lado ao dizer: “*Conheço seu IP, conheço seus amigos*”. Não é um grupo do Baleia Azul, mas são pessoas que de fato existem e que são criminosas. Esse é o ponto sobre o qual eu gostaria de conversar com a nossa Comissão.

Em primeiro lugar, cito a ausência da Polícia Federal, Deputado Odorico. A Polícia Federal diz que não está investigando esse caso. O Ministro da Justiça disse que determinou a investigação por parte da Polícia Federal. Então, hoje a Comissão pergunta ao Ministério da Justiça: não há essa investigação? A Polícia Federal disse que não está nesse caso, pelo menos em resposta dada à Comissão de Ciência e Tecnologia, que não há essa investigação. Vou fazer esse questionamento ao Ministro Osmar Serraglio.

Em segundo lugar, esses convites eram formulados, pelo menos pelas informações que nos chegam, Thiago — e eu gostaria de confirma-las —, através de plataformas do Facebook e do WhatsApp. Eu fiz o convite a eles para que estivessem presentes aqui, e eles falaram que nenhum de seus membros está no Brasil neste momento para vir aqui dar essa resposta, como o Google se faz presente. Ao mesmo tempo, eles dizem que têm uma equipe disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Mas não havia ninguém para vir aqui hoje.

Então, eu gostaria de saber se essas pessoas que utilizaram a plataforma do Facebook ou do WhatsApp para entrar em contato com esses jovens, com esses adolescentes, com essas meninas são robôs, são máquinas que foram programadas para um público-alvo ou são grupos de morte, como as próprias investigações das polícias estaduais estão nos mostrando.

Qual foi a resposta que o Facebook deu aos seus milhões de usuários e patrocinadores inclusive? Porque atrás de uma página como essa muitas vezes há um patrocínio.

Eu não vi, Dr. Renato, até o presente momento — e sei que a SaferNet já reproduziu —, por parte da empresa Facebook, nenhum comunicado de alerta. Eu não digo em relação a uma *fake news* do Baleia Azul, mas a grupos que estão utilizando a plataforma para aliciar vulneráveis. E isso é real, isso não é falso. O jogo



em si pode ser algo como uma notícia falsa, mas há pessoas que se utilizam dessa notícia falsa para aterrorizar jovens. Isso de fato existe. Eu não vi até o presente momento nenhuma demonstração do Facebook, nenhum alerta em sua página na Internet. Não vi. E não há aqui ninguém do Facebook para responder a mim. Eu gostaria da resposta oficial da empresa.

Enfim, quero ouvir os demais Parlamentares. Nós estamos debruçados sobre o tema. Como disse o Dr. Renato, a legislação acompanha a sociedade, acompanha as movimentações. A legislação também é real. A sociedade questiona: *"O que estamos fazendo? É necessária uma alteração? De que forma?"* É claro que isso vai ser debatido com o contraditório. Eu ajudei a escrever o Marco Civil e também não vou penalizá-lo, mas certamente o mundo muda, e a legislação acompanha. A alguns anos atrás era impensável algo como o que estamos discutindo hoje.

Enfim, quero ouvir os Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quero cumprimentar meus colegas, as Deputadas e os Deputados, e saudar cada um dos convidados, em especial a nossa convidada Leila Herédia.

Quero dizer que é muito boa esta audiência pública, porque traz considerações que nos levam a fazer uma série de perguntas. Embora o foco seja o suicídio, a questão me parece muito mais ampla, considerando as variáveis que foram postas aqui, cujo resultado final não é só o suicídio, mas também muitas outras ações, também prejudiciais à vida saudável, ao Estado Democrático de Direito e de Justiça, a uma sociedade plural.

Quando começou esta audiência pública, a primeira manifestação, a de Rogério Giannini, já mostrou muito claramente que nós estamos numa estrutura sitiada. Hoje o Congresso Nacional está sitiado, para sustentar um projeto político que está misturado com falsas verdades. Há afirmações consistentes e verdadeiras, mas também há muitos *fakes*, vários *fakes*. Caso contrário, não seria esta a situação que estaríamos vivendo aqui. Se estivéssemos vivendo uma situação em que a verdade fosse estabelecida e o conjunto da sociedade conhecesse o projeto, o que ele significa, e se ele tivesse um conteúdo que eventualmente servisse aos



interesses da sociedade, que efetivamente servisse aos interesses da sociedade, nós não estaríamos diante desta situação. Então, essa é uma questão muito séria.

Estamos tratando do suicídio de jovens que estão dentro de uma estrutura civilizatória, cultural, em que este fenômeno, seja ele um fato, seja ele *fake* — e, como *fake*, também é um fato —, tem uma influência muito forte. Mas, se tratarmos da sociedade brasileira no seu conjunto e na sua pluralidade, devemos tratar também do suicídio em outras condições, nas quais esse fato não interfere, definitivamente, nas quais há muitos mais casos de suicídio, proporcionalmente, do que neste caso de que tratamos. Por exemplo, nas nossas comunidades indígenas, o suicídio é uma situação alarmante. Talvez lá seja o primeiro fator, o mais importante fator, até porque os acidentes de trânsito não são tão significativos, que leva à perda de vidas preciosas de jovens indígenas brasileiros. Esse é outro fato.

Se tratarmos aqui do *fake* como um fato que prejudica e que nos mata a todos ou que nos machuca a todos, vamos verificar o que está acontecendo no País neste momento e as justificativas para as reformas de que estamos tratando. A reforma trabalhista, com seus argumentos, é *fake* ou é fato? É verdade ou é mentira que ela vai produzir transformações extraordinárias para gerar emprego e melhorar a vida deste País? Em melhorando a vida deste País, certamente o número de suicídios pode diminuir.

Foi muito bem colocado pelo Renato e pelo Rogério que a falta de perspectiva de futuro, de visão de futuro, gera angústia, certamente muito mais na adolescência e na juventude. Em não percebendo o futuro, em não percebendo a luz no fim do túnel, o jovem se vê nessa situação.

Em relação à reforma da Previdência Social que está posta hoje, em que a Câmara dos Deputados é colocada como um Estado policial, baseia-se em uma afirmação. É verdadeira a afirmação de que, não se fazendo a reforma previdenciária, o Brasil vai quebrar? Se o Brasil quebrar, perderemos a perspectiva de Nação e de sociedade? Isso leva mais angústia à nossa população? Ou seja, há muitos fatos.

Se esse fato do Baleia Azul leva-nos a uma série de situações de angústia, de ameaças, de alarme na sociedade, o que dizer sobre isso que está acontecendo aqui? Isso não nos alarma? Como fica essa situação?



Então, eu fico aqui com minhas inquietudes e angústias. Às vezes, a nossa atenção é chamada de maneira intensiva, de maneira midiática, colocando-nos em polvorosa, e problemas fundamentais deste País não são discutidos. Se esses problemas não são suficientes, amanhã criaremos novos problemas.

Segundo Zygmunt Bauman — não é, Renato —, estamos vivendo o “mundo líquido”. Se esses fatos não são suficientes para nos chamar a atenção e nos prender, outros fatos serão criados amanhã, e os de hoje já não valerão mais. E os fatos de amanhã servirão para fazer que país, que nação?

Essa questão do suicídio é apenas uma variável grave, preocupante, extremamente preocupante, mas que compromete a vida saudável da Nação como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar o Deputado Sandro Alex e parabenizá-lo por esta iniciativa.

Quero saudar a Leila e dizer que parte deste projeto nosso foi fruto de uma audiência pública que realizamos no ano passado, quando discutimos o suicídio como um problema de saúde pública.

Quero saudar o Thiago, com que já falei por telefone.

Graças à Internet, acompanhei toda a audiência mesmo não estando aqui. Assisti à exposição de Renato, de Leila e de Marcelo.

Quero saudar os Deputados Adelmo Leão e Gilberto Nascimento.

Quero dizer, primeiro, do contexto da nossa militância em relação a este tema. Parte da minha produção científica na área de P&D está vinculada à questão da saúde, a ferramentas e aplicativos na área de TI em saúde. Nós temos um laboratório de P&D com o pessoal da área de TI, de Engenharia Elétrica e tal. Então, esse tema, além de objeto da minha militância, é também um tema ao qual dedico, de forma profissional, algum tempo.

Particpei intensamente dos debates da CPI dos Crimes Cibernéticos. Eu era um dos que, dentro da CPI, sempre defendiam o Marco Civil da Internet. Entendemos que o Marco Civil da Internet é algo extremamente importante, que foi uma conquista deste Parlamento, desta Casa, que foi um avanço no diálogo com a



57

sociedade. Agora, não podemos tê-lo como uma vaca sagrada nem como um dogma. Acho que é uma coisa importante, mas temos que entender que todos os dias, nesse campo, surgem situações novas às quais temos que nos adequar.

Eu me lembro de que, no ano passado, discuti o Marco Civil da Internet com minha filha, que hoje faz Sociologia na USP — e ela devia ter 17 anos de idade na época —, a questão do crime cibernético e tal, a *deep web*. Tudo isso que estamos discutindo está na *surface*. Eu perguntei a ela o seguinte: “E aí, Sofia, o que você acha de eu entrar?” Ela me disse: “Pai, não entre, não”. Quer dizer, a minha própria filha, discutindo comigo essa questão da convivência dela com a Internet, estava me falando sobre espaços. Eu perguntei a ela: “Você já entrou?” “Eu não entrei, mas o que eu tenho lido...”. Ou seja, a Internet tem, o tempo todo, para nós, esses lados que merecem ser discutidos, sobre os quais temos que refletir o tempo todo. Acho que isso é uma coisa importante.

Nós discutimos aqui a prevenção do suicídio como política pública. Esse foi o nosso grande debate. O suicídio é um problema que acompanha a humanidade. Como a única certeza que temos é a morte, em algum momento, na nossa ansiedade, na depressão, no dia a dia, todos temos um dilema existencial, ainda que instantâneo. Só que algumas pessoas, por determinadas fragilidades, passam a sentir mais isso. O mundo todo vive discutindo isso. Se você for ao Metrô de Paris, ao Metrô de Montreal, a qualquer metrô da Europa, ou mesmo em São Paulo, verá que foram criadas barreiras, porque o metrô é um espaço de suicídio frequente.

Eu morei por 1 ano em Montreal. No período do inverno, aumentam a depressão, a ansiedade e o número de suicídios. E o metrô é o espaço para suicídios. A fragilidade é instantânea, o trem vem, o cara se joga, e mais uma vida se vai.

Então, é importante que entendamos que a prevenção do suicídio tem que ser pensada na perspectiva de política pública. É evidente que o trabalho que o CVV faz é de uma notoriedade imensa, mas está à margem do Estado — em tese porque é um trabalho voluntário. As pessoas se dedicam, 24 horas por dia, 365 dias por ano, àquele trabalho de salvar vidas.

Mais do que isso, temos que pensar também que a depressão é a grande epidemia do século XXI. Portanto, estamos diante dessa situação, ou porque vamos



viver mais, ou porque a pressão sobre a juventude é maior, ou porque há o individualismo, a competitividade, o estresse.

Algumas pessoas que emocionalmente têm fragilidade em determinado instante da vida podem ir para a droga, para o álcool, para uma depressão profunda — e muitas vezes se deve resolver o problema com algum químico. Por tudo isso é importante o sistema de saúde mental dar suporte, porque há as neuroses, as psicoses. Então, os limites são muito estreitos.

E nós temos que entender que neste momento em que as ferramentas de Internet fazem parte de nossas vidas, desde a hora em que acordamos até a hora em que dormirmos — e alguns sequer dormem, ficam na Internet o tempo todo, porque criaram esse vício e tal —, pode haver espaços, e não é à toa que surgiu esse tema da Baleia Azul, que alguém vai aproveitar, até mesmo por ter uma neurose, uma psicose ou um vício. E aí se constrói uma relação que pode estabelecer isso.

Elaboramos o projeto de lei no início do ano, antes mesmo de ter surgido a Baleia Azul, mas ele ganhou essa importância, tanto que o Relator já fez o voto, os Líderes já solicitaram o texto, e o projeto está em regime de urgência para ser discutido. O substitutivo do Relator, que é do Deputado Junior Marreca, ficou muito bom e, inclusive, incorporou essa questão do art. 122 do Código Penal. Acho que temos que discutir isso.

Agora, não pode ser para nós uma situação de que o Marco Civil está aqui e pronto. Acho que temos que tentar construir uma mediação. Qualquer coisa que vamos falar sobre o Marco Civil, ao se discutir o tema, falam o seguinte: *“Estão querendo mexer com a vaca sagrada”*.

Acho que é importante esse espaço do diálogo para entender que as leis mudam com o tempo. Qual foi a grande palavra do ano de 2016? “Pós-verdade”.

Estive nos Estados Unidos fazendo parte de uma missão oficial e travei uma discussão com alguns diplomatas brasileiros. Há possibilidade concreta de um *impeachment* do Presidente americano hoje se conseguirem comprovar que houve associação criminosa entre a campanha do Trump e a Rússia em relação à questão da pós-verdade.



53

Esse é um debate que a sociedade americana está fazendo com muita profundidade. E por quê? Porque envolve, inclusive, alguma coisa que diga respeito às leis eleitorais norte-americanas. Ou seja, questiona-se a forma como se produziu uma mensagem associada a um ente externo que pode estar usando espaço na Internet para produzir pós-verdade.

Então, essa realidade é algo que tem a ver com a natureza do século XXI, tem a ver com a natureza da chamada “Era da Informação”. Não estamos mais na era industrial. O modo de produção do século XXI, no mundo em que estamos vivendo, é centrado na comunicação, como é a comunicação também o grande motor da economia mundial. Portanto, estamos diante de algo que tem a ver com segurança.

E acho que todas as ferramentas colocadas aqui foram importantes, como foi importante a exposição do Marcelo, que citou questões relacionadas ao Google e às políticas, ferramentas e programas. Acho que isso é uma coisa importante.

E acho que essa preocupação do Deputado Sandro Alex, sempre dedicado a esse tema, traz a gente a este debate importante. E espero que possamos construir uma mediação.

Esta Casa tem essa característica — e esse é o nosso papel — de debater os temas que afligem a sociedade. E temos que trazer esse tema para cá e tentar construir uma resposta.

O nosso projeto de lei, que já estava tramitando e sendo discutido, apareceu com uma resposta. E acho que temos que pensar na possibilidade de ele ser votado. Inclusive, temos que construir um mecanismo para isso. Depois eu queria falar especificamente sobre esse tema — nem todo o mundo está aqui —, porque o objetivo não é discutir o projeto de lei.

Se algum *site* tiver determinado conteúdo que estimula, auxilia e instiga o suicídio, ele tem que ser retirado do ar, porque essa atitude faz parte das políticas que nós temos que construir, como as de promoção à vida, em defesa da vida e de prevenção ao suicídio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento e depois o Deputado Adérmis Marini.



O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Primeiro, o meu bom-dia a todos. Desculpe-me, Sr. Presidente, a minha ausência por um tempo. Eu estava em outra missão. Como nós temos uma série de missões, nesta Casa, que têm que ser cumpridas ao mesmo tempo, às vezes, não conseguimos atender as Comissões. Inclusive, sou Presidente de uma Comissão nesta Casa.

Quero dizer ao nosso querido Presidente Sandro Alex que está de parabéns, porque está sempre muito preocupado com causas como essas. V.Exa. atuou fortemente no Marco Regulatório da Internet e tem se dedicado a esta área. Portanto, nós só temos a parabenizá-lo.

Vivemos hoje uma época muito difícil, complicada, como disse a nossa Leila. Desculpem-me dizer "a nossa Leila". Tenho liberdade de dizer isso, porque eu a estive assistindo em outro local e sei a simpatia que ela tem.

Nós observamos hoje, por exemplo, essa situação do suicídio, que nos preocupa muito. Recebemos todas as informações. Vivemos uma época em que a tecnologia avançou muito, as informações chegaram muito rápido, mas provavelmente os nossos jovens e o nosso povo ainda não estavam preparados para isso.

É muito triste, Dr. Renato, quando nós vamos a algumas casas — e nós políticos, nos finais de semana, andamos o dia todo nas nossas bases, nas periferias —, e as pessoas dizem o seguinte: *"Deputado, o que vocês conseguem fazer para resolver isso?"* Pergunto: isso o quê? Às vezes, eles nos mostram a própria casa com filhos, netos, com dez pessoas na sala, sendo que todas elas estão conectadas a aparelhos. Esses aparelhos infelizmente distanciam os próximos, mesmo alguns achando que eles aproximam os distantes. Isso é a tecnologia, é a Internet, é o que nós estamos vendo.

Normalmente, as pessoas perguntam: *"Mas como é que se vai resolver essa situação?"* É claro que esse é um problema de educação, é um problema do pai, por exemplo, que chega a casa e diz que na hora do almoço ou do jantar, enfim, em tantas horas por dia, esse aparelho ou esse equipamento não vai funcionar dentro de casa. Não se trata só de deixar o aparelho desligado se a Internet continuar funcionando na casa.



59

Infelizmente, em relação aos jovens da nossa sociedade, foi colocado hoje que eles não têm esperança, não têm perspectiva, que o número de casos de depressão é muito grande. Não sei o que ocorre em outros países, como nos Estados Unidos, como no Japão, como estão tentando organizar ou por ordem nisso, ordem no bom termo, para que não tenhamos situações como essa. Eu não sei se, por exemplo, naqueles países, essa história da Baleia Azul causou a mesma conturbação nas famílias do nosso País. Isso tudo é impressionante.

Encontramos também pais muito preocupados que perguntam: “E esse *negócio da Baleia Azul*?” Sinceramente, digo-lhes que eu gosto de peixe, inclusive, o símbolo do meu partido é um peixe, mas esse negócio da Baleia Azul não foi uma coisa sobre a qual eu pude me inteirar.

Nós acabamos vendo que hoje está todo mundo muito preocupado, todo mundo está angustiado e sem saber como vai se resolver isso. Claro que essa é uma evolução, é a tecnologia. Provavelmente, o mundo já não conseguirá mais viver sem isso e daqui vai avançar muito.

Agora o que nós precisamos pensar é como vamos tratar a partir daí. Como nós vamos tratar os nossos jovens? É profundamente lamentável vermos, por exemplo, que hoje existem no Facebook vários grupos que acabam trazendo esse tipo de coisa.

Por exemplo, eu estava vendo nesta semana um grupo no WhatsApp que ensina a pessoa a se suicidar. Eu vejo isso com muita tristeza. De origem, eu sou delegado de polícia. Então nós estamos acostumados a mexer com essa coisa do crime, mas da forma como isso está entrando nas casas e da forma como está entrando nos quartos, isso é um negócio horroroso.

Logicamente, no entender das pessoas, principalmente daqueles que acham que nós podemos resolver alguma coisa, pergunta-se: como se resolve isso? Aí se vê uma família, e a família: “*Olha o que minha filha estava vendo*”. E entra-se num *site*, por exemplo, num grupo de Facebook que mostra tudo para a criança. Mostram como se faz, como se coloca a corda em cima. Nós conhecemos já essas táticas. Fecha-se a porta, então fica a ponta. Coloca-se uma cadeira. Daqui a pouco, faz-se um nó e se vê até quando se aguenta ficar pendurado. Normalmente a cadeira cai, e



a criança acaba ficando enforcada. É essa a situação que nós estamos vivendo no Brasil.

Agora isso acontece por quê? Infelizmente, eu concordo que nós não temos muito o controle disso. Também há a necessidade de que as nossas autoridades se responsabilizem. Por exemplo, nesse caso da Baleia Azul, é claro que a Polícia Federal precisaria estar, sim, investigando.

De qualquer forma, isso é um crime, é uma associação ao crime, é uma incitação ao crime. Isso precisaria ser visto e cuidado. Essa tarefa não dá para ser feita pelas polícias estaduais, tem que ser uma coisa no conjunto. É claro que a Polícia Federal tem muito mais instrumentos. As nossas polícias estaduais têm as suas limitações e muitas limitações, como a falta de equipamentos, e assim por diante.

Acho que V.Exa. realmente deve conversar com o Ministro Osmar Serraglio para pedir o empenho da Polícia Federal nesses crimes. Falo isso até porque, à medida que nós começarmos a inibir isso, outros também terão preocupação. A sensação que nós temos é a de que hoje não há nenhum problema em relação a qualquer coisa que se faça na Internet. Ninguém vai ver, ninguém viu. Na realidade, há formas de rastrear e de saber quem foi o autor.

Eu quero parabenizar o Centro de Valorização da Vida — CVV. Quero parabenizar todos, mas principalmente a CVV e o Conselho Federal de Psicologia — CFP por ter essa preocupação.

Dra. Leila, talvez nós pudéssemos fazer com que as famílias fossem alertadas um pouco mais disso e pudéssemos mostrar o número de suicídios que está acontecendo.

É lamentável essa situação. Vira e mexe, nós encontramos uma família que vê que a menina de 17 anos, 18 anos, 19 anos, que deixou... Hoje também o problema de segurança pública é muito triste. As pessoas, por exemplo, viam que os seus filhos estavam nas ruas e ficavam preocupadas com a segurança deles. Agora, com os filhos mais em casa, esses pais estão muito felizes.

Vemos pais, por exemplo, falarem: *"Ah, meu filho está uma maravilha lá em casa, ele não sai mais de casa"*. Ele fica onde? *"Fica dentro do quarto"*. Está bem. Fica dentro do quarto fazendo o quê? *"Eu não sei, porque ele se tranca, e eu*



610

também não quero entrar na privacidade dele". Tem que entrar, sim. Tem que perguntar. É seu filho. Ele está dentro de casa. Você precisa saber o que o seu filho está fazendo.

Infelizmente, hoje os pais dizem: *"Não, nós não podemos, porque isso pode trazer certo constrangimento"*. Constrangimento nada. Morando dentro de casa, essa criança, esse adolescente muitas vezes não sabe o que está acontecendo e não sabe o porquê de estar fazendo o que está fazendo. O filho tem que ser cuidado.

Isso também não faz muita parte, Deputado Sandro Alex, mas eu já vou terminar. Num País onde as pessoas hoje não estão criando mais filhos, mas criando herdeiros, o que é muito triste, muitas vezes, perde-se a mão no controle da sua própria formação, da sua própria condição. E filho quer cuidado, filho quer orientação, filho precisa saber que ele está sendo cuidado.

Vou contar uma coisinha aqui, que não tem nada a ver. Nesta semana, eu fui a um sítio no interior, numa das viagens minhas pela cidade. Eu vi uma coisa muito interessante, Dr. Marcelo. Havia um grande número de porcos soltos. Observando de longe, num lugar meio alto, eu cheguei, chamei o proprietário e falei: *"Vem cá, por que esses porcos não saem exatamente daquele quadrado?"* E ele falou: *"Deputado, deixe-me levá-lo ali"*. Aí ele me levou.

Deputado Odorico Monteiro, lá havia três pequenos fios, baixinhos. Naqueles fiozinhos, havia um fio elétrico. Se o porco for encostar o focinho ali, ele acaba tomando o primeiro choque e recua. Ele vai a segunda vez, toma o choque e recua. Na terceira vez, ele não encosta mais.

Eu peguei um milho, por exemplo, um caroço de milho e tentei colocar exatamente entre os dois. O porco já não encostava mais, porque criaram um limite para ele. A sociedade está sem limite. A sociedade já não sabe mais o que fazer. Os nossos jovens querem ultrapassar todos os limites. Entretanto, precisa haver limites, sofrer por limites quando se tentam ultrapassar os limites.

Por aqui, encerro as minhas palavras. Parabenizo-os e sugiro que a nossa CVV e o nosso Conselho Federal de Psicologia criem alguns mecanismos também. Poderia ser criado um *site* de orientação para os pais, alguma coisa que eles



possam ver, para saberem desses números. Tem que dizer o seguinte: *"Olha, conversa com o seu filho, vai ver o que ele está fazendo"*.

Nós estamos perdendo os nossos filhos, a sociedade brasileira está perdendo os seus filhos dentro de casa. Hoje nos deram tranquilidade, vamos dormir mais cedo. Nós vamos dormir com mais tranquilidade, sabemos que o filho não está na rua, não há perigo, mas nós o estamos perdendo dentro de casa. Então fica a sugestão para que isso possa ser feito.

Mais uma vez, parabéns, Deputado Sandro Alex, pelo seu trabalho e pela grande preocupação com isso tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Adérmis Marini, o último inscrito.

O SR. DEPUTADO ADÉRMIS MARINI - Boa tarde a todos.

Eu não sou membro da Comissão, mas quero parabenizar o Deputado Sandro Alex. Eu vim aqui pela militância que eu tenho no tema. Eu tenho 58 leis ou projetos de lei. Como Deputado Federal, são 12 projetos de lei.

O meu primeiro projeto, a minha primeira lei, foi um programa de valorização à vida, que eu fiz quando era Vereador na cidade de Franca, juntamente com o CVV. Nós ficamos durante os 4 anos do meu primeiro mandato como Vereador trabalhando muito junto ao CVV essa questão.

Preocupa-me muito, como pai de adolescentes, o assunto que foi ventilado aqui. Tudo isso que o Deputado Gilberto Nascimento disse eu vejo em casa. Tenho uma filha de 16 anos e um filho de 12 anos, já com Internet. Eu também sou assim. Eu entrei na vida pública já trabalhando nas redes sociais, fazendo campanha. Muito me preocupa esse dado de uma morte por hora. Vê-se que a maior causa hoje de mortes desses adolescentes é, no caso, o suicídio.

Foi dito pelo Deputado Sandro Alex aqui e me deixou espantado uma informação que eu tinha, mas que aqui foi confirmada: o Baleia Azul é uma *fake news*, uma *fake* que surgiu.

Jovens, pessoas que de repente têm algum tipo de comportamento errado, criam aquele mecanismo pelo WhatsApp ou pela rede social e fazem com que outras pessoas, outros jovens que de repente estejam passando por algum tipo de



problema, uma depressão, acabem cometendo ali uma mutilação, uma automutilação, um suicídio. Então isso é muito preocupante.

Na política, Deputado Sandro Alex, a todo o momento, nós nos deparamos com situações de *fake news*. Mas quando essas *fake news* envolvem problema de saúde, seja psicológico, ou de saúde mental, como ocorreu no caso do jogo Baleia Azul, eu acho que nós precisamos tomar uma atitude.

Então, eu não vou me alongar muito, pois os Deputados aqui já concluíram o assunto, mas a primeira coisa é que a Polícia Federal, Deputado Sandro Alex, deveria estar aqui neste debate importante. É lamentável — para dizer o mínimo possível — que ela não esteja aqui.

Tem que haver uma investigação nesse caso. As redes sociais estão aqui presentes, como o Google e outras, mas o Facebook e, principalmente, o WhatsApp, que são da mesma empresa, deveriam também estar presentes aqui, pois eles proliferam essas informações, muitas vezes, sem controle. Qual é o controle? É isso que nós temos que questionar.

Se eles não vierem aqui, eu vejo a possibilidade de uma comissão de Deputados ir até essas instituições — no caso, o Facebook — para podermos estudar, porque aí entra o nosso papel de regulamentar, de fazer legislações mais rigorosas para que a proliferação dessa informação que leva a esse problema...

Hoje esse é um problema social. Se se verificar o número de ocorrências em minha cidade, em minha região, será possível ver que jovens cometeram suicídios. “Ah, foi por causa do jogo Baleia Azul?” E se vê essa explanação de que tudo isso foi uma *fake news* que surgiu. Mas como se prolifera uma informação negativa a esse ponto?

E nós Deputados, o Congresso Nacional, com a ajuda da Polícia Federal, das redes sociais e dos provedores, devemos, sim, fazer leis rigorosas para punir as pessoas que proliferam esse tipo de informação.

Então, parabéns, Deputado Sandro Alex. E segue a minha sugestão de que a Polícia Federal precisa ser urgentemente acionada. Já deveria haver um departamento investigando e fiscalizando esses atos.



Lamento a situação. Nós precisamos verificar o motivo da ausência do Facebook e do WhatsApp para que possamos criar mecanismos para conter essa onda que vem ocorrendo no Brasil.

Obrigado. Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Eu quero rapidamente conceder a palavra aos nossos convidados Thiago, Renato, Leila, Marcelo e Rogério para que respondam aos nossos Parlamentares que aqui discorreram sobre o tema.

Então, eu vou dar aqui a palavra por 3 minutos ao Sr. Marcelo Lacerda, do Google.

O SR. MARCELO LACERDA - Obrigado, Deputado.

Eu vou responder de maneira geral alguns questionamentos, começando pelo questionamento de V.Exa. sobre a questão dos vídeos de mutilação.

Como eu falei em minha exposição, o Google não tolera isso e não quer ser canal de distribuição desse tipo de conteúdo. Por isso mesmo, nós temos políticas diversas, como algumas que elenquei aqui em minha apresentação, que proíbem a postagem desse tipo de conteúdo. Uma vez que esse conteúdo é identificado pelos usuários, nós verificamos se realmente há incitação à mutilação ou ao suicídio, e esse conteúdo é removido.

E já fazendo uma ponte com o comentário do Deputado Odorico, nós também temos uma preocupação com a modificação do Marco Civil porque, se formos partir para uma legislação que torne possível a remoção desse conteúdo sem uma ordem judicial, ou sem uma pré-avaliação da própria plataforma, corremos o risco de termos conteúdos legítimos que abordem o tema — por exemplo, o conteúdo desta audiência, que vai ficar no Youtube, no canal da Câmara — sendo removido por usuários que tenham outros interesses como, por exemplo, não ver o assunto ser debatido.

Então, concordo com o senhor. Estamos também à disposição para chegarmos a um meio-termo, conversarmos sobre o projeto de lei. A Internet é uma fonte de informação. O senhor deu um excelente exemplo. O senhor não pôde estar aqui presencialmente, mas pôde acompanhar a audiência via canal da Câmara no Youtube. Então, nós também temos que ver sempre os dois lados. A tecnologia vem



trazendo muito benefício para a nossa população, também de esclarecimento sobre essas situações.

A questão da educação — acho que todos aqui, tanto os meus colegas de Mesa quanto os nobres Deputados e Deputadas abordaram o tema —, ênfase de novo que achamos que faz parte também do papel da empresa. Distribuímos as cartilhas dos nossos programas, e vamos continuar envidando os melhores esforços para que isso seja cada vez mais forte.

Só para terminar, em relação à questão das *fake news*, ou das notícias falsas, só quero falar um pouquinho. Eu sei que não vai haver tempo de falarmos sobre tudo, mas só para saberem que, em fevereiro, o Google lançou aqui, no Brasil, o selo de verificação. O selo de verificação foi lançado junto com algumas agências de checagem de fatos, de *fact-checking*, para que os resultados da busca tenham lá um selo dizendo que aquela informação foi, de alguma forma, verificada por uma agência confiável, evitando, assim, que os usuários caiam de novo nesse tipo de informação falsa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Rogério.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI - Bom, o tema é instigante e há muitas abordagens possíveis. E que bom que conseguimos fazê-lo com uma Mesa tão diversa, com uma Mesa tão rica, com posições, inclusive dos Srs. Deputados, que aumentam a complexidade e também o interesse. Certamente, o ouvinte, o espectador vai ter boas referências para continuar pensando sobre o assunto.

Do ponto de vista da psicologia, eu queria dizer que o suicídio, historicamente, já teve várias conotações, inclusive a conotação de heroísmo. Há o suicídio romântico, a ideia do suicídio como um ato quase de resistência ao mundo; o suicídio como resistência mesmo, como o dos escravos, que se recusavam a continuar submetidos, enfim, e rompiam com tudo; há o suicídio da população indígena, que também é um ato de revolta.

Então, eu só queria chamar a atenção dos senhores para não se ficar com a ideia de que existe um suicida vagando. O que o conforma são relações sociais. É por isso que eu chamava a atenção para a necessidade de debatermos mais



profundamente que tipo de perspectivas estamos oferecendo aos jovens, e aí pensando os jovens como uma população, digamos, especialmente atingida pelo suicídio.

Uma das questões fortes em relação ao suicídio é a estigmatização daquele que cometeu o ato. Primeiro, eu estava comentando aqui, por que há mais tentativas e menos suicídios? Porque os suicídios que deram certo são frutos de diversas tentativas. Acho que o CVV tem essa experiência e pode confirmar aqui, sem nenhum problema. Na verdade, a terceira tentativa é a mais eficaz, do ponto de vista do suicídio. As pessoas aprendem a cometer suicídio. É por isso que o debate, a conversa é fundamental. E as políticas públicas, ao identificar a pessoa que cometeu suicídio, não devem fingir que aquilo não foi uma tentativa de suicídio. O sujeito chega e dizem assim: *"Ah, caiu no metrô"*. Não caiu, eie se jogou. Então, o treino, as discussões que o Ministério faz, os protocolos indicam isto: esse é um provável suicida que vai dar certo na próxima tentativa. É fundamental esse debate e a não estigmatização, porque nós estigmatizamos também, não é? *"É um covarde!"* *"É uma vergonha!"* Há aspectos religiosos: *"É um pecado!"*.

Os profissionais de saúde têm que se libertar dessas ideias preconcebidas e tratar daqueles sujeitos rogerianamente falando — não porque sou Rogério, mas pelo Carl Rogers. Eles são estigmatizados. Então, temos que ouvi-los no aqui e agora e não ficar produzindo sobre eles questões que, na verdade, não vão resolver nada.

Eu acho que é isso.

Há ainda os aspectos que foram colocados muito mais brilhantemente pelos companheiros que discutem o Marco Civil, discutem a liberdade na Internet, mas são questões a se considerar. E aqui, como psicólogo eu diria: não vamos transformar pânico social em leis imediatamente. Acho que questões sociais são questões que exigem que nos debrucemos sobre o tema, que pensemos sobre ele. E pensar é melhor do que reagir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Leila Herédia.

A SRA. LEILA HERÉDIA - Agradeço-lhes, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui.

63

Respondendo ao Deputado, a capacidade do CVV de fazer campanhas de esclarecimento, ou algo similar, é muito limitada. A entidade é totalmente formada por voluntários, e também bancada, custeada por voluntários. Nós não recebemos verba pública. Então, temos uma capacidade de atuação limitada.

E como foi dito aqui, se não me engano pelo Dr. Thiago, existe esse tabu ainda, na mídia, de divulgar questões referentes ao suicídio. Confunde-se muito a divulgação do problema de saúde pública com a divulgação que não deve ser feita — e é apontada por todos os manuais —, que é a questão dos métodos utilizados, da romantização, enfim, das formas, das pistas que vão oferecer a outros as dicas de como se matar. É isso que devemos evitar.

Com relação, ainda, à questão da divulgação, no nosso *site* — cvv.org.br —, nós disponibilizamos vários materiais que, na realidade, são um grande compilado de especialistas, da Associação Brasileira de Psiquiatria, de várias associações e entidades mundiais que tratam do tema, que nós entendemos que devem ser divulgados e que podem ajudar outros a enfrentar esse momento de crise.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo a palavra ao Sr. Renato Opice Blum.

O SR. RENATO OPICE BLUM - Gostaria de cumprimentar todos os que estão aqui. Os senhores são formadores de opinião e podem, a partir deste momento, ajudar a diminuir a incidência de tudo o que nós discutimos aqui hoje, em especial, o Deputado Sandro Alex, por estar liderando estes debates.

Tentando ser objetivo e prático, trago três sugestões.

A primeira delas é para que este Congresso tenha Comissões Permanentes discutindo não só essas questões fáticas, mas a evolução da legislação junto à evolução tecnológica. A União Europeia está fazendo isso. Alguns Estados norte-americanos também estão fazendo isso. Seria muito importante que o Brasil pudesse também se juntar e liderar essa questão.

A segunda e a terceira questões estão relacionadas à educação digital, trazendo o ponto de vista prático, art. 29 do Marco Civil, que traz a questão do uso de programas de controle parental, educação digital pura. Está escrito o seguinte:



Art. 29.....

Parágrafo único. Cabe ao poder público, em conjunto com os provedores de conexão e de aplicações de internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no caput, bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital (...)

O decreto regulamentador do Marco Civil não tratou dessa questão. Pode-se a qualquer momento o Poder Executivo incluir essa questão e delimitar a educação digital aqui prevista.

Por último, aproveitando a proposta legislativa do Deputado Odorico, trazendo-o como exemplo, digo que seu projeto é muito oportuno. Projetos como este, tentando trazer a realidade, são sempre bem-vindos para que se estimule a educação, para que se estimule o debate e para que a sociedade tenha a condição mínima de ter algum tipo de proteção, porque a Internet do jeito que vem, a tecnologia do jeito que vem é irreversível. O mínimo que nós podemos fazer é ter algum conforto legal à altura.

Muito obrigado a meus cumprimentos e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Renato.

Com a palavra Thiago Tavares.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado Sandro Alex.

Eu agradeço aos que levantaram as questões. Eu quero ser muito objetivo, porque me resta pouco tempo, e responder diretamente as questões que V.Exa. formulou e fazer alguns comentários em relação às questões formuladas pelo Deputado Odorico.

V.Exa. me pergunta: *"Como explicar as mortes noticiadas pela imprensa?"* Eu respondo objetivamente: *fake news* produzindo fatos. Existem 12 mil casos de suicídio por ano no País, mais de um por hora. Associar um dos mais de 30 casos de suicídio que ocorrem diariamente no País e que vitima principalmente jovens de 15 a 25 anos a um suposto jogo que está circulando na Internet não é difícil. Então, a *fake news* produz fatos.



64

Existem robôs em relação à Baleia Azul? Nós não encontramos evidências nesse sentido. Tudo o que eu disser aqui tenho que comprovar com evidências; tenho o dever de passar a V.Exas. as informações corretas, precisas e verdadeiras. Eu só vou afirmar aquilo que puder provar com fatos e evidências concretas.

Existem robôs em relação à Baleia Azul? Não encontramos evidências. Existem muitos robôs disseminando outras *fake news*, principalmente no campo político, e são verdadeiros exércitos de robôs que existem nas redes sociais para poder impulsionar notícias falsas, envolvendo políticos, principalmente em ano eleitoral. Isso aconteceu em 2010, em 2014 e vai acontecer em 2018. Isso aconteceu nos Estados Unidos, na eleição do Trump, e teve uma participação determinante lá; isso aconteceu no Brexit, no Reino Unido, aconteceu na França, com a eleição, e vai acontecer no Brasil ano que vem. Uso de robôs para essa finalidade? Sim, mas para a Baleia Azul nós não encontramos.

Existem grupos de morte? Não encontramos evidências. Existem, sim, grupos criados por indivíduos isolados, mas que não estão — pelo menos as evidências não mostram isso — numa ação coordenada ou fazem parte de uma célula de comando e controle que esteja disseminando propositalmente essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Mas existem pessoas que estão praticando isso?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Por exemplo, encontramos evidências e compartilhamos essas evidências com as autoridades que estão conduzindo investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Quais autoridades?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - O Ministério Público Federal tem acesso em tempo real a nossa base de dados e também compartilhamos algumas informações com a própria Polícia Federal.

E me permita dizer, Deputado Sandro Alex, eu não represento, obviamente, nem posso falar nem estou autorizado a falar em nome da Polícia Federal, mas eu posso dizer que a SaferNet está compartilhando e sempre compartilhou informações com a Polícia Federal, inclusive nesse caso da Baleia Azul.

Então, talvez a resposta que V.Exa. recebeu tenha sido uma resposta literal, porque quando eles dizem: "*Estamos investigando*", significa dizer que existe um



inquérito instaurado, significa dizer que existe um inquérito com um número, um delegado responsável e um prazo de conclusão, mas antes de instaurar o inquérito formalmente, eles realizam procedimentos de apuração preliminar. Isso envolve não só a ação de Inteligência, mas também procedimentos de apuração preliminar, para poder até fundamentar a portaria que instaura o inquérito, que tem que ser fundamentada.

Então, é provável que a resposta que V.Exa. tenha recebido seja nessa direção, ou seja, não há um inquérito formal ainda instaurado. Isso não significa dizer que não existam procedimentos preliminares sendo levantados.

E também há outra informação que eu gostaria de compartilhar, repetindo que não represento nem posso falar nem estou autorizado a falar em nome do Facebook. O Facebook anunciou, sim, oficialmente, através de uma nota à imprensa, o lançamento desse guia que foi desenvolvido em parceria com o CVV e pela SaferNet, existe uma nota oficial do Facebook, no *site* da empresa, foi distribuído para a imprensa, e eles também lançaram, antes de o Baleia Azul chegar ao Brasil, uma ferramenta e um vídeo explicativo sobre essa ferramenta, mostrando como acionar a equipe do Facebook, em caso de suspeita de suicídio envolvendo algum usuário da rede social.

Caminhando para as questões do Deputado Odorico, a quem agradeço mais uma vez a presença, conversamos rapidamente pelo telefone, certamente quero tranquilizar V.Exa. Eu não sou hinduísta, ou seja, o Marco Civil para mim não é uma vaca sagrada, mas certamente é uma lei muito importante construída por esta Casa, na liderança de V.Exas. e de outros Deputados, durante 7 anos, em diálogo com a sociedade.

O que eu quero dizer é que se pode alterar o artigo do Marco Civil, mas por outras razões, não em razão da Baleia Azul. E V.Exa. me dizia, na conversa que tivemos, que quando apresentou o projeto, e foi muito antes do jogo da Baleia Azul, seu objetivo não era, nem seu objetivo atual é, responder a ele.

Mas se essas alterações forem propostas, que se faça com outros argumentos que não o da Baleia Azul. E essa não é evidentemente a intenção de V.Exa. Por exemplo, há a Lei de Crimes Hediondos. Sempre que há um crime de grande repercussão no País, aparecem múltiplos projetos para mexer na Lei de



Crimes Hediondos. E, de exceção em exceção, hoje é crime hediondo no País, no Brasil, a falsificação de produtos destinados a fins terapêuticos medicinais, é crime hediondo, está na lei, é uma exceção, um projeto específico que foi aprovado pelo Congresso.

Então, se o objetivo é alterar o Marco Civil, eu não concordo com que o Marco Civil seja alterado, principalmente porque é uma lei que está sendo interpretada ainda pelo Judiciário, está sendo aplicada. No caso do suicídio, nós provamos com evidências que o Marco Civil não impede a remoção de conteúdo, não tem impedido nem tem dificultado, mas se o objetivo é alterar o Marco Civil para forçar a remoção de conteúdo de natureza política, de natureza de calúnia, injúria, difamação, de ameaça, de propriedade intelectual, de violação de direito autoral, ou seja, qualquer outro motivo, que se faça esse debate às claras e se diga: queremos alterar o Marco Civil, porque há muita calúnia na Internet, muita difamação, muita ameaça, direitos autorais sendo violados. Que se faça isso, ou um debate que vai acontecer na sociedade, mas não se faça pela Baleia Azul, porque alterar o Marco Civil não vai interferir nisso. Seria mais um fato produzido pelas *fake news*, além dos fatos terríveis que já foram causados no País por esse boato.

Concluo dizendo que notícia falsa se combate com notícia verdadeira. Eu não vejo outra forma. Narrativas alarmistas se combatem com narrativas ponderadas. Notícias falsas se combatem com fatos, apuração, jornalismo de qualidade, com evidências. Se nós embarcarmos na onda e reagirmos emocionalmente a partir do pânico causado na sociedade e em todas as nossas famílias em relação a essa questão da Baleia Azul, muito provavelmente vamos produzir uma regulação que não vai resolver o problema e, pior, vai produzir efeitos colaterais graves que podem comprometer direitos fundamentais e vai criar novos problemas que hoje não existem, como, por exemplo, a questão da censura prévia envolvendo conteúdos na Internet.

Esse é um apelo que faço a V.Exas., para que possamos, com parcimônia, ponderação e sem açodamento, aprofundar essa discussão que envolve alterações no Marco Civil da Internet. Reforço que, na minha opinião, a sugestão que o Congresso poderia fazer, a Câmara, V.Exas., seria alterar o art. 122 para incluir um inciso no rol de aumento de pena — e eu conversava isso com o Deputado Odorico



—, para incluir, dentre as hipóteses de aumento de pena, o uso de tecnologias da informação e comunicação para a prática do crime previsto no art. 122 do Código Penal, que é induzir, auxiliar ou incitar o suicídio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Thiago, Renato, Leila, Rogério e Marcelo.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Deputado Sandro, gostaria de comentar algo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - É claro, Deputado Odorico.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu quero só dizer, Thiago, que na realidade o nosso projeto de lei, que foi fruto desse debate sobre a questão do suicídio, traz no art. 21 a previsão para qualquer tipo de *site*. Evidentemente que se o Baleia Azul vai se enquadrar ou não é outra questão.

A nossa preocupação, depois de ouvir várias entidades e instituições que trabalham especificamente com suicídio, é que a prevenção do suicídio, o apoio às famílias que tiveram alguém que se suicidou seja uma política pública, envolvendo toda a rede de atenção psicossocial, a estrutura do Sistema Único de Saúde, questões da assistência social, uma política pública que envolva a família, a sociedade e o Estado. O que o CVV faz é a parte da sociedade, dando suporte às famílias. O Estado não pode se omitir nesse debate sobre a questão da prevenção do suicídio como política pública.

Nesse sentido, o nosso projeto de lei é muito simples. Seu art. 21 prevê que todo e qualquer conteúdo que estimule, que instigue o suicídio terá autorizada a sua retirada. Agora, foi acrescentado o art. 122, que penaliza quem fizer esse tipo de prática. Se você está do outro lado estimulando o suicídio, o limite entre o suicídio e o homicídio é muito estreito.

Entende a nossa preocupação? Então, nosso projeto é nesse sentido, é muito simples, ele não mutila o Marco Civil da Internet, que é algo extremamente importante para todos nós. Agora, se em algum momento histórico houver necessidade de mexer, teremos de mexer. Então, nosso projeto de lei prevê que na hora em que houver a denúncia, alguém vai apurar. O substitutivo do Deputado Junior Marreca aprimorou, incluindo, inclusive, o art. 122.



Era só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Deputado Odorico.

Antes de encerrar, quero esclarecer que a Polícia Federal disse que não tem atribuição para investigar. Ou seja, eles estão nos informando que não têm essa atribuição. Estou só esclarecendo o que foi dito pelo Sr. Thiago. Então, é algo que vamos questionar no Ministério da Justiça.

Segundo, eu pessoalmente pedi ao Facebook que emitisse uma nota oficial esclarecendo os fatos. Eles me relataram que não o fariam. Utilizaram uma nota da SaferNet, uma nota importante, mas não da empresa Facebook.

Como disse a Leila, é preciso conversar sempre. O diálogo e conversa, sempre.

Agradeço ao Google, ao Rogério, à Leila, ao Dr. Renato Opice Blum e ao Thiago, que vieram conversar com a sociedade brasileira, porque é desta forma que nós vamos evitar um problema maior. Aqueles que se ausentaram omitiram-se, por um motivo ou outro, não participaram do diálogo, que ajuda os legisladores a resolverem ou minimizarem este problema.

Este não será o último debate sobre o tema. A Casa ainda se debruçará muito sobre ele, mas agradecemos a essas pessoas pela sua participação na tarde hoje.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
DIA 16/05/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 07

HORÁRIO: 09h30min

A - Seminário:

(Requerimentos nºs 497/17- Dep. Flavinho, 503/17-Dep. Pr. Marco Feliciano, 504/17- Dep. Flávia Moraes, 511/17-Dep. Flavinho e 512/17- Dep. Jandira Feghali da CSSF, Requerimento 111/17 - Dep. Flávia Moraes e Requerimento 121/17 do Dep. Adérnis Marini da CLP e Requerimento 196/17 do Dep. Subtenente Gonzaga da CSPCCO, Requerimento 204/17 do Dep. André Figueiredo na CCTCI).

TEMA

"Debater o jogo Baleia Azul"

PROGRAMAÇÃO

09h30 - Abertura

Deputado Hiran Gonçalves

Dep. Flavinho - autor dos Requerimentos 497/17 e 511/17 - na CSSF
Dep. Pr. Marco Feliciano - autor do Requerimento 503/17 - na CSSF
Dep. Flávia Moraes - autora do Requerimento 504/17 e 111/17 na CLP
Dep. Jandira Feghali - autora do Requerimento 512/17- na CSSF
Dep. Adérnis Marini - autor do Requerimento 121/17 - na CLP
Dep. Subtenente Gonzaga - autor do Requerimento 196/17- na CSPCCO
Dep. André Figueiredo - autor do Requerimento 204/17 - na CCTCI

CONVIDADOS

JOAQUÍN MOLINA

Representante no Brasil da Organização Mundial da Saúde/OPAS

Conselho Federal de Psicologia-CFP

FERNANDA BENQUERER - CONFIRMADA

Representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio-ABEPS

DEMI GETSCHKO - CONFIRMADO

Comitê Gestor da Internet do Brasil - CGI

MARISA LOBO - CONFIRMADA

Psicóloga

MARCELO LACERDA - CONFIRMADO

Diretor de Relações Institucionais do Google

BRUNO MAGRANI - CONFIRMADO

Diretor de Políticas Públicas do FACEBOOK no Brasil

TIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - CONFIRMADO

Diretor Presidente da SAFERNET - BRASIL

ANDRÉ LORENZETI

Representante do Centro de Valorização da Vida (CVV)

LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO BOUDENS - CONFIRMADO

Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF

ELISABETE COMPARINI - CONFIRMADA

Terapeuta Familiar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**
DIA 16/05/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 07
HORÁRIO: 09h30min

A - Seminário:

TEMA

"Debater o jogo Baleia Azul"

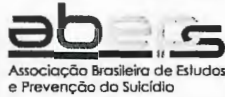
Apresentação de Slides

FERNANDA BENQUERER

Representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio-ABEPS



PREVENÇÃO DO SUICÍDIO ENTRE JOVENS



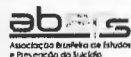
Fernanda Benquerer Costa
Médica psiquiatra
Secretaria de Saúde – DF / TSE

Panorama geral

- 13ª causa de morte no mundo
- 3ª no grupo etário dos 15 aos 34 anos
- 2ª causa de morte nos jovens dos 15 aos 19 anos
- As tentativas de suicídio representam a 6ª causa de incapacidade funcional permanente. Há 10 a 20 tentativas para cada suicídio consumado
- Impacto nos sobreviventes: consequências emocionais, sociais e econômicas

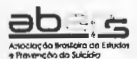


Comportamento suicida



Suicídio e transtornos mentais

- Transtorno mental como um dos fatores de risco mais importantes – 90%
- Tentativas prévias
- Situações de vulnerabilidade (abuso físico, sexual, psicológico ou negligência) e eventos de vida negativos podem precipitar o ato
- Bullying e cyberbullying



Atitudes

- Abrir espaço para conversar sobre o assunto sem julgamento
- Ouvir atentamente
- Demonstrar empatia
- Respeito pelos valores e opiniões da pessoa
- Não julgar, não doutrinar, não minimizar as queixas
- Identificar serviços que possam ajudar: CVV, serviços de saúde mental, SAMU

Medidas de prevenção

- Tratamento adequado dos transtornos mentais
- Restringir acesso a métodos potencialmente perigosos
- Capacitar membros da sociedade para identificação e abordagem a pessoas em risco
- Fortalecer fatores de proteção: vínculos sociais, habilidades de resolução de problemas, autoestima dos adolescentes, expressão emocional

Nas escolas

- Criar vínculos próximos com os estudantes
- Prevenir violência escolar e comportamento desafiador
- Identificar estudantes em risco, pela comunicação verbal ou mudanças de comportamentos, e encaminhar a serviços de saúde para orientação e tratamento
- O cuidado com os profissionais das escolas

A mídia

- Risco a quem apresenta vulnerabilidade a comportamento suicida
- Evitar alarde, glamourização, detalhes sobre métodos ou locais, fotos ou vídeos, cartas, explicações simplistas
- Abordar o tema de forma responsável, e sempre indicar onde buscar ajuda
- Manual da OMS

Cybercrimes

➤ **Art. 122** - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça

➤ **Art. 147** – Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave

abeps
Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio

Uma política pública de prevenção

- Ações intersetoriais: educação, saúde, segurança, mídia
- Acesso a serviços especializados
- Conscientização da população
- Reduzir o estigma dos transtornos mentais
- Melhorias nas coletas de dados

abeps
Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio

Mais informações

<http://www.abeps.org.br>

<http://www.cvv.org.br>

benquerer@yahoo.com

abeps
Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA
DIA 16/05/2017**

LOCAL: Anexo II, Plenário 07

HORÁRIO: 09h30min

A - Seminário:

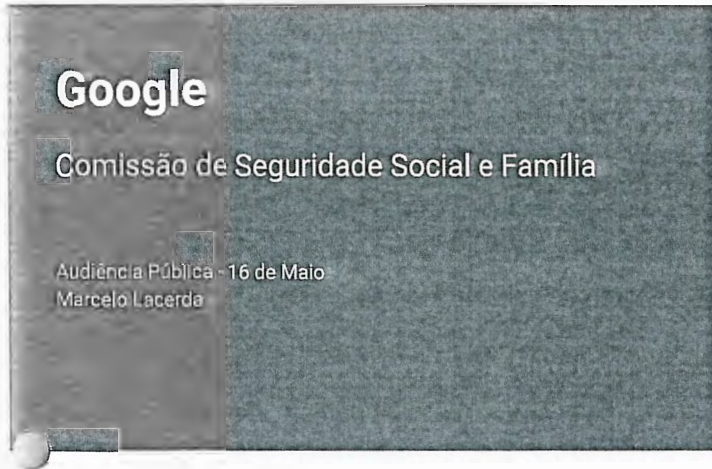
TEMA

"Debater o jogo Baleia Azul"

Apresentação de Slides

MARCELO LACERDA

Diretor de Relações Institucionais do Google



Segurança na Internet

- Esforços para que o Google não faça parte da cadeia de distribuição de conteúdo prejudicial ou perigoso
- Colaboração com organizações sociais

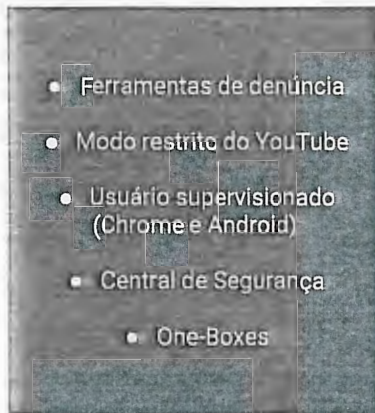
Segurança na Internet



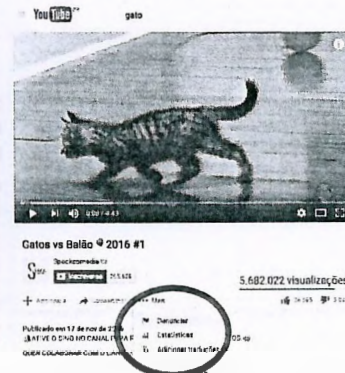
Políticas do YouTube

- Conteúdo Prejudicial ou Perigoso
- Conteúdo Violento ou Explícito
- Ameaças
- Conteúdo de incitação ao ódio

Ferramentas de Segurança



Ferramentas - YouTube



Assinalar este vídeo

Qual é o problema?

- Conteúdo sexual
- Conteúdo violento ou repulso
- Conteúdo abominável ou abusivo

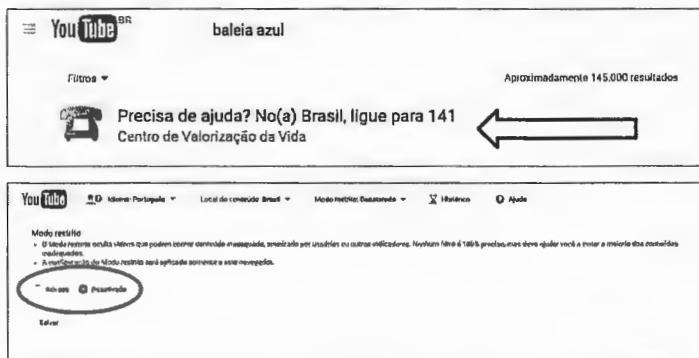
Atos perigosos

- Selecione um
 - Uso de drogas ou medicamentos
 - Uso abusivo de fogo ou explosivos
 - Suicídio ou automutilação
 - Outros atos perigosos

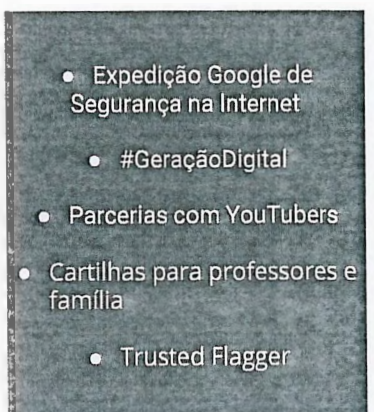
Infringe meus direitos

Problema com as legendas

Ferramentas - YouTube



Programas:
para uma Internet mais
Segura





Expedição de Segurança na Internet

10 Estados
+ de 4000 alunos

Campanhas no YouTube

+ de 15 vídeos
+ de 11 milhões de visualizações

Obrigado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

76

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA
DIA 16/05/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 07

HORÁRIO: 09h30min

A - Seminário:

TEMA

"Debater o jogo Baleia Azul"

Apresentação de Slides

BRUNO MAGRANI

Diretor de Políticas Públicas do FACEBOOK no Brasil





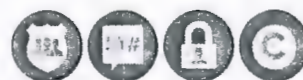
Políticas



Nome Real



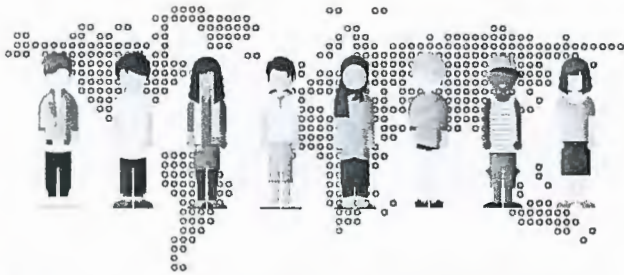
Nossas políticas
Não são permitidos:



- Promoção de conteúdo suicida/ automutilação
- Ameaças Diretas
- Grupos Violentos
- Bullying
- Violência Sexual
- Exploração Sexual
- Conteúdo Sexual
- Nomes Falsos
- Contas Falsas
- Discurso de ódio

79

Estamos aqui para ajudar – 24/7

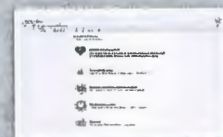


Todas as denúncias são analisadas



Ferramentas

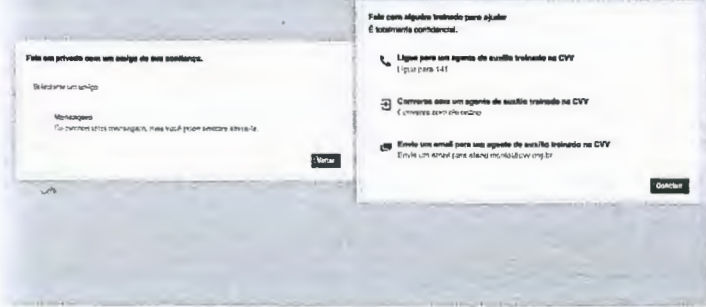
Prevenção ao Suicídio no Facebook



Nova experiência
desenhada em colaboração
com especialistas

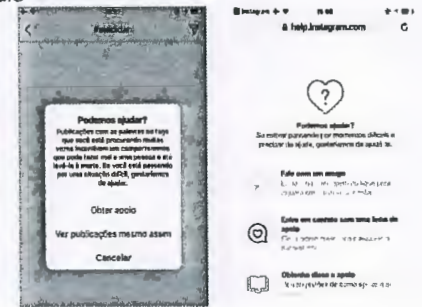


Prevenção ao Suicídio no Facebook



Prevenção ao suicídio no Instagram

Se alguém procurar #BaleiaAzul ou qualquer outro termo relacionado com suicídio



Cooperação com a autoridade policial

Cooperação com autoridades locais

MENU G1

SANTA CATARINA

10/03/2017 17h08 - Atualizado em 10/03/2017 18h25

Ação entre polícia do Brasil e dos EUA evita suicídio que seria exibido ao vivo

Segundo a Polícia Civil em SC, Facebook detectou intenção de usuário. Homem de 40 anos disse estar desempregado e prestes a ter 4º filho.

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2017/03/acao-entre-policia-do-brasil-e-dos-eua-evita-suicidio-que-seria-exibido-ao-vivo.html>

Cooperação com autoridades locais

GRAÇAS AO FACEBOOK: POLICIAL SALVA MULHER DE TENTATIVA DE SUICÍDIO EM JOAÇABA

Notícia Hoje 4 semanas atrás Destaques, Notícias, Principais Home Page, Segurança
Comentários desativados em Graças ao Facebook: Policial salva mulher de tentativa de suicídio em Joaçaba

<https://noticiashoje.net/gravas-a-o-facebook-policial-salva-mulher-de-tentativa-de-suicidio-em-joacaba/>

Central de Ajuda

Central de Segurança



facebook.com/safety

Central de Segurança



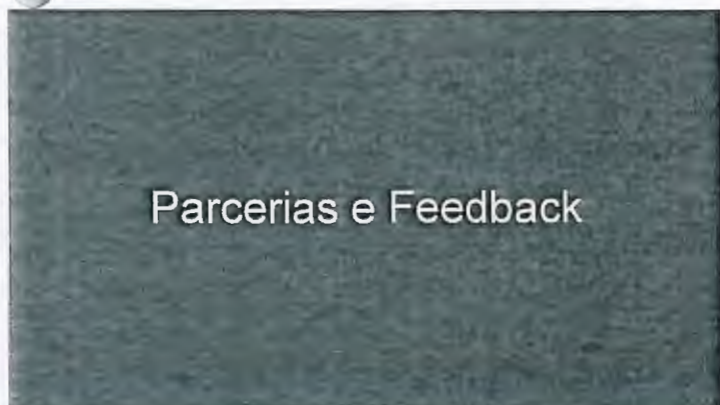
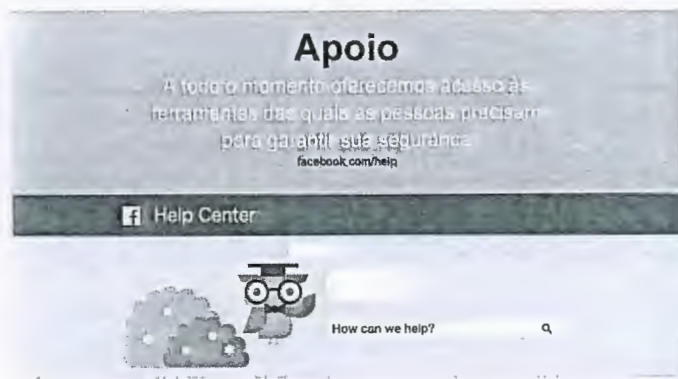
facebook.com/safety



Ponha um ponto final no bullying

Esperamos que pessoas com o Help Center for Emotional Intelligence, a Central de Ajuda ao Bullying e um recurso voltado para jovens, pais e educadores que atuam em busca de suporte e que ofereçam recursos necessários ao bullying e a outras questões. É a oferta de recursos necessários para as pessoas que sofrem bullying, para pais que tiveram algum filho que sofreu ou que tenha sido vítima de bullying e para educadores que tenham alunos envolvidos com o bullying.

Yale Center for Emotional Intelligence



Parcerias



Family Online Safety Institute



Yale Center for Emotional Intelligence

BORN THIS WAY FOUNDATION

ConnectSafely
Smart Bystanding Starts Here™

Campanha de prevenção ao suicídio automutilação



2011-2017

CVV, Safernet e Facebook lançam guia "Ajude um Amigo em Necessidade"



O Centro de Valorização da Vida (CVV), a Safernet Brasil e o Facebook lançam nesta quarta-feira (18) o guia "Ajude um Amigo em Necessidade", com dicas sobre como identificar sinais de que um amigo pode estar enfrentando dificuldades emocionais, e o que fazer para ajudar em situações como essa.



Campanha de ferramenta de prevenção ao suicídio - Facebook

Ajudamos amigos a se apoiarem em momentos de crises pessoais.

Treinamento nas escolas



- Treinamento de segurança online em escolas públicas pelo Brasil.



Treinamento em Escola Municipal Madre Purgas (Manaus)



Obrigado!

facebook



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA
DIA 16/05/2017**

LOCAL: Anexo II, Plenário 07
HORÁRIO: 09h30min

A - Seminário:

TEMA

"Debater o jogo Baleia Azul"

Apresentação de Slides

TIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente da SAFERNET - BRASIL



**Safer
net**

A SAFERNET DEFENDE
DIREITOS HUMANOS
E LIBERDADES
NA INTERNET HA 11 ANOS

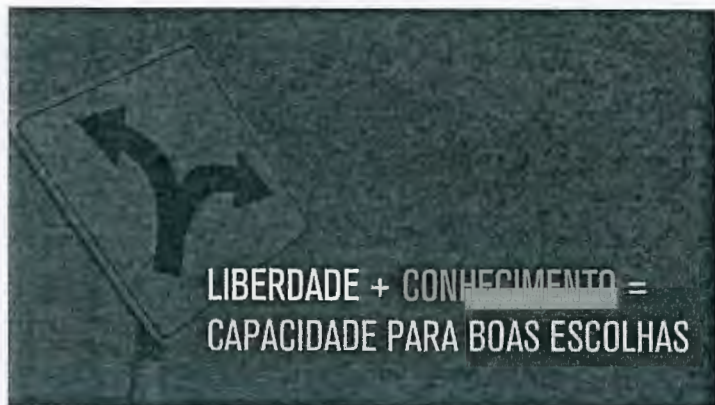
**NOSSE COMPROMISSO
É CONSCIENTIZAR.**

**TRABALHAR COM EDUCADORES
PARA BOAS ESCOLHAS ON-LINE.**

Educação



—
A educação promove o conhecimento.
O conhecimento proporciona escolhas.
Quem tem escolhas tem liberdade para optar.
Navegar com segurança é navegar com liberdades.
É fazer boas escolhas online.



Baleia Azul:

- 1) O que sabemos?
- 2) O que fizemos?
- 3) Recomendações ao Congresso

RTV NOTÍCIAS ENTRETENIMENTO ESPORTES RECORD TV HORA 7 SERVIÇOS

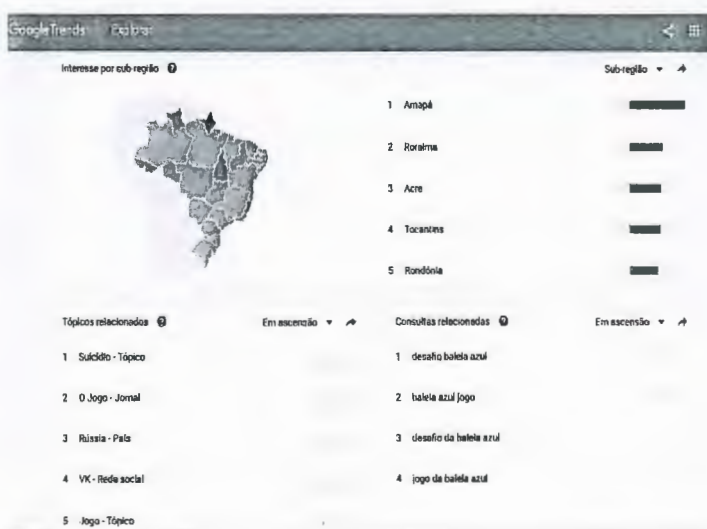
O PROGRAMA APRESENTADORAS MATÉRIAS VÍDEOS FOTOS MANDE SUA SUGESTÃO

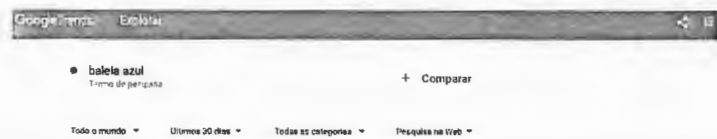
Desafio da Baleia Azul: o jogo que já matou três pessoas

FACEBOOK TWITTER G+ BOOLE+ PÁGINA SOCIAL

R7 Desafio da Baleia Azul: o jogo que já matou três pes...
74M Brasil / 374.370 Visualizações

O jogo criado na Rússia chamado Desafio da Baleia Azul está fazendo sucesso na internet, principalmente na Europa. A "brincadeira" inclui tarefas como pular do alto de um prédio e desamarrar uma baleia no braço com uma faca. O jogo mortal já levou três meninas a cometerem suicídio na Rússia, sendo que a primeira vítima que se tem registro aconteceu no ano passado. Ao todo são 50 desafios, sendo que o último é tirar a própria vida. Segundo uma psicóloga, o jogo é um desafio para jovens com problemas emocionais ou mentais.





Interesse ao longo do tempo



● baleia azul

Termo de pesquisa

+ Comparar

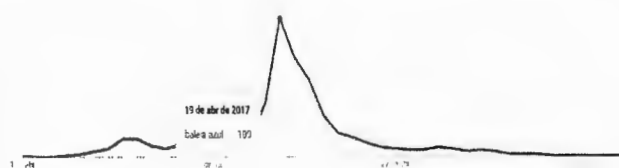
Brasil

01/04/2017 - 16/05/2017

Todas as categorias

Pesquisa na Web

Interesse ao longo do tempo



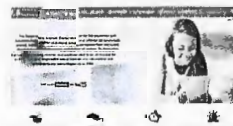
NetFamilyNews.org
Tech Intelligence for Parents

Home Youth Parenting Literacy Safety Policy Research

'Blue Whale' game: 'Fake news' about teens spread internationally

by Anne on March 13, 2017

It has been reported as real news here in the U.S. in recent weeks, just as it was earlier in eastern Europe, and what a dark, disrespectful message it sends about young people in any country. I'm talking about coverage of the so-called "Blue Whale suicide game" that started in Russia. And while even the term "fake news" seems to be morphing into something else now, this is the real, original version that's misleading and scaring parents.



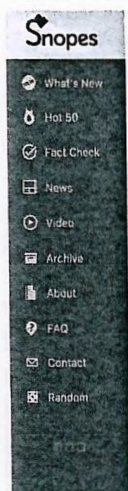
captioned by Bulgaria's Saker Internet Centre, works to

It's truly fake – a textbook example of how misinformation about online harm can itself be harmful. Georgi Apostolov of Bulgaria's Saker Internet Centre told me this was a "manipulation" that "can really affect parents and vulnerable children." He wrote me that his organization is very

UK Safer Internet Centre

It is through research and consultation with other colleagues it has come to our attention that the 'Blue Whale Game' is an example of a sensationalised fake news story.

Snopes, online fact checking website, have found that although there have been reports of young people committing suicide in Russia over the last six months, of these reported cases **none have been found to have a conclusive tie to the game.**



Fact Check: Viral Internet Story

'Blue Whale' Game Responsible for Dozens of Suicides in Russia?

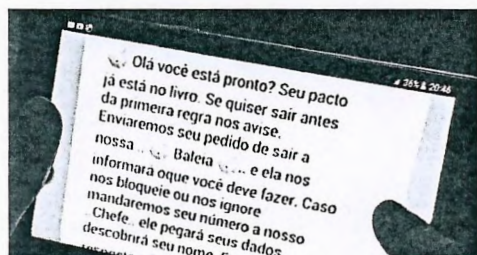
Although certain game groups on social media have been accused of promoting suicide, they have not been found to have directly caused an uptick in young people taking their own lives.



Verdade 13 de maio 2017

Estudo sobre Baleia Azul revela que jogo começou com mortes inventadas

Os primeiros casos de automutilações e suicídios em rede surgiram na Rússia e, apesar de não haver provas, foram associados ao jogo Baleia Azul. Os especialistas em segurança online pedem cautela nessas associações e falam em efeito de contágio.



blue whale fake news

País: Unido Últimos 30 dias Todas as categorias Pequenas de notícias

Interesse ao longo do tempo



FOLHA DE S. PAULO

mundo

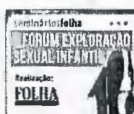
Caos socioeconômico na Rússia explica surgimento do jogo Baleia Azul

LEONID BERSHIDSKY
DA BLOOMBERG

26/04/2017 11h00

Compartilhar 352 OLHAR O TEXTO Mais opções

Uma espécie de "jogo do suicídio" que surgiu na Rússia e está se espalhando entre os adolescentes do planeta provoca as mesmas questões urgentes em toda parte, o que inclui o Brasil. Quem é responsável? E como impedir que ele avance?

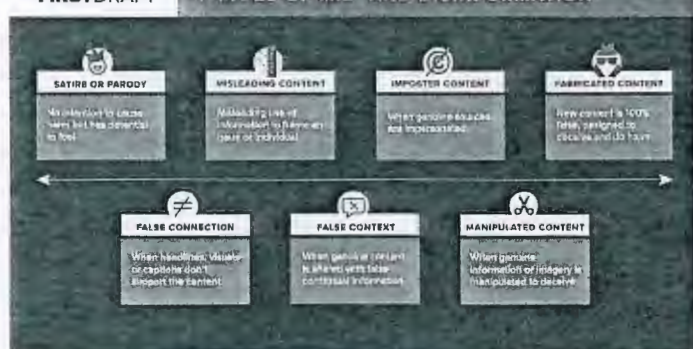


As redes sociais e o Legislativo da Rússia decidiram agir para eliminar os chamados "grupos de morte", mas pode bem ser que estejam lutando contra uma lenda urbana. No entanto, a nimença é evidente e está bem estabelecida: os índices tragicamente elevados de suicídios encontrados em países que enfrentam problemas desde a queda da União Soviética resultam de males sociais muito mais amplos.



FIRSTDRAFT

7 TYPES OF MIS- AND DISINFORMATION



Views on 'fake news'

What counts as 'fake news' being spread by news organisations?

Counts Doesn't count Don't know

News organisations that...

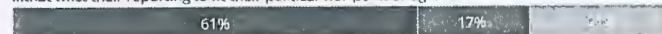
...deliberately say things that aren't true



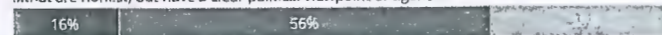
...don't check if their stories are true or not



...that twist their reporting to fit their political viewpoint or agenda



...that are honest, but have a clear political viewpoint or agenda



Survey of 1,598 British adults in March 2017

Q. In recent months people have often talked about 'fake news'.

Do you think each of the following count or do not count as 'fake news'?

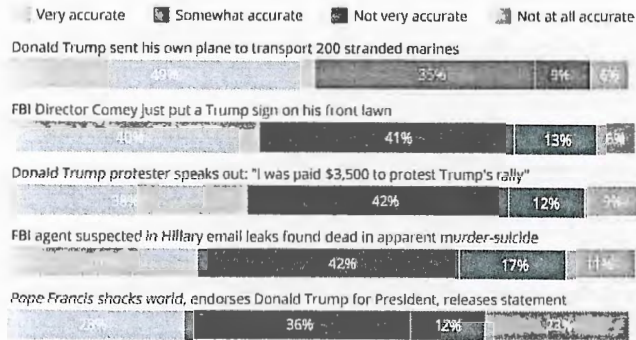
© StatistaCharts

Source: YouGov

FIPP statista

Fake news & how it's perceived

Perceived accuracy of fake news headlines in the United States as of December 2016



1915 respondents, 16 years and older
Sources: Ipsos, BuzzFeed

FIPP statista

Tech Chart of the Day

Fake News Is A Real Problem

Facebook engagement of the top five fake election stories*



Total Facebook engagement for top 20 election stories (August election day)



* Engagement is measured as total number of shares, reactions and comments

BUSINESS INSIDER

Source: BuzzFeed News, BuzzFeed

statista

1. O que sabemos:

- Desde o surgimento das primeiras notícias sobre a chegada do hoax (boato) "Baleia Azul" no país, a SaferNet tem coletado evidências e trocado informações com linhas de denúncia (hotlines) e de ajuda (helplines) no Brasil e no exterior;
- Não encontramos evidências que comprovem a existência de uma ação coordenada, tampouco uma estrutura centralizada de comando e controle, no Brasil ou no exterior, que supostamente seria responsável por criar grupos em aplicativos de troca de mensagens e fóruns em redes sociais com o objetivo de recrutar, reunir ou agrupar adolescentes e jovens e induzi-los a cometer suicídio;
- As evidências coletadas pela SaferNet no Brasil e por vários Safer Internet Centers no exterior indicam a existência de grupos descentralizados criados por indivíduos, em sua grande maioria adolescentes e jovens, com o objetivo de fazer trolagem, praticar cyberbullying e, em alguns poucos casos isolados, incitar ou induzir outros adolescentes e jovens vulneráveis a cometer suicídio;
- A criação de fóruns na web com conteúdos de incitação ou auxílio ao suicídio é um fenômeno conhecido há décadas, tendo os primeiros caos no Brasil sido reportados pela SaferNet Brasil em 2006; esse fenômeno, portanto, não surgiu com o "jogo" Baleia Azul;
- A superexposição dos casos concretos de suicídio na mídia e nas redes sociais tem gerado um ciclo perverso que se retroalimenta: alarmismo que produz pânico na população, que aumenta o medo e a preocupação de pais e educadores e que pouco contribui para ajudar aqueles em situação de sofrimento emocional, sobretudo de pessoas vulneráveis e suscetíveis ao efeito contágio.

PATTERN OF DEATH: COPYCAT SUICIDES AMONG YOUTHS

By DANIEL GOLEMAN
Published March 18, 1987

The suicide attempt yesterday morning by two young people in Bergenfield, N.J., which closely copied the death of four teenagers last week, fits a pattern of imitation that often comes after well-publicized suicides, according to experts.

"Hearing about a suicide moves those teen-agers at risk closer to doing it themselves," said David Shaffer, a professor of child psychiatry at Columbia University and the head of the Suicide Research Unit at the New York State Psychiatric Institute.

"The news coverage of teen-age suicides can portray the victims as martyrs of sorts," Dr. Shaffer said in an interview. "The more sentimentalized it is, the more legitimate - even heroic - it may seem to some teen-agers."

The tendency of disturbed young people to imitate highly publicized suicides is called the "Werther Syndrome," after the protagonist in Goethe's novel, "The Sorrows of Young Werther." Impressionable Teen-Agers

The novel, in which the hero kills himself, was banned in some European countries after its publication nearly 200 years ago because of a rash of suicides by young men who had read it. Some had jumped like Werther and left the book open to the person detailing

 FACEBOOK
 TWITTER
 GOOGLE+
 EMAIL
 SHARE
 PRINT
 REPRINTS

2. O que fizemos?

The novel, in which the hero kills himself, was banned in some European countries after its publication nearly 200 years ago because of a rash of suicides by young men who had read it. Some had jumped like Werther and had left the book open to the ominous details

<http://www.nytimes.com/1987/03/18/nyregion/pattern-of-death-copycat-suicides-among-youths.html>

[illegible]

INHOPE, the global network of reporting hotlines fighting child sexual abuse material on the Internet

Legend:

- INHOPE member hotlines
- INHOPE Foundation participants
- Focus countries in development cooperation

The data for participation in the CPIC is available from the participating and invited governments

[illegible]

- I. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o oitavo país do mundo em número de suicídios. Em 2012, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.623 mulheres. O número de tentativas é pelo menos 10 vezes maior, chegando a 120 mil ao ano;
- II. Segundo o Mapa da Violência 2017, entre 1980 e 2014 a taxa de suicídio entre jovens de 15 a 29 anos aumentou 27,2% no Brasil, sendo a segunda maior causa de óbitos entre pessoas de 15 a 29 anos (em primeiro lugar estão as mortes decorrentes de acidentes de trânsito);
- III. É especulação afirmar, antes de concluídas as investigações conduzidas com discrição pelo MPF e pela PF, que o “jogo” Baleia Azul é o responsável pelo aumento no número de casos de suicídio entre adolescentes e jovens no Brasil;
- IV. De modo similar ao que aconteceu na Rússia, o fenômeno “Baleia Azul” também chegou ao parlamento brasileiro e tem provocado a reação emocional e indignada de muitos deputados e senadores, que se apressaram em propor novos projetos de lei e outras iniciativas legislativas na tentativa de responder a onda de pânico criada na sociedade pela propagação das notícias que associam casos de suicídio no Brasil ao “jogo”;
- V. Dentre as iniciativas legislativas, existem vários Projetos de Lei propondo alterações substanciais em artigos do Marco Civil da Internet (MCI), uma lei modelo, fruto de 7 anos de discussão com a sociedade brasileira e hoje copiada por países como França e Itália, e que define princípios, direitos e deveres para os usuários de Internet no Brasil;

3. Conclusões e recomendações ao Congresso Nacional:

V - É errado afirmar que o Marco Civil da Internet atrapalha a remoção de páginas que fazem apologia ou incitação ao suicídio. Nos últimos 3 anos, período de vigência do MCI, os provedores removeram voluntariamente, sem a necessidade de ordem judicial, um total de **4.807** páginas que foram reportadas à SaferNet Brasil por supostamente conterem indícios do crime definido no art. 122 do Código Penal (Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça, e cuja pena é de reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave);

VI - Não se deve legislar movido pelo pânico. A boa regulação sobre temas complexos como o suicídio exige conhecimento profundo de suas causas, motivações e consequências; o que só pode ser alcançado se houver um amplo debate com os múltiplos setores da sociedade, sobretudo com os especialistas em políticas públicas de saúde mental;

VII - Nestes momentos de ampla mobilização nacional é vital valorizar os esforços em educação e prevenção, e dar efetividade e materialidade aos marcos normativos já existentes, sobretudo aos artigos 26 e 29 do Marco Civil da Internet, aos objetivos da Lei Federal Nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) e às Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, estabelecidas na Portaria Nº 1.876, de 14 de Agosto de 2006, do Ministério da Saúde;

VIII - Mais importante do que novas leis, o Brasil precisa implementar e consolidar políticas públicas que ofereçam orientações e serviços de qualidade às populações mais vulneráveis e aos profissionais de saúde e educação;

A "Baleia Azul" já produziu danos irreparáveis no Brasil. Violar o Marco Civil da Internet, contudo, é um dano que os deputados e senadores podem evitar.

"notícias" antigas são requeentadas para propagar o alarde e manter a "Baleia Azul" na pauta

SPUTNIK



Rusya'da 'Ölüm Grubu' lideri olduğu şüphesiyle bir kişi tutuklandı

Rusya'da 21 yaşındaki Filipp Budeikin, sosyal medya sitesi VKontakte'deki inihara yönlendiren 'Ölüm Grubu' adlı sayfanın yaratıcısı olma suçlamasıyla tutuklandı.

Rusya Soruşturma Komitesi, VKontakte üzerindeki 'Ölüm Grupları' soruşturmasına ilişkin ilk tutuklamayı yaptı. Komite'den yapılan açıklamada, başkent Moskova'da 21 yaşındaki bir gençin 'Ölüm Grubu' isimli sosyal medya sayfası ile inihara yönlendirme suçlamasıyla tutuklandığı bildirildi.

HABERLER

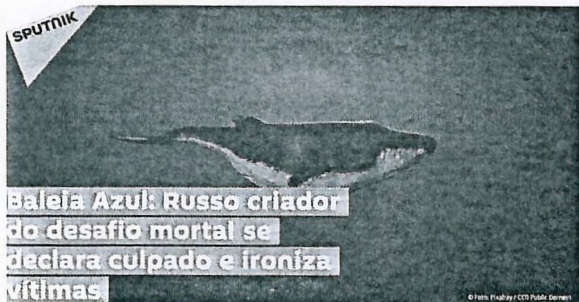
- 1. Ankarada açığa çıkarılan davalarda verilmeye başlanılan 3 günde...
- 2. 'Türkiye'deki bilimsel Rusya'ya paylaşımları' hakkında...
- 3. ABD'nin Mısır'ı desteklediği...
- 4. Erdoğan'ın Washington'daki Trump ile görüşmesi...
- 5. 1. Ocak'ta 100 yıl önce...

ST. PETERSBURG, RUSSIA - NOVEMBER 16, 2016 Filipp Budeikin (center front, appears to be 21 years old) is being escorted by police officers. He is wearing a dark jacket and a light-colored shirt. The background shows a city street with buildings and other people.

ST. PETERSBURG, RUSSIA - NOVEMBER 16, 2016 Filipp Budeikin (center front, appears to be 21 years old) is being escorted by police officers. He is wearing a dark jacket and a light-colored shirt. The background shows a city street with buildings and other people.

ST. PETERSBURG, RUSSIA - NOVEMBER 16, 2016 Filipp Budeikin (center front, appears to be 21 years old) is being escorted by police officers. He is wearing a dark jacket and a light-colored shirt. The background shows a city street with buildings and other people.

35



Baleia Azul: Russo criador do desafio mortal se declara culpado e ironiza vítimas

© Foto: Reuters/CC Photo Channel

19:33 11.05.2017 atualizado 19:34 11.05.2017

Tema: Baleia Azul assassinou a brincadeira que levou caso de saúde pública (*)

O russo Filipp Budeykin, de 21 anos, se declarou culpado das acusações de incitação ao suicídio de pelo menos 15 jovens do país no chamado 'Desafio da Baleia Azul', do qual Budeykin seria o criador, de acordo com as autoridades da Rússia. Ele seguirá preso até 20 de agosto, informou a justiça russa.

De acordo com a porta-voz do Tribunal de São Petersburgo, Daria Lebedeva, a justiça decidiu mantê-lo detido após ele declarar-se culpado das acusações que envolvem o jogo mortal, criado e compartilhado na rede social russa VKontakte. De lá, o desafio se espalhou pelo mundo, com casos de automutilação e suicídio sendo investigados até mesmo no Brasil.

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS MAIS VOTOS MAIS NOTÍCIAS

13:35 CS da ONU deve adotar medidas

publicando em relação ao caso do Brasil

13:37 ONU: interesse de civis afetados pelo

caso do Brasil caiu em abril

12:17 O Brasil filia à casa terror Brasil se

regressos da África

12:16 Força Nacional começa o combate à

violência no Rio

11:15 Sputnik confirma lançamento bem-

sucedido do satélite brasileiro 9 na Flórida

7:00 NA INDIAS

Google Trends Explorar

Filipp Budeykin

tema de pesquisa

+ Comparar

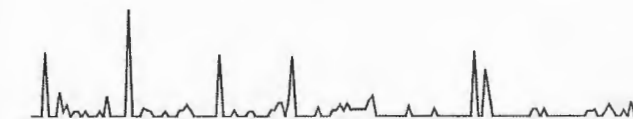
Brasil

Últimos 7 dias

Todas as categorias

Pesquisa na Web

Interesse ao longo do tempo



OBRIGADO!

thiagotavares@safernet.org.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

96
12

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE SEMINÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA
DIA 16/05/2017**

LOCAL: Anexo II, Plenário 07

HORÁRIO: 09h30min

A - Seminário:

TEMA

"Debater o jogo Baleia Azul"

Apresentação de Slides

ELISABETE COMPARINI

Terapeuta Familiar

Ações de
Prevenção ao
risco de suicídio
estimulado em
ambiente
virtual – "Baleia
Azul"

Comissão de Legislação
Participativa

o Três eixos fundamentais

Adolescência
Família
Ambiente Virtual

o ADOLESCÊNCIA = PASSAGEM

- o Crise e transformação
- o Busca da homeostase= desorganiza-se para reorganizar-se
- o As diferenças entre eles provém do contexto social

o As 4 dimensões :

- o **Biológica** –Plena transformação física, hormônios, estatura, voz e muito mais
- o **Psicológica** – Plena transformação
 - Mundo interno
 - Busca do autoconhecimento
 - Independência e liberdade
 - -Mais vulnerável a opinião alheia



- o - Reação opositora mais frequente
- o Sentimento de solidão
- o A busca do :PERTENCER
- o Nem Ser e nem Ter mais sim PERTENCER

o **Social** – Nessa busca da Pertença

- o Grupo sociais :os clãs – por identificação
- o Ser amado e adequado
- o Presença da sensualidade –
- o A descoberta da busca do prazer

o **Espiritualidade** –

- o Busca pelo transcendente
- o Busca do Sentido da vida
- o Busca desenvolver a Esperança a Fé

o Pontos vulneráveis :

- o 1-Auto estima fragilizada
- o 2-Auto imagem contaminada por preconceitos
- o 3-Medo de expressar-se
- o 4-Dificuldades de reconhecer em si atitudes de preconceito
- o 5- A sexualidade desregulada (descoberta)

- o 6- Ataque como forma de defesa
- o 7-Falta de perspectiva
- o 8- Contradição frente a realidade
- o 9-Percepções das limitações da escola
- o 10-Preocupação com a inserção no mercado de trabalho
- o 11-Papéis de gênero masculino e feminino mais rígidos

- o 12-Falta de privacidade na vida pessoal
- o 13-Mudanças na solidariedade
- o 14- Forte relação parental – Busca de modelos
- o 15-Cidadania conceito abstrato
- o 16- Lazer – o encontro com as drogas lícitas e não lícitas
- o 17 – Vida familiar frágil
- o Auto mutilação – Sofrimento interno

- o O comportamento suicida pode ser precipitados por múltiplos e complexos fatores
- o Fatores Psicológicos e de vulnerabilidade : perfeccionismo;

- o FAMÍLIA
- o Fator de proteção ou de risco para a saúde mental do adolescente
- o Sente-se despreparada e desamparada
- o Três princípios básicos :
- o Diálogo – Abertura- confiança- acolhimento
- o Afeto –Sentir-se amado- aceito- protegido- cuidado –Atenção dos responsáveis
- o Autonomia – Ser responsável e livre – limites

◦ A influência da Sociedade

- *Imediatista
- *Descartável
- *Superficial
- *Hedonista
- *Relativista
- * Dificuldade de construir vínculos
- * Consumista

◦ Redes Social

- Fácil acesso
- Influenciadora
- Sem censura
- Exposição da privacidade
- Sexthing
- Adolescente com pré-disposição ,transtorno mental, vulnerável

◦ Jogo da Baleia azul

◦ Séries

◦ Filmes

Prevenção do Suicídio em adolescente :
Programa BELIEVE – Portugal

Objetivo – Avaliar a autoestima e a
capacidade de resolução de problemas

De acordo com a OMS o suicídio é a
segunda causa da mortalidade de
adolescentes de 15 – 24 anos

- o Ideação suicida
- o Tentativa do suicídio
- o Suicídio

- o De acordo com os idealizadores do Programa
- o BELIEVE
- o O comportamento suicida pode ser precipitados por múltiplos e complexos fatores
- o **Fatores Psicológicos e de vulnerabilidade :** perfeccionismo; impulsividade ; pessimismo e baixa capacidade de resolução de conflitos

- o **Fatores Predisponentes** –Baixa autoestima ; rigidez cognitiva; pensamento dicotômico ; estilo disfuncional ; perspectiva distorcida do tempo pessoal.

- o **Fatores Precipitantes** –Dor psicológica insuportável; constrição cognitiva ; ansiedade elevada e decisão de morrer.

- o Programas que estamos realizando

- o Programa "RESTAURA "

- o Projeto – "SIM A VIDA" – Prevenção ao suicídio na adolescência , mas focando a vida, o sentido da vida e não a morte



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2507
102
[Assinatura]

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 23/05/2017**

LOCAL: Anexo II, Plenário 06

HORÁRIO: 16h30min

A - Audiência Pública:

TEMA: "Debater o jogo chamado Baleia Azul e suas consequências".

Convidados:

- LEANDRO DAIELLO COIMBRA
Direto-Geral da Polícia Federal; (ausente)
- LUÍS FELIPE SILVA FREIRE
Presidente da Comissão de Crimes Eletrônicos da OAB/MG;
- FERNANDA FERNANDES
Delegada interina da Repressão aos Crimes de Informática -DCRI, do Rio de Janeiro;
(ausente)
- ANDRÉ LORENZETTI
Diretor de Comunicação do Centro de Valorização da Vida - CVV; (ausente)
- THIAGO TAVARES
Presidente da SaferNet; (ausente)
- RAIMUNDO ANTÔNIO PALMEIRA DE ARAÚJO
Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil
Indicado como representante do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB,
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA;
- PATRÍCIA SIMONE BONZOLAN
Delegada-Chefe Adjunta da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente -
DPCA/PCDF
Indicada como representante do Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal -
PCDF, ERIC SEBA DE CASTRO;
- DEPUTADO ESTADUAL PASTOR JOÃO LUIZ (PSC/AL);(ausente)



CÂMARA DOS DEPUTADOS



**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 23/05/2017**

LOCAL: Anexo II, Plenário 06

HORÁRIO: 16h30min

A - Audiência Pública:

TEMA: "Debater o jogo chamado Baleia Azul e suas consequências".

Apresentação de Slides:

- **PATRÍCIA SIMONE BONZOLAN**

Delegada-Chefe Adjunta da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente -
DPCA/PCDF

Indicada como representante do Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal -
PCDF, ERIC SEBA DE CASTRO

Baleia Azul

Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

Patrícia Simone Bozolan
Delegada de Polícia

Saulandre Paulo Lima de Moraes
Escrivão de Polícia

Histórico

- Conhecido como *Siniy Kit*, em Russo, ou *Blue Whale*, em inglês;
- Propõe um jogo de 50 desafios: inclui autolesões, assistir filmes de terror, ouvir músicas psicodélicas altas, subir em prédios, dentre outros;
- O último desafio é o suicídio;
- Conta com um curador (iniciador e mentor) que determina vários desafios e decide sobre a data do suicídio;
- Ingresso por redes sociais: *Vkontakte*, *Facebook*, *WhatsApp*, mas apenas para convidados

Panorama do Distrito Federal¹

- Desde 1º/01/2017, foram registradas 12 ocorrências policiais e 3 denúncias anônimas;
- Há relatos sem indícios e denúncias falsas;
- Na DPCA, as investigações receberam grau de prioridade;
- Não há, até o momento, a comprovação de curadores;
- Os adolescentes tem seguido, de forma autônoma, algumas regras publicadas na internet.

¹Pesquisa em 22/05/2017

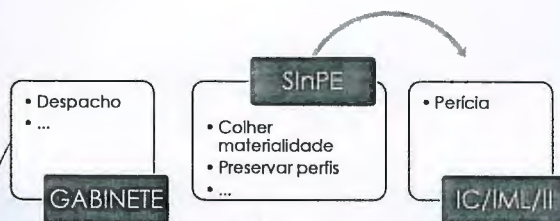
Estrutura DPCA



Processo Investigativo Crime Cibernético na DPCA



Processo Investigativo Crime Cibernético na DPCA



Processo Investigativo Crime Cibernético na DPCA



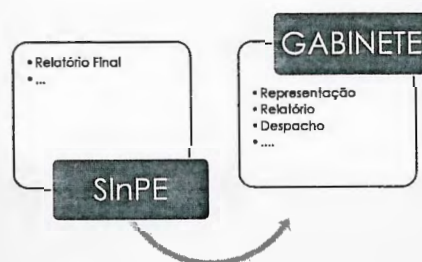
Processo Investigativo Crime Cibernético na DPCA



Processo Investigativo Crime Cibernético na DPCA



Processo Investigativo Crime Cibernético na DPCA



Baleia Azul

Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

Patrícia Simone Bozolan
Delegada de Polícia

Saulandre Paulo Lima de Moraes
Escrivão de Polícia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 23/05/2017**

LOCAL: Anexo II, Plenário 06

HORÁRIO: 16h30min

A - Audiência Pública:

TEMA: "Debater o jogo chamado Baleia Azul e suas consequências".

Apresentação de Slides:

- LUIZ AUGUSTO FILIZZOLA D'URSO
Advogado Criminalista - OAB/SP

DR. LUIZ AUGUSTO FILIZZOLA D'URSO

ADVOGADO – OAB/SP

Audiência Pública para debater o jogo chamado Baleia Azul e suas consequências

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
Câmara Federal - Brasília

luizaugusto@urso.com.br

www.urso.com.br

@luizaugustodurso

O QUE É O JOGO BALEIA AZUL

- Trata-se de desafios, nos quais, um criminoso denominado "curador" instrui sua vítima para a realização de 50 desafios. Nesses, são ordenados que o indivíduo se corte, faça desenhos na pele com a utilização de lâminas, assista filmes de terror, não durma de madrugada, etc. e o desafio final que determina que o jogador tire a própria vida.
- Os desafios são encaminhados pelas redes sociais (Facebook, Whatsapp, Telegram, etc.) e por esses mesmos aplicativos são realizadas as cobranças das fotos e vídeos como prova das execuções das tarefas.
- Nestas mesmas conversas, entre curador e jogador, o curador ameaça a todo momento o indivíduo para a realização das tarefas e permanência no jogo.
- Os "jogadores" são crianças e adolescentes fragilizados psicologicamente que, após cada desafio, começam a acreditar que a única saída é o suicídio e que a vida não tem mais sentido.

SURGIMENTO JOGO BALEIA AZUL – FAKE NEWS

- As primeiras notícias referente a existência de um jogo chamado Blue Whale (Baleia Azul) se deram na Rússia. Tratava-se de um boato (Fake News), que foi divulgado como real, de que o suicídio de uma jovem de 15 anos e outra de 14 anos, em 2016, eram resultado de um jogo.
- Em fevereiro de 2017, as notícias sobre o Blue Whale reapareceram na imprensa, e, novamente, se espalharam pela Europa com a suspeita de mais de 130 mortes relacionadas ao jogo.
- Em algumas semanas, escolas na França, Inglaterra e Romênia estavam entregando alertas às famílias dos alunos com orientações sobre o jogo Blue Whale e cuidados com seus filhos.
- Neste renascimento, em abril de 2017 a primeira notícia deste jogo foi divulgada no Brasil.

PRIMEIRA NOTÍCIA NO BRASIL

- A primeira notícia que chegou ao Brasil se deu no dia 11 de abril de 2017, em matéria veiculada no jornal Fala Brasil da TV Record.
- "O jogo criado na Rússia chamado Desafio da Baleia Azul está fazendo sucesso na Internet, principalmente na Europa. A 'brincadeira' inclui tarefas como pular do alto de um prédio e desenhos uma baleia no braço com uma faca. O jogo mortal já levou três meninas a cometerem suicídio na Rússia".



<http://noticias.r7.com/fala-brasil/videos/-desafio-da-baleia-azul-o-jogo-que-ja-matou-tres-pessoas-01042017>

AS PRIMEIRAS MORTES NO BRASIL

- Após 11 dias da primeira notícia veiculada no Brasil, o primeiro suicídio com suposta ligação ao jogo Baleia Azul, foi divulgado. Foi a morte de um jovem de 16 anos em Vila Rica/MT no dia 12 de abril de 2017.
- No dia seguinte, um menino de 19 anos em Pará de Minas/MG, foi encontrado morto após se suicidar.
- Esses dois casos de suicídio, teriam, supostamente, ligação com este jogo (devido as marcas de automutilação no corpo).
- Ocorreu, então, uma grande repercussão e divulgação referente a este game na imprensa nacional e na Internet.

GOOGLE TRENDS – JOGO BALEIA AZUL

jogo baleia azul

Termo da pesquisa

Intensidade ao longo do tempo



Após uma semana da primeira notícia (em 20/04), já seriam oito estados brasileiros (SP, PR, MG, MT, PE, PB, RJ e SC) investigando diversas tentativas de suicídios (mais de 20 tentativas e 3 suicídios consumados), com suposta ligação ao jogo Baleia Azul.

SOBRE O SUICÍDIO

- Com a repercussão do jogo Baleia Azul e o assunto suicídio, as buscas pela palavra "suicídio" no Google aumentaram 100% no Brasil na terceira semana de abril, em comparação ao ano de 2015.
- Houve também o aumento repentino registrado pelo Google na procura por "suicídio indolor" e "suicídio rápido", nesta mesma semana.
- Tema suicídio não deve ser tabu! - A Organização Mundial de Saúde (OMS), estima que 90% dos suicídios poderiam ser prevenidos.
- O Brasil é o 6º país com maior número de suicídio (12 mil por ano), e a cada 40 segundos alguém se suicida no Mundo.
- Nos últimos 25 anos a taxa de suicídio de jovens cresceu 35%.
- Hoje, o suicídio é a segunda causa de mais mortes entre os jovens (de 15 a 29 anos), só perdendo para acidente de trânsito, no Mundo.

CRIME

- Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio
- Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.
- Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consumar; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.
- Parágrafo único - A pena é duplicada:
- Aumento de pena
- se o crime é praticado por motivo egoístico;
- II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

SUGESTÕES

• INVESTIGAÇÃO

- Criação, pelo poder executivo, de mais delegacias especializadas em cibercrimes.
- Melhorias e investimentos nos Institutos de Criminalística, objetivando rapidez na elaboração das perícias.

• EDUCAÇÃO DIGITAL

- Criação, por força de lei, da matéria de Educação Digital (prevenção) em todos os níveis escolares, para tratar especialmente dos seguintes temas:
- A) Fake News (notícias falsas) e ameaças existentes na Internet (furto de dados – phishing)
- B) Perigos na exposição virtual da vida privada nas redes sociais
- C) Desconfiança permanente ao interagir com desconhecidos pela Internet
- D) Cibercrimes: cyberbullying, envio de nudes, pedofilia e compartilhamento de conteúdo difamatório

SUGESTÕES

• LEGISLATIVAS

- Aumento de pena prevista no artigo 122 do Código Penal (Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça), quando essas condutas forem praticadas pela Internet, visando induzir, instigar ou auxiliar um grande número de pessoas;
- Inclusão de previsão expressa no artigo 122, de que o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio de criança (até 12 anos) ou absolutamente incapaz, será enquadrado no artigo 121, como homicídio, com pena prevista de 6 a 20 anos;
- Criação de um artigo específico com a previsão da criminalização de induzir ou instigar alguém a realização da autolesão corporal ou prestar-lhe auxílio para que o faça. Conduta que não tem previsão hoje em nossa legislação.

OBRIGADO!

LUIZAUGUSTO@DURSO.COM.BR

Comissão de Direito Digital e Compliance (CDDC) – OAB/SP

Parecer sobre o "Jogo da Baleia Azul"

Onde surgiu, o que é, e como atua:

O ora conhecido como o "Jogo da Baleia Azul" teve, segundo investigações de diversas fontes, sua suposta origem na Rússia através do lançamento de desafios nas redes sociais.

O suposto "jogo" é orquestrado por um personagem conhecido como "curador" ou administrador que fornece os desafios e supervisiona o seu cumprimento. O não cumprimento das missões ou tentativa de abandono do desafio acarretaria consequências para o jogador, seus familiares e amigos das redes sociais chegando ao ponto da ameaça a vida dessas pessoas.

Em caso concreto investigados pela Coordenadoria de Forense Computacional da CDDC, em que um adolescente realizou tentativa de suicídio, os trabalhos iniciaram-se por identificar grupos nas diversas redes sociais com o tema "Blue Whale", "Baleia Azul", "Ballenaazul", "I_am_whale" entre outros. Em um grupo aberto identificado no Telegram foi possível inscrever-se e, de pronto, notar o caráter intimidador como o "curador" se apresentou já ameaçando o "jogador novato" e seus familiares de morte caso houvesse desistência. Ocorre que as ameaças se deram para parentes já falecidos e mesmo situações impossíveis onde vários "membros" do grupo apresentados missões cumpridas, mas que, a linguagem denunciava ser a mesma pessoa representando vários papéis, evidenciando naquele caso concreto que o "curador" efetivamente não tinha condições ou meios de levar suas ameaças adiante e, levando a crer que o "curador" é um sádico em busca atender suas necessidades psicológicas.

Entende-se que o "Jogo da Baleia Azul" é mais uma manifestação da mesma matriz que outros tantos jogos que apresentam perigos a saúde, segurança e vida dos jovens, como os desafios "do fogo", das "72 horas", do "sal e gelo", etc

Em outro caso, foram identificados 4 (quatro) supostos incidentes associados ao "Jogo da Baleia Azul", onde os supostos "curadores" eram outros alunos e, portanto, conheciam e podiam convencer o jogador através de ameaças com informações reais disponíveis. Assim, pode-se concluir que tratavam-se de, casos de Bullying, com a roupagem do "Jogo da Baleia Azul".

Pôde-se também constatar que o "desafio", ao contrário do que seria possível imaginar, não se utiliza de uma plataforma ou app específico. Trata-se de um fenômeno psicossocial que se utiliza do meio de disseminação digital que estiver mais a mão do "curador" para implementar seus objetivos.



1/6





O curador por sua vez, pode tanto ser uma pessoa desequilibrada com problemas psicológicos e muito provável com tendências a sentir prazer com o sofrimento alheio e por outro lado as vítimas são pessoas vulneráveis, susceptíveis à ameaças e incentivos psicológicos negativos, desta feita é fácil constatar que se a raiz do problema encontra-se em fatores humanos e não necessariamente tecnológico, no entanto este segundo auxilia e potencializa sua propagação.

Além das redes sociais a grande mídia, especialmente televisiva, passou a produzir conteúdo com informações e detalhes sobre como seriam os desafios, estas informações incorretas/incompletas acabaram auxiliando na disseminação desse "jogo" que perdeu as feições de "lenda urbana" e passou a ser visto como algo real, despertando ainda mais a curiosidade de crianças, jovens e adultos.

Muitas vezes parentes e amigos que fazem parte do nosso círculo de confiança acabam por lhe repassar informações sem o necessário cuidado de verificar a veracidade e sensibilidade da informação, acabam então endossando e dando credibilidade para informações inverídicas, que no caso do jogo, fomenta como já comentamos a curiosidade sobre o tema.

Nesse contexto, os candidatos a jogador, em geral são pessoas em situação de vulnerabilidade psicológica, que apresentam quadro depressivo e até mesmo, em alguns casos, com características da síndrome de Münchausen(*), e acabam por tornarem vítimas fáceis do "curador", é importante salientar que também são encontrados indivíduos que entraram pela curiosidade mas que permanecem nos grupos do "jogo" por terem receio de se desligar preservando assim a integridade de seus familiares, a qual é ameaçada constantemente.

A ideia subjacente nesse "jogo" acaba sendo a dessensibilização da vítima, especialmente em relação à dor, para criar um caminho possível para o fim trágico com o suicídio.

(*)A síndrome de Münchausen, também chamada de transtorno factício, trata-se de uma desordem psiquiátrica, na qual os indivíduos acometidos simulam estar enfermos ou com algum trauma psicológico para conquistarem atenção e simpatia dos que os cercam.

Possíveis encaminhamentos:

Um importante primeiro passo é desconstruir a ideia de que a " Baleia Azul" seja um jogo, pois para configurar-se como tal, seria necessário que evocasse a figura de algo prazeroso e a relação que se desenvolve é de perversidade de uma personalidade sádica. Trata-se de uma "brincadeira perigosa", que não deverá ser difundida e/ou explicada de forma detalhada pela grande mídia para não causar novos casos.

Este cenário exige uma atenção da sociedade e muitas fontes, podem servir como um ponto de partida para construção de diálogo entre pais e filhos, quebrar o "silêncio" e criar uma ponte para solução do problema.

2/6

Deve-se refletir que a mudança de comportamento da sociedade é algo lento de ser alterado, assim esses problemas pontuais, como o trazido pelo "Jogo da Baleia Azul", deveriam ser tratados por um grupo de trabalho e força tarefa especializado das autoridades policiais para atuar nesses casos emergenciais que afetam a sociedade como um todo colocando a saúde, segurança e a vida da população em risco.

Esse grupo seria responsável por apurar os fatos suprimindo a mídia com informações reais e confiáveis para apaziguar sociedade e acabar com o clima de histeria, além de identificação dos autores e interrupção das suas ações criminosas.

As mudanças na sociedade estão ocorrendo de forma muito rápida e cada vez mais acelerada criando lacunas que a legislação não contempla. A tendência é o aumento em quantidade e alcance de novas condutas sem uma legislação específica que as preveja.

Instrumento valioso passa a ser a educação de pais, professores e, por fim, alunos. Ajudar através do incentivo à discussão de valores e conscientização. A introdução da Educação Digital na grade curricular é uma forma importante para alcançar esses objetivos.

Nesse aspecto, os pais com seu dever em *vigilando*, tem responsabilidades por onde navegam seus filhos no mundo digital. A educação para o uso ético de ferramentas de monitoramento dessas atividades passa a ser um instrumento valioso para que os pais possam exercer seu dever e manter seus filhos seguros.

O envolvimento dos principais provedores de aplicativos digitais para revisão de suas políticas de uso, no sentido de proibir conteúdos que coloquem em risco a vida, a integridade física e emocional, a saúde e mesmo a vida da população com a criação de ferramentas internas para identificação e suspensão/extração de conteúdo que viole essas normas de uso, tornam-se um apoio valioso no sentido de coibir ou mesmo impedir a sua disseminação.

Também deve-se envolver e criar políticas de incentivos para que outras ferramentas como o, por exemplo, "CETS" (Microsoft) que auxiliam as autoridades a rastrear possíveis pedófilos e, mesmo o "Foto DNA" que aponta a origem da produção de fotos para identificar os autores do material ilegal de forma não invasiva e permitida, sejam disponibilizadas pelas grandes plataformas de software de forma a facilitar a identificação e localização de pessoas/grupos que praticam ilícitos.

Já no caso da investigação, existem dois grandes problemas em relação a esses tipos de crimes cometidos pela Internet, que são a falta de delegacias especializadas em cibercrimes em cidades menores, pois hoje só encontramos esse tipo de delegacia em grandes capitais (o que gera um atraso ou dificuldade nas investigações, pois muitas vezes o delegado e a equipe pouco entendem de tecnologia) e a falta de investimento e pessoal nos institutos de criminalísticas (responsável por todas as perícias oficiais da justiça em relação aos equipamentos apreendidos na investigação dos cibercrimes). Devido a toda essa



3/6





demanda, hoje, as investigações aguardam no mínimo 1 ano a elaboração de uma perícia nos ICS.

Aspectos Jurídicos:

Apesar do impulso de legislar sobre o tema "Baleia Azul" deve-se antes analisar com mais vagar de forma a garantir a efetividade do cabedal legislativo existente.

Há que se considerar que a legislação atual já possui previsões de crime à instigação de suicídio, bem como muitas ações que caracterizadas como bullying.,

O grupo da Comissão de Direito Digital e *Compliance* junto à Comissão de Educação Digital, discutiu também sobre as questões que não estão previstas em lei, especialmente as ações envolvidas no desafio da "Baleia Azul", como por exemplo, instigar a se auto mutilar, machucar-se de varias formas. Portanto, se não constar o desafio do suicídio, qual seria o crime?

Em muito contribuiria a criação de Políticas Públicas, conforme demandam os artigos 70 e 70-A do Estatuto da Criança e Adolescente, para a concreta efetivação do artigo 4º e os nove incisos da lei 13.185/15, que institui o programa de combate à intimidação sistemática (Bullying), com efetiva atenção das Escolas com o dever de informar e dos pais com o dever da formação.

A inclusão de Educação Digital na grade curricular, envolvendo questões de valores e conscientização de que o mundo virtual tem um caráter público e não privado e, muito importante, traz consequências para a vida real é de suma importância uma vez que, em especial os "nascidos digitais", por sentirem-se à vontade e integrados no mundo digital, em verdade na maioria das vezes não possuem parâmetros e filtros para entender e selecionar os conteúdos aos quais estão expostos.

Justamente por isso é de se considerar que crimes e outras condutas ilícitas já prevista na legislação, mas que quando praticadas por meios digitais, tenham suas penas agravadas.

Instrumento importante traz a recente Lei 13.441/17, que permite a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, deve-se avaliar a possibilidade de ampliação de seu escopo para situações específicas em que a saúde, segurança e a vida da população estejam comprovadamente em risco.

Conclusão:

O "Desafio da Baleia Azul" se apresenta como um fenômeno psicossocial que se utiliza dos meios digitais para propagação de seus fins que colocam em risco a saúde, a segurança e a vida de pessoas fragilizadas. Desta forma desconstruir a ideia de jogo passa a ser importante.

Foram identificadas diversas ações que passam por divulgação de informações confiáveis, incentivo a adoção de ferramentas e mecanismos pelas plataformas de aplicativos e software que identifiquem e permitam o cumprimento dos termos de usos revisados e adequados, e em especial pelo esclarecimento e educação da sociedade para uso consciente e ético do ambiente digital através, por exemplo, de adoção de disciplinas de Direito Digital nas grades curriculares.

Diante todo o exposto, mister se faz a apreciação e discussão de Projeto de Lei para implementação de disciplina ou obrigatoriedade das escolas em efetivamente implementar projetos de Educação Digital, devidamente instruídos para o bom desenvolvimento e preparo de seus alunos, professores e toda a sociedade.

Também foi identificado que existe um panorama legal que viabiliza ações corretivas e punitivas em tais situações e que a adoção de políticas públicas e outras medidas que tragam maior efetividade a esse quadro regulatório é desejável.

Por outro lado, deve-se ter cautela com a criação de "novas leis" ou alteração açodada de instrumentos normativos que são resultado de um amplo processo de discussão com a sociedade ao longo de anos, como o Marco Civil da Internet, em função do sentimento de uma resposta legislativa para um problema psicossocial.

Por fim, os presidentes das Comissões responsáveis por este documento, reiteram a necessidade de uma comoção de toda população em pró da Educação Digital, para que possa, não apenas abarcar o uso responsável das tecnologias, perigos e riscos, mas também, para que possamos desenvolver valores de ética e respeito ao próximo. Apenas através da educação será possível atingir um nível maior de segurança aos jovens, para que não sejam infratores e/ou vítimas, seja por descuido ou desconhecimento.

Participaram da elaboração do parecer:

Relator: Paulo Purkyt

Por ordem em que tomaram a palavra nos trabalhos:

Coriolano Carmago - Presidente da Comissão de Direito Digital e *Compliance*

Cristina Sleimam - Presidente da Comissão de Educação Digital e 2ª. Vice Presidente da Comissão de Direito Digital e *Compliance*

Adriano Penedo de Athayde Vallim – Perito Judicial e Coordenador na Coordenadoria de Forense Computacional da Comissão de Direito Digital e *Compliance*

Ana Paula Siqueira Lazzareschi de Mesquita – Advogada

Jorge Luiz dos Santos - Administrador



Marcos Tupinambá – Investigador da Polícia Civil e especialista em segurança digital

Rose Cleide Alves Bezerra - Advogada

Ricardo Capozzi – Perito Forense

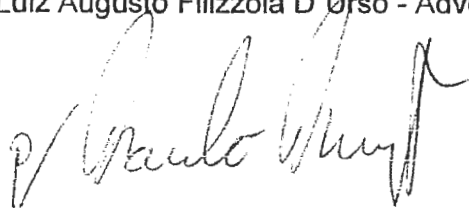
Alexandre Borge – Especialista em *Cyber Security*

Sonia Makaron - Psicóloga

Larissa Cardoso Leite – Advogada

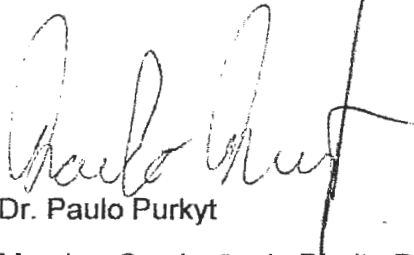
José Roberto Chiarella – Advogado

Luiz Augusto Filizzola D'Urso - Advogado



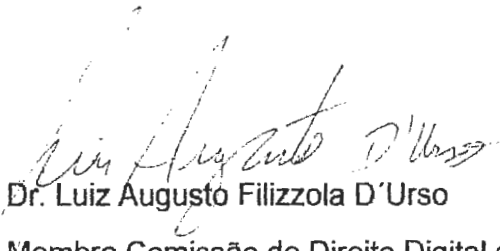
Dr. Coriolano de Almeida Camargo

Presidente da Comissão de Direito Digital e *Compliance* OAB/SP



Dr. Paulo Purkyt

Membro Comissão de Direito Digital e *Compliance* OAB/SP / Relator do Parecer



Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso

Membro Comissão de Direito Digital e *Compliance* OAB/SP

Aviso. Este documento não reflete a opinião da entidade, tendo em vista que deverá passar pela aprovação da diretoria da casa. Até este momento, este documento reflete a opinião dos dois grupos das Comissões de Direito Digital e Compliance e Educação Digital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 06/06/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 10

HORÁRIO: 10h

TEMA: Debater formas para combater a incitação à prática de trote ou outra conduta perniciosa na internet.

(REQ nº 295/2017 da Dep. Josi Nunes - PMDB/TO)

• **DEMÉTRIO JEREISSATI**

Presidente do Instituto DimiCuida

• **RONY VAINZOF**

Coordenador do MBA (Mestre em Administração de Negócios) em Direito Eletrônico da Escola Paulista de Direito (EPD) e Diretor do Departamento de Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

• **FABIANA VASCONCELOS**

Psicóloga e membro do Comitê Científico e do Comitê de Educação do Instituto DimiCuida

• **CAIO CESAR CARVALHO LIMA** - presença confirmada

Membro Fundador do Instituto de Direito da Tecnologia da Informação (IDTI)

• **EVELYN EISENSTEIN** - presença confirmada

Doutora e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

• **LUIS AUGUSTO ROHDE**

Vice-Coordenador do Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento para Infância e Adolescência (INPD)

9

10



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 06/06/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 10

HORÁRIO: 10h

TEMA: Debater formas para combater a incitação à prática de trote ou outra conduta perniciososa na internet.

(REQ nº 295/2017 da Dep. Josi Nunes - PMDB/TO)

• **DEMÉTRIO JEREISSATI**

Presidente do Instituto DimiCuida

• **RONY VAINZOF**

Coordenador do MBA (Mestre em Administração de Negócios) em Direito Eletrônico da Escola Paulista de Direito (EPD) e Diretor do Departamento de Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

• **FABIANA VASCONCELOS**

Psicóloga e membro do Comitê Científico e do Comitê de Educação do Instituto DimiCuida

• **CAIO CESAR CARVALHO LIMA**

Membro Fundador do Instituto de Direito da Tecnologia da Informação (IDTI)

• **EVELYN EISENSTEIN**

Doutora e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

• **LUIS AUGUSTO ROHDE**

Vice-Coordenador do Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento para Infância e Adolescência (INPD)





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 06/06/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 10

HORÁRIO: 10h

TEMA: Debater formas para combater a incitação à prática de trote ou outra conduta perniciosa na internet.

Apresentação de *Slides*:

• **FABIANA VASCONCELOS**

Psicóloga e membro do Comitê Científico e do Comitê de Educação do Instituto DimiCuida





QUEM PROTEGE O JOVEM NA INTERNET?



A DISSEMINAÇÃO DE VÍDEOS

- YouTube é lançado em 2005;
- Google compra YouTube em 2006;
- 5 anos de plataforma livre, os donos decidem que não estavam tendo lucro e decidem fazer um investimento, adicionando valor monetário em forma de publicidade pelo número de visualizações;
- Em 2009, mais de 20 mil vídeos eram uploaded para visualização por dia; em 2010, 2 bilhões de vídeos estavam na plataforma.
- Em 2010 inicia-se o boom no Brasil da Era do Desafio via vídeos.



OS DESAFIOS

- BRINCADEIRA DO DESMAIO: vídeos - 500 em 2010 e 14,300 em 2017;
- 138 canais de jovens entre 9 e 17 anos fazendo o desafio;
- o Instituto DimiCuida acolhe 9 famílias que perderam seus filhos para um jogo de não-oxigenação, mas os números informais são muito mais alarmantes;
- a prática continua crescendo em número de vídeos, sendo somente no ano de 2017, 3,500 vídeos disseminados pela plataforma YouTube.
- visto como lúdica e posto como desafio, jovens desconhecem as sequelas da prática e o risco de morte súbita.



NO BRASIL

- De acordo com pesquisa realizada em 2015 pela psicóloga Dra. Juliana Guilheri (UNIFESP & Université Paris Ouest, com apoio da CAPES) feita com 1.395 crianças francesas e brasileiras, de 9 a 17 anos:
- 40% já brincaram de asfixia;
- 10% já chegaram a desmaiar.

3

3

JOGOS DE NÃO-OXIGENAÇÃO E A ILUSÃO "YOUTUBER"

- PROCURANDO A VISUALIZAÇÃO DA IMAGEM, FAMA E RETORNO MONETÁRIO, SURGE "SER YOUTUBER":

- DESAFIO DO DESODORANTE: 7,620 videos;

- DESAFIO DA CANELA EM PÓ: 14,500 videos;

- DESAFIO DA CAMISINHA: 39,400 videos;

- DESAFIO DO SUPERBONDER: 17,400 videos.

- Everson Zoio, YouTuber de desafios, tem mais de 6 milhões de jovens seguidores e lucra cerca de 17 mil dólares por mês.



AS SEQUELAS

- Jovens desconhecem os reais riscos da prática, principalmente os que afetam a qualidade de vida.

Sequelae:

Amnésia

Hemorragia retinal

Traumatismo craniano

Aneurisma

Convulsões

Danos ou lesões cerebrais

Morte - O cérebro sem oxigênio:

2 minutos - começa a morte

de células neuronais;

4-5 minutos, outros órgãos

do corpo param de funcionar.



PUBLICIZAR E APLICAR VALOR
MONETÁRIO À PRÁTICAS DE RISCO DE
VIDA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
É IRRESPONSABILIDADE SOCIAL.
ISSO PRECISA MUDAR.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

520
15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 06/06/2017

LOCAL: Anexo II, Plenário 10

HORÁRIO: 10h

TEMA: Debater formas para combater a incitação à prática de trote ou outra conduta perniciosa na internet.

(REQ nº 295/2017 da Dep. Josi Nunes - PMDB/TO)

Apresentação de Slides

• **EVELYN EISENSTEIN**

Doutora e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

9

10



Debate sobre Formas de Combate à Incitação à Prática de Trote ou Outra Conduta Perniciosa na Internet

Comissão de Educação | Câmara dos Deputados | Audiência Pública
Brasília, 6 de Junho de 2017

EVELYN EISENSTEIN

Professora Assistente e Docente | Faculdade de Educação (FE) | UNICAMP, SP
Mestranda em Políticas da Juventude (PPGJ) | UNICAMP, SP | evelyn@fe.unicamp.br



Alguns Dados da Realidade do BRASIL

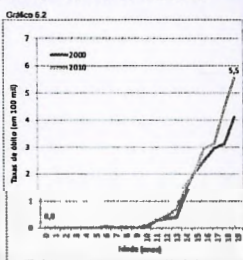
- 29 milhões (16 %) Crianças de 0-9 anos (IBGE, 2010)
- 35 milhões (18 %) Adolescentes de 10-19 anos (IBGE, 2010)
- Total de 64 milhões (34%) entre 0-19 anos da população brasileira
- Mortalidade por causas externas 31,9 /100.000 hab (26,5%) (SINAN-MS, 2010)
 - homicídio = 43,3%
 - acidentes = 27,2%
 - outros acidentes = 19,7%
 - outras violências = 6,2%
 - suicídio = 3,5%

Usuários da Internet de 9 -17 anos: 23.380.494 usuários (85% telcel) (CGI, 2015)
38 % (10.330) de 10-17 conectados com outras aplicações (OI, 2015)
79 % (11.110) de 9-17 usam redes sociais, 80% compartilham fotos, 77% comentam sobre a vida
17 % (4.700) de 9-17 usam e-mail, 45 % usam o computador todos os dias (CGI, 2014)

Evolution das taxas de suicídio (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos), Brasil, 2000-2010.

Idade	2000	2010	%
0	0,0	0,0	0,0
1	0,0	0,0	0,0
2	0,0	0,0	0,0
3	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0
9	0,0	0,0	0,0
10	0,0	0,1	0,0
11	0,3	0,3	2,4
12	0,3	0,4	29,5
13	0,4	0,7	68,6
14	1,5	1,5	15,5
15	2,0	2,0	17,0
16	2,0	2,1	6,2
17	3,1	4,4	41,9
18	4,1	5,5	26,3
19	9,1	5,1	26,2

Fonte: DataSUS/MS



Definição de Violência pela OMS

- O uso intencional da força física ou do poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, com alta probabilidade (riscos) de resultar em lesão, morte, dano psicológico, transtornos do desenvolvimento mental ou privação.
- Violência intencional ou não-intencional e acidental
- Atos reais e ao vivo x representações visuais

Violência física, psicológica, sexual, negligência/abandono e todas as formas, incluindo bullying/cyberbullying, assédio, jogos violentos online, desafios, trotes.

(As pesquisas traumáticas e síndrome do estresse pós-traumático são reações típicas da infância (Adverse Childhood Experiences, ACE study).

Quando a criança é vítima agressor, contexto da omissão-silêncio e a importância de denúncia e interrupção imediata.

○

○





Novas Formas de Violência - 1

- Fotografias ou vídeos de violência sem cortes e não regulados
- Ameaças pessoais, cyberbullying, discursos de ódio e intolerância, contextos destrutivos
- Homofobia, misoginia e grupos supremacistas (donos da "verdade") X *fake news* (notícias falsas) e *hoax* (boatos)
- Violência em desenhos animados e filmes no YouTube
- Incitação ao suicídio, trotes, desafios e lesões de automutilação

Novas Formas de Violência - 2

- Glamourização e gamificação da violência em video-games
- Filmes *snuff*: misturam horror e pornografia com abusos/mortes reais
- Receitas distorcidas sobre como "viver" com "mais felicidade": drogas, álcool, etc.
- Exaltação da destruição do "outro" em tempo real: nos massacres, guerras, conflitos e terrorismo multiplicado em duplas mensagens nas mídias sociais, na TV e nos comportamentos
- Genocídio digital e social, com a indústria de lucro político do "poder do mal", incluindo ataques virais cibernéticos
- Sentacionalismo causando ondas de pânico, problemas de saúde pública

Principais Sinais de Alerta

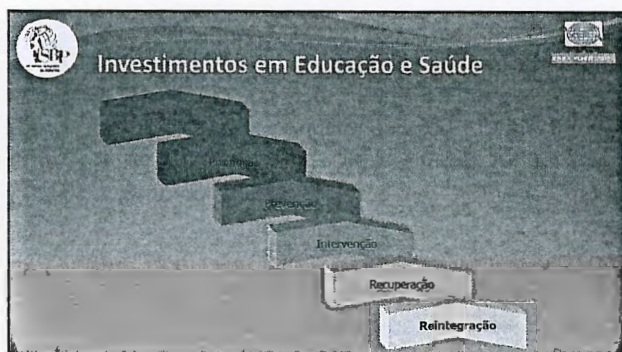
- Transtornos de sono e terror noturno ou pesadelos
- Isolamento de amigos ou do convívio familiar ou "vontade de sumir"
- Queda do rendimento escolar e recusa de ir à escola
- Irritabilidade fácil e exagerada, mudanças de humor constantes
- Choros frequentes, olhos avermelhados, tristeza e alterações comportamentais
- Feridas e cicatrizes & múltiplos piercings
- Situações de *bullying* - *cyberbullying* na escola ou nas redes sociais
- Episódio de abuso sexual recente ou reações pós-traumáticas de novas atitudes
- Poste-guerra violentas ou tentativas de busca autossuficiente compartilhadas em vídeo
- Tempo "interativo" em jogos online aumentando a sensação de dependência

Fatores de Risco x Fatores Protetores

FATORES DE RISCO	FATORES PROTETORES
Contexto Familiar:	Contexto Familiar:
Falta de diálogo	Diálogo e Supervisão com Responsabilidades
Abandono afetivo	Respeito e regras de convivência real & digital
Falta de limites	Modelo de identificação
Negação dos comportamentos inadequados do(s) filho(s)	Desenvolvimento de valores éticos e humanistas
Modelos de violência	

①

②



Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda - 1

- Construção de habilidades de participação saudável e inclusão social
- Protagonismo juvenil e *media literacy* (alfabetização digital)
- Apoio psicossocial em atividades culturais alternativas
- Pontes de diálogo entre a Sociedade, Mídias, Famílias e Adolescentes
- Interrupção imediata da violência, abusos e mortes desnecessárias
- Intervenções precoces e encaminhamento para assistência médica & tratamentos psicossociais

A atenção à saúde mental e comportamental de crianças e adolescentes é tarefa universal do sistema de saúde pública, pois a promoção social é uma questão de direito.

O alfabeto para as crianças de hoje!

A: APPLE	B: BLUETOOTH	C: CHAT	D: DOWNLOAD	E: EMAIL	F: FACEBOOK	G: GOOGLE
H: HEWLETT PACKARD	I: IPHONE	J: JAVA	K: KINGSTON	L: LAPTOP	M: MESSENGER	N: NERO
O: ORIGIN	P: Picasa	Q: QUICKHEAL	R: RAM	S: SERVER	T: TWITTER	U: USB
V: VISTA	W: WIFI	X: Xp	Y: YOUTUBE	Z: ZORP		

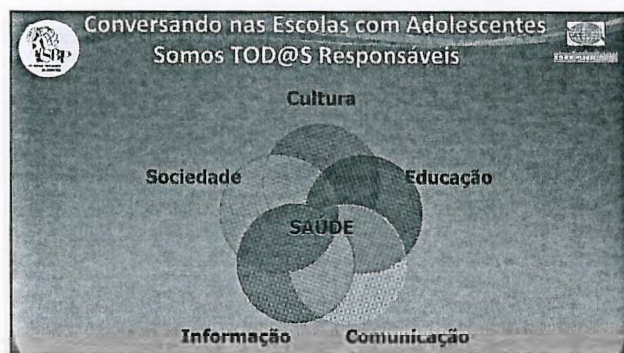
Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda - 2

- Manual de Orientação de Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital
www.sbp.com.br/src/uploads/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf
- SBP Alerta sobre grupos de incitação ao suicídio e auto mutilação
www.sbp.com.br/sbp-enc-acao/sbp-alerta-sobre-como-prevenir-exposicao-de-criancas-e-adolescentes-a-grupos-de-incitacao-ao-suicidio-e-a-automutilacao

OMS Prevenção do Suicídio: Papel da Comunidade
<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/250711/WHO-MSD-MER-16-6-eng.pdf?ua=1>

3

0



}

o



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0559/08	DATA: 06/05/2008
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 19h13min	DURAÇÃO: 04h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h02min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOSÉ NERY - Senador, membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado e Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo daquela Casa;
DOM LUIZ SOARES VIEIRA - Arcebispo de Manaus, Amazonas, e Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB;
DOM JOSÉ LUIZ AZCONA - Bispo Prelado de Marajó, Pará;
DOM ERWIN KRAUTLER - Bispo Prelado de Xingu, Pará;
DOM FLÁVIO GIOVENALE - Bispo de Abaetetuba, Pará;
FELIPE TAVARES SEIXAS - Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal;
CLÁUDIO LIMA DE SOUZA - Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima;
LEILA PAIVA - Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
FELÍCIO PONTES JÚNIOR - Procurador da República no Estado do Pará;
FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS MATOS - Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
MÁRCIA VASCONCELOS - Oficial do Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas, Área de Gênero e Raça, da OIT.

SUMÁRIO: Exposições e debates sobre o tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação dos religiosos ameaçados de morte por combatê-lo.

OBSERVAÇÕES

Audiência Pública da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em atendimento ao Requerimentos nºs 352, de 2008, de autoria dos Deputados Janete Capiberibe, Marcelo Serafim, e 361, de 2008, de autoria da Deputada Maria Helena, para debater a respeito do tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação dos religiosos ameaçados de morte por combatê-lo.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes e, em especial, os senhores expositores.

Chamo para compor a primeira Mesa: Senador José Nery, membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado e Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo daquela Casa; Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, Amazonas, e Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; Dom José Luiz Azconá, Bispo Prelado de Marajó, Pará; Dom Erwin Krautler, Bispo Prelado de Xingu, Pará; Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, Pará.

Dando continuidade à presente reunião, informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. O Parlamentar que desejar interpelar os expositores durante a sua palestra, deverá dirigir-se primeiramente à mesa e registrar seu nome.

Esclareço aos senhores expositores e aos Srs. Parlamentares, que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que, durante suas exposições, falem ao microfone.

Informo ainda que os convidados não poderão ser aparteados no decorrer de sua exposição. Somente após encerradas as exposições os Deputados poderão fazer suas interpelações, tendo cada o prazo de 3 minutos, e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a tréplica e a réplica pelo mesmo prazo.

Os apartes e interpelações deverão ser feitos estritamente quanto ao assunto objeto da convocação nos termos regimentais.

Antes de iniciar a fase de exposições, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre esta audiência.



Senhores convidados, nobres colegas, queridos Bispos, com sua licença, falarei algumas palavras.

No dia de hoje, em Belém, a Justiça está julgando o assassinato de Dorothy Stang, nossa irmã que está com Cristo e estará sempre conosco. Este é o nosso clima na Amazônia.

Infelizmente, vivemos fatos corriqueiros, sistemáticos e repetidos de violação dos direitos humanos. Isso motivou o meu requerimento para esta audiência pública na Comissão da Amazônia, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Coincidentemente, realizamos uma maratona em defesa dos direitos humanos na Amazônia. Pela manhã, os Bispos estiveram com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que se reuniu especialmente para ouvir os relatos de completa ausência do Estado em algumas regiões da Amazônia.

Tráfico e prostituição de mulheres, adolescentes e crianças amazônidas, trabalho escravo, violação da legislação ambiental, tráfico de drogas e biopirataria, esses são alguns dos crimes denunciados que resultaram inclusive nas ameaças sofridas pelos Bispos. Esse sistema subjuga as populações locais à violência e ao silêncio.

O que está em cheque, de certa forma, é o modelo de desenvolvimento instaurado na Amazônia brasileira, onde estão arraigados vários problemas que serão abordados aqui. É quase um consenso científico o entendimento sobre as chamadas fronteiras agrícolas, fronteiras florestais, fronteiras hidrelétricas, fronteiras de desenvolvimento, os arcos do desmatamento.

Esse modelo próximo ao colonialismo traz consigo a instabilidade, a violência e concentração de renda e riqueza com base na exploração da floresta. É um sistema desigual, antidemocrático e arrogante, só pensa no capital, esquece homens e mulheres, vende nossas crianças.

Segundo dados da 17ª Assembléia de Caritas Internacionais, em Genebra, cerca de um milhão de pessoas são traficadas por ano no mundo.

Dom José, Dom Flávio, Dom Erwin, temos orgulho de suas lutas. Compartilhamos suas indignações, sabemos que a Amazônia é rica e o seu povo é pobre. Esse é o cerne do problema.



A Amazônia tem a maior província mineral do planeta, tem o potencial hidrelétrico gigantesco, biodiversidade incalculável. É um absurdo que nosso povo esteja nesse nível de exploração. É absurda a violação constante dos já fragilizados direitos humanos.

Nessas regiões, a presença do Estado é pequena, omissa, ou subserviente, ou conivente.

Como Parlamentar, proponho, como resultado desta audiência pública, ir ao Governo Federal sugerir a criação de uma força tarefa para investigar a série de crimes sistemáticos e orquestrados contra os direitos humanos, trabalhistas e ambiental, para, por um lado, unir, coibir, fazer justiça; por outro lado, dotar as regiões da infra-estrutura pública necessária para a garantia dos direitos essenciais, dos direitos humanos já denunciadas e conhecidas.

Temos obrigação, como representantes do povo brasileiro, do povo amazônida, membros do Estado brasileiro, de propor ações concretas, efetivas, para imediata erradicação dessas ameaças aos direitos humanos. Para isso, devemos ter o compromisso de traçar uma política consistente, ampla, democrática de desenvolvimento, com sustentabilidade social e ambiental e com justiça social.

Esta Comissão está trabalhando a partir da Subcomissão do Orçamento para a Amazônia, tanto para o fortalecimento do Estado brasileiro nessa região do Brasil, quanto para o fomento de políticas, tecnologia, conhecimento e infra-estrutura, que dotem a região de um projeto de verdade de desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que será possível, já a partir do próximo ano, ter uma perspectiva melhor a partir desse trabalho. Mas, se cabe ao Estado o papel de fomentador do desenvolvimento com justiça social, cabe também proteger, fiscalizar e punir os casos de descumprimento das normas que regem o Estado democrático brasileiro.

Passamos agora às explicações dos nossos convidados.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Dom Luiz Soares, Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, por 10 minutos para sua exposição.

O SR. DOM LUÍZ SOARES - Sra. Presidenta, acho que não preciso de tanto tempo assim. Vim aqui realmente para trazer o apoio da CNBB aos nossos Bispos,



aos nossos irmãos Dom Erwin, Dom José Luiz, Dom Flávio, e também para dizer que estamos felizes que esta Comissão da Amazônia os tenha convocado para dizerem o que está realmente acontecendo com eles.

Estou trabalhando na Amazônia já há 24 anos. Fui Bispo de Macapá e lá conheci a senhora, o seu marido e também algumas outras pessoas que estão aqui. Depois, há 16 anos já estou trabalhando em Manaus. Então, considero-me já um amazônida e atualmente um amazonense. Vivo em uma região que é desafiadora, uma região que diz muito para o mundo, como todos sabem, uma região que ainda é considerada periferia do Brasil, uma região que tem muitos problemas, como nós sabemos. Isso que está acontecendo com eles é um reflexo do que está acontecendo com o nosso povo, com a nossa gente. Se isso acontece com Bispos, portanto, figuras que são proeminentes, que têm um destaque na sociedade, os senhores podem imaginar o que está acontecendo realmente com o nosso povo, com a nossa gente.

É uma região que precisa ser enfrentada com mais seriedade pelo Brasil. Quando digo pelo Brasil, refiro-me ao Estado brasileiro, ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e Municipais, como também à sociedade brasileira.

A Amazônia é o futuro do mundo. A água, por exemplo, os senhores sabem, já começa a escassear no planeta. E temos outras coisas, como mesmo a floresta. Infelizmente, repito, infelizmente, por falta de um plano de desenvolvimento global da região, está acontecendo tudo isso. Trata-se, portanto, de uma região que tem um vazio de Estado. O Estado está ausente em uma grande parte da região. Então, o que ocorre lá é em função disso também. É uma região que precisa ser levada a sério, senão, vamos perder toda essa riqueza.

Venho, portanto, em nome da CNBB. O Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, encontra-se enfermo, não pôde vir e, portanto, vim para representá-lo. Venho também em nome dos demais Bispos dizer da alegria de que esteja acontecendo esta audiência pública. Também espero que esta iniciativa não seja um fogo fátuo, mas que leve a algum resultado, que desperte não só o Congresso Nacional, como também o Brasil para ações concretas. Espero que consigamos não digo eliminar, mas, pelo menos, diminuir a violência que ocorre em nossa região,



principalmente contra as pessoas mais pobres, contra as pessoas mais excluídas da nossa sociedade.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Estou ansioso para ouvir o que vai ser dito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradeço.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sra. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para sugerir uma maneira de disciplinarmos os trabalhos. Creio que temos no momento 3 expositores. A sugestão que faço a V.Exa. é no sentido de ouvirmos as exposições dos 3 convidados e, depois, então, partirmos para o debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Em relação à sugestão apresentada pelo Deputado Asdrubal Bentes, quero dizer que não há apenas esta Mesa. Estão compostas 2 mesas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - V.Exa. sabe que tenho sido um crítico dos mais contumazes contra a forma como se processam estas audiências públicas. A matéria é da maior relevância, porém, o horário é impróprio, porque daqui a pouco teremos a Ordem do Dia. Há um número muito grande de expositores, para um tempo muito exíguo que os permitam abordar uma matéria complexa, extremamente grave e da maior relevância não apenas para a nossa região, como para todo o País.

Quero solicitar, portanto, a V.Exa. que nas próximas audiências sejam convidados no máximo 3 ou 4 expositores. Do contrário, fica humanamente impossível, em razão das nossas atividades parlamentares. Aqui temos quase que ter o dom da ubiqüidade: temos que estar aqui e lá ao mesmo tempo, o que é impossível. Então, solicito a V.Exa., que é Presidente da Comissão, que discutamos *interna corporis* uma forma de evitar que essas audiências caiam, até, no descrédito, em razão do exíguo tempo que é concedido aos expositores para abordarem uma matéria da maior gravidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Vamos estudar, na Presidência da Comissão, Deputado Asdrubal Bentes, uma forma de resolver esse problema em relação ao tempo de realização de cada audiência pública, às mesas compostas, ao tempo que é necessário para a exposição de cada convidado.



129

Tenho certeza absoluta de que cada audiência pública é solicitada por sua máxima necessidade. Vamos ver como fazer.

Agradeço as palavras a Dom Luiz Soares, que muito conhece a Amazônia.

Dom Luís, obrigada por me fazer lembrar de quando eu era menina. Em sua exposição, disse esperar que esta audiência não seja um fogo fátuo que esteja surgindo aqui nesta sala. Eu lhe prometo que não o será. Juntamente com os Deputados Asdrubal Bentes, Paulo Rocha e Janete Rocha Pietá, iremos ao Presidente para abordar a necessidade da criação de uma força-tarefa, a fim de que não fiquemos aqui apenas nos debates. Isso é muito ruim para nós, Parlamentares, assim como para a sociedade, para a base que nos elegeu em nossos Estados.

Passo a palavra ao Senador José Nery.

O Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, concordou que estivéssemos hoje em conjunto, o Congresso Nacional, para reforçar esta audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. SENADOR JOSÉ NERY - Meus cumprimentos à Sra. Presidente, Deputada Janete Capiberibe, Presidenta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável; Bispos da Amazônia: do Pará, Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba; Dom José Luís Azcona, Bispo da Prelazia do Marajó; Dom Luiz Soares, Arcebispo Metropolitano de Manaus; e Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu. Cumprimento também os Srs. Deputados presentes, Paulo Rocha, Asdrubal Bentes, Janete Rocha Pietá, além dos representantes de entidades da sociedade civil do Estado do Pará: Dr. Felício Pontes, Procurador da República no Estado do Pará; o Padre Amário, de Anapu; e a Profa. Ana Lúcia, educadora do Município de Abaetetuba, Pará.

Senhoras e senhores, a iniciativa desta audiência pública tem a participação da Câmara dos Deputados, por meio da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que aprovou requerimento nesse sentido. A Comissão de Direitos Humanos do Senado igualmente aprovou requerimento com o mesmo teor. No processo de definição sobre a realização dessas audiências, houve o entendimento para que a realizássemos de comum acordo, aqui na Comissão da Amazônia, com a participação da Comissão de Direitos Humanos do Senado. O



instrumento legislativo da audiência pública é muito importante, porque sempre permite que os fatos que são tratados possam contar com a visão dos vários segmentos envolvidos em uma determinada problemática.

Aqui estamos para debater a denúncia feita pelos bispos do Pará, já citados, quanto ao tráfico internacional de seres humanos, especialmente mulheres, à exploração sexual de crianças e adolescentes e às ameaças de morte que foram feitas tanto aos bispos que aqui comparecem a esta reunião quanto a diversos agentes da sociedade civil. Foram ameaçados membros de conselhos tutelares, membros de entidades de direitos humanos, Parlamentares e lideranças populares, que não têm se cansado, tanto no Pará quanto em toda a Amazônia, de denunciar o modelo de desenvolvimento que leva à concentração da terra, à implantação de grandes projetos chamados de desenvolvimento regional, na área mineral, florestal, do agronegócio, da pecuária.

A Amazônia, especialmente os povos nativos, as comunidades tradicionais, os ribeirinhos, os indígenas, as populações quilombolas, os pequenos agricultores, os sem-terra, aqueles que hoje habitam a periferia das cidades, enfim, a grande maioria da nossa população tem sido tratada de forma injusta. Hoje quase 80% da população da Amazônia já está nas cidades, o que exige uma luta histórica dos movimentos sociais da cidade, luta por uma política de desenvolvimento urbano, pela reforma urbana, ao lado de uma outra grande bandeira que tem sido levantada, ao longo de tanto tempo, contra essa situação que tem motivado muita violência, mortes, assassinatos como o de irmã Dorothy. Dois dos assassinos de irmã Dorothy, um que praticou o crime e o outro que mandou matar, têm hoje em Belém, no Tribunal de Justiça do Estado, o seu segundo julgamento. Mas, ao mesmo tempo em que a pressão dos movimentos da sociedade, da imprensa, dos organismos internacionais apressou o julgamento de Irmã Dorothy, mais de 700 trabalhadores, lideranças, líderes comunitários, membros da Igreja, freiras, advogados e Parlamentares perderam a vida na luta pela conquista da verdadeira reforma agrária. Essa é a realidade: a implantação dos grandes projetos e, ao seu redor, um verdadeiro cinturão de miséria, a negação de direitos. Como eu disse, boa parte da população da Amazônia, no Pará, inclusive, encontra-se na periferia das grandes cidades, contribuindo, pela forma como são relegados, para o aumento de forma



130

significativa da criminalidade. A ausência das condições mínimas de garantia dos direitos básicos da cidadania, da educação, da inclusão, do trabalho, do emprego, de geração de renda, que garanta condições dignas a essas pessoas, tem permitido o aumento da violência em todos os sentidos. E entre essas violências, está o abandono, situação em que sobrevivem milhares de crianças e de jovens que não têm nem um presente e, muito pior, um futuro assegurado, com o mínimo de dignidade.

Muitas entidades têm denunciado ausência de políticas que efetivamente promovam a inclusão social e que garantam o bem-estar da pessoas, para que possamos, enfim, ter uma sociedade melhor.

Entre os setores da sociedade que têm tido destacada atuação, na defesa dos direitos humanos, do direito dos pobres e do direito dos excluídos, a voz da igreja católica, representada por seus pastores, tem se revelado um ato profético de denúncia dos fatos que oprimem o povo na Amazônia, mas também tem sido o anúncio da esperança no incentivo à organização e às lutas do nosso povo.

Os fatos que nos trazem para esta audiência mais especificamente são conhecidos das autoridades do Congresso Nacional.

Estão me informando aqui quanto ao tempo, Sr. Presidente, mas eu gostaria de concluir e, talvez, só voltarei a falar se for absolutamente necessário.

Mas quero dizer que os fatos que motivam essa audiência pública já foram denunciados em outras oportunidades, muitos deles, em especial em relação a Ilha do Marajó.

Dom Azcona já esteve presente no gabinete da Presidência da República, com o Chefe de Gabinete, Sr. Gilberto Carvalho; no Ministério da Justiça; no Senado Federal e, especialmente, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Direitos Humanos. Ele apresentou relatório feito pela própria Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em que aponta o envolvimento de autoridades, Parlamentares e Vereadores, com a complacência e a omissão dos órgãos públicos, sobretudo da Polícia — às vezes do Judiciário, do Ministério Público Estadual, que não têm cumprido a contento com as suas obrigações para apurar os fatos amplamente denunciados, como o abuso, exploração sexual de crianças e vários outros fatos.



Especialmente, vou-me referir a um fato ocorrido no Município de Portel, Ilha do Marajó, e ao trabalho infantil no Município de Breves. Inclusive, na última semana, quando fui à Portel para o lançamento do Programa Território e Cidadania, pude verificar o número de crianças no porto da cidade na mendicância. Eram dezenas. Alguns vinham em seus barcos e elas ficavam acenando para a embarcação pedindo, implorando algo como dinheiro, qualquer tipo de objeto. Às vezes, as pessoas davam roupa, comida.

Enfim, isso é uma situação que bem denuncia a ausência de políticas públicas mais efetivas para garantir educação e inclusão social e não permitir que crianças permaneçam nessa situação.

Nós gostaríamos também de questionar as autoridades, porque aqui estarão presentes representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Polícia Federal, creio que na mesa seguinte. Havíamos sugerido a presença do Secretário de Segurança do Pará para nos informar das providências, nesta Comissão, sobre o andamento dos inquéritos policiais, se eles chegaram a ser pronunciados e levados à Justiça, para que possamos ter uma avaliação sobre a presença efetiva do Estado no cumprimento das suas obrigações legais, para que a violência não continue se reproduzindo incessantemente, sem que haja algo mais preciso do ponto de vista da atuação dos órgãos do Estado. Refiro-me ao Estado brasileiro, tanto à União, quanto ao Estado do Pará.

É fundamental que todos os fatos denunciados tenham ampla investigação, apuração e punição dos culpados. Mas não podemos ficar apenas na repressão, é preciso discutir, principalmente, quais as ações que podem ser realizadas para promover o verdadeiro desenvolvimento com inclusão social.

Nesse sentido, creio que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional é o melhor ambiente, é o melhor lugar para propor aqui, Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares, meus colegas, uma discussão sobre a atuação dos diversos órgãos. Porque é um verdadeiro desencontro entre o que planeja a SUDAM, o que financia o BASA, como órgão de desenvolvimento e fomento regional, o que propõe e realiza os órgãos ambientais e o que propõe e realiza o Governo do Estado.



Há um verdadeiro desencontro. Há ações paralelas e questões ligadas a trabalho e renda, que podem ser tratadas no Ministério do Trabalho e Emprego, mas também estão no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Então, nós precisamos fazer com que todos os fatos graves denunciados sejam apurados, para que o sentimento e a confirmação da impunidade não permaneça como algo que desestimula as pessoas a continuarem denunciando, lutando e anunciando uma esperança de mudança nesse quadro tão danoso. De outro lado, precisamos, objetivamente, Deputado Paulo Rocha, discutir uma atuação de fato mais integrada, porque, por mais que hajam esforços — e eu seria injusto se não reconhecesse alguns esforços que estão sendo feitos, mas são ainda em nível bastante incipiente, que não permite uma integração geral dos órgãos para realizarem as políticas, aplicá-las em educação, saúde, inclusão, para promover a cobrança e a fiscalização justa dos impostos sobre as grandes empresas que atuam na Amazônia, especialmente nas empresas de mineração.

Faço referência especial ao fato de a Vale do Rio Doce que, no Estado do Pará, levar nosso minério. A projeção era de que esse minério — minério de ferro, por exemplo — fosse exaurir em 4 séculos. Com o avanço da forma como vêm sendo exploradas, a previsão é que essas minas sejam exauridas em 120 anos. No entanto, a Vale do Rio Doce paga 2% sobre o valor exportado; quando a maioria dos países paga pela exportação dos produtos minerais — a CEFEM, aqui no caso — em torno de 5% a 7%.

Outra questão tem a ver com a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional. Há necessidade de que a reforma tributária, primeiro, preocupe-se em taxar os ricos, as grandes fortunas, e que não continue incidindo apenas sobre o consumo e sobre a renda dos assalariados.

Portanto, especificamente em relação ao Pará e aos demais Estados mineradores, queria dizer da importância da luta para pôr fim à Lei Kandir, que isenta o grande complexo mineral da Vale do Rio Doce de pagar ICMS, há 11 anos. Essas são questões que, no âmbito da reforma tributária, são importantes. Por quê? Porque isso pode garantir mais recurso para as políticas sociais de desenvolvimento. Ao lado da nova concepção do papel do Estado e do modelo de



desenvolvimento, é preciso ter recursos que assegurem as condições para os investimentos na promoção do verdadeiro desenvolvimento da Amazônia.

Portanto, nossa pretensão aqui é, mais uma vez, analisar os fatos denunciados, ter a clareza de como é que eles vão ser apurados, investigados e como serão punidos os responsáveis pelos crimes que os bispos tornaram públicos há tanto tempo. Inclusive, não a partir de agora de 2008, mas de 1999, principalmente os bispos do Marajó e da Amazônia fazem essa denúncia.

Por último, quero dizer que é importantíssima a retomada do diálogo com o Governo do Estado para tratar dessas questões. Infelizmente houve, recentemente, um profundo mal-estar quando uma comissão de bispo não foi recebida pela Governadora Ana Júlia Carepa.

Eu creio que essa audiência, inclusive, é o momento de solicitar de todos que têm responsabilidade — tanto do Governo Federal, do Governo do Estado, quanto dos Parlamentares, de todos aqui — com essa questão que encontrem um caminho de diálogo verdadeiro para atender a esses reclamos do nosso povo.

Essas denúncias tornadas públicas permitem que, pela voz dos nossos pastores, possamos recomeçar, animar todo um processo de inclusão das maiorias para um novo modelo de desenvolvimento, punição de todos os criminosos envolvidos com crimes ambientais, crime de trabalho escravo, exploração sexual de criança e adolescente, tráfico internacional de seres humanos.

Tudo isso precisa ser colocado na mesa. Quem sabe o palco dessa grande mesa de diálogo de entendimento e de compromisso seja justamente, Deputados Asdrubal Bentes, Paulo Rocha e Janete Capiberibe, minha Presidenta desta Comissão, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, na Câmara dos Deputados, e a Comissão de Desenvolvimento Regional, no Senado Federal, onde poderemos estar juntos nessa grandiosa tarefa de conceder, lutar, para que nosso povo seja respeitado, nos mais legítimos direitos. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Muito obrigada, Senador José Nery.

Passo a palavra, para proferir uma palestra, pelo tempo de 15 minutos — que podem ser prorrogados, eu não gosto de deixar as pessoas sob tensão, então, digo



logo que são 15 minutos, que podem se estender um pouquinho mais —, ao Sr. Dom José Luiz Azcona, Bispo Prelado de Marajó, para sua exposição.

O SR. DOM JOSÉ LUIZ AZCONA - Começaria fazendo uma pergunta: por que estamos aqui? Refiro-me aos bispos? Queria responder com uma afirmação dupla que faz o episcopado brasileiro, na nota de solidariedade que redigiu de apoio a nós, bispos perseguidos e ameaçados de morte.

“Nós estamos aqui por causa do Evangelho”, dizem os bispos do Brasil sobre nós. Isso eu queria deixar bem claro no início. Nós estamos aqui por causa do Evangelho.

De outra maneira, dizem também os bispos nessa mesma nota de solidariedade: *“Sabemos também por que são perseguidos: o servo não é maior que seu senhor, se me perseguir, vos perseguirá”*.

Agora, por que os senhores e as senhoras estão aqui? E aqui vem um apelo também desta nota de solidariedade dos bispos. Não quero fazer utilização da minha palavra do que eu penso, senão do que pensa a Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil.

Eles, na nota, dizem o seguinte: *“Orgulhamo-nos desses irmãos e irmãs. Por outro lado, essa situação expõe também a perversidade que se introduziu em nossa sociedade, cuja história é vergonhosamente manchada de sangue, inocentes etc.”* Dizem que nossa sociedade está debaixo da perversidade. É uma sociedade perversa. Isso é grave. Isso é um documento público. Mas os bispos estão cientes do que estão dizendo. E, para não ficar nisso, terminam com, praticamente, um texto do Papa na última Encíclica, que trata, precisamente, da esperança. Mas uma esperança que não vai existir nem para a Amazônia, nem para o Brasil, se não se correr o risco da liberdade a que me refiro.

O texto do Papa, trazido de modo resumido pela nota de solidariedade dos Bispos, diz assim: *“Quando a incolumidade física e a comodidade se colocam por cima da verdade e da justiça, vigora na sociedade a lei do mais forte. Então, reinam a violência e a morte, e a minha própria vida torna-se uma mentira”*. Isso descreve, perfeitamente, a situação anímica de muitos de nós. Descreve talvez a situação anímica dos senhores e das senhoras. Os senhores e as senhoras têm a máxima



responsabilidade em erradicar as manchas que enfeiam e destroem o rosto da dignidade humana de tantos brasileiros na Amazônia.

Eu faço um apelo pessoal, em nome desse Evangelho que nós viemos aqui, para que tomem consciência da gravidade da situação, e não fiquem em palavras, senão em gestos, um gesto profundo de conversão. É a experiência que estou tendo. Porque, há pessoas muito bem-intencionadas, mas chega o momento em que, deparando-se com o perigo de morte, recuam, voltam para trás. Não pode.

E o que o Papa nos diz, quando fala da pequena e da grande esperança, quando a vida se coloca em risco pelo bem, pela justiça e pela verdade, é que se precisa da grande esperança. E essa grande esperança quem é? É Jesus Cristo. Não estou aqui para fazer homilia nem para ser moralista. Saibam, por toda a experiência que adquiri na Amazônia, há 23 anos, que se não tivermos essa grande esperança, digo, sinceramente, não temos futuro nem na Amazônia, nem no Brasil. Eu queria utilizar, para compreender a situação, o texto que redigimos ano passado, cujo prefácio foi escrito por Dom Luís Soares Vieira, que aqui está prestigiando, em nome da CNBB, este grande encontro.

O texto é: *Discípulos, Missionários da Amazônia*. Recomendo a cada um dos presentes que possam adquirir esse texto e a Conferência Nacional dos Bispos, porque aqui se expressa o pensamento de 35 bispos da Amazônia brasileira e de um bispo da Amazônia da Guiana Francesa, Monsenhor Lafon. O que dissemos? Muitas coisas. Vou resumir, porque não temos tempo.

Queria começar descrevendo a situação da Amazônia em linhas gerais. Há uma ou duas semanas, depois de uma coletiva de imprensa que a gente deu em Belém do Pará, um porta-voz do Governo do Estado disse, no *O Liberal*: “São 300 pessoas ameaçadas de morte, marcadas para morrer, no Estado do Pará. São 100 pessoas que estão tendo proteção”.

Senhores e Senhoras, imaginem 300 pessoas marcadas para morrer num Estado! O que isso significa? É uma sociedade doente, incapaz de retomar o controle, a ordem social, o direito à cidadania e o respeito à vida humana.

De vez enquanto na nossa mídia lá do Norte aparece notícias como esta: “Quanto vale a cabeça de um sindicalista? Quinze mil reais? Ou de um padre?” Em nenhuma parte do mundo acontece essa abominação. Publicamente se faz apologia



implícita ao crime, às ameaças de morte a cidadãos, a maior parte das vezes inocentes, que lutam precisamente pela justiça, pela paz, pelos direitos humanos. Não se pode tolerar 300 ameaçados de morte num Estado. É um grito à consciência dos Srs. Senadores e Deputados. Trezentos ameaçados de morte. Chega!

Nós, bispos, nesse documento, proclamamos que uma das causas da situação da Amazônia — já foi dito por aí — são os modelos de desenvolvimento importados, novas formas de perpetuar atitude colonialista, a qual vigorou durante séculos na Amazônia. Esse colonialismo se perpetua diante dos nossos olhos. Quem manda na Amazônia é São Paulo, ou é Brasília. Chega!

Número 58. Preocupa-nos um Estado omissivo em manter a soberania da Amazônia, deixando que se transforme num corredor da exportação, da privação da água, da concessão de florestas, da exploração de minério e do agronegócio, muitas vezes proporcionando facilidades para a invasão do capital estrangeiro.

Tenho aqui uma nota de *O Liberal*, do dia 4 de março deste ano, que diz: “Urânio era contrabandeado no Amapá.”

Resumo assim:

“Nos grampos telefônicos havia referência a um estoque de 8 toneladas do minério mantidas em São Paulo.

A apreensão de torionita pela Polícia Federal na sexta-feira, 29 de março, nas proximidades do município de Serra do Navio, ainda repercute na cidade, indicando uma grande organização de contrabando do minério radioativo no Estado. Macapá funcionava como um entreposto do tráfico. Caiena, de onde era despachado para países africanos, Rússia e Coreia do Norte, segundo a Polícia Federal.

Documentos sigilosos da Polícia Federal que vazaram para a imprensa local indicam participação de autoridades e pessoas influentes do Estado na proteção à rede de contrabando montada para explorar ilegalmente minérios radioativos.”



O que se fez, senhoras e senhores? Estou colocando um pano de fundo para a realidade triste em que agora entra Marajó.

Com relação a Marajó, a situação é complexa. Da ponta do Amapá à ponta do Pará são 300 quilômetros de água. Não tem um barco da Marinha que faça a fiscalização, que vigie essa fronteira aberta. Questão de segurança nacional. Barco chinês, japonês, barco espanhol, todo mundo pode entrar livremente. Narcotráfico, tráfico de armas, biopirataria. Está tudo aberto.

Que nação se pode permitir semelhante fronteira perdida, entregue? Será que nossas autoridades não conhecem essa realidade? Se a conhecem, por que não agem?

Marajó está aí e por aí entra e sai muita miséria humana, muita miséria material. Marajó está indo para o ponto de abandono secular.

Vou-me referir a um plano emblemático, o qual nasceu na Casa Civil, no gabinete do Presidente Lula, com relação a Marajó: o Plano de Desenvolvimento Territorial e Sustentável para o Arquipélago do Marajó, com 300 páginas, já concluído, mas que está encalhado. Ninguém moveu um dedo. O que aproveita? Quinze Ministérios envolvidos na redação, muitas Secretarias, e está encalhado.

Essa inércia, essas almas mortas têm de ser vivificadas. As senhoras e os senhores têm de mexer com esse povo. Uma responsabilidade especial pelo Estado do Pará. Esse plano tem de ser ativado, tem de ser mobilizado, claro, em conexão com a Federação. Mas está encalhado. Essa é a raiz, é o pano de fundo das problemáticas que agora queremos tratar.

Ao próprio Lula, que nos fez uma deferência — o Bispo de Ponta de Pedras, Dom Alessio, também em meu nome, disse: *"Presidente, por favor, em meu nome e em nome do Bispo do Marajó, afaste as mãos dos ladrões e dos corruptos que queiram mexer com este plano de desenvolvimento, com qualquer projeto de desenvolvimento, do Marajó."* O Presidente o aplaudiu, com um sorriso magnífico, mas ficou nisso!

A prioridade das prioridades desse plano de desenvolvimento elaborado era a luta contra a malária em Anajás, que tem uma população de 24 mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde tolera apenas 50 casos por mil habitantes. Ali, tem ano em que há 800 casos por 1.000 habitantes. Depois de 2 anos de luta da



Federação do Estado do Pará e do município, em janeiro deste ano, já foram 777 casos de malária; em fevereiro, 901; em março, 766; em abril, não sei. Desorganização, desarticulação completa. Não há alma para atender Marajó ou Amazônia; não há mística. Cada um “cumpre” — entre aspas — seu dever e deixa as coisas correrem como estão.

Com relação à exploração sexual de menores, desde janeiro de 2005, após uma reportagem realizada pelo Sr. Canelas, da *Globo*, apareceu, à luz de todo o Brasil, a ignomínia e a vergonha no Rio Tajapuru, o qual tem uma margem para Melgaço e outra para Breves: meninas e meninos de 12 a 16 anos vendendo-se por 2 quilos de carne ou por 3 litros de óleo combustível. Isso sobressaltou! Todo mundo sabe, a Promotoria, a Polícia Federal, mas ninguém colocou um dedo. Isso ainda acontece lá. Pode-se tirar todas as fotografias, pode-se subir nas balsas, pode-se fazer reportagens extraordinárias. Inércia! Por favor, vamos acordar! Chega! Isso vem desde 2005. Onde estão as autoridades desta Federação? Digam-me, porque todo mundo está sabendo. São fatos velhos e conhecidos.

O caso da descoberta dessa rota do tráfico humano de Breves para Guiana, foi divulgado pela própria *Globo*, dia 15 de agosto de 2006, no programa *Fantástico*, à luz do dia. Foram 7 minutos sobre a matéria. O responsável era um homem que tinha no seu poder, em arquivo, o nome de 100 pessoas que ele mesmo havia enviado ao estrangeiro, sendo 52 da cidade de Breves, muitas delas menores. E esse homem está solto! Está livre! Há poucos dias saiu da prisão, passeou por Breves como um campeão! Isso é desmoralizar, é acabar com a consciência ética! Todo mundo viu, todo mundo sabe no Brasil. São fatos que estão na cara, não temos por que encobrir nada!

Estupro de menores em Portel. Há 3 Vereadores que ainda estão intocáveis. Eles são celestes, ninguém tocou neles depois de 2 anos de luta para acabar com essa ignomínia! Estão aí, possivelmente se apresentarão de novo para serem Vereadores, com muita probabilidade de vitória.

Desculpem-me, mas vou terminar com um ponto também importante, que são as quadrilhas de lésbicas — podemos chamar assim — de Marajó. São quadrilhas de lésbicas já detectadas, segundo informe do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Temos aqui a Dra. Celina, a quem agradeço pelo impressionante



trabalho, pois está tudo documentado. Em Portel, há quadrilhas de lésbicas que aliciam menores, acabam com elas, como podem imaginar. Em Anajás, ano passado também. Perguntem ao Pároco de Anajás, Padre Antonio Neto; perguntem à Noemia, que é do Conselho Tutelar de Menores de Anajás, dessa mesma região; perguntem a qualquer um; perguntem em Bagre sobre a prostituição infantil aberta diante das nossas caras; perguntem em Curralinho.

O próprio Promotor de Justiça me escreveu, no dia 10 de abril, uma nota. Em Curralinho, desde 2000 até o ano de 2005, foram denunciados 27 casos de exploração sexual de menores, e não foi atendido nenhum! Nenhum! O Promotor de Justiça de Curralinho escreveu:

"Sr. Bispo, honrado em cumprimentá-lo e considerando a existência, nesta Promotoria de Justiça, de procedimento administrativo cujo objeto é a apuração de possíveis casos de prostituição infantil no Município de Curralinho, solicito parceria dessa prelazia para a tentativa de combate dessa prática."

Por que um promotor tem de recorrer ao bispo de Marajó para lutar? Isso indica o esfacelamento total das estruturas! Explica por que 300 pessoas estão ameaçadas de morte.

Por último, um caso também relacionado a Anajás, quanto ao fato de que o Município, o Estado do Pará e a Federação estão sendo processados pela Defensoria Pública da União, na pessoa do Dr. Anginaldo, por descaso da saúde da população, um direito fundamental. Pois é, no mês de setembro, talvez V.Exas. lembrem, lá houve 4 casos de febre purpúrica brasileira. Faz 20 anos que não se conhece um só caso! Os últimos foram no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Dessas crianças, 2 morreram em menos de 24 horas!

Por fim, por pressão da sociedade civil, nossas autoridades do Estado foram ao Instituto Adolfo Lutz para que declarassem oficialmente que se tratava de febre purpúrica brasileira contagiosa. A Organização Mundial da Saúde preocupou-se e chamou para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara a angústia do que está acontecendo em Manajás. Conclusão da história: declararam efetivamente 4 casos de febre purpúrica brasileira. Foi isolada a bactéria que transmite essa febre, porém,



não se conhece o veículo da contaminação e do contágio, que pode ser contágio direto ou pelo ar.

A Secretaria de Anajás está espantada! Esse é um descaso total, é uma questão de saúde pública não só do Pará, como também do Brasil e do mundo. É a humanidade que está em jogo! Por outro lado, há a possibilidade de que algum terrorista pegue, roube, como na PETROBRAS, e isole essa bactéria, quando podemos ter uma guerra bacteriológica. Tudo isso desde a Amazônia, com simplicidade, mas com brutalidade e com uma extensão para o mundo todo. Oxalá, haja esperança quando, ao proclamar o Papa, coloque-nos de verdade no ponto de luta até o fim por uma Amazônia viva, por uma Amazônia humanizada, por uma Amazônia cristianizada, por uma Amazônia com horizonte.

Desculpem-me. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradeço pelos esclarecimentos ao Bispo Prelado de Marajó.

Concedo a palavra ao Sr. Erwin, Bispo Prelado do Xingu, por 15 minutos.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER - Sra. Presidenta, Sr. Senador, meu grande amigo Arcebispo de Manaus, Vice-Presidente da CNBB, meus irmãos Bispos, Deputadas e Deputados.

Depois do relato do nosso irmão Dom José Luís Azcona sobre esse assunto, não vou acrescentar mais nada. Vou falar do Xingu. Sou Bispo do Xingu. Estou lá há 43 anos, dos quais 27 como Bispo.

Quando falo do Xingu, certamente a maioria aqui presente pensa logo na hidrelétrica de Belo Monte; outros, talvez, pensem nos índios, nos povos indígenas de lá; e outros, ainda, coloquem em primeiro lugar a situação do meio ambiente, pensem em São Félix do Xingu, lembrem-se do trabalho escravo, e assim por diante.

É muito difícil, em poucos minutos, fazer um relatório, mas vou tentar, pelo menos, fazer um resumo. O que vou passar a V.Exas. é para que saibam também de onde partem as ameaças.

Há um ditado que diz: "Não se pode acender uma vela a Deus e outra ao Diabo". Temos de tomar posição. Não somos pessoas revolucionárias que querem declarar guerra a quem quer que seja. Quando tomamos posição em favor dos



povos indígenas, automaticamente somos contra os interesses ambiciosos e gananciosos de certos segmentos da sociedade que querem enriquecer da noite para o dia. No momento em que se diz que os índios têm direito, inclusive, está escrito e ancorado na própria Constituição no art. 231, sentimo-nos como se fôssemos inimigos.

Podem invocar a Constituição, os direitos humanos e todas as declarações, mas, na hora em que nos colocamos do lado desses povos secularmente marginalizados, explorados e excluídos, passamos a ser contra o desenvolvimento, o progresso, como eles lá entendem o desenvolvimento e o progresso.

Nesse contexto, também surge o projeto faraônico chamado Belo Monte — mudaram apenas o nome do antigo Kararaô, que significava um grito de guerra do povo Caiapó, para o bucólico Belo Monte. E esse Belo Monte tem de sair, dizem os políticos e os empresários, porque é a salvação do Estado do Pará e a salvação do Brasil. Pergunto-me a quem serve Belo Monte. As respostas sou eu quem devo dar.

Impressiona-me quando encomendamos um estudo ambiental e vemos que o impacto ambiental recai exatamente em cima das firmas que, no futuro, serão aquelas que executarão a obra. É brincadeira! Logicamente, não vão encontrar nenhum impacto. Graças a Deus, tem um juiz, com juízo mesmo, que agora parou essa... (Pausa.)

Eu tenho a palavra, mas respeito o lugar onde estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Janete Capiberibe) - O senhor pode... (Risos.)

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER - A senhora está me provocando, heim? (Risos.) Graças a Deus, tem um juiz ajuizado que parou. Não sei o que vai dar.

Belo Monte, mais uma vez, não é para o Pará. Belo Monte é para o Sudeste. Eu não sei como serão as linhas de transmissão. Há estudos científicos que desaconselham. Nós não estamos simplesmente contra uma hidrelétrica. Estamos querendo que se ouça também o outro lado, w esse outro lado está sendo terrivelmente silenciado. Por que não chegam em Altamira e dizem: "*Meu bom povo de Altamira, agora vamos colocar para vocês todas as vantagens de Belo Monte*". E depois: "*Também temos a coragem de indicar os prejuízos, as desvantagens irreversíveis que Belo Monte vai trazer.*" Não se faz isso. O povo está sendo



136

enganado — a palavra correta é essa — porque só recebe a metade da instrução, o resto não interessa.

A segunda questão ligada também a Belo Monte é relativa aos povos indígenas. Houve quem falasse abertamente: *"Por causa de uma dúzia de índios, a gente não vai parar um projeto que tanto benefício trará ao Brasil."* Colocamos os índios como uma meia dúzia que veio do tempo da pedra lascada. Os índios têm direitos, meus irmãos! E direitos constitucionais. Os políticos, onde quer que estejam, têm a obrigação constitucional de defender esses direitos. Nós não vamos nos calar. Enquanto um índio for prejudicado, nós vamos abrir a boca, doa a quem a doer, porque nós estamos defendendo os direitos dos primeiros habitantes desta terra — todos os outros vieram depois. Temos essa obrigação grave. Marechal Rondon disse que o Brasil deve pagar a dívida que tem para com os povos indígenas.

Ao abrir o jornal hoje de manhã, verifiquei que mais uma vez se demonstrou claramente qual é a situação e a realidade dos povos indígenas na Amazônia.

Terceiro ponto: o caso das ameaças. As ameaças não partem do zero. As ameaças têm como pano de fundo a insatisfação para com a posição de quem está do outro lado. As ameaças sempre são fruto da irracionalidade. Nós queríamos ouvir argumentos, mas quando não há argumentos, costumam dizer: *"Vamos estourar os miolos dele, porque o máximo que se pega é meio ano de prisão."* Textualmente e com aspas. Por não terem argumento, então, os argumentos passam a ser a execução de alguém. Eu não estou inventando casos.

Como já foi dito pelo nobre Senador, hoje mais uma vez acontece um julgamento em Belém do Pará. O julgamento de uns, mas faltam os dos outros. Não somos nós que vamos inquirir, mas queremos que esse consórcio de crime seja finalmente desvendado e colocado a público. Isso é o mínimo que nós exigimos. Estou falando com o Bispo da Prelazia do Xingu, na qual a Irmã Dorothy trabalhou desde 1982. E lá está o vigário, o pároco de Anapu, que há 10 anos ou mais trabalhou naquela região. Nós exigimos, nós não pedimos. Nós pedimos esmola. Nós exigimos justiça. Nós não queremos nos vingar, mas aqueles e aquelas que são responsáveis pela morte de mais uma inocente têm que ser punidos na forma da lei. Isso é o mínimo que se espera.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Dom Erwin, eu gostaria de um minutinho para convidar o Senador Eduardo Suplicy para vir à Mesa. S.Exa. chegou ao plenário.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER - Prazer. Chegou na hora da minha fala e perdeu, infelizmente, a fala de Dom Luís Azcona. Mas podem lhe passar por escrito depois.

S.Exa. estava no enterro da Irmã Dorothy Stang, inclusive cantou em inglês. Seja bem-vindo.

Então, quem exige hoje a punição na forma da lei é ameaçado e colocado como inimigo.

Já estou encerrando. Agora, estão me dizendo que tenho de continuar — vou aproveitar. Talvez alguém queira fazer alguma pergunta ao final, se algo ainda não foi esclarecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Dom Erwin, o senhor ainda tem ainda 5 minutos.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER - Certo. Talvez alguém queira fazer uma pergunta ao final, se alguma questão não foi esclarecida.

A situação da Dorothy, do consórcio do crime e, finalmente, a situação que quero apontar também, a situação que fez Altamira tristemente famosa. Altamira é um lugar muito lindo, talvez um dos lugares mais lindos que Deus criou no Brasil — e não estou exagerando. Estou lá há 43 anos — cheguei novo lá. Altamira, infelizmente, tornou-se palco de crimes perversos que não se pode imaginar. Primeiro, os crimes de 1989 a 1993, dos meninos emasculados, que acompanhamos — a Dra. Celina está aqui, parece que acompanhou o processo. Eu mesmo assisti ao júri popular, no Tribunal de Justiça do Pará, estive lá em solidariedade às famílias. Os senhores e as senhoras não podem imaginar o que essas famílias sofreram ao receberem um menino, um filho de 12 anos ou menos que isso no colo daquele jeito, como a Dona Rosa. É como uma Pietá que não se pode mais pintar. Terrível! E foram condenados à reclusão entre 33 e 74 anos. Meus irmãos e minhas irmãs, só um está preso: um soldadinho. Até hoje, eu penso: será que ele foi o mais culpado de todos? Mas ele está preso.



E o segundo crime ligado ao abuso sexual — não à emasculação — de meninas, em Altamira, agora recentemente, foi a gota d'água que fez o copo transbordar, e os que foram temporariamente retidos se vingaram com outras ameaças. Esse caso parece-me estar sendo esquecido, simplesmente não ouço mais dele se falar, não sei no que vai dar. Mais uma vez, nosso empenho em favor da dignidade humana, especialmente da criança e da mulher em nossa região.

Graças a Deus, hoje, somos bem assessorados. Não quero elogiar ninguém de maneira barata, mas, por exemplo, nosso Procurador da República do Estado do Pará e a Dra. Celina — mais uma vez estão aqui — têm nos ajudado muito nesse sentido de procurarmos, pelos canais legítimos, os direitos desse povo.

Era isso o que queria dizer. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradeço a Dom Erwin, Bispo do Xingu.

Antes de conceder a palavra a Dom Flávio Giovenale, gostaria de anunciar que obtivemos um consenso com o Sr. Fernando Antônio dos Santos Matos, Coordenador-Geral de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; com a Sra. Leila Paiva, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; com a Sra. Ana Celina Bentes Hamoy, advogada, Coordenadora do Departamento Jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o SEDECA-EMAÚS; com a Sra. Márcia Vasconcelos, Oficial do Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas, Área de Gênero e Raça, da Organização Internacional do Trabalho — OIT.

Manifestaram-se os que seriam nossos expositores, que participarão durante os debates. É muito difícil acontecer um momento como este.

Agradecemos a todos e a todas.

Há uma pessoa que precisa compor a Mesa, a quem chamo agora: Felipe Tavares Seixas, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

É necessária a sua presença aqui à Mesa, Sr. Felipe, porque o convite estava feito para os Secretários Estaduais de Segurança Pública do Amapá, do Pará e de



Roraima. No Amapá e Pará, a rede tem grandes tentáculos. Todo o tráfico de mulheres e crianças sai pela fronteira do Amapá para o Oiapoque e para a Europa.

Chamamos o Sr. Felipe Tavares Seixas para compor a Mesa e fazer a sua exposição. (*Palmas.*)

Concedo a palavra a Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DOM FLÁVIO GIOVENALE - Sra. Presidente, membros da Mesa, Deputados e Senadores, participantes desta audiência pública, boa-tarde.

Sou Bispo de Abaetetuba, no Pará, um Estado grandioso em todos os sentidos e também nos problemas. O Pará é um Estado muito diferente. Enquanto, por exemplo, a situação do Xingu está na fronteira, onde estão chegando os grandes projetos, Abaetetuba está na foz do Rio Tocantins. Estamos pertinho de Barcarena e do Pólo Industrial de Conde, que, atualmente, é o maior pólo industrial de alumínio da América Latina. E está caminhando, rapidamente, para se tornar o maior do mundo em termos de alumínio.

Portanto, enquanto outros estão começando, ou, já há vários anos estão enfrentando os desafios da chegada de grandes projetos, nós convivemos com eles. Ninguém vai dizer que deve sair todo aquele complexo do alumínio do Pará e do Brasil, mas temos de enfrentar o desafio para que ganhos sejam obtidos de todos os lados, especialmente para que o impacto social possa ser enfrentado.

Abaetetuba está localizada às margens do Rio Tocantins e tem 72 ilhas, o que, historicamente, favoreceu o crescimento de uma economia saudável feita de pesca, de lavoura, de olarias, de indústria da cana, de comércio fluviais — os regatões que subiam toda a Amazônia. Infelizmente, junto com essa grande maioria de trabalhadores honestos, há também uma minoria que se aproveitou até da situação geográfica para se dedicar ao contrabando. O contrabando teve também uma — entre aspas — "evolução". O contrabando de cacau, de açúcar, de arroz, de relógios, de perfumes foi evoluindo para cigarros, drogas e armas.

Em 1997, a situação ficou tão grave, que a *Folha de S.Paulo* dedicou 2 páginas inteiras à problemática de Abaetetuba, chamando-a de "Medelín do Brasil", tão grande era a importância do tráfico na região. Um ano depois, em 1998, no dia 19 de novembro, o tráfico deu uma demonstração de força, aproveitando-se do



assassinato, por um PM, de um cidadão contraventor — que é cidadão, é gente. Foi assassinado a sangue frio, e houve toda uma mobilização. Naquele dia 19 de novembro de 1998, foram queimadas as sedes dos 3 Poderes democráticos: o Fórum, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores. Este ano, em novembro, vamos lembrar os 10 anos desse fato trágico.

Por isso estamos nesta situação. De lá para cá, passaram-se 10 anos, e Abaetetuba, volta e meia, aparece de novo na mídia nacional e internacional por causa de crimes trágicos.

Abaetetuba foi o primeiro município a implantar o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, depois das denúncias feitas pelo Conselho Tutelar dos acidentes de trabalho que aconteciam com crianças escarpadas ou que perdiam o braço ou a perna nas marombas das olarias.

Em novembro do ano passado, houve aquela tragédia da menina que foi presa, durante 20 dias, numa cela junto com vários homens e ali seviciada e torturada.

A partir de vários fatos como esses, a Igreja se envolveu no combate às drogas. E as ameaças vieram como consequência.

Estou aqui hoje para conclamar todos a procurar soluções, porque mais do que continuar a rebater as denúncias, devemos encontrar soluções. Como dizia o cômico: "Depois da problemática, vamos tentar encontrar a "solucionática".

A paz, o desenvolvimento, é sempre apresentada sob a forma de uma pomba, até pela imagem bíblica da Arca de Noé. Mas uma pomba, como todos os pássaros, precisa de 2 asas para voar. Se quisermos lutar contra as drogas, precisamos também voar com 2 asas: uma asa é a da repressão; a outra asa é a do desenvolvimento. Só uma asa não serve, só a repressão não funciona, como também procurar só o desenvolvimento sem repressão é ilusão.

Como estamos atualmente no que se refere à repressão? Como está a situação da Polícia em Abaetetuba? As Polícias Civil e Militar estão sem estrutura física e operacional. A Polícia Militar nunca teve um quartel próprio, funciona sempre em casa alugada. A Polícia Civil tem uma delegacia, que, depois do fato da menina, teve parte da carceragem desativada. O remendo ficou pior do que o soneto. Agora, quando alguém é preso por causa de qualquer coisa, é mandado para Belém ou,



senão, para a carceragem do Centro de Recuperação, ou seja, a prisão, a penitenciária. A penitenciária, que há 2 ou 3 meses abrigava 120 pessoas, agora está com mais de 200, para uma carceragem prevista para 90.

A delegacia, já que estamos numa região fluvial, depois de anos e anos de existência, possui uma lancha, mas não tem gasolina e não tem efetivo para fazê-la funcionar.

O horário de trabalho dos policiais é organizado em 24/48 horas. Ou seja, trabalham 24, descansam 48 horas. Um delegado não pode continuar a investigação do delegado precedente. Resultado: as investigações vão na frente, na base do solução.

Fui assaltado, no mesmo dia em que fui ameaçado. Fiz a denúncia na delegacia virtual. Em dez minutos, tudo foi resolvido de casa. Semanas depois, o delegado me disse: “*Venha aqui efetivar.*” Chamou-me num horário que não tinha ninguém. Deu-me todas as mordomias de Bispo: deu-me um delegado, um escrivão, um escritório. Para passar a limpo as dez linhas que eu tinha escrito demorou 3 horas. No teclado, não se vê mais as teclas — é preciso substituí-lo; o telefone não pode chamar, está bloqueado para chamada para celular; a Internet cai toda hora. Três horas para escrever dez linhas. Isso, com todas as mordomias que um bispo pode ter. Quem não é bispo...

Segundo, precisamos de uma polícia com melhor preparo humano. Não é a polícia que é corrupta. Há policiais corruptos. Não vamos colocar todo mundo no mesmo... Há policiais corruptos. São freqüentes os comentários de envolvimento de agentes ao tráfico de drogas. Até há o absurdo de um delegado que, graças a Deus, já foi afastado, chegou numa reunião a dizer que eles sabiam exatamente onde estavam as bocas-de-fumo de Abaetetuba, mas não prendiam ninguém por uma questão social, porque o tráfico de droga dava trabalho para as famílias. Graças a Deus, já foi afastado.

Outra questão é a prática da tortura. Estamos novamente, não saiu em público, com outro caso efetivado pela Polícia Militar, que prendeu um jovem de vinte anos e, na prática, executou-o. E um colega seu, depois de várias perseguições, foi preso e disseram-lhe: “*Vamos te levar para a delegacia.*” Mas,



antes, levaram-no para um bairro escondido e o massacraram com paulada, para prepará-lo para o depoimento que ele deveria dar.

Já falei um pouco do Centro de Recuperação de Abaetetuba, que agora está superlotado.

Sonhamos com a presença da Polícia Federal. Não conseguimos ainda. Abaetetuba está dentro do raio de ação da Polícia Federal de Belém, mas, dada a gravidade da situação, dado que é rota do comércio internacional de droga, pedimos mesmo um esforço da Polícia Federal. Também pedimos aos senhores, com seu peso político, com sua intervenção, para que Abaetetuba possa ter uma sede, um quartel, um posto da Polícia Federal, cuja ausência é um incentivo ao aumento do tráfico de drogas na região.

Passando para outra asa: como estamos em termos de prevenção? Sabemos que a prevenção se faz com 3 pontos: educação, trabalho e esporte/lazer.

Educação. Em Abaetetuba, até a 4ª série, temos escola em todas as comunidades — podemos discutir ainda. Em Abaetetuba surgiu, 3 ou 4 anos atrás, reportagens dos alunos-jacarés, quer dizer, alunos que deitavam no chão para escrever no caderno porque não havia carteiras. Eram chamados alunos-jacarés.

(Segue-se exibição de imagens.)

Há um gargalo, porém, de acesso à 5ª série. Esses são dados oficiais do Censo. Se observarmos essa segunda tabela, constataremos vagas para a 5ª série, cidade, interior e ilhas. O total de crianças que terminaram a 4ª série e em 2008 não encontraram vagas para a quinta foi de 1.245 alunos. Se não se construir nenhuma escola este ano, o déficit, em 2009, segundo as projeções, vai ser de 1.398; em 2010, de 1.285; em 2011, de 1591. Em 4 anos, vamos ter um déficit de mais de 5 mil alunos que terminam a 4ª série e ficam fora da 5ª série. Se nós nos iludirmos de que 80% deles ficarão em casa vendo televisão e coçando a barriga e 20% só entrarão para a marginalidade, vamos ter mais de mil pré-adolescentes ou adolescentes na marginalidade.

Ali temos o gargalo do ensino médio. Vejam as vagas para o ensino médio. Também temos um déficit em 4 anos de outros 5,6 mil. Portanto, jovens com 15, 16, 17 anos que terminam a 8ª série e não têm vaga para entrar no ensino médio. Colocando 20% daqueles da 5ª série mais 20% desses daqui, vamos ter 2,5 mil.



Daqui a pouco, vamos precisar chamar a Força Nacional, fazer uma operação parecida com aquela do Rio de Janeiro.

Essa é a tabela de evasão escolar. De 2004 a 2006, temos de 1ª a 4ª séries. Vamos pegar, por exemplo, a tabela azul. Em 2003, começaram a 1ª série 6.437 alunos; em 2006, somente 3.646 terminaram.

Vejam essa segunda tabela. Temos as porcentagens de desistência de 1ª a 4ª séries. De 2003 a 2006, tivemos um abandono de 43%; de 2004 a 2007, tivemos um abandono de 36,68%. De 1ª a 4ª!

Vamos ver os números de 5ª a 8ª séries — faltam 2 anos, não conseguimos os dados pelo Censo, do MEC, não havia possibilidade de fazer escola por escola. De 2003 a 2006, começaram 3.862; terminaram 2.200. Desistência de 5ª a 8ª séries de 43% dos alunos.

Ensino médio diurno. Vejam o desastre que aconteceu: de 2004 a 2006, 61% dos alunos abandonaram a escola. Vejam que na região Abaetetuba é o município que melhor condições tem no campo educacional — é o melhor. Todos os professores de Abaetetuba têm nível superior. Quando tem concurso público, os abaetetubenses fazem a festa porque ganham todas as vagas. Portanto, se Abaetetuba está assim, imaginem como estão os outros municípios.

Outra coisa que se nota é a escola na contramão da história. O que quer dizer? A sociedade de hoje exige cada vez mais qualificação, e a escola é cada vez menos exigente. Até alguns anos, para ser aprovado no Estado do Pará, a média era 6; baixaram para 5, a fim de melhorar o desempenho, as estatísticas de aprovação. A dependência é uma farra — na prática, essa é a palavra certa, porque se vai para frente sem preocupação.

O segundo ponto, depois da educação: trabalho e qualificação. Como estamos? Estamos a 35 quilômetros do maior pólo industrial de alumínio da América Latina. Agora, a PA-403, que une Abaetetuba a esse pólo, é pior do que queijo suíço — pior, porque o queijo suíço, pelo menos, é bom, mesmo com todos os buracos. Mas aquela estrada corta qualquer possibilidade de alguém lá querer trabalhar.

A UFPA, Universidade Federal do Pará, tem um campus em Abaetetuba que foi uma benção. Graças a ele, temos professores qualificados, mas não evoluiu para



nenhum curso preparatório de técnicos ou engenheiros para o pólo industrial. Temos apenas cursos no campo de educação, de licenciatura.

Estamos sonhando. Dentro do projeto de educação do Governo Federal, lançado ano passado, tem o CEFET, uma escola técnica federal para Abaetetuba, prevista para começar em fevereiro — parece que vai ser em agosto —, mas até agora não saiu edital algum. Seria bom um compromisso dos Deputados aqui presentes, especialmente dos paraenses, para que esse CEFET possa chegar mesmo em agosto.

A Diocese avançou com o Centro de Formação Profissional Cristo Trabalhador, que funciona há 5 anos. Agora, estamos estreitando os laços com a CEDUC, para uma parceria.

Especialmente, falta um plano de desenvolvimento socioeconômico para a região. Não é o município que pode fazer isso, mas o Estado. O Estado do Pará e a União poderiam dizer qual é o projeto socioeconômico e ambiental para aquela região.

Então, quais são os pedidos? Primeiro, há um projeto chamado Navega Pará, associado à utilização da fibra ótica da ELETRONORTE. Já está em Abaetetuba a fibra ótica na SEFA e na Universidade Federal. Por que não implantar logo esse projeto até o final de junho, para que a delegacia, o quartel da Polícia Militar possam estar conectados, possam ter melhores condições de trabalho?

Foi prometida a construção da nova delegacia. Eu pediria que se fizesse um esforço para que essa nova delegacia e o quartel da Polícia Militar fossem construídos nesse segundo semestre. Se pudessem ser inaugurados no dia 19 de novembro, quando lembraremos os 10 anos daquele fato trágico, daquela demonstração de força do tráfico, daríamos uma resposta à sociedade organizada: "Nós não nos rendemos ao tráfico; nós reagimos e somos gente de bem. Temos um Governo e um Estado presentes".

Pedimos que as Polícias Civil e Militar façam um trabalho de inteligência para detectar os maus policiais e expulsá-los, a fim de que os bons policiais tenham condições de trabalho.

Por fim, pedimos a implantação de um posto da Polícia Federal em Abaetetuba — isso, na asa da repressão.



Na área do desenvolvimento, no Plano Plurianual, estão previstas 3 escolas para Abaetetuba — 3 escolas pequenas, com 6 salas de aula. Solicitamos mais 2 de grande porte para a cidade. Com isso, vamos resolver o problema de Abaetetuba e dessa defasagem de sala de aula. Segundo ponto, garantir a presença da Escola Técnica Federal em Abaetetuba já em agosto próximo. Terceiro, trabalhar para que a Universidade Federal coloque cursos que respondam às necessidades da região, cursos no campo da indústria, da economia, do comércio. Às vezes, nem precisará levar um curso, um departamento completo. Pode-se levar turmas. Qual é a diferença? Não precisa criar um departamento, por exemplo, de psicologia. Organizam-se apenas 2 ou 3 turmas, para o mercado não ficar saturado. Se para a universidade é complicado organizar um departamento, mais complicado ainda é fechá-lo.

Parcerias com ONGs, dioceses, com tantos outros que trabalham lá, com as empresas que estão lá. A maior delas é a Vale do Rio Doce. As empresas não são o resumo do diabo. Não! São compostas por pessoas. Com elas, dá para dialogar, brigar e negociar de igual para igual com dignidade dos 2 lados, sem demonizar ninguém e sem transformar alguém em anjo. Tanto nós como eles somos gente. Portanto, exigimos e damos respeito. Podemos dialogar.

Por último, peço um esforço não somente ao Pará, mas ao Estado brasileiro para a elaboração de um projeto de desenvolvimento para a região. Temos ali pertinho Moju, com os projetos todos de dendê. Temos Igarapé-Mirim e Abaetetuba que brigam para saber quem é a Capital Mundial do Açaí, muito gostoso por sinal. Temos tantas coisas bonitas. Mas, sem desenvolvimento, não vamos lutar contra as drogas. Vamos ter sempre meninas e mulheres se prostituindo, se vendendo, porque onde não há desenvolvimento honesto a desonestidade se instala.

Termino, lembrando um fato emocionante de uma senhora que é um dos símbolos de Abaetetuba.

Uma das coisas bonitas de Abaetetuba, os paraenses sabem, são os brinquedos de miriti, vendidos no Sítio de Belém. Agora estão muito ativos o ano todo.

A princesa dos artesãos tem setenta e tantos anos. Ela ficou viúva muito nova. Mãe de vários filhos. Todos eles — um é arquiteto, os outros são professores



— fizeram universidade. Quando se encontrou, naquela situação, ela fez um voto à Santa Rita, dizendo que se conseguisse educar os filhos sem se prostituir, iria construir não uma igreja, mas uma escola para as crianças. Assim o fez. A escola existe. A Nina Abreu está lá. Está viva. Depois de 2 derrames, continua viva.

Devo dizer que o problema da prostituição pela fome é antigo. Mas se não resolvermos agora não poderemos culpar os outros.

Abaetetuba, nos últimos anos, especialmente nos últimos meses, foi quase que o ícone da falta de respeito aos direitos humanos. Pode-se tornar o ícone também da resposta da sociedade e do Poder Público para dizer: “*Nós não aceitamos essa falta; nós vamos construir uma nova sociedade*”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - O Senador Suplicy anuncia que está havendo votação nominal no Senado. S.Exa. vai se retirar, mas retornará daqui a pouco.

Agradeço a D. Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, os esclarecimentos.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Tavares Seixas, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

O SR. FELIPE TAVARES SEIXAS - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores convidados, senhoras e senhores, gostaria de brevemente relatar um pouco a situação, as limitações e as propostas da Polícia Federal para a região amazônica.

Nos últimos 5 anos, cerca de 6 mil policiais federais foram incorporados aos quadros, numa tentativa de reforçar realmente o combate aos crimes de competência da Justiça Federal e que foram alargados, em 2002, para outros crimes interestaduais de competência da Justiça estadual. Essa realidade é um pouco da nossa limitação, que é o fato de a Polícia Federal ser cada vez mais demandada. Isso para mim e para os policiais federais é motivo de orgulho porque é um sinal de que é uma instituição que ganha respeitabilidade, ganha confiança e que por essa razão tem sido procurada, demandada.

Atualmente, em cada uma das capitais do Brasil existe uma superintendência com delegacias especializadas e no interior existem algumas delegacias que fazem o que chamamos de clínica geral, ou seja, não existe aquela especialização por



assunto, mas existe uma unidade que deve dar conta de todas as atribuições da Polícia Federal.

Na região amazônica, tendo em vista a grande extensão territorial, essa situação fica um pouco complicada, sim, como disse o convidado no caso de Abaetetuba, pois está próximo de Belém. Há uma dificuldade em se colocar uma unidade da Polícia Federal lá, porque estaria na circunscrição de Belém, e outras delegacias talvez tivessem uma prioridade tendo em vista uma distância maior.

Sabemos que a ocupação da Polícia Federal precisa ser mais presente no País, mas isso é algo que está sendo realizado. Os concursos têm sido realizados. De 2002 para cá, foram 2 concursos, 6 mil policiais. Está previsto um novo concurso para o ano que vem, o orçamento da Polícia Federal vem crescendo e as ações também.

Uma das limitações que encontramos é de ordem constitucional e legal. Essas são as atribuições.

Temos a exata noção de que a Polícia Federal não é a solução para o problema da repressão e responsabilização neste País. Precisamos, sim, resgatar as polícias estaduais que precisam ser resgatadas. Naturalmente, temos ótimos exemplos no País. Mas verificamos que em muitos casos há, sim, polícias com efetivos reduzidos, com estruturas precárias e com falta de capacitação.

É preciso um esforço para que haja uma atuação integrada entre a Polícia Federal e as Polícias Civil e Militar, sem prejuízo da atuação da Polícia Rodoviária Federal.

O efetivo da Polícia Federal hoje, salvo engano, é de cerca de 12 mil homens. Não chega ao efetivo da polícia do DF, considerando Polícias Civil e Militar.

Então, é impossível imaginar que a Polícia Federal realmente conseguirá resolver o problema de criminalidade no País. É para isso que temos as outras polícias e é para isso que temos o pacto federativo e a distribuição de competências e atribuições.

Hoje é prioridade da Direção-Geral a região amazônica. O Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa, tem dito isso insistentemente quando entrevistado. Concretamente, nas últimas duas turmas, a grande maioria dos



policiais foram lotados na região amazônica e há promessa de que a grande maioria dessa próxima turma seja lotada na região também.

Além disso, está em curso a Operação Arco de Fogo, que embora o mote inicial seja o combate aos crimes contra o meio ambiente, parece-me claro que a ocupação da Amazônia em, salvo engano, 14 pontos estratégicos vai contribuir com a redução de todos os outros crimes, tendo barreiras fixas não só da Polícia Federal. Mas com a Força Nacional — Polícia Rodoviária Federal, IBAMA, INCRA —, vamos conseguir resolver um pouco o problema fundiário, reduzir o tráfico de drogas, além de outros crimes praticados contra o meio ambiente, além da exploração sexual infantil.

Especificamente, nesse assunto que afeta a minha divisão, é importante dizer que o tráfico de pessoas, especialmente crianças e mulheres, é uma questão altamente complexa, envolve fatores sociais, relação de trabalho, fluxos migratórios. Na verdade, não deixa de ser uma anomalia nas relações de trabalho. Apesar de um fluxo migratório natural, através do qual as pessoas procuram uma vida melhor, envolve a exploração, o aliciamento e a rede criminosa. Diferenciar uma coisa da outra é difícil.

As vítimas normalmente não se vêem como vítimas. É muito comum, após a deflagração de uma operação policial, na hora de ouvir a vítima, ela negar ser vítima. Para ela, a exploração, na origem, já é uma realidade. Então, o que diferencia a exploração no destino?

É preciso, sim, combater também a exploração na origem: as casas de prostituição, a exploração sexual infantil e a exploração sexual comercial. Infelizmente, esses outros crimes não são atribuição da Polícia Federal.

A Polícia Federal atua quando há interestadualidade-ou caso de repercussão internacional. Nesse contexto, evidentemente, quando há conexão, é possível, sim, a Polícia Federal investigar os crimes correlatos.

Na verdade, o que me parece importante é essa visita que o CDDPH fará à região amazônica para verificar a atuação pontual integrada entre as polícias e qual será o papel da Polícia Federal nesse trabalho. Sem entrarmos em atribuições de outras polícias, para não criarmos qualquer problema institucional, mas no espírito de cooperação, de coordenação.



Coloco a Polícia Federal à disposição.

Somos parceiros e queremos ser parceiros. Sabemos que há deveres, mas queremos fazer algo mais com muita boa vontade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Muito obrigado, Sr. Felipe.

A Comissão agradece ao Dr. Felício Pontes Júnior, Procurador do Ministério Público do Pará, pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Lima de Souza, Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima, que dispõe de 5 minutos.

Recebemos correspondência, oriunda do seu Estado, justificando que V.Sa. não compareceria a esta reunião. Então, seja bem-vindo. É muito bom tê-lo aqui presente. Aliás, V.Sa. é o único a comparecer. Os 2 outros convidados, o do Amapá e o do Pará, não puderam comparecer.

O SR. CLÁUDIO LIMA DE SOUZA - Sra. Presidenta, Deputada Janete Capiberibe, Senador José Nery, é um prazer imenso estar aqui com V.Exas., mas, na realidade, eu vim mais para ouvi-los.

Parabenizo os Bispos D. Luís Soares, D. Erwin e D. Flávio pela coragem em denunciar. Eu estive à frente da Superintendência de Roraima, por aproximadamente 2 anos e 3 meses, concluído, recentemente, no dia 28 de março, e nunca recebi qualquer denúncia a respeito de ameaças a religiosos ou de combate ao tráfico de mulheres e crianças. Admiro muito a coragem dos senhores, mas para mim foi uma surpresa estarem aqui debatendo esse tema.

Com relação a ameaças, como Superintendente da Polícia Federal nunca as recebi, assim como denúncias dos próprios pais que tiveram filhos que saíram de casa ou desapareceram.

Assumi a Secretaria no dia 30 de março e tomei conhecimento de que foram instaurados vários inquéritos e prisão em flagrante com relação a crimes de costumes.

Atentados violentos ao puder, no ano de 2006, na faixa etária de zero a 11 anos, foram 11; tentativas de estupro, 4; estupros, 17; favorecimento à prostituição, 2.



Na faixa etária de 12 a 17 anos: atentado violento ao pudor, 17; tentativa de estupro, 6; estupro, 35; favorecimento à prostituição, 10.

No ano de 2007, atentado violento ao pudor cresceu, na faixa etária de zero a 11 anos, de 26 para 65; tentativa de estupro, 4; estupro, 22; favorecimento à prostituição, zero.

Na faixa etária de 12 anos a 17: atentado violento ao pudor, 19; tentativa de estupro, 4; estupro, 54; favorecimento à prostituição, 12.

Tomei conhecimento dessas informações na sexta-feira, dia 2. Não me preocupei, porque eu pensava que o título da reunião para a qual fui convidado seria a situação de religiosos ameaçados de morte por combate ao tráfico. Como já sabia que não existia qualquer ameaça, fiquei... Mesmo assim, fiz uma pesquisa rápida. Por isso, as informações que tenho a respeito desse fato são somente essas.

Fico muito grato pelo convite. Estou muito satisfeito, como ouvinte. Espero tomar mais cuidado, agora, ao saber dos meus novos comandados a respeito desses fatos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Neste momento, passamos aos debates.

Pelo Regimento, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Asdrubal Bentes, do PMDB do Pará.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Obrigado, Sra. Presidenta.

Senhores expositores, inicialmente, quero hipotecar minha irrestrita solidariedade a V.Sas. pelas ameaças que vêm sofrendo em função das denúncias feitas de crimes, que considero hediondos.

Quero externar o meu apoio ao trabalho social que as igrejas realizam, de grande importância para a nossa Amazônia. Embora seja alvo da cobiça mundial, ainda não conseguiu despertar essa cobiça entre os brasileiros.

Já demonstramos, senhores expositores, ao longo de 5 mandatos, que a Amazônia vem sendo discriminada. Temos cobrado a presença do Estado. A minha região, sudeste do Pará, é tida como violenta, mas não é. É uma região de fronteira agrícola, agropecuária e minerária e, conseqüentemente, atrai fluxos migratórios. De onde vêm os bons, vêm os maus também.



Na realidade, a ausência do Estado não é de hoje, e há várias causas. Uma delas começou com a estapafúrdia decisão de intervenção federal na Amazônia, através do Decreto-Lei nº 1.164, de 1971, que federalizou aquelas terras. Os Estados do Pará e Amazonas deixaram de existir. Cem quilômetros às margens das rodovias, construídas e em construções projetadas, eram áreas federais. Os órgãos INCRA, IBDF e tantos outros foram impotentes e incompetentes para gerir esse patrimônio fundiário e ambiental. É natural, é humano, que quem vem do Sudeste para a Amazônia não está acostumado com a nossa natureza. E quando chegavam e viam uma castanheira, não queriam saber se o valor econômico daquela árvore estava no fruto, que, à época, representava o segundo produto na pauta de exportação do Estado do Pará. Hoje a Deputada Perpétua até brinca com os paraenses, dizendo que a castanha-do-pará não é mais do Pará, é do Acre.

Vejam bem. A ausência do Estado é que ocasionou todas essas mazelas. A quebra do pacto federativo foi crucial para a Amazônia. Eu sou amazônida — D. Luís deve conhecer a terra onde eu nasci, Humaitá —, criado em Manicoré, estudei em Manaus, desci e cheguei a Belém, fui adotado. De maneira que sou um amazonense, paraense, enfim, um verdadeiro amazônida.

Creio que essas distorções provocaram esse caos lá. Os nossos Estados, os Governos Estaduais, também não corresponderam às expectativas. Isso vem ocorrendo há décadas.

Nós, no Congresso, temos feito a nossa parte. Eu me permito discordar, com todo o respeito, de algumas opiniões, porque temos que fazer a divisão dos Poderes. A nós cabe legislar e temos legislado.

Com relação aos adolescentes. Tive a honra de participar da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Deputada Rita Camata e tantos outros companheiros.

A questão indígena, altamente complexa, envolve uma definição que até hoje é controversa, também tivemos o cuidado de elaborar um capítulo, na Constituinte, destinado aos índios, para protegê-los e às suas culturas e aos seus costumes e tradições.

O órgão encarregado da tutela — não adianta, pode-se fazer a melhor legislação do mundo, mas, se não tiver quem a execute, é letra morta — pelos



índios, a FUNAI — desculpem-me, eu tenho repetido inúmeras vezes — deveria ter sido extinta há muito tempo, porque não tutela coisa alguma.

Tenho minhas divergências com o Dr. Felício com relação à definição do que seja posse permanente indígena, porque o preceito constitucional, o § 1º do art. 231, é claro: tem que haver as 4 condições que são alternativas e não cumulativas. Basta que não exista uma delas e não é mais área indígena. Porque a permanecer essa visão tradicional, digamos assim, nós todos teríamos que ir embora, porque originariamente o Brasil era dos índios.

Temos de compatibilizar de tal maneira que possamos fazer com que os índios sintam-se realmente cidadãos, preservando a sua cultura, mas também aprendendo a nossa cultura.

O que vejo hoje, infelizmente, é que muitos procuram isolar o índio para tê-lo como “objeto”, entre aspas, para turistas estrangeiros, exatamente aqueles que não preservaram as suas tribos, que as exterminaram até, que não preservaram a sua natureza, e, agora, vêm nos dizer o que temos de fazer. Não! Aí é que está o erro maior, talvez até da nossa parte. Eu não ponho a carapuça na cabeça, porque tenho lutado muito aqui para que tenhamos um plano de desenvolvimento da Amazônia feito pelos amazônidas naquilo que nós conhecemos, naquilo que nós vivemos, naquilo que nós sentimos, daquilo que nós necessitamos e não impostos de cima para baixo, como vem sendo ao longo de dezenas de anos, de Brasília para a Amazônia, por tecnocracias que nunca puseram os pés na Amazônia, que não sabem o que é andar em uma canoa, que não sabem o que é um pé de seringueira, que não sabem o que é uma castanheira.

Então, creio que falta a nós, da Amazônia, uma união maior, necessária não só para o Amazonas, como também para o Pará e o Amapá. Nós temos de estar unidos em defesa daquilo que é nosso e não deixar que alienígenas venham dizer o que temos de fazer.

Eu me lembro de que, na Constituinte, aquele roqueiro Sting andou por aqui e já cuidando de áreas indígenas. Em uma semana que ele esteve no Brasil, desrespeitou até o Plenário — mas aí a culpa era de quem presidia a Mesa —, entrou com traje de roqueiro no Congresso Nacional para pregar que nós deveríamos ampliar as áreas indígenas. Eu entendi e fui à tribuna e disse que eu o



respeitava como roqueiro. Eu tinha, naquela época, 50 anos, e não ousava dizer que conhecia a Amazônia. Ele, em uma semana, já era PHD em Amazônia.

Então, são essas coisas que nós não podemos aceitar.

Parabenizo os senhores pela coragem de fazer essas denúncias.

Digo-lhes que fizemos a melhor legislação tanto para os índios quanto para os adolescentes. Agora, cabe ao Executivo e ao Judiciário a sua parte.

Não podemos ser, nesta Casa, o receptáculo de tantas mazelas, não podemos ser responsabilizados por tudo de ruim que acontece neste País, porque lamentavelmente a mídia nos transformou nisso, talvez por algumas exceções que existiram nesta Casa e que denegriram a imagem do Congresso Nacional.

Tenho a convicção de dizer que a grande maioria dos Parlamentares são pessoas de bem que trabalham, que honram o seu mandato e que procuram defender os interesses das suas regiões, dos seus Estados e do País, e entre eles eu me incluo.

De certa forma, agradeço aos senhores pela coragem.

Nós nos colocamos à disposição para esta luta, que é uma exigência nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradeço ao Deputado Asdrubal Bentes.

Passo a palavra ao Deputado Sebastião Bala.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Obrigado, Deputada Janete.

Cumprimento todos, muito especialmente os bispos presentes, D. Luís Soares, o Senador José Nery e todos que nos acompanham, nesta tarde, nessa audiência pública, muito importante, da Câmara dos Deputados.

Quero falar em meu nome e no da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da qual sou Vice-Presidente. Há pouco, conversei com o Presidente Pompeo de Mattos, que está na Casa. Inclusive, se o horário permitir, gostaríamos de ter um encontro com os senhores na Comissão de Direitos Humanos.



Não sei se o horário vai permitir, porque, às vezes, precisam retornar ao Estado de origem. Mas gostaríamos de recebê-los na Comissão de Direitos Humanos, até porque estamos com requerimento pronto para convidá-los para irem àquela Comissão. Só que com a realização desta reunião, vamos ter que avaliar com os senhores se gostariam de ir a uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. É nossa intenção recebê-los em uma audiência pública para que possam ter uma nova oportunidade de fazer essas denúncias e pedir proteção de vida, que é o ideal número 1 de todos os que militamos nos direitos humanos.

Quero cumprimentá-los pela determinação e luta pelos menos favorecidos, pela defesa da igualdade e dignidade do povo brasileiro, sobretudo da Amazônia, e pela coragem de fazer essas denúncias.

É um escândalo para o nosso País as pessoas serem ameaçadas de morte porque apresentam denúncias, muitas vezes comprovadas e amparadas por órgãos de imprensa ou de investigação. Chega-se ao ponto de tirar a vida, como aconteceu com a irmã Dorothy. Então, qualquer ameaça contra religiosos neste País, sobretudo na Amazônia, tem que ser levada muito a sério, porque daí para que se transforme num fato, muitas vezes a distância é muito pequena.

Ao cumprimentá-los, ao garantir-lhes o apoio da Comissão de Direitos Humanos, ao reverenciá-los pela defesa de uma população oprimida, que vive numa situação social de desigualdade muito profunda, quero saber — porque não ouvi na fala dos senhores, e é importante para nós — se os 3 bispos ou algum deles já procuraram os órgãos competentes para pedir proteção de vida. Há os programas de proteção. Seria importante saber qual encaminhamento tem sido dado nesse aspecto, porque queremos os senhores vivos, continuando a defender a população humilde da Amazônia brasileira e a fazer denúncias tão contundentes. São assuntos realmente muito graves que requer atenção muito especial de toda a população brasileira, muito especialmente de nós, Deputados, e das autoridades do Poder Executivo.

Parabéns aos senhores pela presença aqui. Nossa solidariedade e nosso apoio. *(Palmas.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Obrigada, Deputado Sebastião Bala.

Passo a palavra a Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Obrigada, Sra. Presidenta.

Cumprimento D. Luís Soares, D. Luís Azcona, Bispo do Prelado de Marajó (trabalhei muito com o Padre Giovanni Gallo naquela área), D. Flávio (gostaria, se possível, que me passasse todos esses dados expostos agora), D. Erwin Kräutler, Dr. Felipe e Senador José Nery.

Num dos problemas aqui abordados — a questão do tráfico foi muito bem exposta por D. Flávio —, pude sentir o que é atrapalhar o poder que o tráfico é no mundo.

Fui Vice-Presidente da CPI do Narcotráfico, uma das mais importantes que esta Casa já teve, e com resultados muito positivos. Aquela CPI foi um marco para que pudéssemos deslanchar uma política nacional.

D. Flávio, quero abordar a questão da prevenção. Somente se consome droga porque existe consumidor. A droga existe, é vendida e utilizada porque não há preocupação com a prevenção. Sempre trabalhei na prevenção. Fui Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes no meu Estado, fui do Conselho Nacional do Ministério, enfim, foi um trabalho que fizemos, e eu e meus amigos ficávamos o tempo todo fugindo. Eles tinham tecnologia de ponta. Começamos a sofrer uma série de perseguições. É muito comum fazerem isso quando começamos a atrapalhar.

Nós nos preocupamos com a violência à criança, ao adolescente, enfim, como um todo e também com o tráfico de drogas. Temos um compromisso. Eu, por exemplo, estou nesta Casa a serviço do meu Estado, a serviço do meu País. Lamento profundamente não ter estado aqui desde o início. Estava participando, por iniciativa nossa... Hoje estamos com a Relatoria de uma proposta sobre regulamentação da profissão do artesão, que está mexendo com mais de 8 milhões de pessoas no País. Recebemos artesões e pessoas de vários segmentos, de vários Ministérios que fazem parte dessa estrutura e colocamos nosso trabalho à disposição de todos. Acho que é uma obrigação, não só nossa, amazônidas, mas do País todo. Tenho certeza de que esse eco será muito forte, muito grande dentro



desta Casa. Não podemos ver só como amazônidas. Nós sabemos perfeitamente — o que já foi abordado também pelo Deputado Asdrubal Bentes — como esta Comissão é vista: não tem o devido valor, em geral é assumida por pessoas indicadas politicamente por partidos pequenos, mas tem uma importância fundamental para o desenvolvimento do nosso País, e do mundo também, na questão ambiental, enfim, de tudo aquilo que ela trabalha.

A Amazônia não quer ser vista de forma individualizada. Queremos integrá-la ao restante do País e, acima de tudo, queremos respeito na hora de sermos ouvidos, o que também foi dito pelo Deputado Asdrubal.

Aproveito esta oportunidade para manifestar nossa solidariedade ao que for possível e pudermos movimentar, seja através do meu partido, PMDB, que nacionalmente é um dos mais fortes, é o maior, seja com o Deputado Paulo Rocha e outros companheiros. Com certeza, estaremos integrados nesta luta junto com os senhores.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Muito obrigada, Deputado Elcione Barbalho.

Passo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO - Sra. Presidente, reverendíssimos bispos, companheiro da Polícia Federal, Senador, talvez alguém possa dizer que sou um infiltrado por ser do Rio Grande do Sul e estar na Comissão da Amazônia.

A luta em defesa dos humildes, dos pobres, dos trabalhadores, dos índios, dos negros, das mulheres, enfim, de toda a sociedade mais reprimida, não é somente nacional, mas também internacional.

Ouvindo o Deputado que se pronunciou primeiro, manifestando-se sobre os índios, no Rio Grande também há várias áreas indígenas demarcadas. Houve resistência.

Sempre tenho dito que Pedro Álvares Cabral não descobriu o Brasil. Na verdade ele invadiu o Brasil, porque os índios já estavam aqui. Este Brasil era deles, mas agora eles têm os naquinhos de terra e ainda há pessoas que acham que é demais. *"Para que tanta terra para os índios, pois são vadios, não trabalham. Tem*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

de mudar o jeito de eles viverem. Eles têm que se adaptar ao nosso jeito". Então, temos que tomar muito cuidado quando tratar dos companheiros índios.

A questão dos negros. Sempre tenho dito que todos que estamos aqui temos alguma descendência: de italiano, de alemão, de polonês, de português. Eu, por exemplo, sou descendente de italiano, que veio para o Brasil em busca de melhores dias. Mas os negros foram trazidos presos em porões de navio. Até o nome deles foi trocado aqui. Então, temos uma dívida com os negros.

Foi aprovada na Constituinte de 88 e agora estão demarcando as terras por decreto do Governo Lula. Na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, há 8 decretos legislativos revogando os decretos governamentais. Está sendo aprovado um atrás do outro. Se não fizermos alguma coisa, nós e a sociedade, esses decretos governamentais vão ser todos revogados, tanto de demarcação de terras indígenas como das áreas dos quilombolas.

Cumprimento os senhores bispos pela coragem de fazerem essas denúncias. No Rio Grande, sofremos muita repressão, mas lá a questão é mais política, o debate é mais político. Lá no Pará, a coisa é na bala mesmo. A maioria dos casos é resolvido na bala. O Cel. Pantoja, que coordenou aquele massacre de Eldorado do Carajás, foi condenado a 150 anos de cadeia, mas está cumprindo essa pena em liberdade. Ele está solto, mas foi condenado a 150 anos de cadeia. A irmã Dorothy esteve aqui na Câmara dos Deputados para pedir socorro porque ela estava sendo ameaçada de morte. Esteve até uns dias meio escondida por aqui. Ela nos disse um dia: *"Vou ter que voltar para lá porque comigo está tudo bem, sou freira, sou irmã, mas e o coitado dos sindicalistas, dos companheiros sem-terra que não tem ninguém que os proteja?"* E aí acabou acontecendo o que aconteceu.

Estivemos em Altamira com a CPMI da Terra. Fizemos uma audiência na Câmara de Vereadores. Ao chegarmos lá, fomos recepcionados por centenas de fazendeiros, peões de fazendeiros e certamente muitos pistoleiros que não queriam nos deixar realizar a audiência ali porque estávamos denegrindo a imagem do Estado do Pará. A polícia teve que fazer um corredor polonês para podermos chegar até a Câmara de Vereadores. E foi feita uma negociação. Eles concordaram então que fizessemos a audiência da CPMI, desde que recebêssemos uma comissão dos fazendeiros para eles nos entregarem um documento. Fomos à sala do Presidente



da Câmara de Vereadores, e eles nos entregaram o tal documento. Acho que foi um equívoco do Deputado João Alfredo, que era o Relator da CPMI, e da Senadora Ana Júlia, que hoje é Governadora do Pará. S.Exas. reivindicaram o seguinte: "Nós recebemos o documento desde que vocês o modifiquem". Porque tinha uma frase que dizia o seguinte: "A irmã Dorothy foi assassinada em legítima defesa". Então, os companheiros solicitaram que retirassem essa frase. Acho que foi um erro. Devíamos ter pego aquele documento assim. Como pode uma senhora com 73 anos, que a única arma que tinha era uma Bíblia, ser assassinada em legítima defesa?

Meus caros bispos, parabéns pela coragem dos senhores. Estaremos aí para fazer pelos senhores o que pudermos.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Obrigada, Deputado Adão Pretto.

Neste momento, passamos aos debates. Chamaremos pelo nome aqueles e aquelas que faziam parte...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Já passo a palavra a V.Exa. É que abriram mão da segunda mesa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Com a palavra o Deputado Paulo Rocha.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA - Sra. Presidenta, nobres Parlamentares, quero saudar os Bispos, na pessoa de D. Flavio, D. José Luís Azcona, D. Erwin e D. Luís Soares. Não sei se os senhores vão sair daqui mais desanimados ainda, porque, neste tipo de audiência pública, realmente, às vezes, falamos, e não somos ouvidos. Os Parlamentares que deveriam estar mais presentes não estão. Mas é o processo interno da Casa, e quero pedir aos senhores que não saiam daqui decepcionados porque o funcionamento é assim.

A veemência com que os senhores estão trazendo esses problemas para cá é exatamente movida pela terceira palavra do terceiro ou quarto ponto a que D. José Luís se referiu, que era a questão da esperança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

D. José Luís, quero dizer que nossa geração é muito movida pela esperança. Se não fosse, muitas mudanças não teríamos conquistado em nosso País. Porque o processo de dominação, o processo de controle que havia sobre o nosso povo era muito grande. Eu sou parte dessa geração. Já estou aqui nesta Casa há 17 anos, mas antes de vir para cá eu estive outros 17 anos no movimento sindical, na organização do povo. Aliás, quero dizer-lhe que aprendi muito com a nossa, como dizemos na militância, madre Igreja que muitas coisas não dependem só do político, não dependem estritamente de governos. É claro que esses são os maiores responsáveis, mas no processo há muitas coisas que dependem da organização do povo. Este sim. E foi isso que eu aprendi ao longo da história, da luta dos trabalhadores lá no Pará. De quantas missas nós participamos por companheiros que foram tombados na luta? Luta pela terra, luta exatamente pelo que os senhores estão agora a denunciar. Há quanto tempo isso existe lá no Pará, D. Erwin, que é o mais antigo desse processo.

Eu diria que há muitas coisas que dependem da chamada correlação de forças. O Senador José Nery está aqui e S.Exa. é meu parceiro na questão de se aprovar uma legislação mais dura no combate ao trabalho escravo. Apresentei uma proposta de emenda à Constituição aqui em 1995, e nós ainda não logramos construir uma maioria política capaz de aprová-la. A nosso ver, era uma legislação eficiente no sentido de combater e, quem sabe?, erradicar o tráfico, porque mexe com a questão da propriedade, mexe com a questão do confisco da terra para a reforma agrária. Ainda não logramos êxito. Desde 1995 esta proposta está tramitando nesta Casa. Isso porque existe uma correlação de força aqui na Câmara. Essas são as regras da democracia que nós conquistamos. E quantos de nós já fomos à luta, quantos de nós tombamos na luta, quantos de nós ainda continuamos no *front* dessa luta, desse embate, nesse processo de correlação de força?

Quero reforçar a idéia da esperança, para não ficar no discurso vazio. Sou um daqueles otimistas que afirmam que o Brasil está mudando, está avançando. Eu diria aos senhores, para ser justo, que não é só no Governo Lula, e eu sou do PT. O Brasil vem avançando ao longo de um processo, que é essa atuação de políticos importantes que vêm para cá e se dedicam, pessoas do movimento social, do



movimento organizado, da luta do povo, nessa combinação de pressão, de mobilização e de diálogo.

Diria que lá no Pará, na nossa região, as políticas públicas estão chegando para o povo. Nas ilhas de Itaituba está chegando a casinha construída pelo INCRA. Nas comunidades em que não havia energia há séculos essa energia está chegando. Então, é um processo.

Perdoe-me, Dom José, mas Marajó está atrasada porque lá havia uma dominação maior das estruturas conservadoras, das estruturas dos domínios. Hoje se vê que é uma das regiões em que há os maiores problemas. Nem por isso está havendo ações governamentais e políticas. O senhor falou — e vou lhe dar razão — da questão dos planos. Tem um problema no setor público que é uma desgraça. E a questão da burocracia. Olha que já enfrentamos e mudamos muita coisa, mas essa tal burocracia no setor público é um processo que atrasa, que é lento. O senhor viu o Presidente da República ir a Marajó lançar o linhão, que nem sequer saiu da estação.

Há vontade, há decisão política, mas falta o processo. Ali está o companheiro do Ministério da Integração, Coordenador do Plano de Desenvolvimento do Marajó. Quero dizer a ele que esse plano não está jogado fora. Dr. Luís, está demorado, é verdade, mas não está sendo jogado fora. Amanhã mesmo o Governo, o Presidente Lula, vai se encontrar com os 8 Governadores da Amazônia...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA - Júlio Miragaya.

Continuando, o Presidente vai se encontrar amanhã com os 8 Governadores da Amazônia e eles vão fazer o ajuste do lançamento do Plano Amazônico de Sustentabilidade — PAS. Quer dizer, faz parte já de todo esse processo de debates que nós mesmos da bancada da Amazônia promovemos. Todos nós que estamos aqui fizemos um processo de debate, inclusive na nossa região, Estado por Estado, para contribuir nesse processo de desenvolvimento.

Como temos a pecha de sermos muito político — e em seu discurso o senhor jogou muita a responsabilidade para nós —, eu queria lhe dizer que há um esforço muito grande. Sou um grande defensor da nossa bancada do Pará e da Amazônia, porque há uma atuação forte. É preciso mais unidade, mas há um

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional****Número: 0559/08****COM REDAÇÃO FINAL****Data: 06/05/2008**

processo de intervenção política dessa bancada. Falo aqui porque sou coordenador da bancada do Pará e agora estou fazendo parte de uma coordenação da bancada da Amazônia. Falo no sentido de fazer com que a Amazônia seja vista pelos brasileiros não com aquela visão mais colonialista ou só de contemplação, mas como um pedaço do Brasil que faz parte do desenvolvimento. Com suas especificidades e com suas diferenças ela tem que ser vista pelos governantes, pelos políticos, pelos empresários, enfim, pelo povo nesse processo.

Eu diria que há um esforço infelizmente lento para dar respostas a esses graves problemas que nos indignam. Lembro-me que esses problemas lá do Estreito de Breves não são de agora. Antes de eu ser Deputado isso já existia. Quando eu era da CUT, quando eu era dirigente do Sindicato dos Gráficos, nós é que fazíamos essas denúncias. Então, é um problema realmente ao qual nossa geração tem que dar respostas. Mas eu diria ao senhor que estamos nesse processo.

Esta Comissão aqui, chamada Comissão da Amazônia, foi um espaço conquistado graças à mobilização da força política da Amazônia. Transformamos esta Comissão num fórum agora permanente e institucional da Câmara dos Deputados. Ela agora faz parte do processo legislativo da Câmara dos Deputados. Foi um processo de mobilização da bancada da Amazônia e de todos os outros Estados, que agora transformaram esta Comissão numa caixa de ressonância dos problemas da Amazônia, dos problemas da nossa região, para que os amazônidas sejam ouvidos. Os senhores, por exemplo, estão trazendo para cá os nossos velhos problemas, as nossas velhas mazelas. Isso sem perder a esperança, num processo de união do povo, de organização do povo. Com o destemor de pessoas como os senhores e com a presença política de bancadas importantes, que possamos buscar a solução desses nossos problemas.

Muito mais como companheiro do que como Deputado, porque já vivi isso ao longo dessa nossa militância, eu sei que a primeira coisa que os órgãos competentes nos oferecem é um policial para ficar do lado, uma proteção, não sei mais o quê. Sinceramente, sentimo-nos impotentes diante de uma situação como essa. Sentimos essa impotência constantemente por viver num País com tanta liberdade, já num processo de bastante democracia, mas as pessoas se sentem acuadas, pois



estão sendo ameaçadas na luta por uma sociedade melhor, na luta pelos direitos humanos de um povo que batalha, que vive numa Amazônia tão bonita e tão bela.

Então, muito mais importante do que a minha solidariedade é o companheirismo que temos de ter neste momento. E, pela nossa experiência, sabemos também que temos que nos preocupar com a nossa própria guarda, porque não basta só uma proteção institucional. Pessoalmente temos que ter esse cuidado maior, porque esse tipo de gente que pratica esse tipo de ação vive à espreita, às escuras, às escondidas. Se não estivermos preparados, tornamo-nos vítimas fáceis desse tipo de armadilha, de espreitas, de covardias. Minha solidariedade é traduzida principalmente pelo companheirismo nessa luta pela nossa Amazônia, pelo nosso povo. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradecemos ao Deputado Paulo Rocha e pedimos desculpas, porque na lista dos Parlamentares aqui não foi colocado o seu nome. Peço desculpas, então, como Presidenta desta Comissão da Amazônia. Muito obrigado.

Dom Erwin, Bispo Prelado do Xingu, terá de sair desta Casa às 18 horas para pegar o avião. Então, vou passar a palavra, antes de dar início aos debates, ao Dom Erwin, para que possa fazer uso da palavra, fazer suas considerações e deixar ainda alguma recomendação aqui nesta audiência pública que achar necessária.

Com a palavra o Dom Erwin.

O SR. DOM ERWIN KRÄUTLER - Muito obrigado pelo convite e pela presença das ilustres autoridades. Esperamos que a palavra esperança cale fundo em nosso coração e que possamos ver dias melhores.

Queria responder apenas ao nobre Deputado Sebastião Bala Rocha, do Amapá, nosso vizinho, a respeito da segurança. Só para dirimir algumas dúvidas, segurança e proteção não nos foram nem tanto oferecidas, mas, eu diria, até impostas. Não estou reclamando, mas insistiram que não havia outra possibilidade de reagir a não ser aceitar. Tenho de declarar que há hoje 6 policiais militares se revezando em 2 turnos de 24 horas cada. Estou sendo vigiado, acompanhado 24 horas ao dia, dia e noite. Onde quer que eu esteja, eles estão junto. Eu os chamo até de coroinhas. *(Risos.)* Eles são fiéis, fidelíssimos. Uma vez até perguntei — isso é hilariante e eu conto mesmo — para uma irmã religiosa quantas vezes ao domingo



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

ela participava da eucaristia. Ela disse: *"Uma vez, é claro, não é?"* Eu disse: *"Pois é. Eu tenho coroinhas que participam 3 ou até 4 vezes. Em tantas missas quantas o Bispo reze eles estão."* (Risos.) Mas isso é só

Agora, naturalmente, tem que ver como isso vai ficar. Eu me sinto hoje preso na própria casa. Qualquer passo que dou para fora, eles estão juntos, um na frente, outro do lado, outro atrás. Em todas as reuniões, mesmo nas visitas. Não posso mais fazer visitas facilmente. Se sou convidado para um almoço, é o bispo convidado para o almoço com mais 3 homens. Eu até me sinto mal porque quero convidá-los também. Mas não, estão lá de sentinelas, de vigilantes, de guarda-costas. Isso não é fácil.

Estou também cerceado na minha missão. E digo isso com todas as letras. Eu faço tudo que fiz até agora como bispo, mas, fora de brincadeira, não sou um herói, de jeito nenhum. Eu não sei até quando vou agüentar. Os adversários — nem os chamo de inimigos — estão exatamente contando com essa reação: o bispo não vai agüentar, vai entrar em parafuso, vai pendurar as chuteiras e vai cair fora. É isso o que querem.

O que se faz, eu pergunto, para descobrir de onde parte isso? Alguém escreve no jornal de maior circulação no Pará e até da Amazônia que "pessoas como esse bispo de Altamira têm que ser eliminadas". Está no jornal — podem olhar, podem ler tranquilamente — do dia 4 de junho de 2006. E nada aconteceu. Está no dossiê, podem ler. E nada aconteceu.

Depois falam até de prêmio, marcam o dia da minha morte. Não passa do dia 29 de dezembro. Até quando? Podem chamar isso de terrorismo psicológico, mas temos experiências no Pará. E não estou falando no Pará. Isso às vezes me dói, porque todos, pelo que eu saiba, todos aqueles que fizeram o que fizeram não eram paraenses — mas o Pará leva a fama. Então, eu não entendo até onde podemos chegar e qual será, afinal de contas, a conclusão disso tudo. Telefonaram para a própria Juíza de Altamira, na quinta-feira da semana da Páscoa, dizendo que o bispo foi executado. Será que não se vai rastrear para saber de onde partiu aquilo? De manhã corria o boato por Altamira de um telefonema, de novo de Belém, da Capital, dizendo que o Padre Amaro, que estava sentado aqui há pouco, foi morto a bala. O que é isso? Até quando vai isso? É o que me pergunto. Então, nossa



insistência é exatamente para que se apure de onde parte isso. E eu só acenei um pouco. Eles identificam o bispo com inimigo número um porque dizem que é contra tais e tais projetos, porque defende os índios, porque defende o meio ambiente, porque faz isso, aquilo e aquilo outro. Mas então é preciso saber de onde parte isso. Essa é minha preocupação maior.

Minha insistência é para que os órgãos competentes façam tudo. Eu sei que está acontecendo alguma coisa na Polícia Federal, mas temos que apurar isso, porque eu não vou querer ficar sendo acompanhado até o dia em que entregar a minha alma ao Criador. Eu quero de novo a liberdade de ir e vir como qualquer outro cidadão brasileiro. Não posso ficar cerceado em minha liberdade de ir e vir; eu não cometi nenhum crime em minha vida, pelo contrário, insisti sempre na luta pelo Evangelho, pelo bem e na defesa da dignidade humana e dos direitos humanos dos povos do Xingu.

Era o que eu queria dizer. Agradeço a todos. Desculpem. Estou meio cansado porque viajei a noite inteira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER - Mas isso não tem nada a ver, estou seguindo agora para Belém, nossa Capital, e amanhã já vou para o Alto Xingu — Tucumã, Ourilândia. A minha vida é essa.

Obrigado.

(Não identificado) – Só por curiosidade: os “coroinhas” estão com o senhor aqui em Brasília também?

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER – Não. Não fale alto, por favor. *(Risos.)* Pelo menos na Capital Federal, aqui dentro, certamente não vai precisar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Dom Erwin, o senhor falou uma coisa muito forte: será que a solução para a manutenção da vida de vocês 3 é a vigilância durante 24 horas? Eu digo que não. Ela é necessária, mas é preciso também promover um debate sobre o caso, como este que fazem aqui as Comissões da Amazônia e de Direitos Humanos do Senado, porque esta é uma questão urgente.

Nós, juntamente com o Senado, solicitaremos ao Presidente Lula uma audiência para lhe entregar um documento contendo o resumo desta audiência



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

pública e para lhe pedir que constitua uma força-tarefa, formada por vários órgãos do Governo Federal, com urgência, a fim de apurar em Marajó todas essas ilegalidades. Incrível que tudo o que vocês relataram aqui é ilegal! Nós vamos fechar os olhos diante disso? Vamos relatar ao Presidente Lula essa necessidade.

Dom Erwin, muito obrigada pela coragem de fazer aqui esse depoimento.

Vá com Deus e boa viagem.

O SR. DOM ERWIN KRAUTLER - Fiquem com Deus.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Dando continuidade ao debate, concedo a palavra à Sra. Leila Paiva, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRA. LEILA PAIVA - Boa-noite. Abro mão das formalidades, em nome da garantia da fala de todos os presentes, e cumprimento as pessoas responsáveis pela realização desta audiência, e principalmente as pessoas que vieram de seus Estados para publicizar essas denúncias, para nos chamar a atenção, para nos cutucar mais uma vez.

Eu poderia fazer uma fala indignada, como mulher, como defensora de direitos humanos, como mulher que nasceu na Amazônia, mas, como gestora pública, tenho a obrigação de enfatizar o que estamos fazendo diante dessas denúncias. Mesmo não falando, sinto-me muito indignada com todas essas questões.

Temos, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, um canal de comunicação entre a população e o Poder Público Federal, o Disque 100, um canal nacional de denúncia, que todas as pessoas conhecem, que é legítimo e muito utilizado — já recebemos mais de 60 mil denúncias pelo Disque 100. O Estado do Pará ocupa o quarto lugar no *ranking* nacional de denúncias. Esperamos que esses números sejam utilizados para pautar nossa política pública.

Avaliando esses números, no ano passado, iniciamos um processo de priorização de algumas ações no Pará. Aprovamos vários projetos, especialmente projetos que fortalecem as redes locais. Não é nossa intenção ter uma receita nacional para algumas dessas questões. A exploração sexual de crianças e de



adolescentes, a violência sexual como um todo não pode ser tratada de uma só forma no Brasil.

Falando de Amazônia, então, essa diferença de territorialidade, de realidades é mais séria. Quando apoiamos, por exemplo, conselhos tutelares com carros, ouvimos da Amazônia que não bastam carros, que precisamos apoiar também com barcos, caso contrário não conseguiremos atingir toda a população.

Então, as realidades são muito diferentes. Estamos querendo que as redes locais nos dêem essas receitas: como devemos fazer para fortalecer as redes e criar políticas demandadas pela própria população? Não é fácil, especialmente porque vivemos em um País sexista, adultocêntrico. Quando falamos de Amazônia, isso ainda é mais sério. Falar de Nordeste, de Norte no Brasil é falar de regiões muito machistas, muito sexistas. Tanto que os políticos que foram acusados de abuso sexual ou de exploração sexual que tiveram seus nomes publicizados, inclusive, pela CPMI de 2003, 2004, foram reeleitos.

É só um exemplo de que o Poder Público sozinho não pode realizar todas as ações necessárias para mudarmos essa realidade. É preciso mexer com a questão cultural, mudar um pouco a visão que temos de sociedade; é preciso mudar a forma de tratarmos a questão da sexualidade neste País; é preciso mudar a correlação de força entre homens e mulheres, especialmente nessas regiões.

Inclusive, agendamos para os dias 15 e 16, no Pará, uma audiência a fim de pensarmos um plano específico para aquela região. Algumas coisas que estamos fazendo acho que vão ajudar tanto a Região Norte quanto as outras. Estamos internacionalizando o serviço disque-denúncia para recebermos denúncias também das cidades de fronteira. Nas fronteiras secas no Norte há casos seriíssimos de tráfico de crianças e adolescentes. Não podíamos receber denúncias dessas cidades gêmeas, mas passaremos a recebê-las. Estamos disseminando o chamado depoimento sem dano, que nasceu no Rio Grande do Sul. Para vocês entenderem a diferença, ouvi, por exemplo, de uma psicóloga, em Rondônia, onde nasci, a seguinte experiência: *"A gente entendeu que o pai era agressor porque quando a menina viu o jacaré, ela se referiu ao pai como se ele fosse o jacaré."* Eu lembrei que brinquei com jacaré quando era pequeninha. O jacaré não é exatamente esse monstro que imaginamos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

Então, estamos levando essa experiência do depoimento sem dano, do Rio Grande do Sul, para o a Região Norte. Já vamos discutir no Pará, dias 15 e 16, a implantação de salas de depoimento sem dano, em Belém e em Ananindeua, inicialmente. Acho isso importante porque humanizaremos a participação de crianças e adolescentes nos processos de segurança e justiça. Às vezes eles são as nossas únicas provas. Ouvimos hoje alguns relatos. Mas acho que isso tudo não basta. Precisamos nos mobilizar.

Estou com os contatos de todos vocês. Vamos mandar convites para que participem dessa audiência que será realizada nos dias 15 e 16 a fim de sairmos de lá com um plano conjunto.

A outra vertente é a questão da repressão. Temos conversado com a Polícia Federal de que forma podemos ajudar a aprimorar esses espaços de responsabilização, dando uma retaguarda para as vítimas. Acho que esse é o maior papel do programa de proteção de crianças e adolescentes e de garantia dos direitos humanos.

Estamos cientes dessa situação. Recebemos hoje, oficialmente, de Celina o relatório. Vamos avaliar, junto com a ANCED, a possibilidade de alguns casos serem acompanhados prioritariamente através de um projeto, não só por advogados locais, mas também por advogados de fora, o que acho que minimiza a questão das ameaças. Podemos pensar, nos dias 15 e 16 — deixo aqui o convite para o Dr. Felipe, depois entrarei em contato com ele para formalizá-lo —, que outras ações de inteligência, de repressão podemos implementar.

Coloco-me à disposição de vocês. Estamos na Secretaria e estaremos no Pará nos dias 15 e 16 para pensarmos junto com a população do Estado como melhorar esse serviço de proteção que hoje implementamos através da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradecemos à Sra. Leila Paiva, que ocupa na Presidência da República o cargo estratégico de Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.



Como Presidenta da Comissão da Amazônia, peço desde já a você que se una a esta Comissão no sentido de garantir uma audiência com o Presidente Lula para tratarmos do assunto que estamos discutindo aqui.

Tendo em vista a gravidade dos fatos, conto com o apoio dos membros do Governo Lula, como o Dr. Fernando Antônio dos Santos, para que esta Comissão consiga chegar ao Presidente. Para tanto, até deixo com vocês o número do meu telefone: 9654-9223.

Passo a palavra ao Dr. Felício Pontes Júnior, Procurador da República no Estado do Pará.

O senhor é um dos "coroinhas"...

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR - Um dos 3.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Vários saíram, tanto que houve o esvaziamento da sala, mas, como bons "coroinhas", já aprenderam ouvindo os que já fizeram suas exposições.

Com a palavra o Dr. Felício Pontes Júnior.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR - Obrigado, Deputada Janete.

Estou um pouco rouco em razão da maratona que estamos vivendo no Estado do Pará, mas gostaria de aproveitar a deferência de dispor deste espaço para dizer que aquilo a que estamos assistindo aqui não é nada mais, nada menos, no entendimento do Ministério Público Federal, do que o final da linha de um projeto de desenvolvimento da Amazônia que não levou em consideração os povos da floresta.

Tudo o que está acontecendo aqui seria previsível se tivesse havido uma discussão pública dos planos de desenvolvimento empregados na Região. Não podemos de forma alguma dizer que houve omissão do Governo Federal durante os últimos 30 anos relativamente à Amazônia no que diz respeito a deslocar recursos públicos nacionais para a implementação do desenvolvimento na região. De maneira alguma podemos dizer isso. O problema é que lá foram implantados projetos importados, que não levaram em consideração os povos da floresta, muito menos as peculiaridades ambientais da Amazônia.

Entre 2001 e 2002, participei de força-tarefa do Ministério Público Federal em que começamos a trabalhar na fonte desses projetos de desenvolvimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

Descobrimos que a fonte desses projetos eram recursos que estavam em 3 principais agências de fomento da Região: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e SUDAM.

Pegamos primeiro a SUDAM. Analisamos, por amostragem, um projeto para saber se realmente havia sido aplicado dinheiro público federal naquilo que deveria ter sido aprovado. A conclusão foi de que houve fraude. No segundo projeto que pegamos, também de forma aleatória, constatamos a existência de fraude. No terceiro e no quarto projetos, já indicados pelas pessoas que nos auxiliavam, sobretudo sindicalistas e ribeirinhos que atuavam na região e sabiam onde o projeto estava sendo implantado, mais uma vez constatamos a ocorrência de fraude.

Esses projetos, todos fraudulentos, fizeram com que nós do Ministério Público Federal instituíssemos uma força-tarefa e chamássemos a Receita Federal e a Polícia Federal para nos auxiliar. O resultado foi tão dramático, mas tão dramático, que o Presidente da República à época teve de declarar extinta a SUDAM, dizendo que ali havia um antro de corrupção.

Aqueles projetos tinham basicamente, como mote de desenvolvimento, 2 atividades principais: madeira e pecuária. Primeiro vinha o madeireiro e tirava a madeira nobre da floresta. Como depois disso a terra não lhe interessava mais, ele a vendia e, às vezes, até dava à pecuária, que terminava de colocar no chão o resto que havia sobrado da floresta, para iniciar seu projeto.

Esse modelo de desenvolvimento, que nós batizamos, por assim considerá-lo, de modelo de desenvolvimento predatório, é o grande responsável pelo que estamos vendo hoje na Amazônia. Muitas das populações onde esses projetos foram implantados eram populações tradicionais que tiveram de fugir para a periferia das grandes cidades da Amazônia, onde criaram um bolsão de miséria, um anel de pobreza.

O que vemos hoje, no relato de 3 pastores da Amazônia, 3 vozes que se fazem as vozes daqueles que não têm voz, 3 tenores em jogral magnífico e ao mesmo tempo aterrorizante sobre o que se está passando na Amazônia, é o fim da linha desse modelo de desenvolvimento.

É necessário construirmos um novo projeto de desenvolvimento para a Amazônia, e não é possível dizer que ele não exista: já existe há muitos anos mais



do que imaginamos. A esse novo modelo de desenvolvimento nós do MPF chamamos de projeto de desenvolvimento socioambiental, que não é nada mais do que o que os povos da florestas fazem há milhares de anos. Eles sabem muito bem como tirar o sustento sem danificar a Amazônia. Refiro-me, por exemplo, a projetos de cultivo e extração de açaí, castanha-do-Pará, copaíba, andiroba, enfim, de uma infinidade de artigos que a maior biodiversidade do mundo nos dá, e que não são levados em consideração, não são financiados para que sua produção possa ser maior.

Hoje, Sra. Presidenta, um terço das exportações brasileiras — um terço — já é de produtos biotecnológicos. Toda a produção de açaí de Abaetetuba e de Breves, toda a produção de andiroba, toda a produção de castanha-do-Pará, toda ela é vendida no mercado. No momento em que os produtos são extraído, já há mercado comprador. Mas esse modelo de desenvolvimento está em choque com o modelo antigo, o modelo predatório. Temos necessidade de fazer com que o modelo socioambiental vigore. Mas como fazer isso, se é mais fácil extrair dinheiro cortando as árvores do que esperando pelo menos 6 meses pela produção do açaí, ou anos pela produção da castanha-do-Pará ou do cacau? A extração de madeira é lucro muito mais fácil e certo. Ainda que ilegal, é muito mais lucrativa.

Estimamos que, no ano passado, a indústria madeireira tenha lucrado, somente no Estado do Pará, 800 milhões de dólares, dinheiro suficiente para sustentar uma milícia contra trabalhadores rurais, contra quilombolas, contra índios, contra os povos da floresta.

Então nossa luta não é somente contra o modelo de desenvolvimento arcaico, não, ela é também uma luta contra o poder econômico que se estabeleceu na região, por isso é tão difícil, por isso a Polícia Federal não tem condições de agir, com seu efetivo pequeno diante dos tentáculos que 800 milhões de dólares conseguem comprar.

A Polícia Federal está hoje em Belém, no Pará, na região de Paragominas. Nós detectamos agora na região de Altamira um grande desmatamento acontecendo. São vários processos acontecendo ao mesmo tempo, o que exige do Estado uma estrutura muito forte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

Eu teria muito mais a dizer, mas, dado o adiantado da hora, e para não sacrificar ainda mais as pessoas que estão aqui, eu queria apenas declarar que nós do Ministério Público Federal perdemos a paciência. Começamos, este ano, a propor ações não mais apenas contra madeireiros, fazendeiros, grileiros, mineradores ilegais. Estamos agora propondo ação contra o Governo Federal.

Graças a convênios que firmamos com organizações não-governamentais, temos hoje imagens de satélite quase que em tempo real, para descobrir onde está o desmatamento. Encaminhamos ofícios à Polícia Federal, ao IBAMA e, em alguns casos, ao INCRA, esperando que agissem. Como não agiram, estamos processando — o que é o acúmulo —, estamos processando os órgãos públicos federais, para obrigá-los a cumprir a sua missão, para fazer com que eles trabalhem.

Há pouco tempo, houve uma repercussão muito grande de ação nossa contra o IBAMA, movida por causa do desmatamento em uma terra indígena. Já estávamos no quinto ofício ao IBAMA, que dizia não ter como chegar à terra indígena. E as imagens de satélite, a cada semana, a cada 15 dias, mostravam o desmatamento aumentando, aumentando. Imaginem o desespero do Procurador da República vendo aquela imagem na sua frente e sofrendo pressão da comunidade indígena para que fizesse alguma coisa, mas, ao mesmo tempo, do outro lado, ouvindo o IBAMA dizer que ou o carro não tinha gasolina, ou, quando tinha gasolina, não havia dinheiro para pagar a diária dos fiscais. Ou seja, o descaso é total, um verdadeiro abandono da região.

É preciso deixar claro que hoje temos motivos suficientes para processar esses órgãos públicos. Nossa intenção é justamente fazer com que haja presença estatal na Amazônia. Enquanto não houver, como Dom Flávio acabou de dizer, vai vigorar a lei dos mais fortes, e, se temos, de um lado, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, religiosos e, de outro, madeireiros, "sojeiros", pecuaristas, já sabemos onde a corda vai quebrar.

Era só isso, excelências.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Deputada Janete, eu queria me reinscrever, para pedir um pequeno esclarecimento a mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Está bem.



Agradecemos ao Sr. Felício Pontes Júnior e o parabenizamos pela atitude.

Registramos a presença do cineasta Luiz Arnaldo Campos, membro do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, que se realizará em Belém do Pará em 2009. Seja bem-vindo.

Para breves intervenções, concederei a palavra aos componentes da Mesa.

Tem a palavra primeiro o Sr. Fernando Antônio dos Santos Matos, Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS - Saúdo, na pessoa da Deputada Janete Capiberibe, a todos os Parlamentares que, apesar do adiantado da hora, ainda permanecem nesta audiência pública, e, na pessoa de Dom Luiz Soares, Vice-Presidente da CNBB, os componentes da Mesa.

Hoje passamos o dia em companhia de 3 representantes da Igreja Católica do Pará. Nós, que vimos de uma luta de 25 anos em defesa dos direitos humanos lá no Nordeste do Brasil, ficamos impressionados com esse retrato, que não vou dizer que nos seja inédito, porque, desde setembro, quando assumi a coordenação do programa, tenho ido todo mês ao Estado do Pará, onde me reúno com sindicalistas, com ecologistas, com membros do Governo, com membros do Ministério Público Estadual, com membros do Ministério Público Federal. Esse diagnóstico gritante, essa indignação cidadã que os bispos nos trouxeram, isso só aviva o nosso empenho.

Os defensores dos direitos humanos, como disse Dom Erwin, não querem ser heróis, e o Brasil não precisa de mais nenhum mártir. Os defensores dos direitos humanos são pessoas movidas por um sonho, são pessoas que têm uma missão, à qual dedicam sua inteligência, sua coragem, sua capacidade de transformar este País em algo melhor. Quando esses defensores fazem uma denúncia, como várias das que nos foram trazidas, deixa de prevalecer o interesse individual ou pessoal do denunciante e a responsabilidade passa a ser do Estado, interesse da sociedade. Então não se trata mais de algo do interesse de Dom Luiz ou de Dom Flávio, mas de uma responsabilidade do Governo e da sociedade do Pará, do Governo e da sociedade do Brasil. E não apenas do setor "A" ou "B" do Governo, ou do



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

Parlamento, ou do Executivo, ou do Judiciário, e sim de todos nós que fazemos parte deste País.

Esta é a terceira audiência pública a que eu compareço, desde setembro. As 2 primeiras foram na Comissão de Direitos Humanos — na última, o nobre Deputado Sebastião Bala Rocha estava presente. Elas nos ajudam a apresentar o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, um programa ainda incipiente, até porque o tema é muito recente. Só em 1998 as Nações Unidas trataram do tema, e numa resolução. Não há um pacto, não há um tratado, não há uma declaração da ONU sobre a questão dos defensores dos direitos humanos. Nem mesmo os Programas Nacionais de Direitos Humanos, nem o 1 nem o 2, fazem referência à proteção aos defensores dos direitos humanos. Na Constituição, não há referência expressa aos defensores. Só na 10ª Conferência Nacional de Direitos Humanos há uma cobrança de instituição de política de proteção aos defensores.

Neste ano em que se completam os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, neste ano em que se comemoram os 20 anos da Constituição Cidadã, neste ano em que será realizada a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que vai tentar atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos, temos de registrar que os direitos humanos não acontecem em abstrato, eles só acontecem porque homens e mulheres dedicam sua vida a defendê-los, a promovê-los.

Ano passado, o Presidente Lula baixou um decreto criando a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Eu até trouxe uma apresentação em *PowerPoint* a esse respeito, mas, dado o adiantado da hora, não será possível mostrá-la. Mas posso informar que ainda este ano o Presidente encaminhará a esta Casa projeto de lei que permitirá a ampliação da rede do programa, criando critérios para ingresso.

Vou ser mais específico em relação ao Estado do Pará. A situação é grave. O que os nossos religiosos estão relatando aqui é o quadro que encontramos lá. A coordenação estadual do programa concluiu em dezembro do ano passado um diagnóstico da situação dos defensores. Foram realizadas 99 entrevistas, e, dado o tamanho do Estado, que abriga um mosaico de situações, os problemas são os mais variados: grilagem de terras, desmatamento, mineração, a questão indígena,



reservas extrativistas, a biopirataria, o problema da geração de energia. Em todos esses setores, infelizmente, há defensores de direitos humanos sendo ameaçados, e numa proporção tão grande, que a própria Secretaria de Segurança Pública tem-nos relatado dificuldades para conseguir efetivo para essa atuação. Nós temos dito que não há para todas as pessoas necessidade de proteção policial 24 horas, aquilo que chamamos de proteção dura, ostensiva.

Dom Flávio, a minha pombinha tem de ter 3 asas, porque temos de atuar na prevenção, na investigação e na articulação. A prevenção inclui a proteção, mas na realidade ela busca evitar que as ameaças se concretizem. A investigação não é tarefa do Programa, é tarefa dos órgãos policiais, estaduais e federais. E a articulação, esta sim, é o lado que considero mais ousado e mais importante desta política pública. Deixar um bispo 3 anos acompanhado de policiais não ataca a causa do problema.

O grande desafio da Secretaria, do Ministro Paulo Vannuchi, é que esse programa sirva para articular as políticas públicas federais e estaduais que vão na origem do diagnóstico que Dom José, Dom Flávio e Dom Erwin apresentaram. E qual é a origem? Na maioria das vezes, origens econômicas — o modelo de desenvolvimento econômico está na raiz do problema. Outras são questões de ordem social.

Temos de atuar. Temas que nos parecem não ter nada a ver com direitos humanos estão estritamente ligados. Por exemplo, a questão da Hidrelétrica de Monte Belo está no âmbito do Ministério de Minas e Energia, na ANEEL. Quem, no dia-a-dia, pensaria que o Ministério de Minas e Energia tem alguma coisa a ver com direitos humanos? Os direitos humanos não cabem numa caixinha, eles surgem em todas as áreas de atividade do ser humano.

Uma das propostas que virá no projeto de lei é a criação de uma articulação federal que envolva órgãos como o Ministério da Justiça, onde estão a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária, como o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, o INCRA, enfim, órgãos que possam ajudar a atuar na causa do problema. Sei que isso parece utópico, mas é exatamente essa utopia, muitas vezes chamada de esperança, que faz com que nos dediquemos à causa e busquemos esse apoio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

O Estado do Pará está tendo dificuldades, apesar do apoio técnico e financeiro que recebe não só da Secretaria Especial dos Direitos Humanos como também do Ministério da Justiça, mas ele está tendo a coragem de assumir que precisa dessa colaboração. Os órgãos do Governo Federal farão o possível para dar esse apoio, porque basta dessa situação, como bem disse Dom José Luiz. Ninguém aceita mais conviver com isso.

Vamos cada vez mais, como temos feito sistematicamente, nos reunir com as autoridades. Nos dias 19 e 20, comissão do CDDPH tentará, de maneira integrada e articulada com autoridades do Estado, prevenir, proteger e investigar essas graves violações dos direitos humanos.

Quero dizer mais uma vez que saímos daqui com o compromisso renovado, diante da força, da mística que os bispos nos trouxeram.

Parabéns pela luta! Parabéns pelo exemplo!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Obrigada ao Sr. Fernando Antonio.

Passo a palavra à Sra. Márcia Vasconcelos, Oficial do Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas, Área de Gênero e Raça, da OIT.

A SRA. MÁRCIA VASCONCELOS - Boa noite, Deputada Janete Capiberibe. Em nome do Escritório da OIT no Brasil, agradeço-lhe o convite da Comissão.

Depois de todas as observações feitas, eu gostaria apenas de colocar à disposição dos convidados da Comissão o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Escritório da OIT no Brasil para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, à erradicação do trabalho infantil e ao trabalho escravo, que tem no Estado do Pará, na região amazônica como um todo, presença bastante forte.

Eu gostaria de destacar que para a OIT o tráfico de pessoas é considerado grave violação dos direitos humanos e grave violação dos direitos fundamentais do trabalho. Os programas que a OIT desenvolve no Brasil, desde 1992, já têm foco no combate a essa grave violação, tanto ao tráfico para fins de exploração sexual e comercial quanto ao tráfico para fins de trabalho forçado e de trabalho escravo.

É importante lembrar também que o Brasil é signatário das principais convenções internacionais da OIT que dizem respeito a esses temas. Desde a



década de 50, o Brasil se comprometeu com a erradicação do trabalho escravo, do trabalho forçado, e desde 1992 se comprometeu com o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, ratificando a Convenção nº 182 da OIT. Dessa forma, o Estado brasileiro se compromete, em âmbito internacional, a combater essas práticas. Por meio da cooperação técnica internacional, desses projetos, o escritório da OIT no Brasil tem buscado apoiar o Governo Federal, os Ministérios do Trabalho e da Justiça, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no enfrentamento dessas questões.

Gostaria apenas de destacar uma iniciativa específica que, a nosso ver, pode contribuir de forma decisiva para o enfrentamento dessa questão na região amazônica.

Ano passado, a partir de uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal, nós lançamos este guia, que é o Guia de Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras. Esse guia é fruto de uma iniciativa da própria Polícia Rodoviária Federal, que, por intermédio de parceria com a OIT, foi capaz de sistematizar os dados que já eram coletados desde 2004 pela PRF.

A partir dessa iniciativa, nós percebemos a importância de também realizar esse mapeamento considerando as hidrovias brasileiras. Desde 2005 nós temos uma parceria bastante frutífera com a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Aquaviários e Afins. Já existe uma campanha voltada especificamente para o setor dos trabalhadores aquaviários com relação ao combate ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Isso por quê? Porque nós sabemos que principalmente na Região Norte o transporte aquaviário desempenha papel fundamental, e muitas vezes o trabalhador do transporte aquaviário percebe essa movimentação, a ocorrência desse crime, mas não sabe exatamente a quem denunciar ou mesmo o que fazer diante dessa ocorrência.

No sentido de fortalecer a atuação desse trabalhador como parceiro na luta na preservação dos direitos das crianças e dos adolescentes, essa campanha foi lançada em 2005. Agora, em 2008, estamos realizando um projeto-piloto, em parceria com a Federação Nacional, a partir do qual vamos realizar o mapeamento dos pontos vulneráveis na Hidrovia Corumbá/Santarém. Esse trabalho já foi iniciado,



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

e nossa idéia... a metodologia garante que ele seja realizado de forma a envolver todos os sindicatos de trabalhadores aquaviários dessa região, de maneira que, ao mesmo tempo em que eles sejam informantes com relação aos pontos vulneráveis nessa hidrovia, também passem por um processo de sensibilização e de envolvimento maior com essa temática, sintam-se mais fortalecidos, conheçam a rede de proteção de crianças e adolescentes e possam atuar como agentes de denúncia e de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nossa idéia é que o resultado desse projeto-piloto seja divulgado no final deste ano, que tenhamos um mapeamento semelhante a este dessa hidrovia específica e que posteriormente possamos ampliar essa iniciativa para toda a Região Norte e para todas as hidrovias brasileiras.

Apenas gostaria de fazer um destaque dessa experiência específica, que pode contribuir de maneira muito importante para a prevenção e para o combate à exploração sexual e ao tráfico de pessoas na Região Norte e colocar o projeto de combate ao tráfico de pessoas e o escritório da OIT no Brasil à disposição dos senhores, para contribuir para a preservação dos direitos das crianças e adolescentes e das mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Muito obrigada, Dra. Márcia. Tenho certeza de que há interesse. Vou contatar o escritório, para fazermos um trabalho conjunto, e acredito que os bispos, o Senador José Nery também farão parcerias saudáveis para a população.

Convido a Sra. Ana Celina Bentes Hamoy, Advogada Coordenadora do Departamento Jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA/Emaús.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Há uma representante da Via Campesina que quer fazer uma intervenção, e eu havia negado. Desculpe, mas, com a saída da companheira, a representante da Via Campesina tem a palavra.

O SR. SENADOR JOSÉ NERY - Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Pois não.



O SR. SENADOR JOSÉ NERY - Sra. Presidenta, Deputada Janete Capiberibe, peço licença para me retirar, em função de outro compromisso inadiável, mas não poderia fazê-lo sem antes me manifestar aqui, após contato com o Presidente Paulo Paim, Senador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que, impossibilitado por problema de saúde, não pôde vir até aqui, mas me pediu para transmitir a V.Exa., à Comissão da Amazônia, aos Bispos da Amazônia e aos órgãos do Governo Federal aqui representados, Secretária Especial de Direitos Humanos, Polícia Federal, que a Comissão de Direitos Humanos do Senado assume integralmente as orientações, conclusões e encaminhamentos que esta Comissão da Amazônia realiza, por meio desta audiência pública, da qual a Comissão de Direitos Humanos do Senado é partícipe, na forma em que combinamos.

Portanto, expresso nossa esperança, nossa convicção e nosso compromisso de que atuaremos acompanhando a apuração e, sobretudo, a luta pela punição dos crimes amplamente denunciados. Trabalharemos — e este é um compromisso — para integrar a ação dos órgãos que atuam na Amazônia, para que os planos em discussão possam efetivamente refletir esse compromisso. O Plano Amazônia Sustentável para toda a Amazônia brasileira, o Plano de Desenvolvimento para o Marajó e outras iniciativas, além de um debate muito apropriado sobre o modelo de desenvolvimento, suas conseqüências danosas para o povo da Amazônia e a busca de novas alternativas são fundamentais para conceber, elaborar e aplicar um novo plano, que realmente trate o desenvolvimento com inclusão social, em que as diversas variantes daquilo que consideramos desenvolvimento sejam efetivamente consideradas e aplicadas nas políticas públicas dos governos, das instituições públicas, do Parlamento, também considerando a participação da sociedade civil amazônica, de uma forma geral, na construção desse processo. Estamos juntos nessa mesma luta.

É a mensagem da Comissão de Direitos Humanos do Senado nesta audiência pública. Estaremos vigilantes para que todos os encaminhamentos possam efetivamente surtir os efeitos desejados.

Agradeço a todos a participação, à companheira da Via Campesina. Estive hoje acompanhando, na Comissão, junto ao Presidente do Senado e da Câmara,



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

para tratar de problemas ambientais especialmente na Amazônia, Código Florestal, que querem alterar para dar mais poder, mais possibilidade aos madeireiros, ao agronegócio na Amazônia.

Peço desculpas por ter que interrompê-la, mas quero dizer a todos da nossa luta e do nosso compromisso, Dom Luiz, Dom Azcona, Dom Flávio, Dom Erwin, que esteve conosco até há bem pouco, para construir hoje, com todas as nossas forças, com todo o nosso compromisso, a Amazônia, o Pará, o Brasil dos sonhos do nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Muito obrigada, Senador José Nery. Estaremos juntos, Câmara e Senado, caminhando contra o que me é perguntado por jornalistas: *"Mas serve de alguma coisa essa audiência pública? Já teve entrevista, já teve no Senado uma audiência pública, lá não sei onde, numa dessas localidades? Você acha?"* Eu acho que sim, por isso nós estamos aqui. Creio que este momento, Senador José Nery, vai ter desdobramentos muito importantes para o povo do seu Estado, o Pará, do meu, o Amapá, da Amazônia e do Brasil.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

Com a palavra a Sra. Maria Costa, que representa a Via Campesina.

A SRA. MARIA COSTA - Deputada Janete Capiberibe, saúdo em seu nome todos os presentes. É uma pena a gente ver — não só por serem bispos, mas pela idade que têm — essas pessoas virem aqui pedir socorro. Ouvi, certa vez, não sei se foi Dom Erwin dizer numa entrevista o seguinte: *"Eu não quero morrer, eu quero viver."* E aquilo me chamou muita atenção, porque eu me lembrei de Frei Luís Cappio, quando fez greve de fome contra a transposição do Rio São Francisco, que dizia para nós todos os dias: *"Eu não quero morrer, eu quero viver e tenho amor à vida."* Fico imaginando, Deputada, que esses são religiosos, agora as Comissões não chamam outros trabalhadores que são ameaçados e posteriormente mortos em vários lugares do País. Eles estão aqui certamente também representando todos esses ameaçados de morte pelo País afora, porque lutam contra a voracidade de um modelo de desenvolvimento imposto no País. E esse modelo de desenvolvimento vai passar por cima de qualquer pessoa que se colocar no seu



caminho, seja religioso, religiosa, ou não. Eu não quero aqui que os companheiros, irmãos, voltem com menos esperança do que chegaram à Casa, porque certamente a maior proteção que vocês podem ter é a de Deus, que vocês já se apegam todas as horas, e do próprio povo que está todos os dias nas missas, celebrações e caminhadas com vocês.

Quero também dizer que não nos iludamos, porque nesta Casa tramitam vários projetos que condenam vocês que estão aqui e vários outros trabalhadores neste País à morte, porque há projetos como a Medida Provisória 422, de 2008, que inclusive é semelhante a um projeto do Deputado Asdrubal Bentes — que estava aqui há pouco, é pena que não esteja, pois gostaria que ele estivesse aqui para ouvir —, que legaliza o grilo na Amazônia, que legaliza tudo isso que vem sendo feito na Amazônia. Esse tipo de projeto condena à morte, sim, vários trabalhadores, como disse bem o Procurador anteriormente. Então nesta Casa, meus companheiros, meus irmãos, não se iludam. Muitos dos projetos que tramitam nesta Casa vão, sim, condenar à morte sem-terra, quilombola, índio, padre, bispo, irmãs, camponeses, camponesas, como vem sendo feito.

Na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, apareceu uma jovem de pouco mais de 20 anos, Deputada, com a metade do corpo todo ferido à bala de borracha, porque ousou, no 8 de março, com outras mulheres, ocupar a fazenda da Stora Enso, que tem um projeto tramitando nesta Casa e no Senado, que trata da diminuição da faixa de fronteira para que as empresas transnacionais de produção de papel, de celulose, possam implementar seus projetos destrutivos das populações e do meio ambiente.

Quero também dizer que é honrosa a coragem dos senhores — e temos acompanhado — de vir a esta Casa. Mas é também necessário dizer que esta Casa é responsável por parte disso e que, a partir desta data, Deputada Janete Capiberibe, se alguma coisa acontecer com essas 4 pessoas que vieram aqui, toda a responsabilidade será dada aos 3 Poderes deste País. É preciso que isso fique registrado nos Anais desta Casa, porque a irmã Dorothy também veio aqui.

É oportuno lembrar que o Projeto do Complexo do Rio Madeira vai trazer tantos problemas quanto o alumínio, as madeiras e vários outros projetos que temos na Região Amazônica. A Polícia Federal — rapidamente para não estourar o



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

meu tempo — às vezes, quando os sem-terra e os agricultores ocupam um latifúndio, uma megaempresa multinacional, chega antes da gente, sem termos contado para ela. Portanto, o serviço de inteligência deste País é de qualidade. Como disse Dom Erwin há pouco, é possível saber de onde vêm essas ameaças. É preciso que o serviço de inteligência atue não só para criminalizar os movimentos sociais, ou na sua maioria, mas atue nesse tipo de caso no intuito de ajudar a resolvê-los, para que não aconteça mais o que ocorreu com a irmã Dorothy.

Toda a nossa solidariedade aos companheiros que estão aqui. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Obrigada, companheira Maria Costa.

Concedo a palavra, para uma brevíssima comunicação, em respeito à Mesa, ao Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - É brevíssima, mas é importante. Informo que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai realizar, no dia 2 de junho próximo, o seminário *18 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes, Avanços e Perspectivas*. Nesse seminário, contaremos também com a parceria do Bispo Dom Luís Azcona, que nos mostrará o trabalho que vem fazendo sobre exploração sexual e denúncias de tráfico internacional de crianças e adolescentes.

Mas pergunto — podem responder nas considerações finais — aos bispos que ainda estão aqui, Dom José Luís e Dom Flávio, se têm uma suspeita, um indicativo, pois são 3 bispos de áreas diferentes, de que haja uma espécie de artilharia montado por uma organização, ou se são situações localizadas e não vinculadas uma à outra. Eles podem responder nas considerações finais, Deputada Janete Capiberibe, para não tomar muito tempo da Mesa. E faço o convite aqui para os bispos, se for possível, participarem do seminário. Vamos formalizar o convite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Eu pensei que teríamos tempo para os bispos interagirem com a Plenária, mas a hora já está avançada, e a reunião começou um pouco atrasada. Passamos para as considerações finais e para algum comentário sobre o tema abordado durante a



audiência pública, porque ficará registrado aqui e fará parte do relatório da Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Tavares Seixas.

O SR. FELIPE TAVARES SEIXAS - Sra. Presidenta, gostaria de reiterar o que já disse. Não tenho nenhum comentário específico a fazer sobre que foi dito pelos demais convidados. A Polícia Federal está à disposição para essa parceria no combate à criminalidade na Amazônia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Passo a palavra ao Bispo Dom Luís Azcona, do Marajó.

O SR. DOM LUÍS AZCONA - Esta problemática em concreto de abuso sexual de crianças e exploração sexual das mesmas, tráfico humano, não exclusivamente de nós 3, que é uma das causas que coincide e é sintomática para ver o que vou dizer. Em Santarém, em Cametá, em Bragança, além de Ponta de Pedra, Abaetetuba, Marajó e toda uma problemática da Amazônia Oriental, que vai-se agravando e intensificando de modo muito perigoso. Praticamente todos os bispos da Amazônia Oriental que estão detectando este fenômeno brutal, para o qual ainda não temos os dispositivos que possam sair ao passo para erradicar, porque se trata de erradicar.

Um tema que queria tratar realmente é o da investigação. Recolhendo a palavra da Sra. Costa, o que fazemos, não somente conosco, os 3 bispos que estivemos aqui e o padre Amaro, senão com essas 300 pessoas marcadas para morrer no Estado do Pará? O que fazemos de concreto? Estão ameaçadas, estão marcadas para morrer por porta-voz do Governo do Estado. O que é isso? Como enfrentar, e não como enfrentar com medidas mais ou menos? Vamos ter um projeto, trata-se de algo estrutural. A nossa sociedade chegou a um ponto em que não vai poder avançar mais, não está avançando mais. De novo, chega. É preciso pensar muito mais a fundo, ir às raízes mesmo e descobri-las e colocar, senão o que estamos fazendo não é perder o tempo, mas fazer algo completamente insuficiente para a solução destas problemáticas gravíssimas.

Terceiro, nessas atividades de narcotráfico, nessas atividades de desprezo de crianças adolescentes no nível sexual, de tráfico humano, é muito possível que



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

exista, não, é muito possível, existe autoridades nossas. Podem ser Senadores, podem ser Parlamentares da Câmara, podem ser. E é difícil de se olhar, é Fulano, é Fulano, mas o povo já fala claramente e proclama nomes em voz alta. Como enfrentar este poder constituído, que é venenoso e destrói por completo a sociedade? O que fazer com esses poderosos que estão aí? Porque, se não chegarmos a eles, de fato vão ser insuficientes as medidas que serão tomadas. Somos conscientes disso.

Segundo, e neste ponto, como chegar a eles e como acabar com a influência deles? Esse é um desafio para toda a Nação. Depende da descoberta e da eliminação, não das pessoas, mas de todas as ilegalidades, de todo abuso do poder que estão realizando. São questões graves que devem ser analisadas e de verdade enfrentadas. Do contrário, repito, é insuficiente.

Termino também com uma palavra de esperança, não uma esperança como uma utopia, mas uma esperança grande da qual fala o Papa. Porque no Brasil, a Amazônia está precisando testemunhas que cheguem até o final. Mas não são suficientes as estruturas novas, a atuação da Polícia Federal forte não é suficiente. A realidade chegou a tal extremo que as testemunhas vão correr perigo; e as testemunhas não podem ser somente 3 bispos, 2 padres e alguns leigos; tem que ser cada cidadão e cada cidadã. É um apelo à consciência de cada um, um apelo direto; do contrário, não vamos solucionar este problema.

E a grande esperança, repito o que dizia no início, com palavras de Bento XVI, é quando tua vida ou a possibilidade de perdê-la se defronta com a necessidade de defender a vida, a verdade e a justiça. A vida, a verdade e a justiça valem mais que sua segurança física, do que sua comodidade. E isso somente pode acontecer com essa grande esperança. Esperança, sim, mas bem determinada numa pessoa, Jesus Cristo; do contrário, tampouco há saída essa realidade na qual temos entrado e não sabemos até onde vai nos levar. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Dom Luís Azcona.

Convidamos Dom Flávio Giovenale, Bispo de Abaetetuba, no Pará, para suas palavras. Lembro que tudo está sendo gravado; isto é importante. Mesmo que não visualizemos muita gente no plenário, é importante o resultado desta audiência pública.



Com a palavra Dom Flávio Giovenale.

O SR. FLÁVIO GIOVENALE - Quero agradecer o fato de podermos ter vindo aqui, porque o fato de divulgar, conversar, até de trocar idéias, em situações diferentes. Hoje de manhã, era mais com o Executivo; hoje à tarde, com o Legislativo. Acho que é de fundamental importância, porque isso não nos deixa sozinhos, ver que tem muita gente compartilhando dos mesmos ideais, dos mesmos projetos, dos mesmos sonhos, com nuances diferentes, isso é importante. Ninguém quer fotocópia um do outro. Seria um mundo muito chato, se fosse todo mundo igual.

Quanto a sua pergunta sobre a segurança, fomos procurados pelos órgãos de segurança do Estado do Pará, logo imediatamente depois que souberam do fato, explicaram-nos que tinham um tipo de segurança ostensiva, dura como a colocada que nós não achávamos que era conveniente.

Ontem mesmo voltou lá o Joy para conversar com a gente e com as duas conselheiras, que são as duas mais ameaçadas; até pelo fato de não serem vistas publicamente, não terem tanta notoriedade, elas correm muito mais riscos que a gente. Estamos tendo não uma proteção do tipo dura, como é o caso de Dom Erwin, mas temos tendo um acompanhamento. O Comandante da Polícia Militar de Abaetetuba é gente fina, como se diz, ele já tinha trabalhado lá como tenente; agora é major. Tanto eles como outros do Joy deixaram os seus telefones celulares para um contato mais imediato. Estamos vendo isso.

A esperança mesmo é de continuar nesse fator. Como Dom Erwin disse ninguém sonha em ser mártir ou em ser herói. Sou uma pessoa muito normal. Dom Luís me conhece de outros carnavais, desde quando era padre em Manaus. Brincando, digo que deixo essa honra para quem quiser.

Mas acho que o importante é continuar a trabalhar, no caso nosso muito mais na prevenção. Não é tarefa da igreja a repressão. Podemos, por intermédio da educação, da nossa busca de caminhos corretos de desenvolvimento para todos, até depois de promoção de iniciativas então ajudar nesta em roer as bases da corrupção, da droga, tudo isso que está por trás dessas situações.

Agradeço a participação, o convite, e vamos ver de nos encontrar em outras situações, talvez lá em cima, lá em Abaetetuba tomando um açaí gostoso, com uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional

Número: 0559/08

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 06/05/2008

tapioca, um abará, um peixinho assado, que vai ser ótimo. Já deu água na boca.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradeço ao Dom Flávio Giovenale.

Passo a palavra ao Sr. Dom Luís Soares Vieira, Arcebispo de Manaus e Vice-Presidente da CNBB. Tenho certeza de que a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é muito importante. A sua presença aqui é muito importante. Também nós vamos explorar muito esse momento, o senhor nos permite, não é?

Com a palavra O Dom Luiz Soares Vieira.

O SR. DOM LUIZ SOARES VIEIRA – Obrigado, Janete. Desculpe-me chamá-la de Janete, mas você é uma antiga conhecida.

Eu queria dizer a vocês que fiquei muito feliz com esta audiência pública, porque acredito que ela levará realmente a alguma coisa. Recordo-me de um bispo do Peru, se não me engano, que dizia sempre nas reuniões da nossa região que quando começou essa questão de drogas, achávamos que era coisa de jovens, depois achávamos que era algo muito perigoso para mexer e, quando percebemos, estávamos totalmente dominados pelos traficantes. Digo aos senhores que o mesmo aconteceu no campo político, quando a Alemanha se tornou nazista. O testemunho de alguns bispos alemães foi esse também. A situação estava ruim, apareceu alguém com uma solução melhor, um messias, vieram as eleições, as pessoas começaram a achar que era uma solução até razoável e foram esquecendo o outro lado; quando perceberam, estavam nas mãos do Hitler.

Nós temos de estar muito vigilantes na sociedade. Precisamos vigiar. Não podemos deixar que isso aconteça conosco; não podemos ter Deputados e Senadores eleitos com o dinheiro da droga. Não podemos ter Senadores, Deputados, Prefeitos eleitos com dinheiro de tráfico de crianças e de mulheres. Não podemos deixar que isso aconteça entre nós e que sejam eleitos madeireiros que naturalmente irão grilar terras e lutar por leis que protegem os grileiros. Então, eu acho que a questão é realmente de vigilância. Nós temos de despertar a sociedade para o fato de que, ao nosso redor, há o bem e há o mal. E esse bem e esse mal estão dentro de nós também, mas é preciso estarmos atentos para que não caiamos numa sociedade que tenha medo desse pessoal.



Eu diria a vocês que nós estamos numa sociedade que tem medo, sim. Eu tenho visto, lá em Manaus, que o tráfico elimina as pessoas. Mas não é só o tráfico, não. Nós estamos vendo as ameaças do Pará principalmente e também já numa região do Estado do Amazonas, em Lábrea, onde está acontecendo a mesma coisa com a ocupação da área e devastação do meio ambiente.

Então, fico feliz com a realização dessas audiências e por ver essas pessoas aqui: o Dr. Fernando, Dr. Felício Pontes, o representante da Polícia Federal, a Leila e tantas outras pessoas aqui que não foram nominadas. Ficamos muito felizes em saber que na sociedade há pessoas que estão gritando: "Vamos acordar, não vamos cair na mão desse pessoal, porque, se não, depois, não vamos conseguir sair, a não ser quando chegarmos ao fundo do poço." Então, eu fiquei muito feliz e estou aqui em nome da CNBB para dizer que estamos engajados realmente nessa luta por uma sociedade diferente, uma sociedade em que as pessoas sejam muito mais importantes que o lado econômico e o financeiro.

Muito obrigado pelo convite, Janete. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Dom Luís, eu é que agradeço. A Comissão da Amazônia e os Parlamentares que dela fazem parte e estiveram aqui presentes agradecem a presença da CNBB num momento de debate tão grave envolvendo a sociedade como um todo.

Quero dizer aos 3 bispos — aliás, quando se fala em 3 bispos, já se sabe que está em discussão a ameaça de morte nas ilhas no Estado do Pará — da importância das suas presenças nesta audiência. Eu quero agradecer ao representante da Polícia Federal. Nós tínhamos a expectativa de... Você é novo na Polícia Federal, não é isso? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) – Cinco anos e meio. Veja bem, agradeço a todas as organizações que estão compondo esta plenária; àqueles que o D. Luís citou, anônimos e anônimas, nesta Audiência Pública. É muito importante a presença de todos.

A coragem e a clareza dos Bispos da CNBB são extraordinárias, neste momento que estamos vivenciando. E nós sabemos, D. Luís, que abordou o assunto com muita sabedoria, no sentido de que uma ação pontuada da Polícia Federal ou do IBAMA, na questão ambiental, valerá à pena por um tempo. Mas, ao longo dos

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Nome: Comissão da Amazônia, Int. Nacional e Desenvolvimento Regional****Número: 0559/08****COM REDAÇÃO FINAL****Data: 06/05/2008**

anos — eu aprendi isso na minha vida — devemos esperar, rezar, pedir a Deus e também ter paciência.

O que está sendo discutido e debatido nesta audiência pública, a partir da abordagens de todos, são as necessidades de educação e de saúde. Enfim, tudo o que está faltando nestas comunidades tão isoladas, de onde vieram os nossos bispos, se dá em função de uma ausência quase total do Estado brasileiro. Qual a sua composição? São os Municípios, mais de 5.600, os 27 Estados Federais e o Governo Federal.

Portanto, esta ausência faz com que estejamos debatendo a ameaça de morte aos bispos. E temos de contra-atacar. Há uma provocação vindo de vocês. Eu já li muito na imprensa sobre o trabalho que vocês, Bispos, realizam nessas comunidades. Ele é a referência das pessoas. A Igreja é a única referência de respeito ou de debates dos direitos humanos. E quando a Igreja tem uma postura, como abordou o D. Erwin, de defesa dos oprimidos, vem a ameaça de morte. Isso não é normal. Isso não tem de ser considerado normal em momento nenhum.

Em conjunto com o Senado Federal, daremos continuidade a esta audiência pública. Pode ser que precisaremos chamá-lo novamente, D. Luís. E nós o chamaremos. Mas não vamos deixar que esta Audiência Pública caia no vazio. Já fiz minha parte. Isso não existe. Não foi para isso que o povo do Amapá me elegeu para a Câmara dos Deputados. Eu sou Deputada do povo brasileiro. Então, vamos estar sempre firmes e transparentes nas nossas ações.

Vamos preparar um resumo desta audiência pública para enviarmos aos expositores, os outros participantes que quiserem obter cópias; basta procurar a Comissão da Amazônia. Vamos levar esse resumo ao Presidente Lula, para que S.Exa. tenha um pouco mais de conhecimento da ausência do Estado brasileiro, que é maléfica às meninas índias, aos meninos índios, às ribeirinhas, aos ribeirinhos, ao agricultor, à agricultora, ao homem e à mulher da floresta. O que se está vivenciando no Estado do Pará? Não podemos deixar que isso caia na mesmice: *"Ah, está acontecendo isso lá, a gente denuncia, sem perspectiva de chegar a um lugar."* Isso não acontecerá. Eu afirmo a vocês que estaremos usando a força do nosso mandato de Deputada, a força de Presidenta da Comissão da Amazônia, para darmos notícias ótimas, principalmente à CNBB, uma entidade respeitada no nosso País. É



a única presença nessas comunidades, onde está acontecendo essa violação dos direitos humanos em todos os níveis, por causa da omissão do Estado brasileiro.

Agradeço a todos e a todas que participaram desta audiência pública; ao D. Luís Soares; ao D. Luís Azcona; ao D. Flavio Giovenale; ao D. Erwin Krautler; ao representante do Governo Federal e do Executivo; e à Polícia Federal.

Acreditem! Não ficará só aqui, nesta sala, o que aconteceu hoje. Vai andar, será uma bola que sairemos chutando. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
Processo n. 2017/125097
Em 18/9/2017

DECOM
FL. 163
RUB.

À SECRETARIA-GERAL DA MESA, com as informações produzidas nas audiências públicas realizadas por Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados versando sobre o tema “suicídio e automutilação”.

O conjunto de documentos coligidos e anexados aos autos, somados àqueles cujos endereços são aqui referenciados para acesso por meio da internet, tem o fito de atender ao Requerimento Nº 57/17, à fl. 2, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar maus tratos em crianças e adolescentes – CPI dos Maus-Tratos do Senado Federal, na forma autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados à fl. 8.

Foram reunidas as informações apresentadas nos seguintes eventos:

Evento 1:

Audiência Pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com o tema “**Debate sobre o Jogo Virtual Baleia Azul**”, realizada em 9/5/2017. Teve como palestrantes convidados:

- BRUNO MAGRANI, Gerente de Relações Governamentais do Facebook no Brasil (ausente);
- FÁBIO COELHO, Presidente do Google no Brasil. Representado por MARCELO LACERDA, Diretor de Relações Governamentais e políticas Públicas do Google Brasil (**slides da palestra às fls. 11/14**);
- LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal - DPF (ausente);
- GARY STAHL, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – no Brasil (ausente);
- ROGÉRIO GIANNINI, Presidente do Conselho Federal de Psicologia - CFP;
- ROBERT GELLERT PARIS JÚNIOR, Presidente do Centro de Valorização da Vida – CVV, representado por LEILA HERÉDIA, Porta-voz do Centro de Valorização da Vida (**slides da palestra às fls. 15/20**);
- FELIPE NETO, Blogueiro (ausente);
- RENATO OPICE BLUM, Advogado (**slides da palestra às fls. 21/25**);

Secretaria-Geral da Mesa SFPRO 18/Set/2017 14:28
Origem: DECOM
Ass.:
Folha: 31/24

- THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA, Presidente da ONG SaferNet Brasil (**slides da palestra às fls. 26/34**).

Foram juntadas, às fls. 35/66, as notas taquigráficas apanhadas nesta audiência pública.

O vídeo da íntegra desta audiência pública está disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/reunioes-comissoes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=64433&codReuniao=47241>

Evento 2:

Seminário promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família, com a participação Comissão de Legislação Participativa, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com o tema “**Debater o jogo Baleia Azul**”, realizado em 16/5/2017.

Teve como palestrantes convidados:

- JOAQUÍN MOLINA, Representante no Brasil da Organização Mundial da Saúde/OPAS;
- Conselho Federal de Psicologia-CFP;
- FERNANDA BENQUERER, Representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio-ABEPS (**slides da palestra às fls. 68/71**);
- DEMI GETSCHKO, Comitê Gestor da Internet do Brasil – CGI;
- MARISA LOBO, Psicóloga;
- MARCELO LACERDA, Diretor de Relações Institucionais do Google (**slides da palestra às fls. 72/75**);
- BRUNO MAGRANI, Diretor de Políticas Públicas do FACEBOOK no Brasil (**slides da palestra às fls. 76/84**);
- TIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA, Diretor Presidente da SAFERNET – BRASIL (**slides da palestra às fls. 85/95**);
- ANDRÉ LORENZETI, Representante do Centro de Valorização da Vida - CVV;
- LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO BOUDENS, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF;

- ELISABETE COMPARINI, Terapeuta Familiar (**slides da palestra às fls. 96/101**).

O registro em vídeo da íntegra deste seminário está disponível no sítio internet da Câmara dos Deputados, no seguinte endereço:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/reunioes-comissoes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=65533&codReuniao=47336>

Evento 3:

Audiência Pública promovida pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado com o tema "**Debater o jogo chamado Baleia Azul e suas consequências**", realizada em 23/5/2017.

- LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal; (ausente);
- LUÍS FELIPE SILVA FREIRE, Presidente da Comissão de Crimes Eletrônicos da OAB/MG;
- FERNANDA FERNANDES, Delegada interina da Repressão aos Crimes de Informática -DCRI, do Rio de Janeiro (ausente);
- ANDRÉ LORENZETTI, Diretor de Comunicação do Centro de Valorização da Vida - CVV (ausente);
- THIAGO TAVARES, Presidente da SaferNet (ausente);
- RAIMUNDO ANTÔNIO PALMEIRA DE ARAÚJO, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, indicado como representante do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA;
- PATRÍCIA SIMONE BONZOLAN, Delegada-Chefe Adjunta da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente - DPCA/PCDF, indicada como representante do Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, ERIC SEBA DE CASTRO (**slides da palestra às fls. 103/106**);
- DEPUTADO ESTADUAL PASTOR JOÃO LUIZ (PSC/AL) (ausente);
- LUIZ AUGUSTO FILIZZOLA D'URSO, Advogado Criminalista - OAB/SP (**slides da palestra às fls. 107/111**);
- ÍTALO MARSILI, Médico Psiquiatra - UFRJ (ausente);
- MARCELO DA SILVA ARAÚJO TAVARES, Professor de Magistério

Superior - Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília;

- Delegado JORGE FERREIRA, Delegado do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente do Paulista (ausente).

Foi juntado aos autos, às fls. 112/114-v, o parecer sobre o “Jogo da Baleia Azul” emitido pela Comissão de Direito Digital e *Compliance* da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de São Paulo – OAB/SP – divulgado neste seminário.

O registro em vídeo da íntegra desta audiência pública está disponível no sítio internet da Câmara dos Deputados, no seguinte endereço:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/reunioes-comissoes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=65641&codReuniao=47394>

Evento 4:

Audiência Pública promovida pela Comissão de Educação com o tema **“Debater formas de combater a incitação à prática de trote ou outra conduta perniciosa na internet”**, realizada em 6/6/2017.

Teve como palestrantes convidados:

- DEMÉTRIO JEREISSATI, Presidente do Instituto DimiCuida;
- RONY VAINZOF, Coordenador do MBA (Mestre em Administração de Negócios) em Direito Eletrônico da Escola Paulista de Direito (EPD) e Diretor do Departamento de Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;
- FABIANA VASCONCELOS, Psicóloga e membro do Comitê Científico e do Comitê de Educação do Instituto DimiCuida;
- CAIO CESAR CARVALHO LIMA, Membro Fundador do Instituto de Direito da Tecnologia da Informação – IDTI (**slides da palestra às fls. 117/119**);
- EVELYN EISENSTEIN, Doutora e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP (**slides da palestra às fls. 120/125**);
- LUIS AUGUSTO ROHDE, Vice-Coordenador do Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento para Infância e Adolescência – INPD.

O registro em vídeo da íntegra desta audiência pública está disponível no sítio internet da Câmara dos Deputados, no seguinte endereço:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/reunioes-comissoes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=65800&codReuniao=47655>

Adicionalmente, informa-se que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA – reportou não terem sido realizadas naquela Comissão audiências públicas tratando dos temas “suicídio e automutilação”. Todavia, em razão da delimitação do objeto de investigação descrita no Plano de Trabalho da CPI, à fl. 4-v dos autos, a CINDRA encaminha as notas taquigráficas da Audiência Pública realizada no dia 6 de maio de 2008, na qual foi debatido o tema “o tráfico na Amazônia de mulheres e crianças para exploração sexual e a situação dos religiosos ameaçados de morte por combatê-lo” (fls. 126/162).

O material aqui juntado – apresentações de slides em formato .pdf/.ppt/.pptx, transcrições das notas taquigráficas no formato .doc/.docx, registro em vídeo do seminário e das audiências públicas em formato .mp4, atalhos para páginas internet – foi gravado em formato digital em um DVD, cujo envelope se acha fixado no lado interno da contracapa dos autos.

Atenciosamente

[assinatura]
APARECIDA DE MOURA ANDRADE
Diretora

